EQUIPE DE PROFESSORES DA FEA/USP

Contabilidade Introdutória

COORDENAÇÃO DO PROF. DR. SÉRGIO DE IUDÍCIBUS
REVISÃO DO PROF. DR. ELISEU MARTINS

Autores

Sérgio de Iudícibus
Eliseu Martins
Stephen Charles Kanitz
Alkíndar de Toledo Ramos
Edison Castilho
Luiz Benatti
Eduardo Weber Filho
Ramon Domingues Júnior

11ª Edição

Adaptada às Normas Internacionais de Contabilidade
Atualizada de acordo com as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09

SÃO PAULO
EDITORA ATLAS S.A. – 2010

1. ed. 1971; 2. ed. 1971; 3. ed. 1977; 4. ed. 1979; 5. ed. 1979; 6. ed. 1983;
7. ed. 1985; 8. ed. 1993; 9. ed. 1998; 10. ed. 2006; 11. ed. 2010

Capa: Leonardo Hermano
Composição: Set-up Time Artes Gráficas



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Contabilidade introdutória / equipe de professores da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP; coordenação Sérgio de Iudícibus. — 11. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia.
ISBN 978-85-224-5815-8

1. Contabilidade I. Iudícibus, Sérgio de, 1935 -

92-1478 CDD-657

Índice para catálogo sistemático:

1. Contabilidade 657

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Decreto nº 1.825, de 20 de dezembro de 1907.

Impresso no Brasil/*Printed in Brazil*

Os direitos autorais deste livro foram doados para uma instituição sem fins lucrativos, que estimula boas práticas na relação de consumo.



Editora Atlas S.A.
Rua Conselheiro Nébias, 1384 (Campos Elísios)
01203-904 São Paulo (SP)
Tel.: (0_ _11) 3357-9144 (PABX)
www.EditoraAtlas.com.br

Sumário



Prefácio à décima primeira edição

O livro-texto *Contabilidade introdutória*, que está para completar 40 anos de sucesso editorial, precisava de uma alentada revisão. Assim, listam-se a seguir os pontos principais:

1. Totalmente de acordo com as modificações introduzidas na Lei das S/A pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 (MP 449/08); isso alterou a classificação de balanço, criando ativo e passivo não circulantes, ativo intangível, eliminando "ativo permanente", ativo diferido, resultado de exercícios futuros etc.
2. Alterou também alguns tratamentos contábeis e explicitou exigência de depreciação com base na vida útil econômica e valor residual esperados, obrigou ao teste de recuperabilidade dos ativos, mudou conceito de coligada, introduziu essência sobre a forma (na definição de imobilizado).
3. Trocou a Doar pelo fluxo de caixa.
4. Menciona, mas não trata, da demonstração do resultado abrangente e da demonstração de valor adicionado.
5. Adaptou-se, no que é possível para um livro totalmente introdutório, às normas internacionais de contabilidade, mas sem grandes aprofundamentos que devem ser vistos em livros mais avançados.

Assim, o texto está totalmente revisado, atualizado e apto a suprir as necessidades dos estudantes e leitores em geral.

Os autores agradecem o competente trabalho de revisão realizado pelo Prof. Eliseu Martins.

Sérgio de Iudícibus
Coordenador

Prefácio à primeira edição

Recebemos o honroso convite para prefaciar este livro escrito por um grupo de professores de Contabilidade da Faculdade de Economia e Administração que foram nossos alunos no já longo espaço de tempo em que lecionamos na Universidade de São Paulo.

Trata-se de um livro de Contabilidade Introdutória e, como o título indica, destina-se à iniciação dos que pretendem seguir a carreira de Contador ou, então, haurir conhecimentos que facilitem sua tarefa no campo da Economia ou da Administração, permitindo-lhes conhecer a mecânica das operações das entidades públicas e privadas.

A Contabilidade integra, hoje, um setor muito importante do conhecimento e constitui parte do que se convencionou chamar "a ciência da informática". Ela não esgota, em si, todas as informações necessárias à tomada de decisões, mas dispõe de recursos que lhe permitem registrar dados, levantar posições e apresentar demonstrações do resultado de gestão das entidades.

O estudo da Contabilidade vem passando por uma transformação acentuada, com o objetivo de transformá-la num instrumento eficiente de administração, sofrendo os seus conceitos básicos uma evolução condizente com as atuais condições econômicas do mundo. A velha tendência da escola europeia, de uma prolixidade teórica monótona e cansativa, cedeu a vez a uma atitude mais pragmática, representada pela escola norte-americana, mais preocupada em apresentar essa disciplina como poderoso instrumento de administração. Simultaneamente, sem pôr em risco a genial concepção do método das partidas dobradas, que permitiu construir uma imagem perfeita de equilíbrio entre os valores que integram o patrimônio de qualquer ente,

são feitas pesquisas com o uso de sofisticados métodos matemáticos procurando explicação e justificação racional das ações que se sucedem no âmbito das empresas e outras entidades.

Esse processo de modernização está expresso nesta "Contabilidade Introdutória" pelo enfoque dado pelos autores a cada parte da disciplina lecionada e pelo método de ensino adotado, que fogem à rotina até então seguida por outros autores preocupados em mostrar a Contabilidade apenas como meio de registro dos fatos administrativos.

É profundamente auspiciosa essa verificação, pois demonstra a validade dos esforços dos que lutaram para integrar o ensino de Contabilidade e a formação do contador no nível universitário. Os frutos começam a aparecer através deste livro e de outros trabalhos de pesquisa que estão em curso na Universidade de São Paulo, bem como da atuação de profissionais diplomados por essa instituição nos mais variados setores das administrações pública e privada.

Resta, apenas, que os homens de governo e de empresa dispensem à Contabilidade e à formação do contador a atenção que merecem, sem o que haverá um fator de estrangulamento no processo de desenvolvimento, e, simultaneamente, que a juventude olhe com maior interesse para esse setor profissional que oferece as melhores perspectivas no mercado de trabalho, onde as oportunidades para a maioria das outras profissões estão em fase de saturação.

Resta-nos felicitar os autores pela iniciativa, aconselhando-os a que prossigam na trilha do aperfeiçoamento cultural, para que os seus alunos possam apreciar a Contabilidade nos seus justos termos, de acordo com as modernas técnicas de ensino.

São Paulo, março de 1971.

José da Costa Boucinhas

Professor da Faculdade de Economia e Administração
da Universidade de São Paulo

1 Noções preliminares

1.1 Campo de Atuação da Contabilidade

A Contabilidade, na qualidade de ciência social aplicada, com metodologia especialmente concebida para captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas de qualquer ente, seja este pessoa física, entidade de finalidades não lucrativas, empresa, seja mesmo pessoa de Direito Público, tais como Estado, Município, União, Autarquia etc., tem um campo de atuação muito amplo.

Na verdade, o desenvolvimento inicial do método contábil esteve intimamente associado ao surgimento do Capitalismo, como forma quantitativa de mensurar os acréscimos ou decréscimos dos investimentos iniciais alocados a alguma exploração comercial ou industrial. Não é menos verdade, todavia, que a economia de mercado e seu florescer foram, por sua vez, fortemente amparados pelo surgimento e aperfeiçoamento das partidas dobradas, o que equivale a dizer que se verificou uma interação entre os dois fenômenos. No século passado, serviu por outro lado como forte instrumento de controle nos países que adotaram regimes políticos com economia controlada pelo governo de forma centralizada. Hoje, o método tem aplicação a qualquer tipo de pessoa, física ou jurídica, com finalidades lucrativas ou não, que tenha necessidade de exercer atividades econômicas para alcançar suas finalidades, mesmo que tais atividades econômicas não sejam atividades-fim.

É necessário notar, entretanto, que este livro de Contabilidade Introdutória, embora tenha como finalidade a explicação do mecanismo de funcionamento da Contabilidade, que é universal, apoia-se, preferencialmente, em

seus exemplos e aplicações, na experiência fornecida e vivida pelas empresas, isto é, em entidades de finalidades lucrativas.

1.2 Grupos de Pessoas e de Interesses que Necessitam da Informação Contábil

Tendo em mente as premissas traçadas no item anterior, é necessário delinear resumidamente o tipo e a qualidade da informação que a Contabilidade deve estar em condições de fornecer a vários grupos de pessoas cujos interesses nem sempre são coincidentes, embora não se chegue ao exagero de afirmar que sejam conflitantes.

1.2.1 Sócios, acionistas e proprietários de quotas societárias de maneira geral

Essas pessoas, interessadas primariamente na rentabilidade e segurança de seus investimentos, que muitas vezes se mantêm afastadas da direção das empresas, necessitam de informações resumidas que deem respostas claras e concisas a suas perguntas. Por exemplo: qual a taxa de lucratividade proporcionada a seu investimento em ações ou quotas-partes da sociedade? Será que a empresa continua a oferecer, a médio e longo prazos, perspectivas de rentabilidade e segurança para seu investimento? Existe alguma alternativa mais adequada para seus investimentos? Normalmente, relatórios elaborados pela Contabilidade Geral (também conhecida por Contabilidade Financeira) e esclarecimentos prestados pela Administração por ocasião das assembleias ou reuniões de sócios realizadas algum tempo após o encerramento dos exercícios são suficientes para responder a tais perguntas. Nas sociedades em que os sócios estão mais intimamente ligados à área administrativa, o nível, a quantidade e a qualidade de informação necessária são os mesmos focalizados no próximo item.

1.2.2 Administradores, diretores e executivos dos mais variados escalões

O interesse nos dados contábeis dessas pessoas atinge um grau de profundidade e análise, bem como de frequência, muito maior do que para os demais grupos. De fato, são eles os agentes responsáveis pelas tomadas de decisões dentro de cada entidade a que pertencem. Tais decisões visam prin-

cipalmente ao futuro, mas, para se preparar para agir no futuro, é necessário não apenas conhecer detalhadamente o que aconteceu no passado, como também o que está acontecendo no momento. *Note-se que as informações fornecidas pela Contabilidade não se limitam, como julgam muitos, ao Balanço Patrimonial e à Demonstração de Resultados.* Além dessas demonstrações básicas e finais de um período contábil, a Contabilidade fornece aos administradores um fluxo contínuo de informações sobre os mais variados aspectos da gestão financeira e econômica das empresas. O administrador inteligente, que sabe usar a informação contábil e que conhece suas limitações, tem em suas mãos um poderoso instrumental de trabalho que lhe permite tomar decisões visando ao futuro com maior segurança, bem como conhecer a situação atual e o grau de acerto ou desacerto de suas decisões passadas.

Alguns autores, em obras de Contabilidade mais especializadas, chegam a distinguir dois grandes ramos ou ênfases pelos quais a Contabilidade pode desempenhar seu papel informativo. A *Contabilidade Financeira*, cujos relatórios finais básicos são o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, teria maior utilidade ou visaria mais diretamente aos agentes econômicos externos à empresa, assim como aos sócios desligados da direção, ao passo que a *Contabilidade Gerencial*, mais analítica, incluindo em seu campo de atuação também a *Contabilidade de Custos*, visaria primariamente à administração da empresa.

Este texto não tem em mira esgotar todos os aspectos da *Contabilidade Financeira*, e tampouco explorar em profundidade todos ou mesmo alguns aspectos da *Contabilidade Gerencial*. Trata-se de um texto de Contabilidade Básica, cujo principal objetivo será fornecer os elementos iniciais mínimos para um aprofundamento posterior nas mais variadas especializações contábeis. No fundo, a Contabilidade é um conjunto integrado de conceitos e normas para fornecer informações que devem ser moldadas às finalidades para as quais se destinam.

1.2.3 Bancos, capitalistas, emprestadores de dinheiro

Para estas entidades e pessoas, as perguntas são mais ou menos parecidas às formuladas pelas pessoas citadas no item 1.2.1, com a diferença de que o interesse dos sócios, quotistas e proprietários das empresas às vezes vai algo além do puro escopo de retorno, estando associadas também razões sentimentais, profissionais e de pioneirismo em seus investimentos.

Quando a empresa opera com prejuízo ou começa a operar ineficientemente, é muito provável que os sócios continuem a investir nela seus capitais na esperança de uma melhoria (isto é tanto mais verídico à medida que existir maior ligação entre as figuras dos sócios e dos administradores, principalmente nas médias e pequenas empresas), ao passo que os emprestadores de dinheiro, cuja única finalidade é a rentabilidade e segurança de retorno de seus investimentos, serão os primeiros a abandonar o barco em perigo de naufrágio. Basicamente, todavia, o nível, a quantidade e, principalmente, a qualidade da informação requerida são parecidos, com maior ênfase para os fluxos financeiros, no que se refere aos emprestadores em geral.

1.2.4 *Governo e economistas governamentais*

As repartições e os economistas governamentais têm duplo interesse nas informações contábeis. Em primeiro lugar, baseando-se frequentemente em tais informações é que se exerce o poder de tributar e arrecadar impostos, taxas e contribuições. Isto é especificamente verdadeiro no caso das empresas cujo imposto de renda é taxado a partir dos balanços, embora alguns ajustes tenham que ser feitos ao lucro contábil para se apurar o lucro tributável. Em segundo lugar, os economistas encarregados de análises globais ou setoriais de nossa economia interessam-se pelos dados contábeis das diversas unidades microeconômicas, os quais, convenientemente agregados e tratados estatisticamente, podem fornecer bases adequadas para as análises econômicas.

1.2.5 *Pessoas físicas*

A Contabilidade não deixa de desempenhar seu papel de ordem e controle das finanças também no caso dos patrimônios individuais. Frequentemente, as pessoas esquecem-se de que alguns conhecimentos de Contabilidade e Orçamento muito as ajudariam no controle, ordem e equilíbrio de seus orçamentos domésticos.

1.3 Finalidades para as quais se usa Informação Contábil

Robert N. Anthony, em seu conhecido livro *Management accounting*,[1] focaliza com bastante propriedade as implicações deste item.

[1] ANTHONY, Robert N. *Management accounting*. Homewood: Richard D. Irwin, 1960. 2-5. (Traduzido pela Atlas com o título *Contabilidade gerencial*.)

Embora tais finalidades possam ser catalogadas de várias formas, serão aqui agrupadas em duas básicas:

- Finalidade de planejamento
- Finalidade de controle
- Finalidade de auxílio no processo decisório

Planejamento é o processo de decidir que curso de ação deverá ser tomado para o futuro.

Normalmente, o processo de planejamento consiste em considerar vários cursos alternativos de ação e decidir qual o melhor. *Planejamento* (que deve ser diferenciado de simples *previsão*) pode abranger um segmento da empresa ou toda a empresa. A informação contábil, principalmente no que se refere ao estabelecimento de padrões ou *standards* e ao inter-relacionamento da Contabilidade com os planos orçamentários, é de grande utilidade no planejamento empresarial. Mesmo em caso de decisões isoladas sobre várias alternativas possíveis, normalmente utiliza-se grande quantidade de informação contábil.

Controle pode ser conceituado como um processo pelo qual a alta administração se certifica, na medida do possível, de que a organização está agindo em conformidade com os planos e políticas traçados pelos donos de capital e pela própria alta administração. Esta, como estamos vendo, é uma conceituação bem ampla de controle, aceita pelos autores modernos, em contraste com a definição restrita, que resumia o controle a uma função quase policial dentro da empresa, única e exclusivamente. Afirma o referido autor que a informação contábil é útil ao processo de controle das seguintes formas:

a) **Como meio de comunicação** – Os relatórios contábeis podem ser de grande auxílio, ao informar a organização a respeito dos planos e políticas da administração e, em geral, das formas de comportamento ou ação que a administração deseja atribuir à organização.

b) **Como meio de motivação** – A não ser que a empresa ou negócio seja do tipo individual, não compete à administração fazer ou executar o serviço. Isto quer dizer que a administração não fabrica e vende pessoalmente o produto. Pelo contrário, a responsabilidade da administração consiste em gerenciar o trabalho que está sendo executado pelos outros. Isso requer, em primeiro lugar, que o pessoal seja contratado e formado dentro da organização, e, em se-

gundo lugar, que a organização seja motivada de forma que venha a fazer o que a administração quer que se faça. A informação contábil pode auxiliar (e também, desde que utilizada inadequadamente, prejudicar) esse processo de motivação.

c) **Como meio de verificação** – Periodicamente, a administração necessita avaliar a qualidade dos serviços executados pelos empregados. A apreciação desse desempenho pode resultar em acréscimo de salários, promoções, readmissões, ações corretivas as mais variadas, ou, em casos extremos, demissões. A informação contábil pode auxiliar esse processo de avaliação, embora o desempenho humano não possa ser julgado apenas pela informação contida nos registros contábeis.

Processo decisório é o conjunto de ações que faz com que se consiga a obtenção dos objetivos desejados, definidos pelo planejamento. O processo decisório ocorre pelas tomadas de decisões já planejadas e pelas tomadas de decisões corretivas quando o controle evidencia que o caminho sendo seguido não era o planejado.

Veja-se que a contabilidade participa do processo de planejamento, quando é indispensável para a fixação de todos os planejamentos estratégicos, orçamentos operacionais etc. É vital no processo de controle, ou seja, de acompanhamento do que ocorre e comparação com o que deveria estar ocorrendo. E também indispensável para prover informações aos gestores.

No que diz respeito aos usuários externos à entidade, credores e investidores principalmente, funciona como o grande elo de ligação entre essa entidade e tais interessados, levando-lhes informações sobre o estado do patrimônio e de suas mutações. Também são interessados os empregados, o governo (principalmente na sua função tributante) e outros.

1.4 Especializações Contábeis e Funções Contábeis Típicas

1.4.1 Planificação da contabilidade

Entre as providências iniciais para se colocar em funcionamento a máquina organizacional de qualquer empresa, impõe-se a planificação geral do setor contábil. O contador estuda a natureza da entidade, verifica os tipos de transações que provavelmente ocorrerão e planeja a maneira pela qual essas

transações deverão ser registradas, sintetizadas e evidenciadas. Elabora, finalmente, um Plano e um Manual de Contas adequados, que deverão ser observados obrigatoriamente na empresa. Outro trabalho que se enquadra dentro da planificação diz respeito à escolha do processo de escrituração a ser adotado. Essa escolha depende do volume e da complexidade dos registros e pode recair sobre processos, normalmente eletrônicos, integrados (preferencialmente) ou não aos demais sistemas. O trabalho de planificar a Contabilidade é um dos que exigem mais experiência, perspicácia e bom-senso do contador.

1.4.2 Escrituração contábil

Quando a Contabilidade é bem planejada, grande parte do processo de escrituração se torna rotineira e pode ser realizada por simples escriturários ou por computadores, sob a supervisão do contador. Todavia, em qualquer empresa surgem a todo momento problemas que só podem ser resolvidos por profissional habilitado. Às vezes, trata-se de problemas de interpretação e classificação de novos fatos ou operações que não estavam previstos na planificação inicial. Outras vezes, verifica-se a necessidade de aperfeiçoar o plano de contas, ou o processo de escrituração, ou ainda o sistema de apuração de custos, quando, por exemplo, se deseja melhorar a qualidade das informações ou a rapidez com que as mesmas devem ser obtidas.

1.4.3 Elaboração e interpretação de relatórios

Os relatórios contábeis, tais como Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração de Geração e Distribuição do Valor Adicionado e muitos outros, todos eles (exceto o último), a serem tratados neste livro, são o resultado final do processo de escrituração e de alguns julgamentos de valor que o contador efetua com relação a eventos futuros. Todo o trabalho de acumulação de registros e dados sistematicamente classificados, que constitui a rotina contábil, tem por finalidade inserir os dados colhidos em relatórios contábeis, os quais devem ainda ser interpretados, no sentido contábil, por profissional habilitado, a fim de proporcionar à administração e aos demais interessados informações relevantes para as tomadas de decisões.

Todo o trabalho de natureza contábil executado numa entidade, numa empresa ou em algum órgão governamental tende, como em todos os de-

mais ramos do conhecimento, a especializar-se ou sintetizar-se em várias ramificações; estas, por sua vez, exigem, além do treinamento básico em Contabilidade, que todo contador deve possuir, habilidades e treinamentos adicionais, o que o leva a especializar-se neste ou naquele ramo. Entre as ramificações ou detalhamentos mais importantes da Contabilidade, destacaríamos: a *Contabilidade Financeira* e a *Contabilidade de Custos*, esta exercida pelo *contador de custos*; a *Auditoria*, interna ou externa, que congrega *auditores* internos ou independentes; a *Análise e Interpretação de Balanços*, exercida por analistas cuja formação básica deve ser em Contabilidade; *Sistemas e Métodos*, nos quais contadores altamente especializados desenvolvem atuações, e, finalmente, *Controladoria*, cargo e especialização máxima a serem atingidas por um contador dentro de uma empresa, normalmente órgão de *staff* ligado à alta administração, que supervisiona os departamentos de Contabilidade Financeira, Contabilidade de Custos, Auditoria Interna, Contabilidade Fiscal, Orçamentos etc., reportando diretamente a altos mandatários da empresa, com papel relevantíssimo dentro da Governança Corporativa.

Tratando-se de um trabalho de introdução à Contabilidade, este livro, forçosamente, dará maior ênfase à *Contabilidade Financeira*, que desempenha os mecanismos básicos de acumulação de dados, registros, relatórios e análises dentro da empresa, mas não deixará de fornecer visão embrionária das funções da *Contabilidade de Custos* e da *Análise e Interpretação de Balanços*, que se acham intimamente ligadas àquela e que são, de certa forma, uma sequência natural da *Contabilidade Financeira*.

Finalizando este item, não podemos deixar de mencionar que contadores devidamente habilitados podem exercer funções periciais, judiciais ou extrajudiciais, trabalhos especiais de consultoria, e que, finalmente, alguns contadores se especializam em aspectos fiscais da Contabilidade.

1.5 Mercado de Trabalho do Contador

Pode-se afirmar, sem receio de se incorrer em erro, que o mercado de trabalho para o contador de alto nível, hoje, no Brasil, é, em média, um dos melhores entre os de profissionais liberais, no sentido financeiro, principalmente.

Nem sempre foi assim, mas em virtude de várias fontes de pressão que obrigam as empresas a aperfeiçoarem cada vez mais seu processo de controle

e planejamento, o papel do contador de nível universitário está realmente assumindo o vulto que naturalmente lhe deveria ser reservado numa entidade. Esse papel traz em si, além das capacitações técnicas e profissionais inerentes, alta dose de *ética*, de *prudência*, de *zelo*, de *severidade de costumes* e de *integridade*.

1.6 Limitações do Método Contábil

É preciso, todavia, dizer algo a respeito das limitações do método contábil. Em primeiro lugar, a Contabilidade não é nem deve ser entendida como um fim em si mesma. Isso quer dizer que as informações por ela fornecidas só terão utilidade desde que satisfaçam às necessidades da administração ou de outros interessados, e não apenas às do contador. Em segundo lugar, a Contabilidade só é capaz de captar e registrar, normalmente, eventos mensuráveis em moeda quando sabemos que, em quase todas as decisões, muitos outros elementos não quantitativos devem ser levados em conta para uma decisão adequada. Em terceiro lugar, muita discussão ainda existe entre contadores, no que diz respeito a princípios, a procedimentos de avaliação, bem como à terminologia. Algumas dessas limitações citadas em terceiro lugar serão discutidas em capítulo especial deste livro, ao passo que a segunda é intrínseca ao método contábil, como o é de qualquer método puramente quantitativo.

A Contabilidade é um *modelo*, e modelos são, por definição, simplificações da realidade. Essa é, em essência, a maior limitação da Contabilidade.

O resultado de tais limitações é que os relatórios contábeis podem não expressar totalmente a realidade econômica da entidade, mesmo que estaticamente concebida, como muitos possam julgar, pela exuberante exatidão dos cálculos e somas que vai até centavos. Algumas vezes, a Contabilidade fornece um retrato algo desfocado ou defasado de uma paisagem empresarial, principalmente por influência da inflação, por evitar subjetivismos a partir de um certo ponto etc. Mas ela continua insubstituível instrumento. Sua maior limitação está no fato de o balanço não representar, frequentemente, o valor de mercado da empresa, já que este de fato não é (ainda) seu objetivo. O importante é conhecer bem o grau de limitação inerente ao método para não nos iludirmos em demasia, e, tampouco, iludir os outros com a aparente exatidão dos números que, no fundo, são representações de uma realidade mais complexa.

1.7 Horizontes para a Contabilidade, principalmente a partir da adoção das Normas Internacionais de Contabilidade a partir de 2010

À medida que a formação profissional do contador se torna fortalecida e sejam criados exames para a obtenção do grau do que deveria ser denominado de Contador Público Certificado (a exemplo de outros países); à medida que o contador se familiariza, cada vez mais, com os métodos quantitativos e a computação; à medida que os órgãos representativos de classe se preocupam com a melhoria sempre crescente dos conceitos e normas contábeis, poder-se-á assegurar que os horizontes da Contabilidade serão os mais amplos e promissores possível.

A qualidade média das disposições legais que envolvem conceitos contábeis evoluiu bastante no Brasil a partir de 1976 com a Lei das Sociedades por Ações e chegou, em certos aspectos, a liderar o mundo no que diz respeito ao tratamento dos efeitos inflacionários, com a metodologia de correção integral (infelizmente abandonada a partir de 1996 por se crer – erroneamente – que baixas taxas de inflação não deformam os balanços e os resultados), em cujo bojo grande parte dos conceitos apregoados pelos Autores deste livro de Introdutória se tornou realidade impositiva. Mas essa descontinuidade da correção monetária, a rigidez da lei que não se atualizou e a influência dos interesses tributários (nossa contabilidade esteve até 2007 praticamente atrelada às normas fiscais) acabaram por limitar bastante o poder informativo das nossas demonstrações contábeis.

Todavia, com a introdução da Lei nº 11.638/07, que provocou alterações profundas na Lei das Sociedades por Ações, e com a Lei nº 11.941/08, que definitivamente desatrelou a automaticidade da ligação da contabilidade com as normas tributárias (cada uma tem sua vida própria agora), com a criação do CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e uma série de outras ações, tem-se agora o início de uma nova era, sob a égide das normas internacionais de contabilidade emanadas do IASB – International Accounting Standards Board.

1.7.1 A criação do CPC

Em 2005, juntaram-se representantes dos preparadores (elaboradores) de demonstrações contábeis, dos contadores, dos auditores independentes,

da academia, dos usuários das informações contábeis, dos órgãos reguladores contábeis principais do Brasil, do Ministério da Fazenda e seu órgão responsável pela tributação e de outros interessados e constituíram o CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis.[2]

Esse Comitê produz Pronunciamentos, Interpretações e Orientações a partir das Normas Internacionais emanadas do IASB, que é o órgão internacional para o qual estão em processo de convergência mais de uma centena de países, a começar por todos os da União Europeia.

Os órgãos reguladores contábeis brasileiros aprovam esses documentos emitidos pelo CPC e os tornam obrigatórios em seus respectivos âmbitos. Com isso, o Brasil caminha para ter, a partir de 2010, suas normas contábeis totalmente convergidas às do IASB (com exceção dos balanços individuais dos bancos que caminham mais lentamente, mas seus balanços consolidados também estarão nessa linha nesse mesmo ano).

Mas, o que representam essas novas normas?

1.7.2 *O objetivo da contabilidade e a prevalência da essência sobre a forma*

O grande objetivo da Contabilidade é o de prover seus usuários em geral com o máximo possível de informação sobre o patrimônio de uma entidade e suas mutações, conforme já mencionado. Mas há formas e formas de relatar. Nossos contadores vêm, há décadas, se não séculos, a se limitar a cumprir as formalidades legais e contratuais, sem muita análise crítica do efetivo significado e conteúdo dos documentos. Por exemplo, se uma entidade precisa de um financiamento e o consegue, mas desde que transfira, temporariamente, a titularidade jurídica de um imóvel ao financiador, para reavê-lo quando da liquidação da dívida, normalmente produz um contrato de venda, com cláusula de recompra após um certo período, e adiciona um contrato de "aluguel"

---

[2] Formadores do CPC: ABASCA – Associação Brasileira das Companhias Abertas; APIMEC NACIONAL – Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado e Capitais; BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros; CFC – Conselho Federal de Contabilidade; IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil; e FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. São, no início de 2010, membros convidados permanentes: CVM – Comissão de Valores Mobiliários; BACEN – Banco Central do Brasil; RFB – Receita Federal do Brasil; SUSEP – Superintendência dos Seguros Privados; FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos; CNI – Confederação Nacional da Indústria.

durante esse período. Os aluguéis e o valor da recompra são nada mais nada menos do que o valor original da dívida e seus encargos financeiros.

Ora, o registro desses contratos conforme essa formalização não evidencia o que de fato está ocorrendo: não há aluguel efetivamente nenhum, o financiado não tem nenhum interesse em vender o imóvel e nem o financiador em adquiri-lo; tudo está sendo de uma certa forma "encenado" por razões de maior garantia jurídica do financiador. Logo, para representar melhor o balanço e o resultado da entidade, mostrando o que de fato economicamente é a realidade, é necessário que o contador faça com que a essência econômica dos fatos prevaleça sobre essas formas jurídicas quando estas não se casam com aquelas. Assim, o contador precisa registrar, na verdade, uma operação de financiamento tomado, com o devido reconhecimento ao longo do tempo dos juros, e pagamento final da dívida, e não uma venda, um aluguel e uma recompra. Caso contrário, os usuários, principalmente os externos à entidade, de forma alguma entenderão o que de fato se passa na entidade; se a contabilidade não retratar dessa forma, fica escondida a dívida no balanço, desaparece temporariamente também o imóvel do balanço, surge um aluguel que não é genuíno, não são evidenciadas as despesas financeiras.

O outro clássico exemplo é o do arrendamento mercantil financeiro, em que uma entidade "arrenda" um equipamento por três anos, paga esse "arrendamento" e depois adquire esse bem por R$ 1,00 após o último pagamento. Assume, logo de início, totalmente o controle, os riscos e os benefícios do equipamento que só não é seu juridicamente porque, por problemas também de garantia, permanece no nome do banco financiador. Que situação mais esdrúxula: se seguida a contabilização pela forma, o equipamento fica no balanço do banco, e não no da indústria; o banco não mostra seu direito recebível do financiado, e este não mostra de forma alguma sua dívida.

A prevalência da Essência sobre a Forma faz com que se registre essa operação como de fato é a realidade econômica subjacente a esses contratos: operação de compra de um equipamento pela indústria financiada pelo banco. Se não for assim, como o usuário, principalmente o externo, pode ter uma ideia do que de fato ocorre? E se ele não tem a informação correta, e passa a saber disso, sua insegurança aumenta, sua dúvida sobre as informações contábeis também, e se ele estiver para dar crédito ou fazer investimento nessa empresa ou nesse banco exigirá um retorno muito maior pelo risco maior que assume por não saber bem o que ocorre.

Esse é o conceito básico da Prevalência da Essência Sobre a Forma, que é o pilar básico das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo Iasb, e esse seu grande objetivo: maior transparência, que redunda em menor custo do capital e menores riscos nas decisões.

1.7.3 *A participação de toda a entidade no processo de produção e na responsabilidade da informação contábil*

Anteriormente, bastava o contador pegar o contrato assinado e reproduzi-lo contabilmente, praticamente sem nada perguntar a terceiros e talvez até sem saber o que de fato havia por trás de alguns contratos. Ou então, instado a fazer o registro da depreciação de uma máquina, fazia-o pura e simplesmente consultando as tabelas do imposto de renda.

Agora, dentro das normas internacionais, precisa o contador conhecer a operação, consultar e obter dados formalizadamente dos que participaram, por exemplo, da elaboração dos contratos; obter da Engenharia ou outro órgão os dados de vida útil, valor residual estimado e outros das máquinas, equipamentos, edifícios e outros itens para calcular sua depreciação; obter da Tesouraria as informações sobre os valores justos de certos instrumentos financeiros que ele antes fazia sozinho, mas não avaliava a mercado de fato etc. A contabilidade não é mais só do contador; ela é da empresa toda, o contador administra o processo, se responsabiliza por "caçar" todos os *inputs* necessários, administrar os bancos de dados disponíveis e produzir as informações contábeis necessárias, úteis e relevantes que ajudem no processo todo de gestão da entidade, ou nas decisões de crédito, investimento e outras dos usuários externos. Ele é o centro do processo, mas não o único a dele participar.

Por outro lado, ele passa a participar, e muito mais, de todo o processo decisório. Os efeitos das decisões em todas as áreas da empresa se fazem sentir muito mais acentuadamente na contabilidade e as responsabilidades dos gestores todos aumentam na hora de assinar as demonstrações contábeis.

1.7.4 *Aumenta o papel do contador como centro dos interesses divergentes*

Quanto mais a contabilidade é responsável por prover informações para fins de controle e decisão, o que inclui avaliação de desempenho, mais o contador fica no centro de interesses divergentes. O diretor tem interesse

em mostrar seu desempenho querendo mostrar o máximo de lucro possível e talvez fazer jus a maiores gratificações, mas o proprietário quer reduzir essas mesmas gratificações e, se possível, também os tributos; o avaliador e o avaliado têm interesses comumente não convergentes, e cada agente tende, primeiramente, a pensar no seu próprio interesse, e depois no da entidade (Teoria da Agência).

O investidor minoritário em ações quer ver esses valores mobiliários crescendo de valor no mercado e pagando o máximo possível de dividendos. Mas o credor quer retardar o reconhecimento dos lucros para retardar tributos e retardar pagamento de dividendos, para sua própria proteção; quanto menos recurso sair da empresa maior probabilidade o credor tem de reaver o seu.

O governo quer o máximo de tributação possível, os gestores, proprietários e credores querem o mínimo possível etc.

São contratos que se executam, firmados formalmente ou informalmente, que fazem com que um número enorme de pessoas e entes, dentro e fora da empresa, tenham interesses divergentes. E, no centro desses interesses todos, está o contador com suas informações.

Logo, não só de técnica refinada pode ele sobreviver. Mas também de muita ética profissional e pessoal, e de uma capacidade de comunicação, de resistência a pressões e de viver sob pressão. Aliás, não há profissão liberal respeitada no mundo que não necessite de conhecimentos técnicos profundos, que não precise exercer julgamentos, tomar decisões e saber viver entre interesses conflitantes.

Está aí toda a beleza, todo o conflito e toda a dificuldade da profissão.

Mas ela só assume esse papel todo quando de fato se tem essa figura da prevalência da essência sobre a forma, um conjunto de normas bem estruturado, a capacidade de conhecer todos os tipos de operação, de analisá-las, de julgar os melhores critérios e decidir por eles. Não quando se tem apenas o papel de mero cumpridor de regrinhas preestabelecidas que não exijam crítica.

1.7.5 O espírito acadêmico

Por outro lado, o contador e o auditor têm estado cada vez mais em contato com métodos quantitativos e pesquisas empíricas, melhorando suas aptidões e ampliando horizontes.

Muitos desenvolvimentos teóricos têm ocorrido ultimamente, principalmente no que diz respeito ao estudo e desenvolvimento das Normas Internacionais de Contabilidade, às pesquisas empíricas que visam aferir a utilidade das informações contábeis e ao desenvolvimento de novas teorias. Todavia, R. Anthony diz, textualmente:

> "A pessoa (contador) que compreende esses novos desenvolvimentos terá uma vantagem sobre outra (contador) que não os entende. Dessa forma, a pessoa (contador) bem-sucedida estará sempre à espreita dos desenvolvimentos teóricos que tenham alguma probabilidade de ser proveitosos na prática, tomando o cuidado de eliminar a massa restante das intrincadas teorias."

Uma boa máxima é a seguinte: "Não seja o primeiro a tentar aplicar algo novo, nem o último", especialmente quando atentarmos para o conselho de Lord Chesterton: "Olhemos para o futuro, pois é nele que iremos viver."[3]

Esse espírito da investigação, da dúvida e da procura de algo que represente melhor do que o critério ou a técnica utilizados até ontem representavam, o espírito da procura da comprovação empírica de que o que se esperava que seria melhor de fato é mesmo melhor, são inerentes não só ao acadêmico. São características que se fazem necessárias também no profissional que executa ou audita a contabilidade.

[3] ANTHONY, R. N. Op. cit. p. 601.

Estática patrimonial: o balanço 2

Um dos principais *Princípios* ou *Conceitos Contábeis*, que veremos com detalhe no Capítulo 10 deste livro, é o da Entidade.

Com base nele, a Contabilidade deve tratar a pessoa jurídica da empresa como distinta das pessoas físicas e/ou jurídicas de seus proprietários quando ela for o objeto dos relatórios contábeis. A Contabilidade, nos exemplos a seguir, é feita para medir o desempenho da entidade; portanto, todo o estudo que faremos neste livro será voltado para os interesses da entidade como distinta de seus proprietários, muito embora o que for útil para a empresa usualmente seja útil para os proprietários.

O Balanço Patrimonial é uma das mais importantes demonstrações contábeis, por meio do qual podemos apurar a situação patrimonial e financeira de uma entidade em determinado momento, dentro de certas regras. Nessa demonstração, estão claramente evidenciados o Ativo, o Passivo e o Patrimônio Líquido da entidade.

A título ilustrativo, transcrevemos a seguir um balanço patrimonial, reduzido a uma expressão bem simplificada.

Alfenas S.A.
Balanço Patrimonial em 31-1-20X1

Em $ mil

Ativo		Passivo e Patrimônio Líquido		
Caixa	1.000	**Passivo**		
Bancos	800	Contas a Pagar	3.500	
Contas a Receber	3.000	Fornecedores	1.800	5.300
Estoques de		**Patrimônio Líquido**		
Materiais	3.000	Capital	4.000	
Terrenos	1.700	Lucros Acumulados	700	4.700
Veículos	500			
Total	10.000	Total		10.000

2.1 Ativo

O *Ativo* compreende, de forma muito simplificada, os bens e os direitos da entidade expressos em moeda; Caixa, Bancos (ambos constituem disponibilidades financeiras imediatas), Imóveis, Veículos, Equipamentos, Mercadorias, Contas a Receber de Clientes são alguns dos bens e direitos que uma empresa normalmente possui.

Todos os elementos componentes do Ativo acham-se discriminados, por convenção, no lado *esquerdo* do *Balanço Patrimonial.*

2.2 Passivo

O *Passivo* compreende basicamente as obrigações a pagar, isto é, as quantias que a empresa deve a terceiros: Contas a Pagar, Fornecedores, Salários a Pagar, Impostos a Pagar, Financiamentos a Pagar são algumas das obrigações assumidas normalmente por uma entidade. Existem outras obrigações, *de fazer,* que serão tratadas em capítulos posteriores.

Todos os elementos componentes do Passivo estão discriminados no lado *direito* do *Balanço Patrimonial.*

2.3 Patrimônio Líquido

Definimos ***Patrimônio Líquido*** como a diferença entre o valor do Ativo e do Passivo de uma entidade, em determinado momento.

Exemplificando:

Se a entidade tem um Ativo de	$ 10.000
e um Passivo de	$ 5.300
O Patrimônio Líquido dessa entidade será de	$ 4.700

2.4 Fontes de Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido de uma entidade pode ser proveniente das seguintes fontes:

a) ***Investimentos dos Sócios*** – Efetuados pelos proprietários em troca de ações, quotas ou outras participações.

b) ***Lucros*** – Acumulados na entidade e não distribuídos aos sócios como fonte (adicional) de financiamento.

Neste capítulo, não trataremos de todas as fontes de Patrimônio Líquido; somente nos interessará a parcela derivada de *investimentos* dos acionistas. Os lucros acumulados serão estudados posteriormente, no Capítulo 4.

2.5 Equação fundamental do patrimônio

A representação quantitativa do patrimônio de uma entidade é conhecida entre nós pela expressão *Balanço Patrimonial*. Sabemos que, pela própria definição, Patrimônio é o conjunto de bens, direitos e obrigações de uma entidade. É por essa razão que o balanço costuma ser denominado *Balanço Patrimonial*.

Já que na maioria das entidades o Ativo (Bens e Direitos) suplanta o Passivo (Obrigações), a representação mais comum de seu patrimônio, isto é, seu Balanço Patrimonial assume a forma:

ATIVO = PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Lado esquerdo) (Lado direito)

Se o Passivo suplantar o Ativo, teremos o chamado ***Patrimônio Líquido Negativo***, melhor denominado ***Passivo a Descoberto***.

Caso o Passivo supere o Ativo, encontraremos:

ATIVO + PASSIVO A DESCOBERTO = PASSIVO ou
ATIVO = PASSIVO + PASSIVO A DESCOBERTO (PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO)

2.6 Configurações do estado patrimonial[1]

Como ilustração, suponhamos uma balança de dois pratos: colocaremos no da esquerda o Ativo e no da direita o Passivo. Se ambos tiverem valores iguais, o equilíbrio estará conseguido. Mas, como normalmente Ativo e Passivo apresentam valores diferentes, a balança penderá para um dos lados. O peso (valor) que colocaremos apenas para a obtenção do equilíbrio é o que chamamos Patrimônio Líquido e, é lógico, está no lado de menor valor.

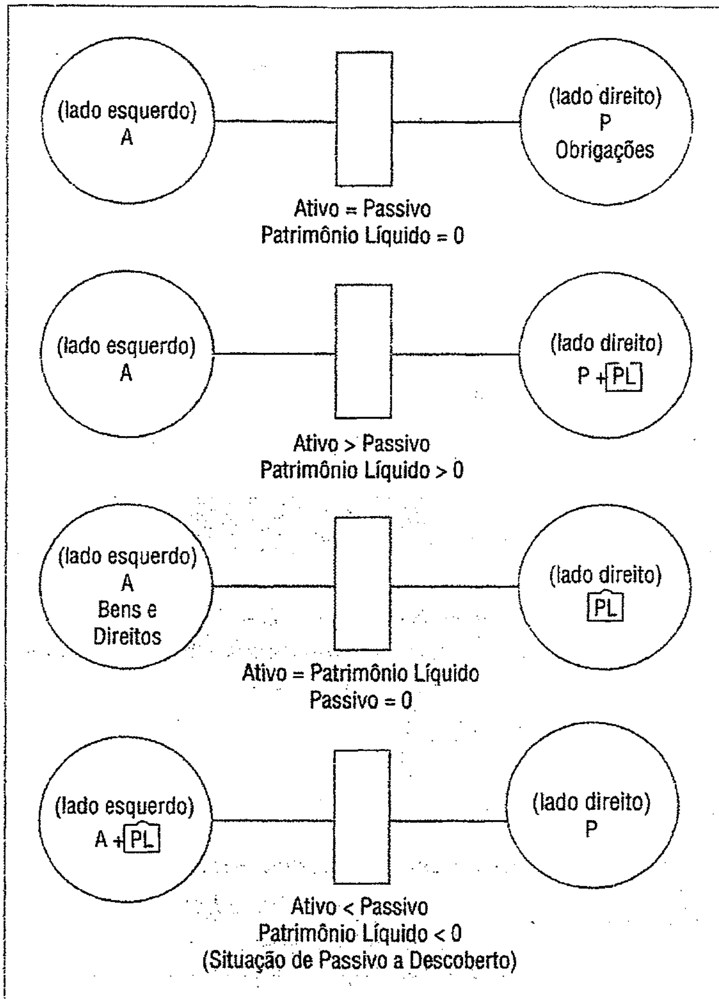
Passaremos a considerar certo número de operações de uma empresa, preparando um Balanço Patrimonial após cada operação e observando a contínua igualdade entre os dois lados do Balanço.

1ª Operação – Subscrição do capital social

Diversas pessoas resolvem fundar uma sociedade anônima, denominada Alfa S.A. Fazendo uma análise do que pretendem fazer, concluem que precisam investir $ 4.000 para começar o empreendimento. Esse é, então, definido como o capital inicial do empreendimento. Com isso, subscrevem (assinam o compromisso de entregar o dinheiro) e integralizam (entregam efetivamente o dinheiro), deliberando que esse capital será constituído de 40 ações de $ 100 cada uma. A entidade inicia suas atividades em 15-janeiro- X, dedicando-se ao

[1] Não consideramos a configuração A = zero (PL = P) por ser extremamente improvável.

ramo de *prestação de serviços,* de reparos (consertos) de aparelhos eletrônicos e eletrodomésticos.



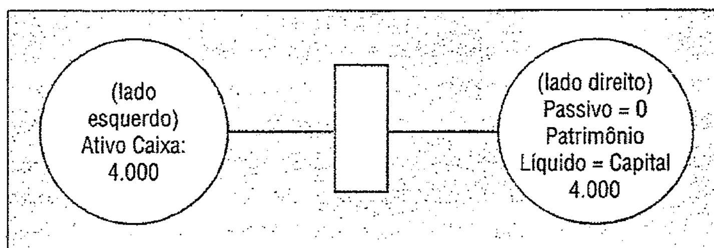
Após a subscrição e integralização em dinheiro do capital social, o Balanço Patrimonial toma a forma apresentada a seguir:

Alfa S.A. Balanço Patrimonial em 15-1- X Em $ mil			
Ativo		**Passivo e Patrimônio Líquido**	
		Patrimônio Líquido	
Caixa	4.000	Capital subscrito	4.000
	4.000		4.000

A entidade recebe um Ativo (Caixa) no valor de $ 4.000 e, em contrapartida, forma o Patrimônio Líquido inicial.

O Balanço Patrimonial apresenta o seguinte aspecto em 31-1- X, data de integralização do capital social.

No exemplo da "balança", teríamos:



2ª Operação – Aquisição de edifício

A empresa resolve adquirir em 10-2- X, mediante pagamento a vista, um edifício de dois pavimentos para abrigar suas instalações, pela importância de $ 1.200.

Com essa transação, a empresa adquire um novo Ativo (Imóveis), mas vê seu dinheiro (Caixa) diminuído do mesmo valor.

Realizada a transação imobiliária, o Balanço Patrimonial passa a ter a seguinte disposição:

Alfa S.A. Balanço Patrimonial em 10-2-X Em $ mil			
Ativo		**Passivo e Patrimônio Líquido**	
		Patrimônio Líquido	
Caixa	2.800		
Imóveis	1.200	Capital	4.000
	4.000		4.000

3ª Operação – Compra de materiais

Para iniciar suas atividades mercantis, a empresa necessita adquirir materiais, que serão estocados, para uma posterior utilização, quando da prestação dos serviços a seus clientes.

O diretor da empresa, Sr. Brito, conhece o Sr. Almeida, comerciante que, na ocasião, está liquidando seus estoques de material eletrônico.

Em 13-2-X são arrematados todos os materiais da empresa liquidante pela importância de $ 2.000. O Sr. Almeida confessa que poderia vender facilmente seu saldo de Materiais por $ 2.800, em leilão, mas aceita o preço oferecido pela Alfa S.A., por se tratar de venda rápida, assinando as partes o respectivo contrato.

Existe um princípio contábil segundo o qual as aquisições de bens devem ser registradas pelo custo real da compra, não importando se, nesse período, há considerável diferença entre o *custo* e o *valor* desse bem no mercado. Essa diferença será reconhecida (como *lucro*) apenas mais tarde, como veremos.

Isto porque, desde o início da Contabilidade, o raciocínio tem sido o seguinte: vamos registrar os estoques por quanto eles nos custaram para que, quando forem vendidos, possamos medir o lucro pela diferença entre o dinheiro da venda e o dinheiro usado na compra. Ou, no caso de materiais a serem consumidos na prestação de serviços, deixemo-los pelo custo para que, quando prestarmos os serviços e consumirmos o material, tenhamos o

lucro medido pela diferença entre o dinheiro da venda e o empregado para comprar o material usado e para pagar outras despesas.

O material adquirido figurará no Balanço Patrimonial, então, pelo preço de custo (*compra*) de $ 2.000.

Nenhum pagamento em dinheiro é feito ao Sr. Almeida nessa data, já que ele concordou com um certo prazo para essa liquidação financeira.

Por essa transação, a empresa adquire um novo Ativo (Materiais) e assume um Passivo, uma obrigação de pagar (Fornecedores).

Após essa transação, o Balanço da Alfa S.A. passa a ter a seguinte forma:

Alfa S.A. Balanço Patrimonial em 13-2-X Em $ mil			
Ativo		**Passivo e Patrimônio Líquido**	
		Passivo	
Caixa	2.800	Fornecedores	2.000
Imóveis	1.200	**Patrimônio Líquido**	
Estoques de Materiais	2.000	Capital	4.000
	6.000		6.000

4ª Operação – Compra de veículo

A Alfa S.A. necessita de um *utilitário* para efetuar aos clientes a entrega dos aparelhos eletrônicos consertados.

Adquire, então, em 20-2-X, da Beta Automóveis S.A., um veículo, a vista, por $ 200.

Efetuada essa nova transação, a empresa adquire um novo Ativo (Veículos) e seu dinheiro (Caixa) diminui no mesmo valor. O balanço da empresa estará agora assim configurado:

Alfa S.A. Balanço Patrimonial em 20-2-X			Em $ mil
Ativo		**Passivo e Patrimônio Líquido**	
		Passivo	
Caixa	2.600	Fornecedores	2.000
Imóveis	1.200		
Estoques de Materiais	2.000	**Patrimônio Líquido**	
Veículos	200	Capital	4.000
	6.000		6.000

5ª Operação – Venda de parte do edifício

Os diretores, verificando que o edifício adquirido excede às necessidades previstas, resolvem vender o pavimento superior ao Sr. A. Sousa, em 23-2-X por $ 800. Supondo que o custo pago pelo imóvel total, $ 1.200, fosse dividido em partes iguais, $ 600 como custo de cada um dos dois pavimentos adquiridos, ter-se-ia agora o seguinte: o ativo cresceu $ 800 representado pela Nota Promissória a Receber, mas o ativo também foi reduzido em $ 600, devido à baixa da parte do imóvel vendido. Com isso, há um incremento líquido de $ 200 do ativo; como nada se altera no passivo, isso provoca, então, um aumento de $ 200 no patrimônio líquido, em função desse lucro na venda do imóvel.

Nenhum dinheiro foi recebido do Sr. A. Sousa, nessa data, porém a empresa adquire um novo Ativo – um *direito* de receber os $ 800, representado por uma Nota Promissória emitida pelo comprador.

Tais direitos serão denominados por Títulos a Receber. A venda do pavimento ocasiona redução do Ativo Imóveis. Vejamos a nova situação do Balanço Patrimonial da Alfa S.A.:

Alfa S.A. Balanço Patrimonial em 23-2-X Em $ mil			
Ativo		**Passivo e Patrimônio Líquido**	
		Passivo	
Caixa	2.600		
Imóveis	600	Fornecedores	2.000
Estoques de Materiais	2.000		
Veículos	200	**Patrimônio Líquido**	
Títulos a Receber	800	Capital	4.000
		Lucro	200
			4.200
Ativo	6.200	**Passivo + PL**	6.200

6ª Operação – Pagamento de obrigação

Em 5-3-X, a Alfa S.A. paga ao Sr. Almeida $ 1.300, correspondentes a parte da dívida assumida com o mesmo em 13-2-X, quando da aquisição de materiais eletrônicos. Esta operação diminui o Passivo (Fornecedor) e também a disponibilidade de dinheiro em Caixa (Ativo). Eis o novo Balanço Patrimonial da entidade, após a ocorrência dessa operação.

Alfa S.A. Balanço Patrimonial em 5-3-X Em $ mil			
Ativo		**Passivo e Patrimônio Líquido**	
		Passivo	
Caixa	1.300		
Imóveis	600	Fornecedores	700
Estoques de Materiais			
Veículos	2.000	**Patrimônio Líquido**	
Títulos a Receber	200	Capital	4.000
	800	Lucro	200
			4.200
Ativo	4.900	**Passivo + PL**	4.900

7ª Operação – Recebimento de direito

Em 10-3-X, são recebidos $ 400 do Sr. A. Sousa como pagamento parcial de sua dívida. Esse fato contribui para aumentar o dinheiro em Caixa (Ativo) e diminuir os Títulos a Receber (Ativo). Veremos a seguir o Balanço Patrimonial da Alfa S.A.

Alfa S.A.
Balanço Patrimonial em 10-3-X
Em $ mil

Ativo		Passivo e Patrimônio Líquido	
		Passivo	
Caixa	1.700		
Imóveis	600	Fornecedores	700
Estoques de Materiais	2.000		
Veículos	200	**Patrimônio Líquido**	
Títulos a receber	400	Capital	4.000
		Lucro	200
			4.200
Ativo	4.900	**Passivo + PL**	4.900

2.7 Representação gráfica dos estados patrimoniais

Como vimos anteriormente, o Patrimônio Líquido (PL) é a diferença algébrica entre o Ativo (A) e o Passivo (P).

Não tem sentido falarmos em Ativo ou Passivo negativos. Nessas condições, os elementos patrimoniais poderão assumir somente os seguintes valores:

$A \geq 0$		$P \geq 0$		$PL \gtreqless 0$

Com base na equação do balanço (A – P = PL), pode-se, então, concluir que, em dado momento, o patrimônio assume, invariavelmente, um dos cinco seguintes estados, a saber:

1º) Quando A > P, teremos PL > 0

A = P + PL

A	P
	PL

Revela existência de riqueza própria

2º) Quando A > P e P = 0, teremos PL > 0

A = PL

A	P

Revela inexistência de dívidas (Passivo); logo, todo o Ativo é dos sócios e não há reclamos de terceiros sobre ele.

3º) Quando A = P, teremos PL = 0

A = P

A	P

Revela inexistência de riqueza própria, como, por exemplo, acontece com o indivíduo que possui bens a sua disposição, mas tem dívida junto a terceiros de igual valor.

4º) Quando P > A, teremos PL < 0

A + PL = P

A	P
PL	

Revela má situação, existência de "Passivo a Descoberto" ("Patrimônio Líquido Negativo").

5º) Quando P > A e A = 0, teremos PL < 0

PL = P

PL	P

Revela inexistência de Ativo, inexistência de bens e/ou direitos. Apenas dívidas (obrigações).

Os dois últimos estados patrimoniais (4º e 5º) raramente ocorrem, na realidade, principalmente o último, quando a empresa praticamente já não tem condições de subsistência.

Observação: O Patrimônio Líquido Negativo, ou Passivo a Descoberto, pode também aparecer no lado direito do balanço, mas com valor negativo.

2.8 Conceituações: as várias configurações do capital

Podemos considerar quatro conceitos de Capital na Contabilidade, nesta altura.

1º) *Capital Nominal* – O investimento inicial feito pelos proprietários de uma empresa é registrado pela Contabilidade numa "conta" denominada *Capital*. Este é o *capital nominal*, que corresponde ao patrimônio líquido inicial. O capital nominal só será alterado quando os proprietários realizarem investimentos adicionais (aumentos de capital) ou desinvestimentos (diminuições de capital).

Como o patrimônio líquido também é alterado pelos lucros (ou prejuízos), podemos afiançar que muito raramente o capital nominal, depois do início do funcionamento da empresa, coincidirá com o patrimônio líquido. Por exemplo: a Sociedade Comercial Gama Ltda. é constituída por quatro sócios, com capital integralizado de $ 800.000.

Em Contabilidade, tal situação inicial, conforme já visto, será representada da seguinte forma:

Caixa (dinheiro):	800.000	(A)	Capital	800.000	(PL)

2º) *Capital Próprio* – O capital próprio, que corresponde ao conceito de patrimônio líquido, abrange o capital inicial e suas variações. Por exemplo: após determinado período, a Sociedade Comercial Gama Ltda. obtém um lucro de $ 10.000, proveniente de suas operações mercantis. O *capital próprio* da empresa aumenta para $ 810.000 (Capital + Lucro); todavia, o capital nominal será mantido pela Contabilidade, conforme vemos abaixo:

Caixa	420.000	(A)	Capital	800.000	(PL)
Títulos a Receber	390.000		Lucro	10.000	
	810.000			810.000	

3º) *Capital de Terceiros* – Este capital corresponde aos investimentos feitos na empresa, com recursos provenientes de terceiros. Por exemplo: suponhamos que a Sociedade Comercial Gama Ltda. tenha comprado, a prazo, móveis para escritório por $ 10.000. Teremos a seguinte situação:

Caixa	420.000	(A)	Contas a Pagar	10.000	(P)
Títulos a Receber	390.000				
			Capital	800.000	(PL)
Móveis e utensílios	10.000		Lucro	10.000	
	820.000			820.000	

O capital de terceiros, neste caso, é representado pelo saldo de Contas a Pagar. Seria, no sentido restrito, o Passivo da entidade.

4º) *Capital Total à Disposição da Empresa* – Em acepção mais ampla, pode-se conceituar o capital como o conjunto dos valores disponíveis pela empresa

em dado momento. Assim, o capital à disposição da empresa é o somatório dos elementos colocados à direita da situação anteriormente exposta, ou seja:

CREDORES + CAPITAL + LUCROS = 820.000 = (P + PL) = A

Quadro-Resumo	
Ativo (Aplicações dos Recursos)	**Passivo e Patrimônio Líquido (Fontes de Recursos)**
Bens Direitos	(1) **Passivo** = Capital de Terceiros (2) **Patrimônio Líquido** = Capital Próprio (2.1) Capital = Capital Nominal (2.2) Lucros e Reservas = Variações **Capital Total à Disposição (Recursos Totais)** = (1) + (2)

Exercícios e soluções

Exercício 1

A seguir, são apresentadas, cronologicamente, as transações da Empresa Comercial Bahia S.A. (em $ mil):

2/1 – Investimento inicial de capital, em dinheiro, no valor de $ 12.000.

4/1 – Aquisição de um imóvel da Cia. A por $ 5.000 com pagamento de $ 2.500 a vista e o restante a prazo.

5/1 – Compra a vista de instalações (divisórias, cortinas etc.) para a Empresa, por $ 2.000.

15/1 – Aquisição de equipamentos (maquinaria), a prazo, de M & Cia., por $ 4.000.

18/1 – Obtenção de um empréstimo de $ 10.000, no Banco Alfa, com emissão de uma nota promissória.

23/1 – Pagamento de $ 1.000, a M. & Cia., para liquidação de parte da dívida pela compra efetuada em 15/1.

26/1 – Investimento de mais de $ 5.000 pelos sócios, aumentando o capital, em dinheiro.

30/1 – Compra a vista, por $ 8.500, de peças para reparos da Cia. Ômega.

Pede-se: Levantar um balanço da Empresa Comercial Bahia S.A., após cada operação.

Solução do exercício 1

a) Dia 2-1

Em $ mil

Caixa	12.000	Capital	12.000
	12.000		12.000

b) Dia 4-1

Em $ mil

Caixa	9.500	Títulos a Pagar – Cia. A	2.500
Imóveis	5.000	Capital	12.000
	14.500		14.500

c) Dia 5-1

Em $ mil

Caixa	7.500	Títulos a Pagar – Cia. A	2.500
Imóveis	5.000		
Instalações	2.000	Capital	12.000
	14.500		14.500

d) Dia 15-1

Em $ mil

Caixa	7.500	Títulos a Pagar – Cia. A	2.500
Imóveis	5.000	Títulos a Pagar – M & Cia.	4.000
Instalações	2.000	Capital	12.000
Equipamentos	4.000		
	18.500		18.500

e) Dia 18-1

Em $ mil

Caixa	17.500	Títulos a Pagar – Cia. A	2.500
Imóveis	5.000	Títulos a Pagar – M & Cia.	4.000
Instalações	2.000	Promissórias a Pagar – Banco Alfa	10.000
Equipamentos	4.000	Capital	12.000
	28.500		28.500

f) Dia 23-1

Em $ mil

Caixa	16.500	Títulos a Pagar – Cia. A	2.500
Imóveis	5.000	Títulos a Pagar – M & Cia.	3.000
Instalações	2.000	Promissórias a Pagar – Banco Alfa	10.000
Equipamentos	4.000	Capital	12.000
	27.500		27.500

g) Dia 26-1

Em $ mil

Caixa	21.500	Títulos a Pagar – Cia. A	2.500
Imóveis	5.000	Títulos a Pagar – M & Cia.	3.000
Instalações	2.000	Promissórias a Pagar – Banco Alfa	10.000
Equipamentos	4.000	Capital	17.000
	32.500		32.500

h) Dia 30-1

Em $ mil

Caixa	13.000	Títulos a Pagar – Cia. A	2.500
Estoques de Peças		Títulos a Pagar – M & Cia.	3.000
p/ Reparos	8.000	Promissórias a Pagar – Banco Alfa	10.000
Imóveis	5.000		
Instalações	2.000	Capital	17.000
Equipamentos	4.000		32.500
	32.500		

Exercício 2

Identifique as operações que dão origem às situações patrimoniais apresentadas a seguir:

a)

Em $ mil

Caixa	12.000	Capital	24.000
Estoques de Materiais	12.000		
	24.000		24.000

b)

Em $ mil

Caixa	12.000	Contas a Pagar – Cia. A	6.000
Estoques de Materiais	12.000	Capital	24.000
Móveis e Utensílios	6.000		
	30.000		30.000

c)

Em $ mil

Caixa	14.000	Contas a Pagar – Cia. A	6.000
Estoques de Materiais	12.000	Capital	26.000
Móveis e Utensílios	6.000		
	32.000		32.000

d)

Em $ mil

Caixa	13.000	Contas a Pagar – Cia. A	6.000
Estoques de Materiais	12.000	Capital	26.000
Móveis e Utensílios	6.000		
Veículos	1.000		
	32.000		32.000

e)

Em $ mil

Caixa	10.000	Contas a Pagar – Cia. A	3.000
Estoques de Materiais	12.000	Capital	26.000
Móveis e Utensílios	6.000		
Veículos	1.000		
	29.000		29.000

f)

Em $ mil

Caixa	5.000	Contas a Pagar – Cia. A	3.000
Estoques de Materiais	12.000	Contas a Pagar – Cia. B	5.000
Móveis e Utensílios	6.000	Capital	26.000
Veículos	1.000		
Equipamentos	10.000		
	34.000		34.000

Solução do exercício 2 (em $ mil)

a) Investimento inicial de capital no valor de $ 24.000, sendo 50% em *dinheiro* e 50% em *materiais*.

b) Aquisição, a prazo, de Móveis e Utensílios da Cia. A, no valor de $ 6.000.

c) Investimento pelos sócios, em dinheiro, no valor de $ 2.000, aumentando o capital.

d) Compra, a vista, de um veículo, no valor de $ 1.000.

e) Pagamento de 50% da dívida assumida com a Cia. A (Aquisição de Móveis e Utensílios).

f) Aquisição de Equipamentos, no valor de $ 10.000, da Cia. B, sendo: 50% pagos a vista e os restantes 50% a prazo.

3 Procedimentos contábeis básicos segundo o método das partidas dobradas

3.1 Contas

No Capítulo 2 foi preparado um balanço após a ocorrência de cada operação da empresa. Tal procedimento visou demonstrar a contínua igualdade da Equação do Patrimônio (A = P + PL) e explicar os efeitos de alguns eventos sobre os elementos do patrimônio.

Na prática, porém, há dificuldade de se preparar um balanço após cada operação. Em qualquer empresa, tais operações se sucedem a cada instante e é muito complicado. Por exemplo: como registrar o valor dos salários devidos aos empregados a cada minuto? Se as vendas forem registradas instantaneamente e as despesas com empregados não, teremos deformações na representação do que ocorre com a empresa, um processo de registro que permita a apresentação instantânea de seus resultados. Por outro lado, as pessoas interessadas nos balanços, como administradores, acionistas, entidades governamentais etc. contentam-se apenas com os balanços *periódicos* que são confeccionados com dados fornecidos pelos registros das operações, normalmente mensais ou trimestrais; às vezes anualmente.

Em geral, as operações ocasionam aumentos e diminuições no Ativo, no Passivo e no Patrimônio Líquido, como já vimos. Esses aumentos e diminuições são registrados em *contas*. Damos, abaixo, um dos modelos de conta.

(TÍTULO DA CONTA) Código

Data	Operações	Débito	Crédito	D/C	Saldo

3.2 Razão

Antigamente, as contas eram registradas nas páginas de um livro chamado Razão. Depois, passaram a ser registradas em folhas ou fichas soltas. Hoje, estão na memória do computador. No entanto, em seu conjunto, mantidas em um livro, ou arquivo, ou numa memória, continuam com a mesma denominação, *Razão*. O importante é que em cada conta se mantenha o registro, da história da movimentação do componente do ativo, do passivo ou do patrimônio líquido a que se refere.

Utilizam-se contas separadas para representar cada tipo de elemento do Ativo, do Passivo e do Patrimônio Líquido. Cada uma dessas contas será distinguida das demais por sua denominação. Por exemplo, o dinheiro em mãos será representado pela conta *Caixa*.

Podemos, também, e é o que ocorre na prática, representar diversos elementos de características semelhantes em uma mesma *conta*, a qual receberá o nome que melhor represente os elementos agrupados.

Exemplificando, podemos dizer que:

a) o conjunto formado por cadeiras, mesas, máquinas de escrever, máquinas de somar etc. poderia ser registrado em uma única conta, que teria por nome *Móveis e Utensílios*;

b) o conjunto de pequenas despesas, sem necessidade de discriminação, receberia o nome de *Despesas Diversas* ou *Despesas Gerais* etc.;

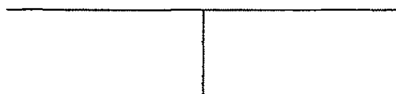
c) diversos valores a receber, sem necessidade de representação isolada, poderiam ser registrados na conta *Valores a Receber* ou *Contas a Receber* etc.;

d) diversos valores a pagar, sem necessidade de representação isolada, poderiam ser registrados na conta *Valores a Pagar* ou *Contas a Pagar* etc.

A prática aconselha a numeração ou codificação das contas, de forma racional e bem planificada. Exemplo de codificação:

Contas	Número ou Código
Ativo	
Caixa (dinheiro)	101
Contas a Receber	102
Estoques	103
Terrenos	105
Passivo	
Contas a Pagar	201
Patrimônio Líquido	
Capital	301

Para simplificar as ilustrações, explicações e resoluções de problemas, utilizaremos uma representação gráfica de conta bastante simples, que será denominada *Conta em T* ou *Razonete em T* ou, simplesmente, *Razonete*. A forma gráfica, cujo funcionamento explicaremos mais tarde, é a seguinte:



3.3 Débito e Crédito

O lado esquerdo de uma conta é chamado o lado do *débito*; o lado direito é chamado o lado do *crédito*. Um lançamento no lado esquerdo de uma conta é denominado *lançamento a débito* ou simplesmente *débito*; um lançamento no lado direito de uma conta é chamado *lançamento a crédito* ou, simplesmente, *crédito*. Utilizam-se também os verbos *creditar* e *debitar*. Quando se faz o lançamento à esquerda da conta, dizemos que estamos *debitando* essa conta.

(Título da Conta)	
(lado do *débito*)	(lado do *crédito*)

Os leigos em Contabilidade, geralmente, são levados a pensar que *débito* significa algo desfavorável, e *crédito* algo favorável. Na realidade, isto não ocorre, pois tais denominações são, hoje, simplesmente convenções contábeis, com uma função específica em cada conta, como veremos adiante.

A diferença entre o total de débitos e o total de créditos feitos em uma conta, em determinado período, é denominado *saldo*. Se o valor dos débitos for superior ao valor dos créditos, a conta terá um *saldo devedor*. Se acontecer o contrário, a conta terá um *saldo credor*.

3.4 Lançamentos a Débito e a Crédito das Contas

Como já vimos, as operações ocasionam aumentos e diminuições do Ativo, do Passivo e do Patrimônio Líquido.

As contas possuem dois lados (esquerdo e direito); dessa forma, os aumentos podem ser registrados em um lado e as diminuições no outro. *A natureza da conta é que irá determinar o lado a ser utilizado para os aumentos e o lado para as diminuições, como veremos a seguir.*

3.5 Contas de Ativo

Os elementos que compõem o Ativo figuram no lado *esquerdo* do Balanço. Em coerência, as contas de Ativo (Bens e Direitos) sempre devem apresentar saldos devedores, isto é, no lado esquerdo.

Convém notar que uma empresa *possui ou não bens e direitos*; não existem bens negativos e tampouco direitos negativos; portanto, as contas de Ativo possuem saldo devedor ou nulo. Para que uma conta de Ativo (Bens ou Direitos) tenha saldo devedor, é necessário que os aumentos e as diminuições nela ocorridos sejam assim registrados:

Qualquer Conta de Ativo

Débito	Crédito
$ Aumentos	$ Diminuições

(Existem contas retificadoras de ativos, mas isto será visto mais à frente.)

3.6 Contas de Passivo e de Patrimônio Líquido

3.6.1 De Passivo

Como as contas do Passivo aparecem sempre no lado direito do Balanço, e, portanto, terão sempre saldo credor, deve acontecer com elas o inverso do que acontece com as do Ativo, isto é, os aumentos e diminuições do Passivo (obrigações) devem ser registrados da seguinte maneira:

Qualquer Conta de Passivo

Débito	Crédito
$ Diminuições	$ Aumentos

3.6.2 De Patrimônio Líquido

Como o Patrimônio Líquido Positivo ocupa o lado direito do Balanço, o funcionamento de suas contas será igual ao funcionamento das do Passivo, ou seja:

Qualquer Conta de Patrimônio Líquido

Débito	Crédito
$ Diminuições	$ Aumentos

Quando o Patrimônio Líquido em seu valor total for negativo, estará no lado esquerdo do Balanço, junto com o Ativo, ou subtraído do Passivo

(lado direito do Balanço), com o saldo devedor. Aumentá-lo com o sentido de melhorá-lo significa diminuir esse saldo devedor, o que só pode ser feito mediante um lançamento a crédito.

Logo, segue-se que qualquer aumento em Patrimônio Líquido, seja este, anteriormente a esse aumento, positivo ou negativo, será regido por crédito, e qualquer diminuição, por débito. Logo:

Qualquer Conta de Patrimônio Líquido

Débito	Crédito
$ Diminuições	$ Aumentos

Observações:
1. Uma empresa possui ou não Passivo (obrigações); não existem dívidas negativas.
2. O Patrimônio Líquido (Ativo-Passivo), entretanto, pode ser positivo, nulo ou negativo.

3.7 Resumo do Mecanismo de Débito e Crédito

Resumindo o mecanismo acima, podemos dizer que:

Contas	**Efetua-se um lançamento a:**	
	Débito	**Crédito**
de	para	para
Ativo	Aumentar	Diminuir
Passivo	Diminuir	Aumentar
Patrimônio Líquido	Diminuir	Aumentar

3.8 Método das Partidas Dobradas

A essência do método, universalmente aceito, é que o registro de qualquer operação implica que a um débito numa ou mais contas deve corresponder um crédito equivalente em uma ou mais contas, de forma que a soma dos valores debitados seja sempre igual à soma dos valores creditados. "Não há débito(s) sem crédito(s) correspondente(s)."

3.9 Exemplos de Registro de Operações no Razão

Para ilustrar a função do débito e do crédito nas contas, passaremos a considerar algumas operações de uma empresa. Procuraremos analisar cada ocorrência para verificar quais lançamentos a débito e a crédito seriam necessários para o registro desses aumentos e dessas diminuições. Para simplificar a demonstração, usaremos razonetes, nos quais colocaremos unicamente as quantias, a débito ou a crédito. Para auxiliar a identificação dos lançamentos, o débito e o crédito de cada operação terão a mesma numeração, entre parênteses.

1. Diversas pessoas resolveram, em 20-7-X8, fundar uma sociedade anônima, com o Capital totalmente integralizado em dinheiro no ato de $ 17.000, dividido em 1.700 ações de $ 10 cada uma. Com a entrada do dinheiro para a sociedade, o Ativo CAIXA foi *aumentado* (debita-se CAIXA) e o Patrimônio Líquido também foi *aumentado* (credita-se CAPITAL).

Caixa

(1) 17.000	

Capital

	17.000 (1)

Se as operações acima tivessem sido representadas em contas reais e não nos razonetes simplificados, teríamos o seguinte:

CAIXA **Código 101**

Data	Operações	Débito	Crédito	D/C	Saldo
20-7-19x8	a Capital	17.000		D	17.000

CAPITAL **Código 501**

Data	Operações	Débito	Crédito	D/C	Saldo
20-7-19x8	de Caixa		17.000	C	17.000

Lembremo-nos: Ativo, se existe, tem saldo devedor. Logo, ao aparecer saldo em dinheiro onde não havia nada, há que se Debitar o Caixa. Por outro lado, se o Patrimônio Líquido é positivo, tem que estar no lado direito do Balanço; logo, com saldo credor. Assim, ao passar de zero para o valor positivo de $ 17.000, isso é registrado mediante um Crédito na conta Capital.

2. **Compra de Terrenos** – A empresa, ao planejar a construção de um edifício para suas instalações, adquire dois lotes de terrenos contíguos, em 22 de julho, por $ 3.100 cada um, pagando a vista. Resulta daí que:

- o Ativo *Terrenos* foi aumentado – debita-se *Terrenos;*
- o Ativo *Caixa* foi diminuído – credita-se *Caixa.*

Terrenos

(2) 6.200	

Caixa

17.000	6.200 (2)
Saldo = 10.800	

3. **Venda de Terrenos** – O gerente resolveu vender um dos lotes ao Sr. A. Silva, em 27 de julho, por $ 3.100, isto é, pelo mesmo valor que havia custado à empresa. Nenhum dinheiro foi recebido do Sr. Silva nessa data, porém a empresa adquiriu o direito de cobrar $ 3.100 do Sr. Silva. Consequentemente:

- o Ativo *Terrenos* ficou diminuído – credita-se *Terrenos*;
- o *Ativo* ficou aumentado pelo aparecimento de um direito: debita-se *Títulos a Receber*.

Terrenos

6.200	3.100 (3)
Saldo = 3.100	

Títulos a Receber

(3) 3.100	

4. **Compra de Materiais** – Em 28 de julho, foram adquiridos, do Sr. Figueiredo, a prazo, materiais pelo preço de $ 7.800. Como resultado, temos que:

- um novo Ativo, *Materiais*, foi adquirido – debita-se *Estoques*;
- foi assumida uma obrigação – credita-se *Contas a Pagar*.

Estoques

(4) 7.800	

Contas a Pagar

	7.800 (4)

5. **Compra de Móveis e Utensílios** – No mesmo dia, foram adquiridos, também a prazo, do Sr. Figueiredo, duas mesas, quatro cadeiras, um computador e uma impressora, pelo preço de $ 5.000. Todos estes elementos podem ser representados por uma única conta de Ativo, *Móveis, Utensílios e Equipamentos*. Logo:

- um novo Ativo, *Móveis, Utensílios e Equipamentos*, foi adquirido – debita-se *Móveis, Utensílios e Equipamentos*.
- o Passivo *Contas a Pagar* foi aumentado – credita-se *Contas a Pagar*.

Móveis, Utensílios e Equipamentos

(5) 5.000	

Contas a Pagar

	7.800 5.000 (5)
	12.800 = Saldo

6. Em 30 de julho, foi recebida do Sr. A. Silva parte de sua dívida, $ 2.200. Um novo resultado se apresenta:
   - o Ativo *Caixa* foi aumentado – debita-se *Caixa*;
   - o Ativo *Títulos a Receber* foi diminuído – credita-se *Títulos a Receber*.

Caixa

17.000	
	6.200
(6) 2.200	
Saldo = 13.000	

Títulos a Receber

3.100	
	2.200 (6)
Saldo = 900	

7. Foi pago, em 31 de julho, ao Sr. Figueiredo, parte da dívida para com ele, $ 7.000. Uma nova alteração ocorre:
   - o Passivo *Contas a Pagar* foi diminuído – debita-se *Contas a Pagar*;
   - o Ativo *Caixa* foi diminuído – credita-se *Caixa*.

Caixa

17.000	
	6.200
2.200	
	7.000 (7)
Saldo = 6.000	

Contas a Pagar

	7.800
	5.000
(7) 7.000	
	5.800 = Saldo

Nos últimos exemplos, só havia um credor da empresa (o Sr. Figueiredo) e também um único devedor (o Sr. A. Silva). No entanto, as contas *Contas a Pagar* e *Títulos a Receber* e outras do mesmo tipo são sempre usadas independentemente do número de devedores ou credores. Os saldos dessas contas representarão, dessa forma, os totais de débitos e créditos da empresa para com terceiros. Tais contas, que englobam débitos ou créditos de diversas pessoas, ou mesmo contas que englobam operações de tipo diferente, mas da mesma natureza, são denominadas contas *Coletivas*. Essas contas podem ser desdobradas em diversas subcontas, quando necessário. Veremos isso mais à frente.

3.10 Diário

É este um livro no qual são registradas todas as operações contabilizáveis de uma entidade, em *ordem cronológica* e com a observância de certas regras. Antigamente, o livro era preenchido unicamente à mão, isto é, era manuscrito. Depois, passou-se a utilizar processos mecânicos para a escrituração em folhas soltas, as quais são, em seguida, copiadas por decalque no livro de folhas presas. Processos eletrônicos são utilizados no trabalho contábil em geral hoje, na maioria das empresas; neste caso, encadernam-se as folhas soltas impressas.

3.11 Partidas de Diário

O registro de uma operação no livro *Diário* denomina-se *partida de Diário*.

O método universalmente usado em todos os sistemas contábeis é o método das *Partidas Dobradas*.

A expressão *partidas dobradas* não indica duplicidade ou repetição de um mesmo registro. Como vimos, nos exemplos de registros de operações no Razão, sempre que ocorria um fato, dois ou mais elementos do patrimônio eram alterados equivalentemente, permitindo equilíbrio constante e, consequentemente, a adoção da fórmula:

ATIVO = PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Os requisitos necessários de uma *partida de Diário* são os seguintes:

a) data de operação;
b) conta a ser debitada;
c) conta a ser creditada;
d) histórico da operação, com a menção das características principais dos documentos comprobatórios da operação;
e) valor da operação, em moeda.

Exemplo de uma partida de Diário:

São Paulo, 5 de julho de X1.

Estoques de Mercadorias							
a Caixa							
		N/compra, a vista, de					
		F. Macedo Ltda., conf. s/					
		Nota Fiscal nº 34565					3.400

A disposição dos requisitos, de *a* a *e*, segue a ordem indicada. Primeiramente, inscreve-se a data da operação, observando-se a rigorosa sucessão cronológica de dia, mês e ano, na sucessão dos fatos registrados. A seguir, a intitulação das contas. Seguindo o princípio fundamental das *partidas dobradas*, "a importância levada a débito de uma ou mais contas deverá ser, simultaneamente, levada a crédito de outra ou outras contas, com rigorosa equivalência de valores". Quando da escrituração manual nas partidas de Diário, a conta debitada é colocada em primeiro lugar e a conta creditada abaixo daquela e um pouco à direita, normalmente precedida de preposição *a*, de tal sorte que a distinção entre conta debitada e a creditada se faz, também, por essa circunstância, e não somente pela ordem de colocação. (Observação: pode-se não usar a partícula *a* desde que se identifique por outra forma qual a conta a ser debitada e qual a ser creditada).

Dessa forma, no exemplo acima citado, a conta *Estoques de Mercadorias* é a conta debitada e a conta *Caixa* é a creditada.

O histórico compreende a descrição sumária do fato registrado. Sua redação obedece ao estilo mercantil, com referência expressa ao instrumento ou documento que o consubstanciou. A economia de tempo e espaço aconselha, naturalmente, que se evite a inscrição de elementos desnecessários ou cuja dispensa não prejudique a clareza e a identificação dos fatos. Em resumo, deve-se evitar o supérfluo; todavia, a partida, no conjunto de seus requisitos, tem de proporcionar, por sua leitura, uma representação exata e completa das operações escrituradas.

As partidas de Diário que contêm uma única conta a débito e uma única conta a crédito são chamadas Partidas de 1ª fórmula. Partidas de 2ª fórmula são as compostas de uma conta a débito e duas ou mais contas a crédito.

Exemplo:

No lançamento do dia 3, a conta *Estoques de Mercadorias* foi debitada pelo total de $ 5.900 e as contas *Caixa* e *Fornecedores* são as creditadas, respectivamente, por $ 3.400 e $ 2.500.

É comum o uso da palavra *Diversos* para se avisar que há duas ou mais contas debitadas ou creditadas. Mas, na realidade, seu uso não é obrigatório.

São Paulo, 3 de julho de X1.

Estoques de Mercadorias			
a Diversos			
a Caixa			
N/compra, a vista, de F. Macedo Ltda., conf. s/Nota Fiscal nº 3456		3.400	
a Fornecedores			
Idem a prazo, de J. Cavalcanti S.A., conf. s/Nota Fiscal nº 73		2.500	5.900

Partidas de 3ª fórmula são as compostas de duas ou mais contas a débito e uma só conta a crédito.

Exemplos:

São Paulo, 6 de julho de X1.

Diversos			
a Caixa			
Móveis e Utensílios			
Pago a Móveis Industriais S.A., ref. a s/N.E. nº 3478		8.000	
Veículos			
Idem à Soc. Comercial de Automóveis Ltda. s/N.E. nº 4565		12.000	
Terrenos			
Idem, a Joaquim Marques, conf. escritura lavrada no 3º Tabelião de São Paulo, a fls. 25 do livro 132		62.000	82.000

A conta *Caixa* é creditada pelo total de $ 82.000 e as contas *Móveis e Utensílios, Veículos* e *Terrenos* são debitadas, repectivamente, por $ 8.000, $ 12.000 e $ 62.000.

A respeito das partidas de 2ª e 3ª fórmulas, explicadas e exemplificadas, cumpre esclarecer que são utilizadas com a única finalidade de simplificar e condensar a escrituração do Diário e, dessa forma, nada impede que sejam feitas diversas partidas de 1ª fórmula, em lugar de uma partida de 2ª ou 3ª fórmulas ou vice-versa.

Existe ainda um quarto tipo de partida de Diário: a Partida de 4ª fórmula, constituída de duas ou mais contas a débito e duas ou mais contas a crédito.

As operações de uma entidade são registradas, num sistema manual, primeiramente no livro Diário, em ordem cronológica, após o que são feitos os registros no livro *Razão*. Costuma-se, para facilitar verificações posteriores, mencionar nas folhas do Razão, à frente de cada lançamento, o número da página do Diário em que foi lançada a mesma operação.

3.12 Livros Auxiliares do Razão

Como já foi exposto, existem as contas coletivas, como *Títulos a Pagar, Títulos a Receber, Contas a Receber, Bancos c/ Movimento* etc., nas quais são englobados os créditos e débitos de terceiros para com a entidade. Mesmo quando o número destes terceiros for reduzido, a entidade precisa manter registros adicionais para o controle de cada devedor e cada credor, separadamente. Para tal finalidade, existem os livros auxiliares de razão que funcionam como desdobramento das contas coletivas. Assim, por exemplo, o livro auxiliar Duplicatas a Pagar é um desdobramento da conta *Duplicatas a Pagar*, e dele constam tantas folhas ou fichas quantos forem os credores da entidade, portadores de Duplicatas a Receber. Costuma-se dizer que as contas coletivas funcionam no Razão como registros sintéticos e os livros auxiliares correspondentes como registros analíticos. O mesmo ocorre nos sistemas eletrônicos.

Além desses tipos de livros auxiliares do Razão, existe mais um, que se destaca por sua natureza, bem diferente dos demais: é o livro Caixa. As operações que envolvem pagamento e recebimento de dinheiro que, como sabemos, afetam um dos elementos do Ativo, são geralmente objeto de um cuidado maior por parte do setor contábil. A conta *Caixa*, no Razão, não dá, normalmente, maiores informações sobre o histórico de transação e sobre as características dos documentos que a comprovam. Além disso, as existências de dinheiro em caixa devem ser conferidas diariamente, sendo confrontados os resultados da contagem física com os registros das operações. Assim, caso houvesse um pequeno atraso na contabilização das operações, fato este que pode ocorrer até mesmo nas empresas mais bem organizadas, ficariam os responsáveis pelo dinheiro impossibilitados de exercer o referido controle. Por tais motivos, surgiu a necessidade da adoção de um registro para o movimento de dinheiro, além da conta *Caixa* no Razão. Esse livro, também denominado Caixa, contém, em última análise, as mesmas informações globais que a conta *Caixa do Razão*, porém é mais completo nos históricos das operações e deve ser escriturado quase simultaneamente com as operações, a fim de permitir a conferência imediata das existências, a qualquer momento. Com o desenvolvimento do sistema bancário e das transações eletrônicas, todavia, em muitas empresas o caixa passou a conter valores para pagamento apenas de pequenas despesas. Para esse caso, o controle e a contabilização costumam ser feitos de forma simplificada (isso será visto no Capítulo 7, seção 7.3.3). Assim, esse livro caixa pode não ser encontrado mais nessas empresas.

PASSAGEM DO *DIÁRIO* PARA A *RAZÃO*
Exemplo de Venda de Terreno a Vista
São Paulo, 15 de julho de X1

11 Caixa					
15 a Terrenos					
	Venda a vista, pelo valor de custo, do terreno sito na Rua Apucarana, 179, a J. Fagundes, conf. escritura lavrada às fls. 25 do livro 145, do 7º Tabelião de S. Paulo				132.000

CAIXA — **Código 11**

Data	Operações	Débito	Crédito	D/C	Saldo
15-7-X1	a Terrenos	132.000		D	132.000

TERRENO — **Código 15**

Data	Operações	Débito	Crédito	D/C	Saldo
1-1-X1	Saldo Anterior			D	132.000
15-7-X1	de caixa		132.000		– 0 –

Observações: (1) Na conta debitada, costuma-se usar a partícula *a* para mostrar qual a conta creditada. E, na conta creditada, costuma-se usar a palavra *de* para evidenciar qual a conta debitada em contrapartida. Isto facilita a leitura, mas não é obrigatório. (2) Não foi mostrado atrás, mas é comum, o registro no Diário conter um número (em série) e ele ser referenciado no Razão, em cada conta movimentada.

3.13 Balancete de Verificação

Como já vimos no item 3.8, a denominação *método das partidas dobradas*, utilizada pela Contabilidade, deriva do fato de a escrituração de cada operação ser feita sempre por meio de um débito e um crédito de igual valor. Desde

que os lançamentos de débito e de crédito, para cada operação, sejam sempre iguais, é óbvio que o valor dos lançamentos a débito das diversas contas de uma entidade seja igual ao valor total dos lançamentos a crédito. Pelo mesmo motivo, é fácil concluir que o valor total dos saldos credores deve ser igual ao valor total dos saldos devedores.

É costume procurar verificar essas igualdades periodicamente, relacionando todas as contas em demonstrações chamadas *Balancetes de Verificação* do *Razão, Balancetes de Verificação*, ou, apenas, Balancetes. Por exemplo, em 31-7-X1, o Balancete de Verificação da Cia. Brasília de Radiadores é o seguinte:

Cia. Brasília de Radiadores
Balancete de Verificação em 31-7-X1

Contas	Saldos	
	Devedores	Credores
Caixa	60.000	–
Contas a Receber	9.000	–
Estoques	78.000	–
Terrenos	31.000	–
Móveis e Utensílios	50.000	–
Fornecedores	–	58.000
Capital	–	170.000
	228.000	228.000

Este é um exemplo do balancete de verificação do tipo mais simples, de duas colunas apenas.

Os outros tipos são mais completos na evidenciação de dados de interesse para o leitor. Assim, o balancete chamado de seis colunas apresenta os saldos do balancete anterior, o movimento de débitos e créditos do período que medeia o anterior e o atual e, finalmente, os saldos atuais.

O balancete mais completo é o de oito colunas, no qual aparecem os saldos anteriores, o movimento e os saldos do período e, finalmente, os saldos atuais.

Cia. Brasília de Radiadores Balancete de Verificação em 31-8-X1						
Contas	Balancete Anterior		Movimento do Período		Balancete Atual	
	Saldos		Débito	Crédito	Saldos Atuais	
	Devedores	Credores			Devedores	Credores

Cia. Brasília de Radiadores Balancete de Verificação em 31-8-X1								
Contas	Saldos Anteriores		Movimento do Período				Saldos Atuais	
	Devedores	Credores	Débito	Crédito	Saldos		Devedores	Credores
					Devedores	Credores		

Exercícios Resolvidos

Em 1-10-X1, oito pessoas resolveram organizar uma empresa para consertos de aparelhos de pesca, a qual denominaram Paraíso dos Pescadores S.A.

1. Foi elaborado, nesta data, o estatuto de empresa com o capital constituído de 10.000 ações ordinárias nominativas, no valor de $ 10 cada uma, perfazendo um total de $ 100.000.
2. Foram integralizados, no ato, 10% do capital em dinheiro.
3. A empresa foi instalada em uma das duas partes de um prédio adquirido para esse fim, por $ 30.000, sendo $ 3.000 a vista e o restante dividido em nove parcelas mensais iguais e consecutivas, vencendo a primeira em 1-11-X1 e a última em 1-7-X2.

Durante os três últimos meses de X1 foram realizadas ainda as seguintes transações:

4. Em 15-10, foram compradas diversas máquinas industriais de Antônio Coelho & Cia. Ltda. por $ 10.000, sendo $ 3.000 a vista e o restante, com o vencimento para 30-11-X1, mediante o aceite de uma duplicata.
5. Em 20-10, foram adquiridas, a vista, três cadeiras e duas mesas para escritório, por $ 1.000.
6. Em 22-10, foi aberta uma conta no Banco do Sul S.A., sendo depositada a importância de $ 500.
7. Em 25-10, foi obtido um empréstimo de $ 15.000, no Banco do Sul S.A., sendo emitida uma nota promissória, sem despesas e juros, pelo prazo de 90 dias.
8. Em 27-10, foram compradas a vista, mediante o cheque nº 0001 do Banco do Sul S.A., instalações para a empresa por $ 5.000.
9. Em 30-10, foram adquiridas, a prazo, de Maria Júlia & Cia., mediante aceite de duplicata, com vencimento para 15-12-X1, peças para reparos de barcos, no valor de $ 10.000.
10. Em 1-11-X1, foi paga a primeira prestação do prédio adquirido em 1-10, mediante a emissão do cheque nº 0002 do Banco do Sul S.A.
11. Em 5-11-X1, foi adquirida, a vista, um microcomputador por $ 1.000, com o cheque nº 0003, do Banco do Sul S.A.
12. Em 10-11, foram integralizados, em dinheiro, $ 30.000 do capital subscrito.
13. Em 15-11, foram comprados materiais de escritório, a vista, por $ 800.
14. Em 25-11, foi adquirida uma camioneta, a vista, por $ 11.000.
15. Em 30-11, foi paga a Antônio Coelho & Cia. sua duplicata vencida nessa data.
16. Em 1-12-X1, foi paga a 2ª prestação do prédio, em dinheiro.
17. Em 5-12-X1, foi vendida a metade do prédio, a prazo, com vencimento em 30-1-X2, para a Imobiliária Catimba Ltda., pelo preço de custo, isto é, por $ 15.000.
18. Em 10-12, foram comprados, a vista, diversos móveis para escritórios, por $ 2.000.
19. Em 15-12, foram integralizados, em dinheiro, mais $ 20.000 do capital.
20. Em 20-12, foi paga uma duplicata a Maria Júlia & Cia., de $ 10.000.
21. Em 23-12, foram adquiridos materiais diversos para consertos, a prazo, de Pedro Costa & Cia., mediante aceite de duplicata, no valor de $ 15.000, com vencimento para 30-1-X2.
22. Em 29-12-X1 foi paga a 3ª prestação do prédio.

Pede-se:

1º) efetuar todas as operações necessárias no Livro Diário;

2º) transcrever esses lançamentos no Razão (usar Razonetes em T);

3º) elaborar balancetes de verificação nos últimos dias de cada mês, sendo que os dois últimos balancetes deverão ser os de oito colunas.

Lançamentos no Diário

nº 1) São Paulo, 1º de outubro de X1		$
Acionistas – c/ Capital		
a Capital		
(histórico)		100.000
——— 1 ———		
nº 2)		
Caixa		
a Acionistas c/ Capital		
(histórico)		10.000
——— 1 ———		
nº 3)		
Imóveis		
a Diversos		
a Caixa	3.000	
(histórico)		
a Títulos a Pagar		
(histórico)	27.000	30.000
——— 15 ———		
nº 4)		
Máquinas e Equipamentos		
a Diversos		
a Caixa		
(histórico)	3.000	
a Duplicatas a Pagar		
(histórico)	7.000	10.000
——— 20 ———		
nº 5)		
Móveis e Utensílios		
a Caixa		
(histórico)		1.000
——— 22 ———		

nº 6)
Bancos – c/ Movimento
a Caixa
(histórico) 500

25

nº 7)
Bancos – c/ Movimento
a Empréstimos a Pagar
(histórico) 15.000

27

nº 8)
Instalações
a Bancos – c/ Movimento
(histórico) 5.000

30

nº 9)
Peças para Reparos
a Fornecedores
(histórico) 10.000

nº 10)
São Paulo, 1º de novembro de X1

Títulos a Pagar
a Bancos – c/ Movimento
(histórico) 3.000

5

nº 11)
Móveis e Utensílios
a Bancos – c/ Movimento
(histórico) 1.000

10

nº 12)
Caixa
a Acionistas – c/ Capital
(histórico) 30.000

15

nº 13)
Materiais de Escritório
a Caixa
(histórico) 800

25

nº 14)
Veículos
a Caixa
(histórico) 11.000

30

nº 15)
Duplicatas a Pagar
a Caixa
(histórico) 7.000

nº 16)
São Paulo, 1º de dezembro de X1

Títulos a Pagar
a Caixa
(histórico) 3.000

5

nº 17)
Títulos a Receber
a Imóveis
(histórico) 15.000

10

nº 18)
Móveis e Utensílios
a Caixa
(histórico) 2.000

15

nº 19)
Caixa
a Acionistas – c/ Capital
(histórico) 20.000

20

nº 20)
Fornecedores
a Caixa
(histórico) 10.000

23

nº 21)
Peças para Reparos
a Fornecedores
(histórico) 15.000

29

nº 22)
Títulos a Pagar
a Caixa
(histórico) 3.000

Observação: Para simplificar a apresentação, foram omitidos os seguintes fatos:

Nos lançamentos de Diário

1º) os históricos referentes a cada lançamento;

2º) as subcontas referentes a Bancos, Fornecedores, Acionistas c/ Capital, Duplicatas a Pagar, Empréstimo a Pagar, Títulos a Pagar e Títulos a Receber.

No Razão e no Diário

3º) os centavos.

Razão Em $ mil

Acionistas – c/ Capital

	Débito	Crédito	
(1)	100.000	10.000	
	90.000	= Saldo outubro	
		30.000	(12)
	60.000	= Saldo novembro	
		20.000	(19)
	40.000	= Saldo dezembro	

Caixa

	Débito	Crédito	
(2)	100.000	3.000	(3)
		3.000	(4)
		1.000	(5)
		500	(6)
	2.500	= Saldo outubro	
(12)	30.000	800	(13)
		11.000	(14)
		7.000	(15)
	13.700	= Saldo novembro	
		3.000	(16)
		2.000	(18)
(19)	20.000	10.000	(20)
		3.000	(22)
	15.700	= Saldo dezembro	

Capital

	Débito	Crédito	
		100.000	(1)

Títulos a Pagar

	Débito	Crédito	
		27.000	(3)
	Saldo outubro =	27.000	
(10)	3.000		
	Saldo novembro =	24.000	
(16)	3.000		
(22)	3.000		
	Saldo dezembro =	18.000	

Máquinas e Equipamentos

	Débito	Crédito	
(4)	10.000		

Duplicatas a Pagar

	Débito	Crédito	
		7.000	(4)
	Saldo outubro =	7.000	
(15)	7.000		

Imóveis

(3)	30.000		
	30.000	= Saldo outubro e novembro	
		15.000	(17)
	15.000	= Saldo dezembro	

Bancos c/ Movimento

(6)	500		
(7)	15.000	5.000	(8)
	10.500		
		3.000	(10)
		1.000	(11)
	6.500	= Saldo novembro	

Empréstimos a Pagar

		15.000	(7)

Materiais para Escritório

(13)	800		

Veículos

(14)	11.000		

Móveis e Utensílios

(5)	1.000		
	1.000	= Saldo outubro	
(11)	1.000		
	2.000	= Saldo novembro	
(18)	2.000		
	4.000	= Saldo dezembro	

Instalações

(8)	5.000		

Peças para Reparos

(9)	10.000		
	10.000	= Saldo out. e nov.	
(21)	15.000		
	25.000	= Saldo dezembro	

Fornecedores

		10.000	(9)
Saldo novembro =		10.000	
(20)	10.000		
		15.000	(21)
Saldo novembro =		15.000	

Títulos a Receber

(17)	15.000		

Paraíso dos Pescadores S.A.
Balancete de Verificação do Razão em 31-10-X1

Contas	Débitos	Créditos	Saldos	
			Devedores	Credores
Caixa	10.000	7.500	2.500	
Bancos – c/ Movimento	15.500	5.000	10.500	
Peças para Reparos	10.000		10.000	
Acionistas – c/ Capital	100.000	10.000	90.000	
Imóveis	30.000		30.000	
Instalações	5.000		5.000	
Móveis e Utensílios	1.000		1.000	
Máquinas e Equipamentos	10.000		10.000	
Capital		100.000		100.000
Fornecedores		10.000		10.000
Duplicatas a Pagar		7.000		7.000
Empréstimos a Pagar		15.000		15.000
Títulos a Pagar		27.000		27.000
Totais	181.500	181.500	159.000	159.000

Paraíso dos Pescadores S.A.
Balancete de Verificação do Razão em 30-11-X1

Contas	Saldos Anteriores		Movimento do Período – Totais		Saldos Atuais	
	Devedores	Credores	Devedores	Credores	Devedores	Credores
Caixa	2.500		30.000	18.800	13.700	
Bancos – c/ Movimento	10.500			4.000	6.500	
Peças para Reparos	10.000				10.000	
Acionistas – c/ Capital	90.000			30.000	60.000	
Materiais para Escritório			800		800	
Imóveis	30.000				30.000	
Instalações	5.000				5.000	
Móveis e Utensílios	1.000		1.000		2.000	
Veículos			11.000		11.000	
Máquinas e Equipamentos	10.000				10.000	
Capital		100.000				100.000
Fornecedores		10.000				10.000
Duplicatas a Pagar		7.000	7.000			
Empréstimos a Pagar		15.000				15.000
Títulos a Pagar		27.000	3.000			24.000
Totais	159.000	159.000	52.800	52.800	149.000	149.000

Paraíso dos Pescadores S.A. Balancete de Verificação do Razão em 31-12-X1						
Contas	Saldos Anteriores		Movimento do Período Totais		Saldos Atuais	
	Devedores	Credores	Devedores	Credores	Devedores	Credores
Caixa	13.700		20.000	18.000	15.700	
Bancos – c/ Movimento	6.500				6.500	
Peças para Reparos	10.000		15.000		25.000	
Títulos a Receber			15.000		15.000	
Acionistas – c/ Capital	60.000			20.000	40.000	
Materiais para Escritório	800				800	
Imóveis	30.000			15.000	15.000	
Instalações	5.000				5.000	
Móveis e Utensílios	2.000		2.000		4.000	
Veículos	11.000				11.000	
Máquinas e Equipamentos	10.000				10.000	
Capital		100.000				100.000
Fornecedores		10.000	10.000	15.000		15.000
Empréstimos a Pagar		15.000				15.000
Títulos a Pagar		24.000	6.000			18.000
Totais	149.000	149.000	68.000	68.000	148.000	148.000

As variações do Patrimônio Líquido 4

4.1 Despesa, Receita e Resultado

As causas principais que fazem variar o Patrimônio Líquido são:

a) o investimento inicial de capital e seus aumentos posteriores ou desinvestimentos (devoluções de capital) feitos na entidade;
b) o resultado obtido do confronto entre contas de *receitas* e *despesas* dentro do período contábil.

Como o primeiro item já foi exposto nos capítulos anteriores, discutiremos o que concerne às receitas, despesas e resultado.

4.1.1 Receita

Entende-se por Receita a entrada de elementos para o ativo, sob a forma de dinheiro ou direitos a receber, correspondentes, normalmente, à venda de mercadorias, de produtos ou à prestação de serviços. Uma receita também pode derivar de juros sobre depósitos bancários ou títulos, de aluguéis e outras origens.

Às vezes, a Receita ocorre em função da redução de um passivo.

A obtenção de uma Receita resulta, pois, num aumento de Patrimônio Líquido.

4.1.2 *Despesa*

Entende-se por Despesa o consumo de bens ou serviços, que, direta ou indiretamente, ajuda a produzir uma receita. Diminuindo o Ativo ou aumentando o Passivo, uma Despesa é realizada com a finalidade de se obter uma Receita.

4.1.3 *Resultado*

Caso as receitas obtidas superem as despesas incorridas, o Resultado do período contábil será positivo, denominado de lucro, aumentando o Patrimônio Líquido. Se as despesas forem maiores que as receitas, este fato ocasiona um prejuízo que diminuirá o Patrimônio Líquido.

4.1.4 *Mecanismo de débito e crédito*

Como já foi visto anteriormente, os registros de aumentos e de diminuições das contas de Patrimônio Líquido obedecem à seguinte regra: os *Aumentos* são registrados por créditos e as *Diminuições* por débitos.

Em decorrência dessa regra geral, as receitas obtidas, por aumentarem o Patrimônio Líquido, deverão ser *creditadas* em *contas de receita*. As despesas incorridas, por diminuírem o Patrimônio Líquido, deverão ser *debitadas* em *contas de despesa*.

Uma despesa é, portanto, elemento que diminui o resultado (e, consequentemente, o patrimônio líquido), enquanto uma receita é elemento que aumenta o resultado (e o patrimônio líquido, por decorrência).

Para que haja condições de análise e informações detalhadas dentro de uma empresa, *receitas* e *despesas* constituem apenas os grupos principais, sendo desdobradas em cada classe, em diversas contas componentes, segundo a natureza e o tipo de cada uma delas.

Exemplo: Receitas de Serviços, de Vendas de Mercadorias, de Comissões, de Juros etc.; Despesas de Aluguel, de Salários, de Juros, de Tributos etc.

4.1.5 *Período contábil*

O Resultado exato de uma empresa somente poderá ser apurado no final de sua vida, após a venda de todo seu Ativo e o pagamento de suas obrigações para com terceiros. O Resultado do empreendimento será medido pela dife-

rença entre o Patrimônio Líquido apurado no final da sua vida e o Patrimônio Líquido Inicial, considerados também aumentos de capital e distribuições de lucro havidos durante esse período.

Entretanto, a administração não pode esperar até que a empresa seja liquidada ou encerrada; a informação do Resultado das várias operações deve ser fornecida a intervalos regulares, de tempo de um ano, de seis meses, de um mês. Assim, a Contabilidade registra e resume todas as mudanças no Patrimônio Líquido que ocorrem durante o período escolhido e apresenta o resultado obtido.

O período contábil, espaço de tempo escolhido para que a Contabilidade mostre a situação patrimonial e financeira na evolução dos negócios da empresa, quando de um ano, é também denominado *exercício social*.

Para finalidades internas, as informações dos resultados devem ser mostradas mês a mês, a fim de que a administração acompanhe o desenvolvimento dos negócios. Para fins externos, o período dependerá das exigências dos usuários externos, mas o tempo máximo legal é de um ano.

Entre os conceitos fundamentais sob os quais a contabilidade trabalha, como veremos com maiores detalhes no Capítulo 10, destacamos, para efeito deste capítulo, o Princípio ou o Conceito da Continuidade, o qual presume que a empresa, normalmente, operará indefinidamente.

4.1.6 Encerramento de contas de receita e despesa

Toda empresa necessita fazer a apuração de resultados pelo menos uma vez por ano. O lucro ou prejuízo de um exercício está na dependência do confronto das contas de *receita* e de *despesa*, e esse resultado líquido é apurado na conta denominada *Resultado*.

Para efeito de apurar o Resultado da empresa, as contas de receita e despesa são periódicas, isto é, somente deverão conter registros para um ano ou período menor, conforme a duração do período contábil, o que significa que todas as contas de receita e de despesa devem possuir saldo zero no início dos períodos.

Para que isso ocorra, no final de cada período deve-se proceder ao *encerramento das contas* de resultado, por meio dos lançamentos de encerramento. O encerramento das contas de receita é realizado pela transferência (débito) de seus saldos credores para crédito da conta *Resultado*. As contas de despesa

são encerradas pela transferência (crédito) de seus saldos devedores para débito da conta *Resultado*.

4.1.7 *Distribuição de resultados*

Pelo exposto no tópico anterior, a conta *Resultado* recebe, por transferência, a débito o valor dos saldos das contas da despesa e a crédito os saldos das contas de receita. Se o total dos créditos da conta *Resultado* for superior ao total dos débitos, teremos um lucro líquido; se, ao contrário, o total dos débitos superar o total dos créditos, chegaremos a um prejuízo.

Ocorrendo Lucro ou Prejuízo, o resultado apurado será transferido para a conta *Lucros ou Prejuízos Acumulados*.

Após sua transferência para a conta *Lucros ou Prejuízos Acumulados*, o Resultado do Exercício poderá ser distribuído para outras contas do Patrimônio Líquido e do Passivo, o que veremos com detalhes no Capítulo 6 deste livro.

Mesmo com saldo devedor, a conta deverá aparecer no Balanço, no grupo Patrimônio Líquido, da seguinte forma:

Em $ mil

	Patrimônio Líquido		
	Capital	50.000	
(–)	Prejuízos Acumulados	(1.000)	49.000

4.1.8 *Demonstração do resultado do exercício*

A conta *Resultado* serve, pois, de intermediária na apuração do lucro (prejuízo) de um exercício. Entretanto, não basta apenas a conta do razão *Resultado*, onde aparecem as contrapartidas das contas de despesa e de receita encerradas no fim do exercício. É necessário também a *Demonstração do Resultado do Exercício*, onde aparecerão, detalhadamente e dentro de critérios de classificação, as contas de Receita, Despesa e o Lucro ou Prejuízo Líquido.

Nessa demonstração, deve ser observado um cabeçalho composto de:

a) nome ou denominação da empresa;

b) nome da demonstração; e
c) o período coberto.

É de se notar que o último item – período coberto – difere do Balanço, que mostra a data em que este foi levantado; a demonstração de *resultados* apresenta o movimento de certo período.

Como já dito, o lucro apurado por meio da *Demonstração do Resultado do Exercício* pode ser considerado razoavelmente correto; porém, o lucro exato de uma empresa somente poderá ser apurado no fim de sua vida, após a venda de todo seu ativo e o pagamento de suas obrigações. Como geralmente a empresa tem um tempo de duração indeterminado e é necessário que se conheça freqüentemente o resultado de suas operações, a *Demonstração do Resultado* deve ser levantada periodicamente.

Entre as muitas finalidades da *Demonstração do Resultado do Exercício*, podem-se citar as mais importantes:

a) os acionistas e quotistas são informados sobre os resultados das operações;
b) os bancos podem apurar, por meio dele, a rentabilidade das empresas para atender aos financiamentos solicitados pelas mesmas;
c) interessa aos investidores de ações e debêntures;
d) aos próprios administradores para medirem sua eficiência e, quando necessário, alterarem a política dos negócios da empresa, como, por exemplo: alteração dos preços, aumento de produção, expansão da propaganda etc.

Deve-se advertir que, para algumas das finalidades mencionadas, haverá a necessidade de um exame conjunto com o balanço.

4.2 Registro das Operações Normais do Exercício

4.2.1 *Exemplificação*

Suponhamos que determinada empresa, prestadora de serviços, encerre seu exercício a cada final de mês, apurando o resultado; não obstante muitas operações ocorram, vamos apenas ilustrar as relativas às despesas e receitas.

Durante o mês de outubro de X1, a empresa incorreu nas seguintes despesas e receitas:

dia 2 –	pagamento de despesas de materiais de escritório consumidos no mês	$ 250.000
dia 3 –	compra, a prazo, de peças para reparos empregadas nos serviços prestados no mês	$ 1.100.000
dia 5 –	recebimento de receita por serviços prestados no mês	$ 4.450.000
dia 15 –	emissão de uma fatura por serviços prestados no mês e ainda não recebidos	$ 5.800.000
dia 30 –	pagamento de salários do mês	$ 4.500.000
dia 31 –	pagamento do aluguel da loja, do mês	$ 400.000

Partidas de Diário:

São Paulo, 2 de outubro de X1

Despesas de Material de Escritório
a **Caixa**
Pago à Papelaria Líder Ltda., conforme
sua nota fiscal nº 00582 $ 250.000

———3———

Despesas de Peças para Reparos
a **Fornecedores**
a Silva & Cia.
Compra de materiais conforme
fatura nº 13210 $ 1.100.000

———5———

Caixa
a **Receita de Serviços**
Recebido de J. Alves Ltda.,
conforme recibo nº 00335 $ 4.450.000

———15———

Contas a Receber
Casa Penumbra Ltda[1]
a **Receita de Serviços**
Valor de n/fatura nº 0251 $ 5.800.000

—30—

Despesas de Salários
a **Caixa**
Pago folha de pagamento deste mês $ 4.500.000

—31—

Despesas de Aluguel
a **Caixa**
Pago aluguel deste mês conforme
recibo nº 201 $ 400.000

Transporte das Partidas para os Razonetes apenas das Contas de Despesa e Receita:

Despesas de Material de Escritório

Débito	Crédito
250.000	

Despesas de Peças para Reparos

Débito	Crédito
1.100.000	

Receitas de Serviços

Débito	Crédito
	4.450.000
	5.800.000
	10.250.000

Despesas de Salários

Débito	Crédito
4.500.000	

Despesas de Aluguel

Débito	Crédito
400.000	

Como o exercício é encerrado todo mês, apura-se o resultado fazendo as partidas de encerramento e de distribuição de resultado, transportando-o para os razonetes.

[1] Esta especificação de qual o devedor é útil e necessária para ajudar no controle dos saldos analíticos nos razões auxiliares. Isto é sempre feito nas contas denominadas de coletivas.

Para as Contas de Despesa:

São Paulo, 31 de outubro de X1

Resultado

a **Diversos**

Encerramento das contas de Despesas para apuração do resultado, como segue:

a	Despesas de Material de Escritório	250.000	
a	Despesas de Peças para Reparos	1.100.000	
a	Despesas de Salários	4.500.000	
a	Despesas de Aluguel	400.000	6.250.000

Para as Contas de Receita:

São Paulo, 31 de outubro de X1

Receita de Serviços

a **Resultado**

Encerramento das contas de Receita para apuração de resultado 10.250.000

Despesas de Material de Escritório

Débito	Crédito
250.000	
	250.000

Despesas de Peças para Reparos

Débito	Crédito
1.100.000	
	1.100.000

Receitas de Serviços

Débito	Crédito
	4.450.000
10.250.000	5.800.000

Despesas de Salários

Débito	Crédito
4.500.000	
	4.500.000

Lucros ou Prejuízos Acumulados

Débito	Crédito

Resultado

Débito	Crédito
6.250.000	10.250.000
	4.000.000

Despesas de Aluguel

Débito	Crédito
400.000	
	400.000

Demonstração do Resultado do Exercício
Período: Outubro de X1

Em $ mil

1.	***Receitas***		
	de serviços		10.250
2.	***Despesas***		
	de material para escritório	250	
	de peças para reparos	1.100	
	de salários	4.500	
	de aluguel	400	(6.250)
3.	***Lucro Líquido***		4.000

O saldo final da conta *Resultado* é credor, logo o resultado do exercício é um lucro. Todo o resultado deve ser transferido para *Lucros* ou *Prejuízos Acumulados*, encerrando-se, pois, a conta *Resultado*.

São Paulo, 31 de outubro de X1

Resultado

a	Lucros ou Prejuízos Acumulados	
	Lucro Líquido apurado no exercício	4.000.000

Como vemos, essa é a forma de demonstrar o Resultado do Exercício. A demonstração é, pois, um desdobramento da conta do Razão *Resultado*, onde os registros aparecem de forma mais sintética.

Veja e acompanhe o exercício sobre o visto até aqui ao final deste Capítulo, após o item 4.6.

4.3 Registro de Operações Decorrentes do Regime de Competência de Exercícios

4.3.1 Regime de competência de exercícios

Um conceito contábil de suma importância para este Capítulo, que abordaremos com mais detalhes no Capítulo 10, é o *Regime de Competência de Exercícios.*

De acordo com o Regime de Competência de Exercícios, as Receitas e as Despesas são consideradas em função do seu *fato gerador* e não em função do recebimento da Receita ou pagamento da Despesa, em dinheiro.

As Receitas de um exercício são aquelas ganhas nesse período, não importando se tenham sido recebidas ou não, desde que atendidas certas condições.

As Despesas de um exercício são aquelas incorridas nesse período, não importando se tenham sido pagas ou não.

Difere, pois, do regime de caixa, em que são consideradas receitas e despesas do exercício as que efetivamente são recebidas e pagas dentro desse período.

Para mostrar a necessidade de se adotar o regime de competência, vejamos o exemplo da compra de material de escritório a prazo, em julho, o qual *será consumido em agosto* e cujo pagamento se dará em outubro. Não é lógico

considerar despesa no mês de aquisição, nem no pagamento, mas no período em que o material for consumido, e que, neste exemplo, é o mês de agosto.

No regime de competência, atenção especial deve ser dada ao reconhecimento do *fato gerador* da receita e da despesa. Por exemplo, o fato gerador da despesa de material de escritório é o consumo dele, e não a compra ou o pagamento. Apenas quando os valores envolvidos forem muito pequenos pode-se aceitar o registro como despesa já no ato da aquisição.

4.3.2 Despesas a pagar e receitas a receber

Para efeito de uma apuração mais correta de resultados dentro de um exercício social, é necessário que, além dos registros das operações normais, sejam feitos lançamentos de ajustes, no fim do período, para a apropriação das despesas a pagar e receitas a receber.

Uma despesa a pagar é a que foi incorrida (o fato gerador ocorreu) dentro do período contábil, mas ainda não foi paga; uma receita a receber é a que foi ganha (o fato gerador ocorreu) dentro do período contábil, mas ainda não foi recebida.

A ocorrência dessas despesas e receitas altera o Patrimônio Líquido do período contábil a que se referem, apesar de às vezes ainda não haverem sido registradas pela Contabilidade, quer pela falta de recebimento ou pagamento, quer pela falta de documentação de origem etc. É necessário, pois, ao fim de cada período contábil, o registro desses fatos e, para tanto, deverão ser observadas as seguintes regras gerais para os lançamentos *de ajustes*:

a) "se uma empresa obteve uma receita (ganhou), mas ainda não recebeu em dinheiro e tampouco foi feito qualquer registro contábil, debita-se uma conta de Ativo e credita-se uma conta de Receita";
b) "se uma empresa incorreu numa despesa ainda não paga em dinheiro, e se nenhum registro contábil foi realizado, debita-se uma conta de Despesa e credita-se uma conta de Passivo".

Um exemplo de uma *receita a receber* é o proveniente de um serviço que foi prestado, faturado e ainda não recebido, ou que foi prestado, mas ainda não faturado ao destinatário, e, consequentemente, não recebido, mas que deverá ser registrada por meio de uma partida de diário de ajuste, partindo-se da regra geral anteriormente explicada; no caso desta última hipótese, teremos:

São Paulo, 31 de dezembro de X1

Serviços a Faturar (conta de Ativo)

a **Receita de Serviços**

Valor dos serviços prestados neste
período, ainda não faturados $ 500.000

O saldo devedor da conta *Serviços a Faturar* do Ativo aparecerá no balanço, representando quantia a faturar pela empresa por conta de serviços já prestados, no período que acaba de ser encerrado.

O saldo credor da conta de receita *Receita de Serviços* aparecerá na *Demonstração do Resultado do Exercício*, onde pesará positivamente na apuração do resultado do período que acaba de ser encerrado. (O fato gerador da receita de serviço é, portanto, a prestação de serviço.)

Quando o valor desse serviço prestado for faturado no período seguinte, o registro será:

São Paulo, ...

Contas a Receber

a **Serviços a Faturar**

Faturado valor do serviço prestado
no período anterior conforme fatura nº $ 500.000

Pelo recebimento da fatura, debitaríamos caixa a crédito de contas a receber.

Outros tipos de receitas poderão aparecer nas várias operações de ajuste, como, por exemplo: juros sobre depósitos, sobre empréstimos ou sobre investimentos.

Como exemplo de despesa a pagar, podemos citar o caso das despesas de salários. Normalmente, a folha de pagamento de uma empresa é paga no início do mês seguinte; apesar disso, a despesa deve ser atribuída ao mês

vencido, porque o fato gerador da despesa de salário é o serviço prestado pelos funcionários naquele mês e a seguinte partida de ajuste deverá ser feita:

São Paulo, ...

Despesas de Salários

a **Salários a Pagar** (Conta de Passivo)

Valor da folha de pagamento
deste mês a ser paga no mês seguinte $ 800.000

O saldo devedor de *Despesa de Salários* aparecerá como despesa na *Demonstração do Resultado do Exercício*, onde pesará negativamente na apuração do resultado do período, e o saldo credor da conta *Salários a Pagar* aparecerá no Passivo do Balanço Patrimonial que está sendo encerrado.

Quando a folha de pagamento for paga no período seguinte, a partida de diário será feita na forma abaixo:

São Paulo, ...

Salários a Pagar

a **Caixa**

Valor pago relativo à folha
de pagamento do mês anterior $ 800.000

Outras despesas poderão ser objeto desse tipo de ajuste, tais como as incorridas com aluguéis, impostos e taxas, juros etc.

4.3.3 *Desembolsos que se transformarão em despesas: regra geral*

Se um desembolso beneficiar mais de um exercício contábil, deverá ser debitado a uma conta de Ativo. Ao final de cada período, é necessário determinar qual a parcela que foi usada ou consumida, considerando-a, pois, despesa (aparecendo na *Demonstração do Resultado do Exercício*), e qual a parcela ainda não usada ou consumida que se tornará despesa em períodos futuros e até lá continuará a aparecer no Ativo do Balanço.

O procedimento contábil mais apropriado a ser usado em tais casos é o seguinte:

- na data do pagamento ou da criação da obrigação a pagar, debita-se o valor total em uma conta de Ativo;
- no final de cada período beneficiado pelo gasto, transfere-se, do valor da conta do Ativo, por um lançamento de ajuste, a parcela proporcional ao período beneficiado para uma conta de Despesa.

4.3.3.1 Gastos antecipados (despesas do exercício seguinte)

Existem certos ativos oriundos de desembolsos realizados no período corrente que beneficiam o exercício seguinte ou subperíodos de tal exercício. É o caso do prêmio de seguro pago antecipadamente, usualmente remunerando a seguradora por um ano de cobertura de seguro. Nesse caso, temos um típico exemplo de Despesa Paga Antecipadamente classificável ao Ativo Circulante (ativos realizáveis no curso do exercício social subsequente ao do Balanço). A partida de Diário seria:

São Paulo, 30 de junho de X1

Seguros a Apropriar (Conta do Ativo Circulante)

a **Caixa**

Pago prêmio de seguro contra fogo à Seguradora Nacional S.A., conforme Apólice nº 00233, cuja cobertura é de 1-7-X1 a 30-6-X2 $ 400.000

Se o período contábil for de um ano e coincidente com o ano-calendário, no último dia do exercício de X1 o contador deverá realizar um lançamento de ajuste, a fim de apropriar como despesa a parcela do prêmio que beneficiou o atual exercício que está sendo encerrado:

São Paulo, 31 de dezembro de X2

Despesas de Seguros (Conta de Despesa)

a **Seguros a Apropriar**

Apropriação de parte proporcional do prêmio de seguro referente ao período de 1-7 a 31-12-X1 $ 200.000

Em 31-12-X1 o Balanço apresentará a conta de Ativo – *Seguros a Apropriar* – com um saldo de $ 200.000 e da *Demonstração do Resultado do Exercício* constará a conta *Despesas de Seguros*, também, nesse caso, de $ 200.000, afetando negativamente o resultado. Um nome mais comum do que *Seguros a Apropriar* encontrado na prática é *Seguros Pagos Antecipadamente*.

4.3.3.2 Estoques de produtos e de outros materiais

Os estoques de produtos e mercadorias que figuram no Ativo de uma empresa transformam-se em despesas quando esses bens forem vendidos, pois são componentes do custo das vendas. Como o custo dos produtos e das mercadorias vendidas envolve características especiais, será amplamente explicado em capítulo específico, a seguir. Discutiremos neste capítulo os estoques de outros materiais, e como exemplo bastante genérico discorreremos sobre o estoque de material de escritório.

Por serem materiais adquiridos em quantidades suficientes para serem utilizados às vezes em mais de um período contábil, são registrados por ocasião das compras em conta de Ativo, tornando-se despesa quando consumidos.

Por ocasião da compra, é feito o seguinte registro:

São Paulo, ...

Estoque de Material de Escritório (Conta de Ativo)

a **Caixa**

Pago pela compra feita a ABC & Cia. conf. nota fiscal nº 743 $ 200.000

No último dia do período, para se determinar o valor dos materiais consumidos – que será despesa no atual exercício – e o valor dos que permanecem em estoque, para utilização nos períodos seguintes, a empresa deverá proceder da seguinte forma (desde que não adote inventário permanente):

Deverá fazer um inventário das existências físicas em 31 de dezembro e valorizá-las pelo custo de aquisição:

	custo dos materiais comprados	200.000
(–)	custo dos materiais existentes em 31-12	50.000
(=)	custo dos materiais usados no período	150.000

Após isto, far-se-á o seguinte lançamento de ajuste:

São Paulo, 31 de dezembro de X1

Despesas com Material de Escritório (Conta de Despesa)

a **Estoque de Material de Escritório** (Conta de Ativo)

Valor do custo dos materiais consumidos no período $ 150.000

O saldo devedor, de $ 50.000, da conta *Material de Escritório*, aparecerá no Ativo do Balanço, e o saldo devedor da conta *Despesas com Material de Escritório* constará na *Demonstração do Resultado do Exercício*, onde pesará negativamente para a obtenção do resultado líquido.

4.3.3.3 Consumos de ativos permanentes

Os ativos permanentes, constituindo-se em inversões permanentes, são adquiridos para servir à empresa em vários períodos de sua existência, não sendo objeto normal de compra e venda. A aquisição do imóvel onde a empresa se instala, a compra de equipamentos, veículos, móveis e utensílios etc. necessários para atingir os fins a que ela se propõe, são ativos fixos que não se destinam à venda.

Como essas inversões são permanentes e irão servir à empresa por vários exercícios, não é correto apropriar como despesa a totalidade de seu valor no momento da aquisição. Todo item de ativo fixo possui um tempo de vida útil

limitado e estimável, que servirá de base para o rateio da despesa naquele espaço de tempo.

A distribuição da despesa por vários períodos contábeis, do valor do ativo fixo, é feita pelo procedimento contábil denominado *depreciação*, especificamente dos bens do Ativo Imobilizado.

Suponhamos a compra de um equipamento, por $ 3.000.000, cuja vida útil foi estimada em 10 anos. O rateio do custo para ser apropriado como despesa poderá ser feito da seguinte forma: $ 300.000 por ano ou $ 25.000 por mês.

A parcela de $ 300.000 é a despesa de depreciação de um ano e deverá ser registrada por um lançamento de ajuste, porque, se ela for ignorada, o resultado líquido periódico estará incorreto. Esse ajuste, bem como o de outras apropriações, poderá ser mensal mesmo quando o exercício for anual.

O ajuste da depreciação é feito por meio de um débito em uma conta de despesa – Despesa de Depreciação/Equipamentos – e o crédito em uma conta separada – Depreciação Acumulada/Equipamentos (Retificadora do Ativo Equipamentos).

O crédito, ao contrário dos exemplos anteriores, não deve ser feito diretamente na conta de ativo (Equipamentos), porque é um valor calculado aproximadamente, atribuído e também para que não seja cancelado o custo histórico do investimento.

O lançamento de ajuste em 31 de dezembro será o seguinte:

São Paulo, 31 de dezembro de X1

Despesas de Depreciação/Equipamentos

a **Depreciação Acumulada/Equipamentos**

Depreciação do equipamento para o ano de X1 $ 300.000

A despesa de depreciação influirá negativamente no resultado do período, pois, no momento da apuração, será levada a débito da conta *Resultado*. A conta *Depreciação Acumulada – Equipamentos* não é encerrada no fim de cada período; tem, ao contrário, seu saldo aumentado pelos lançamentos periódicos de depreciação e deverá aparecer no balanço no lado do Ativo, embora tenha saldo credor, da seguinte forma:

	Ativo	$	$
	Equipamentos	3.000.000	
(–)	Depreciação Acumulada/Equipamentos	300.000	2.700.000

Deve-se observar que, quando o saldo da conta *Depreciação Acumulada* igualar-se ao valor do item do Ativo, objeto da depreciação, o lançamento de ajuste cessará porque já terá sido apropriado ao Resultado o total de seu custo. Assim, desde que o item do Ativo não seja alienado ou baixado e ainda esteja prestando serviços à empresa, deverá figurar no balanço da seguinte forma:

	Ativo	$	
	Equipamentos	3.000.000	
(–)	Depreciação Acumulada/Equipamentos	3.000.000	– 0 –

Se elementos do Ativo, sujeitos à depreciação, forem adquiridos durante o período contábil, a depreciação deverá ser computada para um período fracionário. Já que a depreciação é uma estimativa, parece desnecessário que o cálculo do período fracionário seja feito em termos de dias. Pode-se calcular o período fracionário em termos de meses e, no máximo, de 15 dias, como fração de um mês. (A depreciação será tratada, em detalhes, no capítulo "Ativo Imobilizado".)

4.3.4 *Passivos que se transformarão em receitas: regra geral*

Ocorre, em certas ocasiões, o recebimento antecipado de valores por conta de serviços a serem executados ou vendas de bens a serem atendidas.

4.3.4.1 Adiantamento de receitas

Adiantamentos de Clientes representam recebimentos antecipados que vão gerar um Passivo, por representarem a obrigação de prestação de serviço futuro, ou de entrega posterior de bens.

O valor desse recebimento deverá ser creditado em uma *conta de passivo*, cujo título expresse claramente tratar-se de um adiantamento de cliente, com valor recebido antecipadamente. O procedimento contábil mais correto para o caso é o seguinte:

- na data do recebimento do valor, credita-se uma conta de Passivo; a débito de caixa;
- ao final de cada período, a parte do valor dos serviços prestados, ou o valor dos bens entregues nesse exercício, deverá ser transferida, por meio de um lançamento de ajuste, da conta de adiantamento de cliente para a conta de receita do exercício.

Uma empresa recebe $ 1.000.000 antecipadamente para prestar serviços futuros. Desde que esse recebimento beneficie mais de um período contábil, ele deverá ser creditado em uma conta de Passivo, da seguinte maneira:

São Paulo, 30 de junho de X1

Caixa

a **Adiantamento de Clientes**

(Conta de Passivo) $

Recebido pelo serviço a ser prestado à firma X,
conforme recibo nº 0248 1.000.000

No fim do período, deverá ser feito um lançamento de ajuste, apropriando-se como receita do exercício o valor dos serviços já prestados.

São Paulo, 31 de dezembro de X1

Adiantamento de Clientes

a **Receita de Serviços** $

Apropriação da receita, correspondente à parte
dos serviços prestados neste período 600.000

Em 31 de dezembro, o balanço mostrará, em seu Passivo, a conta *Adiantamento de Clientes*, com saldo credor de $ 400.000, que corresponde à obrigação de prestar serviços naquele montante; e, na *Demonstração do Resultado do Exercício*, a conta *Receita de Serviços* conterá o valor de $ 600.000 pesando positivamente na apuração do resultado líquido.

4.4 Quadro-Resumo da Despesa e da Receita

Em resumo, podemos dizer que as Despesas podem ser classificadas de duas formas:

1º) quanto ao pagamento: *a Vista e a Prazo*
2º) quanto ao período: *Atual e Futura*

Despesas	A Vista	A Prazo	Demonstrações
Atual	Despesa a Caixa	Despesa a Contas a Pagar	Resultado do Exercício
Futura	Despesa Paga Antecipadamente a Caixa	Despesa Antecipada a Contas a Pagar	Balanço Patrimonial (Ativo)
	(–) Caixa	(+) Dívida	

Da mesma forma, as Receitas podem ser classificadas de duas formas:

1º) quanto ao recebimento: *a Vista e a Prazo.*
2º) quanto ao período: *Atual e Futura.*

Receitas	A Vista	A Prazo	Demonstrações
Atual	Caixa a Receita	Contas a Receber a Receita	Resultado do Exercício
Futura	Caixa a Adiantamento de Cliente	Títulos a Receber a Adiantamento de Cliente	Balanço Patrimonial (Passivo)
	(+) Caixa	(+) Direitos	

Veja o "Exercício, com solução, sobre os itens 4.2.e 4.3", ao final deste capítulo.

4.5 Quadro de Ajustes

Quadro de ajustes é uma folha de papel com colunas especiais usada pelos contadores para facilitar o trabalho de apuração de resultados periódicos e confecção de demonstrações contábeis. Se o Razão contém poucas contas e também são poucos os lançamentos de ajustes, não há necessidade da utilização do quadro. Se, ao contrário, são muitas as contas e muitos os ajustes, o quadro em questão será de grande utilidade. Na verdade, esse quadro é uma planilha, em papel ou eletrônica.

As informações para ajustes provêm de diversas fontes. Em primeiro lugar, o contador deve fazer uma revisão no último balancete de verificação, isto é, antes do ajuste e encerramento, a fim de verificar possíveis ajustamentos. A simples constatação de certas contas no balancete pode sugerir a necessidade de ajustes.

Por exemplo, as contas *Equipamentos, Móveis e Utensílios* e outras de Ativo Imobilizado sugerem registros de depreciação; as contas *Bancos* ou *Hipotecas a Receber* sugerem a possibilidade de ajustes de juros a receber; a existência de conta *Títulos a Pagar* pode implicar juros a pagar; assim, todas as despesas e receitas antecipadas estão sujeitas a ajustes de apropriação no fim do período contábil.

Uma revisão de ajustes feitos em períodos anteriores pode mostrar a necessidade de repetir alguns ou todos no atual período.

Os passos para a utilização do *quadro de Ajustes* são os seguintes:

1º) transcrever o balancete de verificação do fim do período para as colunas do *Balancete de Verificação* (débitos na coluna à esquerda e créditos na coluna à direita), puxando-se as somas dos dois lados;

2º) registrar nas colunas *Ajustes* todos os ajustes necessários que, até o momento, não haviam sido contabilizados. Devem-se usar letras ou outras formas para facilitar a identificação das partidas e respectivas contrapartidas. Após isso, serão preenchidas as colunas do *Balancete após os Ajustes*, que se comporão dos saldos das contas que já figuraram no balancete anterior, corrigidas pelos ajustes, mais os saldos das contas abertas por ocasião dos ajustes. As colunas deverão ser somadas para se verificar a igualdade dos lados;

3º) os saldos das contas de receita e despesa que figuram nas colunas do *Balancete após os Ajustes* serão distribuídos nas duas colunas *Resultado*, com os saldos devedores – despesas – na coluna à esquerda e os saldos credores – receitas – na coluna à direita. Somam-se as duas colunas e apura-se, dessa forma, o resultado líquido do período (soma provisória);

4º) como a função da conta *Resultados* é apurar resultados periódicos, ela deve ser encerrada no fim do exercício. Se o resultado for lucro ou prejuízo, transfere-se o resultado para *Lucros ou Prejuízos Acumulados*. Quando o saldo da conta *Resultados* for credor, debita-se a conta *Resultado* e credita-se a conta *Lucros ou Prejuízos Acumulados* e se o saldo da conta *Resultados* for devedor, debita-se a conta *Lucros ou Prejuízos Acumulados* e credita-se a conta *Resultados*.

Finalmente, as colunas do *Balanço* serão preenchidas com os saldos das contas que restaram.

O quadro de ajustes é um meio extracontábil de se chegar ao resultado do período e à preparação das demonstrações finais. Os ajustes nele feitos deverão normalmente ser escriturados no livro *Diário* sob a forma de partidas de diário e com o devido transporte para as contas do *Razão*.

4.5.1 Exemplificação

A seguir, apresentaremos um exemplo completo para o preenchimento do quadro de ajuste. O balancete de verificação antes dos ajustes e encerramento já está transcrito diretamente no quadro, nas colunas do *Balancete de Verificação*.

Os dados necessários para os ajustes de fim de período são os seguintes:

a) depreciação anual de veículos, 5% sobre o valor histórico;
b) juros sobre hipoteca, referentes ao ano findo, a pagar no exercício seguinte, no valor de $ 2.000.000;
c) receitas de juros bancários, referentes ao período, $ 1.500.000;
d) dos seguros pagos antecipadamente, 1/3 do saldo da conta é despesa do período;
e) dos adiantamentos de clientes, 25% são atribuíveis ao exercício findo;
f) inventário final de materiais de escritório tem o valor de $ 200.000.

Para efeito de caberem todos os números no quadro de Ajustes, transcrevemos no mesmo os valores em milhares de reais.

Quadro de Ajustes[2]

Contas	Balancete de Verificação		Ajustes		Balancetes após os Ajustes		Resultado		Balanço	
Bancos – c/ Movimento	10.000				10.000				10.000	
Caixa	20.000				20.000				20.000	
Veículos	160.000				160.000				160.000	
Depreciação Acumulada –Veículos		32.000		(a) 8.000		40.000				40.000
Seguros Pagos Antecipadamente	6.000			(d) 2.000	4.000				4.000	
Títulos a Pagar		30.000				30.000				30.000
Capital		65.000				65.000				65.000
Adiantamento de Clientes		20.000	(e) 5.000			15.000				15.000
Materiais de Escritório	1.000			(f) 800	200				200	
Desp. c/Salários	10.000				10.000		10.000			
Desp. c/ Impostos	4.000				4.000		4.000			
Receitas de Serviços		60.000		(e) 5.000		65.000		65.000		
Receita de Juros		4.000		(c) 1.500		5.500		5.500		
	211.000	211.000								
Despesa de Depreciação			(a) 8.000		8.000		8.000			
Despesa de Juros			(b) 2.000		2.000		2.000			
Juros a Pagar				(b) 2.000		2.000				2.000
Juros a Receber			(c) 1.500		1.500				1.500	
Despesa de Seguros			(d) 2.000		2.000		2.000			
Despesa com Materiais de Escritório			(f) 800		800		800			
			19.300	19.300	222.500	222.500	26.800	70.500		
Lucros ou Prejuízos Acumulados (lucro líquido)							43.700			43.700
							70.500	70.500	195.700	195.700
	1º PASSO		2º PASSO				3º PASSO		4º PASSO	

4.6 Sequência dos Procedimentos Contábeis

Os procedimentos contábeis vistos até o momento devem obedecer à seguinte ordem:

1º) lançamentos no Diário e respectivos registros no Razão;

2º) levantamento do balancete de verificação (se possível, diretamente no quadro de ajustes);

3º) preenchimento total do quadro de ajustes;

4º) lançamentos de ajustes e de encerramento e respectivos registros no Diário e no Razão;

5º) levantamento de balancete de verificação, após encerramento;

6º) preparação das demonstrações: Balanço e Resultado do Exercício.

Exercício, com Solução, sobre o Item 4.2

A seguir estão mencionadas as transações da Cia. Petrópolis, organizada em 1º de setembro de X1; os valores apresentados são hipotéticos e com poucos dígitos para facilitar o entendimento.

Setembro

1 – constituição e integralização em dinheiro do capital social, $ 10.000;

4 – pagamento de $ 220 por material empregado nos trabalhos efetuados;

5 – pagamento de $ 500 referentes a impostos e taxas diversas;

10 – recebimento por trabalhos realizados, $ 1.420;

18 – pagamento de $ 800 de aluguel, pelo uso de um caminhão durante três dias;

23 – compra de terreno de A & Cia., a prazo, por $ 200;

26 – pagamento de $ 200 por despesas diversas;

30 – recebimento por trabalhos concluídos de $ 3.500;

30 – pagamento de $ 3.000 em ordenados e salários.

Pede-se:

a) fazer as partidas de diário;

b) transportá-las para o razão;

c) levantar o balancete de verificação no dia 30-9-X1;

d) fazer as partidas de encerramento, lançá-las no livro Diário e registrá-las no Razão;

e) levantar o balancete após o encerramento;

f) preparar a *Demonstração do Resultado* para o mês de setembro-X1 e o Balanço no dia 30-9-X1. Na solução do problema, use as seguintes contas:

Caixa	Equipamentos
Capital	Contas a Pagar
Despesas de Material	Despesas de Salários
Despesas de Impostos	Lucros ou Prejuízos Acumulados
Receitas de Serviços	Resultado
Despesas de Aluguel de Veículos	Despesas Diversas

Nota: Para facilitar a solução, omita históricos nas partidas de Diário.

SOLUÇÃO

São Paulo, 1º de setembro de X1

Caixa
a Capital 10.000

——— 4 ———

Despesas de Material
a Caixa

——— 5 ——— 220

Despesas de Impostos
a Caixa

——— 10 ——— 500

Caixa
a Receitas de Serviços
——————— 18 ——————— 1.420

Despesas de Aluguel de Veículos
a Caixa
——————— 23 ——————— 800

Terrenos
a Títulos a Pagar A & Cia.
——————— 26 ——————— 200

Despesas Diversas
a Caixa
——————— 30 ——————— 200

Caixa
a Receitas de Serviços
——————— 30 ——————— 3.500

Despesas de Salários
a Caixa 3.000

PARTIDAS DE ENCERRAMENTO

São Paulo, 30-9-X1

Resultado
a Diversos
a Despesas de Salários 3.000
a Despesas de Material 220
a Despesas de Impostos 500
a Despesas de Aluguel de Veículos 800

a Despesas Diversas 200

4.720

——— 30 ———

Receitas de Serviços

a Resultado

——— 30 ——— 4.920

Resultado

a Lucros ou Prejuízos Acumulados 200

CONTAS DO RAZÃO

Caixa

10.000	220
1.420	500
3.500	800
	200
	3.000
14.920	4.720
10.200	

Capital

	10.000

Terrenos

200	

Despesas de Salários

3.000	3.000

Contas a Pagar

	200

Despesas de Material

220	220

Despesas de Impostos

500	500

Despesas de Aluguel de Veículos

800	800

Despesas Diversas

220	220

Receita de Serviços

4.920	1.420
	3.500

Resultado

4.720	4.920
200	

Lucros ou Prejuízos Acumulados

	200

Balancete de Verificação em 30-9-X1		
Contas	**Saldos**	
	Devedores	**Credores**
Caixa	10.200	–
Capital	–	10.000
Terrenos	200	–
Despesas de Salários	3.000	–
Títulos a Pagar	–	200
Despesas de Material	220	–
Despesas de Aluguel de Veículos	800	–
Despesas de Impostos	500	–
Despesas Diversas	200	–
Receitas de Serviços	–	4.920
Total	15.120	15.120

Balancete após Encerramento em 30-9-X1		
Contas	Saldos	
	Devedores	Credores
Caixa	10.200	–
Capital	–	10.000
Terrenos	200	–
Contas a Pagar	–	200
Lucros Acumulados	–	200
Total	10.400	10.400

Cia. Petrópolis
Demonstração do Resultado do Exercício
Período de 1 a 30-9-X1

1. Receitas		
Receitas de Serviços		4.920
2. Despesas		
Despesas de Salários	(3.000)	
Despesas de Material	(220)	
Despesas de Impostos	(500)	
Despesas de Aluguel de Veículos	(800)	
Despesas Diversas	(200)	(4.720)
3. Lucro Líquido (1 – 2)		200

Cia. Petrópolis Balanço Patrimonial em 30-9-X1			
Ativo		**Passivo e Patrimônio Líquido**	
Caixa	10.200	**Passivo**	
Terrenos	200	Títulos a Pagar	200
		Patrimônio Líquido	
		Capital	10.000
		Lucros Acumulados	200
Total	10.400		10.400

Exercício, com Solução, sobre os Itens 4.2 e 4.3

O balancete de verificação de Oficina Mecânica São José Ltda., em 30-11-X1, era composto pelas seguintes contas:

Caixa	6.900	Receitas de Serviços	1.600
Peças para Reparos	3.500	Despesas de Salários	800
Capital	8.000	Despesas Gerais	200
Contas a Pagar	1.300	Despesas de Publicidade	100
Adiantamento de Clientes	600		

A empresa, no mês de dezembro, realizou as seguintes operações:

Dezembro

1 – comprou veículos, a vista, por $ 1.600;

5 – liquidou contas a pagar, no valor de $ 300;

10 – pagou antecipadamente despesas de publicidade, no valor de $ 200;

22 – recebeu receitas de serviços, no valor de $ 600;

30 – pagou despesas gerais, no valor de $ 100.

Os dados para ajustes, referentes ao mês de dezembro, são os seguintes:

1. serviços prestados a receber, $ 400;
2. despesas de salários a pagar, $ 200;
3. depreciação de veículos na base de 1% ao mês;
4. das despesas pagas antecipadamente, $ 50 são despesas de publicidade do mês;
5. das receitas de serviços recebidas antecipadamente dos clientes, $ 200 referem-se ao exercício;
6. o inventário final de peças para reparos totalizou $ 3.000.

Pede-se:

– preparar a Demonstração do Resultado para o período de X1 e o Balanço em 31-12-X1.

Observação:

– Além das que compõem o balancete inicial, utilizar as seguintes contas: Despesas Pagas Antecipadamente, Veículos, Contas a Receber, Salários a Pagar, Despesas de Depreciação, Depreciação Acumulada-Veículos, Despesas c/Peças para Reparos, Resultado, Lucros ou Prejuízos Acumulados.

SOLUÇÃO

– *Registro das operações de dezembro*: (em $mil)

São Paulo, 1º-12-X1

Veículos

a Caixa

———————— 5 ———————— 1.600

Contas a Pagar
a Caixa
——————— 10 ——————— 300

Despesas Pagas Antecipadamente
a Caixa
——————— 22 ——————— 200

Caixa
a Receitas de Serviços
——————— 30 ——————— 600

Despesas Gerais
a Caixa 100

– *Registro das operações de ajustes:*

São Paulo, 31-12-X1

Contas a Receber
a Receitas de Serviços
——————— 31 ——————— 400

Despesas de Salários
a Salários a Pagar
——————— 31 ——————— 200

Despesas de Depreciação
a Depreciação Acumulada-Veículos
——————— 31 ——————— 16

Despesas de Publicidade
a Despesas Pagas Antecipadamente
——————— 31 ——————— 50

Adiantamentos de Clientes
a Receitas de Serviços

——————— 31 ——————— 200

Despesas com Peças para Reparos
a Peças para Reparos 500

– *Registro das operações de encerramento:*

São Paulo, 31-12-X1

Resultado		Em $ mil
a Diversos		
a Despesa com Peças para Reparos	500	
a Despesa de Salários	1.000	
a Despesas Gerais	300	
a Despesas de Publicidade	150	
a Despesas de Depreciação	16	1.966

——————— 31 ———————

Receitas de Serviços
a Resultado

——————— 31 ——————— 2.800

Resultado
a Lucros ou Prejuízos Acumulados 834

CONTAS DO RAZÃO

Caixa

6.900	1.600
600	300
	200
	100
7.500	2.200
Saldo = 5.300	

Receita de Serviços

2.800	1.600
	600
	400
	200
2.800	2.800

Despesas Pagas Antecipadamente

200	50
Saldo = 150	

Peças para Reparos

3.500	500
Saldo = 3.000	

Despesas de Salários

800	1.000
200	
1.000	1.000

Contas a Receber

400	
Saldo = 400	

Capital

	8.000
	8.000 = saldo

Despesas Gerais

200	300
100	
300	300

Salários a Pagar

	200
	200 = saldo

Contas a Pagar

300	1.300
	1.000 = saldo

Despesas de Publicidade

100	150
50	
150	150

Despesas de Depreciação

16	16
16	16

Adiantamentos de Clientes

D	C
200	600
	400 = Saldo

Veículos

D	C
1.600	
Saldo = 1.600	

Depreciação Acumulada Veículos

D	C
	16
	16 = Saldo

Despesas com Peças para Reparos

D	C
500	500
500	500

Resultado

D	C
1.966	2.800
834	
2.800	2.800

Lucros ou Prejuízos Acumulados

D	C
	834
	834 = Saldo

Balancete de Verificação em 31-12-X1

Contas	Saldos	
	Devedores	Credores
Caixa	5.300	
Peças para reparos	3.000	
Capital		8.000
Contas a Pagar		1.000
Adiantamentos de Clientes		400
Despesas com Peças para Reparos	500	
Receitas de Serviços		2.800
Despesas de Salários	1.000	
Despesas Gerais	300	
Despesas de Publicidade	150	
Veículos	1.600	
Despesas pagas Antecipadamente	150	
Contas a Receber	400	
Salários a Pagar		200
Despesas de Depreciação	16	
Depreciação Acumulada-Veículos		16
TOTAL	12.416	12.416

Oficina Mecânica S. José Ltda.
Demonstração do Resultado
Período de 1º-1-X1 a 31-12-X1

Receitas		
Receitas de Serviços		2.800
Despesas		
Despesas com Peças para Reparos	(500)	
Despesas de Salários	(1.000)	
Despesas Gerais	(300)	
Despesas de Publicidade	(150)	
Despesas de Depreciação	(16)	(1.966)
Lucro Líquido (1-2)		834

Oficina Mecânica S. José Ltda.
Balanço Patrimonial em 31-12-X1

Ativo			Passivo e Patrimônio Líquido	
Caixa		5.300	***Passivo***	
Peças para Reparos		3.000	Contas a Pagar	1.000
Veículos	1.600		Adiantamentos de Clientes	400
(–) Depreciação			Salários a Pagar	200
Acumulada Veículos	16	1.584		
Despesas Pagas			***Patrimônio Líquido***	
Antecipadamente		150	Capital	8.000
Contas a Receber		400	Lucros ou Prejuízos	
			Acumulados	834
Total		10.434		10.434

Operações com mercadorias 5

5.1 Resultado Bruto com Mercadorias (RCM)

Resultado Bruto com Mercadorias, ou Resultado com Mercadorias é a diferença total entre as Receitas obtidas pelas Vendas e o Custo dessas mercadorias que foram vendidas. Essa diferença *bruta* não leva em consideração as demais Receitas e Despesas da empresa, como Receitas de Juros, Despesas com Aluguéis, Salários, Impostos etc. Elas aparecem quando se deseja conhecer o Resultado Líquido do Exercício.

O conhecimento desse Resultado Bruto é de grande importância para as empresas comerciais que trabalham com Compra e Venda de Mercadorias; depois de apurado, adicionamos a ele as demais Receitas, e dessa soma serão subtraídas as demais Despesas para se obter o Resultado Líquido.

Resultado com Mercadorias = Vendas – Custo das Mercadorias Vendidas

Resultado Líquido do Período = Resultado com Mercadorias + Outras Receitas – Outras Despesas

Podemos elaborar uma Demonstração de Resultados de forma dedutiva; se, por exemplo, no fim do ano de X1, a Cia. A apresentasse os seguintes valores:

Vendas do Ano	150.000
Custo das Mercadorias Vendidas	105.000
Receitas de Juros	1.000
Despesas de Salários	15.000
Despesas Diversas	6.000

poderíamos construir uma Demonstração de sua conta de Resultados de forma dedutiva:

Demonstração de Resultados do ano de X1 da Cia. A

Vendas		150.000	
(–) Custo das Mercadorias Vendidas		(105.000)	
(=) Resultado Bruto com Mercadorias		45.000	(Lucro Bruto)
(+) Receitas de Juros		1.000	
	Soma	46.000	
Menos			
Despesas de Salários	15.000		
Despesas Diversas	6.000	(21.000)	
Resultado Líquido do Exercício		25.000	(Lucro Líquido)

Se o Resultado Bruto for positivo, isto é, se as Vendas forem maiores do que o Custo das Mercadorias Vendidas, teremos *Lucro Bruto com Mercadorias*. Se for negativo, teremos *Prejuízo com Mercadorias*.

No final, após computadas as demais Receitas e Despesas, será obtido o *Resultado Líquido do Exercício*, que pode ser *Lucro Líquido* ou *Prejuízo do Exercício*.

5.2 Custo das Mercadorias Vendidas (CMV)

No exemplo anterior, fornecemos o CMV como valor dado. De que forma ele foi apurado? De que maneira se pode calcular o valor do Custo das Mercadorias que vendemos? Basicamente, existem dois sistemas:

1º) *Inventário Periódico* – quando efetuamos as vendas sem um controle paralelo e concomitante de nosso Estoque e, portanto, sem

controlar o Custo das Mercadorias Vendidas. Quando necessitamos apurar o Resultado obtido com a venda das Mercadorias (RCM), fazemos um levantamento físico para avaliação do Estoque de Mercadorias existente naquela data; e, pela diferença entre o total das Mercadorias Disponíveis para Venda durante o período e esse Estoque Final (apurado extracontabilmente), obtemos o Custo das Mercadorias Vendidas (CMV) nesse período.

2º) *Inventário Permanente* – quando controlamos de forma contínua o Estoque de Mercadorias, dando-lhe baixa, em cada venda, pelo custo dessas Mercadorias Vendidas (CMV). Esse Controle Permanente é efetuado sobre todas as Mercadorias que estiverem à disposição para venda, isto é, esse controle é efetuado sobre as Mercadorias Vendidas (CMV) e sobre as Mercadorias que não foram vendidas (Estoque Final). Pela Soma dos Custos de todas as Vendas, teremos o Custo das Mercadorias Vendidas (CMV) total do período.

No Inventário Permanente, que será exposto a seguir, pode-se utilizar uma Ficha de Controle para se conhecer o saldo em Estoque. Mas no Periódico só é possível obter tal saldo com a averiguação das existências físicas.

5.3 Inventário Permanente

Nas médias e grandes empresas, principalmente, há a necessidade de controle contínuo do valor do estoque de Mercadorias. Consegue-se isso fazendo com que haja a baixa, em cada venda, do custo da mercadoria vendida.

5.3.1 Contabilização

Nesse sistema, temos, preferencialmente, que registrar todas as compras diretamente na conta de *Mercadorias*.

Contabilização na compra:

Mercadorias

a **Fornecedores (ou Caixa)**

Na Venda, porém, há necessidade de dois lançamentos:

Clientes (ou Caixa)

a **Vendas** (pelo valor da venda) (conta de Receita)

e

Custo das Mercadorias Vendidas (conta de Despesa)

a **Mercadorias** (pelo valor do custo das mercadorias vendidas)

Dessa forma, após cada operação de Venda e sua contabilização, teremos a conta de *Vendas* atualizada, a de CMV com o total do custo acumulado das mercadorias vendidas até a data e a de *Mercadorias* refletindo o valor do estoque.

Exemplo: se uma empresa possui estoque de Mercadorias no valor de $ 15.000, e vende a metade dele por $ 10.000, a prazo, temos:

a) **Clientes**

a **Vendas** 10.000

e

b) **Custo das Mercadorias Vendidas**

a **Mercadorias** 7.500

Mercadorias

	15.000	7.500	(b)
	7.500		

Vendas

		10.000	(a)

CMV

(b)	7.500	

Clientes

(a)	10.000	

Se, após essas transações, adquirisse mais Mercadorias por $ 6.000, a prazo, e apurasse o Resultado:

a) Mercadorias

a Fornecedores 6.000

e, encerrando as contas de resultado:

b) Vendas

a Resultado 10.000

e

c) Resultado

a Custo das Mercadorias Vendidas 7.500

Mercadorias

	15.000	7.500
(a)	6.000	
	21.000	7.500
Saldo	13.500	

Vendas

(b)	10.000	10.000

CMV

7.500	7.500	(c)

Fornecedores

	6.000	(a)

Resultado

(c)	7.500	10.000	(b)
		2.500	

O encerramento se faz, normalmente, com a transferência das contas de *Vendas* e *CMV* para *Resultado*.

5.3.2 Registros Detalhados de Estoque

No Sistema do Inventário Permanente, o controle do estoque de Mercadorias pode ser simplificado com o uso das Fichas de Controle. Seu modelo

varia de acordo com as necessidades de cada empresa; mostramos, a seguir, um bastante simplificado, que registra as seguintes movimentações:

Dia

1-6-X1 – Estoque Inicial de Mercadorias (Ventiladores) de $ 10.000 – dez unidades compradas a $ 1.000 cada uma.

2-6-X1 – Venda de seis unidades por $ 8.000.

3-6-X1 – Compra de quatro unidades a $ 1.000 cada uma.

3-6-X1 – Venda de seis unidades por $ 8.500.

A contabilização dessas operações seria:

Em 2-6-X1

a) **Caixa**

a **Vendas** 8.000 (valor da venda)

e

b) **CMV**

a **Mercadorias** 6.000 (valor do custo conforme ficha)

Em 10-6-X1

c) **Mercadorias**

a **Caixa** 4.000

Em 23-6-X1

d) **Caixa**

a **Vendas** 8.500

e

e) **CMV**

a **Mercadorias** 6.000 (ficha)

Mercadorias

	Débito	Crédito	
(EI)	10.000		
		6.000	(b)
(o)	4.000		
		6.000	(e)
	14.000	12.000	
(EF)	2.000		

Vendas

	Débito	Crédito	
		8.000	(a)
		8.500	(d)
		16.500	

CMV

	Débito	Crédito	
(b)	6.000		
(e)	6.000		
	12.000		

Caixa

(Não nos interessa)

Débito	Crédito
(a)	(c)
(d)	

Ficha de Controle de Estoque Mercadoria: Ventiladores									
Data X1	Entrada			Saída			Saldo		
	Quantidade	Valor Unitário $	Total $	Quantidade	Valor Unitário $	Total $	Quantidade	Valor Unitário $	Total $
1-6							10	1.000	10.000
2-6				6	1.000	6.000	4	1.000	4.000
10-6	4	1.000	4.000				8	1.000	8.000
23-6				6	1.000	6.000	2	1.000	2.000
Soma	4		4.000	12		12.000	2	1.000	2.000

Nessa ficha, na coluna do Total da Entrada, figura o registro das Compras; e na coluna Total da Saída, o valor de Custo das Mercadorias Vendidas.

A Empresa tem a possibilidade de fazer um só lançamento pelo total do CMV do período. Dessa forma, só dará baixa das vendas no dia da apuração do resultado, o que vai provocar a não-atualização constante da conta *Mercadorias*. Isso, todavia, não acarreta maiores problemas, pois, se a ficha estiver atualizada (o que não é só desejável, mas também imprescindível na maioria das vezes), não há a necessidade da contabilização do custo de cada venda. Fazendo lançamentos globais para o período, economizam-se, inclusive, trabalho e tempo, sem prejuízo da acurácia do sistema.

Na prática de hoje, todavia, com a completa computadorização, mesmo empresas não grandes conseguem ter esse controle de forma contínua e seus sistemas são às vezes tão integrados que a Contabilidade efetua os registros das vendas e dos custos das mercadorias vendidas diariamente; às vezes, a cada operação.

Tenhamos em mente que se trata de uma *possibilidade* a ser utilizada ou não, conforme interesse e necessidade da entidade e de seu Sistema de Contabilidade.

Os lançamentos, no caso do exemplo anterior, seriam, se feitos de forma mais sintética:

Em 2-6-X1	**Caixa**	
	a **Vendas**	8.000
Em 10-6-X1	**Mercadorias**	
	a **Caixa**	4.000
e		
	Caixa	
	a **Vendas**	8.500
Em 30-6-X1		
	CMV	
	a **Mercadorias**	12.000 (conforme soma na Ficha de Controle)

Observação – O que importa é ter, a qualquer momento, o valor de CMV e Estoque, sem que seja necessário proceder ao levantamento físico. Para isto, basta consultar a *Ficha de Estoque*. Note que o lançamento da baixa está efetuado no último dia do mês.

5.4 Atribuição de Preços aos Inventários

Sabemos que vários fatores influenciam os preços de todo o tipo de Mercadoria: demanda, concorrência, clima, sazonalidade etc.

E, com isso, dificilmente teremos durante o período compras feitas pelo mesmo preço. Normalmente, este variará, dando origem ao problema da avaliação do Inventário e, conseqüentemente, do Custo das Mercadorias Vendidas. Deverá ser dado ao Estoque Final o valor baseado nas últimas compras? Na média das compras do período? Na média das compras do último mês? No valor corrente dessas mercadorias?

A seguir, indicaremos diversos critérios para essa determinação:

5.4.1 *Variações com relação aos diversos custos*

Devem ser analisadas todas as possibilidades de atribuição de valor, sempre com base no custo (valor de aquisição). As principais são as que se acham relacionadas a seguir.

5.4.1.1 Preço específico

Quando é possível fazer a determinação do preço específico de cada unidade em estoque, pode-se dar baixa, em cada venda, por esse valor; com isso, no estoque final, seu valor será a soma de todos os custos específicos de cada unidade ainda existente.

Exemplo: existem em Estoque (valor inicial) cinco automóveis usados adquiridos de uma frota de táxi por $ 13.000 cada um; ao iniciarmos o período novo, são comprados mais três, de outra frota, por $ 15.000 cada um, e logo em seguida são vendidos dois, por $ 16.000 cada um, porém sabendo-se que um pertence ao lote inicial e o outro foi adquirido no período. Daremos nesse caso baixa, como Custo de Mercadorias Vendidas, do valor específico da compra de cada um ($ 13.000 + $ 15.000).

Tal tipo de apropriação de custo, entretanto, somente é possível (e às vezes necessário) em alguns casos, onde a quantidade, ou o valor, ou a própria característica da mercadoria o permite (isto é feito, por exemplo, nesse comércio de carros usados). Na maioria das vezes não é possível ou economicamente conveniente a identificação do custo específico de cada unidade.

5.4.1.1 Peps ou Fifo

Com base nesse critério, daremos baixa no custo da seguinte maneira: o Primeiro que Entra é o Primeiro que Sai (Peps) (também conhecido por Fifo, da expressão em inglês: *first-in-first-out*). Assim, à medida que ocorrerem as vendas, vamos dando baixa a partir das primeiras compras, o que equivaleria ao raciocínio de que vendemos primeiro as primeiras unidades compradas.

Exemplo: se tivermos um Estoque Inicial, em 1-9-X1, composto de 30 unidades de carros novos (iguais), adquiridos por $ 40.000 cada um, num total de $ 1.200 e no mês ocorrer a seguinte movimentação:

2/9 – Compra de 10 unidades por	$ 42.000 cada uma.
3/9 – Venda de 3 unidades por	$ 50.000 cada uma.
4/9 – Venda de 28 unidades por	$ 45.000 cada uma.
5/9 – Compra de 5 unidades por	$ 41.000 cada uma.
6/9 – Venda de 10 unidades por	$ 48.000 cada uma.

faremos com que a baixa de cada venda seja feita pelo preço do custo mais antigo em estoque (o primeiro que entra é o primeiro que sai):

(essa movimentação financeira não precisa estar atrelada ao fluxo físico, se esses automóveis forem realmente iguais entre si.)

O CMV total do período (1 a 6/9) será, portanto, de $ 1.661.000 e o valor do estoque, $ 164.000.

Com base nesse critério, teremos, sempre, um valor de estoque baseado nas compras mais recentes e o do CMV nas mais antigas.

Ficha de Controle de Estoque Peps Automóveis Novos									
Data X9	Entrada			Saída			Saldo		
	Quantidade	Valor Unitário $	Total $	Quantidade	Valor Unitário $	Total $	Quantidade	Valor Unitário $	Total $
1-9							30	40.000	1.200.000
2-9	10	42.000	420.000				30 10	40.000 42.000	1.200.000 420.000
3-9				3	40.000	120.000	27 10	40.000 42.000	1.080.000 420.000
4-9				27 1	40.000 42.000	1.080.000 42.000	9	42.000	378.000
5-9	5	41.000	205.000				9 5	42.000 41.000	378.000 205.000
6-9				9 1	42.000 41.000	378.000 41.000	4	41.000	164.000
Soma	15		625.000	41		1.661.000	4	41.000	164.000

5.4.1.3 Ueps ou Lifo

Pode-se fazer o contrário do sistema anterior, dando como custo o valor da última mercadoria entrada; assim, a Última a Entrar é a Primeira a Sair (Ueps) (ou Lifo, *last-in-first-out*).

Usando a mesma movimentação do exemplo anterior, teríamos:

Ficha de Controle de Estoque Ueps Automóveis Novos									
Data X9	Entrada			Saída			Saldo		
	Quantidade	Valor Unitário $	Total $	Quantidade	Valor Unitário $	Total $	Quantidade	Valor Unitário $	Total $
1-9							30	40.000	1.200.000
2-9	10	42.000	420.000				30 10	40.000 42.000	1.200.000 420.000
3-9				3	42.000	126.000	30 7	40.000 42.000	1.200.000 294.000
4-9				7 21	42.000 40.000	294.000 840.000	9	40.000	360.000
5-9	5	41.000	205.000				9 5	40.000 41.000	360.000 205.000
6-9				5 5	41.000 40.000	205.000 200.000	4	40.000	160.000
Soma	15		625.000	41		1.665.000	4	40.000	160.000

O CMV será, agora, de $ 1.665.000, e o valor do estoque final, $ 160.000. O CMV estará baseado nas compras mais recentes, e o estoque final nas mais antigas.

5.4.1.4 Média Ponderada Móvel

Para evitar o controle de preços por lotes, como nos métodos anteriores e para fugir aos extremos, existe a possibilidade de se dar como custo o valor médio das compras. Esse valor médio é bastante lato em sentido, pois pode ser a média das compras do período, ou só do último mês etc. O mais utilizado, entretanto, e mais lógico também, é o valor médio do custo do estoque existente. Chama-se Ponderada Móvel, pois o valor médio de cada unidade em estoque altera-se pela compra de outras unidades por um preço diferente. Assim, ele será calculado dividindo-se o custo total do estoque pelas unidades existentes.

Fazendo-se o controle por esse critério da movimentação, já utilizado para exemplo, teremos:

Ficha de Controle de Estoque
MPM
Automóveis Novos

Data X9	Entrada			Saída			Saldo		
	Quantidade	Valor Unitário $	Total $	Quantidade	Valor Unitário $	Total $	Quantidade	Valor Unitário $	Total $
1-9							30	40.000	1.200.000
2-9	10	42.000	420.000				40	40.500	1.620.000 (1)
3-9				3	40.500	121.500	37	40.500	1.498.500
4-9				28	40.500	1.134.000	9	40.500	364.500
5-9	5	41.000	205.000				14	40.678	569.500 (2)
6-9				10	40.678	406.780	4	40.678	162.720
Soma	15		625.000	41		1.662.280	4	40.678	162.720

(1) $ 1.620.000 : 40 = $ 40.500

(2) $ 569.500 : 14 = $ 40.678

O CMV apurado, agora, foi de $ 1.662.280, e o estoque final, $ 162.720. Note-se que, se utilizássemos um preço médio que não o móvel, poderíamos ter:

$$\frac{1.200.000 + 625.000 = \text{estoque inicial + compras}}{45 \text{ unidades} = \text{estoque inicial + compras}} = \begin{matrix}\text{custo médio fixo para} \\ \text{o mês de } 40.555{,}56\end{matrix}$$

Logo, teríamos: CMV = 41 × $ 40.555,56 = $ 1.662.778
e EF = 4 × $ 40.555,56 = $ 162.222

É lógico que, com o uso da Média Ponderada em todas as variantes, teremos, normalmente, valores que se encontrarão entre os apurados pelo Peps e pelo Ueps se os custos forem crescentes ou decrescentes.

5.4.1.5 Diferenças entre os Métodos

No exemplo utilizado, para os três critérios apresentados, as vendas foram:

3-9 –	3 unidades a $ 50.000 =	$ 150.000
4-9 –	28 unidades a $ 45.000 =	$ 1.260.000
6-9 –	10 unidades a $ 48.000 =	$ 480.000
	Total das vendas	$ 1.890.000

Comparando-se os resultados obtidos para os critérios apresentados, temos:

Peps ou Fifo		**Ueps ou Lifo**		**Média Ponderada Móvel**	
Vendas	1.890.000	Vendas	1.890.000	Vendas	1.890.000
(–) CMV	1.661.000	(–) CMV	1.665.000	(–) CMV	1.662.280
Resultado	229.000	Resultado	225.000	Resultado	227.720
Estoque Final	164.000	Estoque Final	160.000	Estoque Final	162.720

Vemos assim que, se três empresas tivessem adquirido mercadorias, nas mesmas qualidades, pelos mesmos preços, e vendido nas mesmas condições, *suas situações reais seriam as mesmas*, com a mesma quantidade de estoque, porém *suas demonstrações financeiras seriam diferentes*, porque usaram critérios também diferentes, embora todos se baseassem no custo de aquisição.

Critérios diferentes levam a valores de estoque e resultados líquidos também diferentes.

Críticas

Críticas podem ser feitas aos critérios citados. O *preço específico* pode resultar numa contabilização mais perfeita, com apuração de um *resultado contábil* mais correto, quando o determinamos pela diferença entre o valor de venda e o de custo exato daquela unidade (seu valor de compra). Mesmo assim, quando estivermos vendendo uma unidade adquirida há algum tempo, estaremos calculando um resultado que é exato, mas não o mais *real* se existir inflação, mas isso só será visto num estágio mais avançado. Veja o Apêndice A sobre Correção de Balanços.

Quando usarmos o Peps (ou o Fifo), estaremos dando baixa pelo custo da primeira unidade em estoque (mesmo que a unidade vendida seja a última comprada o *fluxo é de custo, e não de unidades*). Nesse caso, o valor de estoque estará sempre avaliado pelas últimas compras e, portanto, mais próximo de seu valor atual. No caso de um aumento geral dos preços (inflação), o custo das mercadorias vendidas será feito pelos preços mais antigos, menores. Logo, o Resultado será maior. No caso de deflação, serão maiores, e o resultado apurado contabilmente será menor.

O uso do Lifo (Ueps) provoca o aparecimento de um CMV mais atualizado quando os preços sobem ou baixam, pois a baixa é feita pelos valores das últimas compras. Em compensação, o valor do estoque final estará sendo baseado nos valores mais antigos. Há grande risco na adoção desse critério, mais lógico aparentemente, que surgirá quando houver diminuição no volume médio do estoque, pois acabaremos dando baixa em custos antiquíssimos. Exemplificamos:

Se temos um estoque inicial = 20 unidades a 5.000 = $ 100.000:

Compramos = 30 unidades a $ 8.000 = $ 240.000
Vendemos = 15 unidades a $ 10.000 = $ 150.000

Compramos = 10 unidades a $ 9.000 = $ 90.000

Vendemos = 12 unidades a $ 11.000 = $ 132.000

Nosso estoque, depois dessas operações, estará assim constituído se usarmos o Lifo:

20 unidades a $ 5.000	= $ 100.000
13 unidades a $ 8.000	= $ 104.000
33 unidades no total de	= $ 204.000

Se não comprarmos mais mercadorias e efetuarmos uma venda de 25 unidades, por $ 11.000 cada uma, o custo a ser baixado será:

13 unidades a $ 8.000	= $ 104.000
12 unidades a $ 5.000	= $ 60.000
25 unidades no total de	= $ 164.000

Foram baixadas mercadorias pelo valor mais antigo ($ 5.000), cujo valor de compra atual se apresenta em torno de $ 9.000.

O resultado contábil será:

Venda $ 11.000 × 25	= $ 275.000
(–) CMV	= $ 164.000
Resultado	= $ 111.000

E esse CMV é bastante inferior ao mais atual (custo de aquisição atual das 25 mercadorias = 25 × $ 9.000 = $ 225.000).

5.4.2 *Custo ou mercado (o mais baixo)*

Na verdade, os estoques têm outra regra: Custo ou Mercado, o que for mais baixo.

De acordo com o Conceito da Prudência (Conservadorismo), deve ser esse o princípio norteador da avaliação de estoques. O Custo será sempre utilizado, a menos que o valor de mercado seja menor. Para as mercadorias,

valor de mercado deve ser entendido como o valor de venda líquido de impostos e de despesas incidentes sobre a venda.

Durante o período, para controle de estoque, utiliza-se o custo como base de valor para inventário e CMV, custo este baseado no critério que preferirmos (Peps ou Média Ponderada)[1] e, no dia da apuração do resultado, faz-se a comparação do saldo contábil do estoque final (pelo custo) com seu valor de mercado. Se o custo for menor, o estoque será o apurado na forma conhecida; se o de mercado for menor, deve-se fazer o ajuste pela desvalorização do estoque final.

O uso da regra "Custo ou Mercado, o mais Baixo" é baseado num Conceito Contábil, antigo e conservador, porém cauteloso, que dita: *nunca antecipar lucros, mas sempre antecipar possíveis prejuízos*. Com esse preceito, sempre será utilizado o valor de mercado na baixa de preço da mercadoria transacionada. (O Capítulo 10 voltará ao assunto.)

5.4.2.1 Demonstração de resultado

Se tivermos: Vendas = $ 45.000, Compras = $ 38.000, EI = $ 4.000, EF (pelo custo) = $ 5.000 e EF (pelo mercado) = $ 4.400, poderemos construir:

Demonstração de Resultado (Estoque pelo Custo)		
Vendas		45.000
(–) CMV		
Estoque Inicial	4.000	
(+) Compras	38.000	
Soma	42.000	
(–) Estoque Final	(5.000)	(37.000)
Lucro Bruto		8.000
etc.		

Demonstração de Resultado (Estoque pelo Mercado)		
Vendas		45.000
(–) CMV		
Estoque Inicial	4.000	
(+) Compras	38.000	
Soma	42.000	
(–) Estoque Final	(4.400)	(37.600)
Lucro Bruto		7.400
etc.		

[1] O Fisco e as normnas contábeis, atualmente, não permitem o uso do Ueps nem o custo médio fixo anual no Brasil, para fins de apuração de resultado contábil ou tributável.

Com a aplicação da regra *Custo ou Mercado*, a Demonstração a ser utilizada seria a da direita, pois é a que representa o Estoque Final com valor menor; mas essa Demonstração tem as falhas de não fornecer a informação de quanto é a diferença entre os valores de estoque, pelo custo e pelo mercado, e atribuir à mercadoria vendida o prejuízo existente no estoque final. Pode-se construir outra Demonstração melhor, apresentando ambas as situações, com o resultado final obtido com a aplicação da Regra:

Demonstração de Resultado		
Vendas		45.000
(–) Custo das Mercadorias Vendidas (ao Custo)		
Estoque Inicial	4.000	
(+) Compras	38.000	
Mercadorias disponíveis	42.000	
(–) Estoque Final (Custo)	(5.000)	(37.000)
Lucro Bruto (Custo)		8.000
Menos:		
Variação no Estoque (devido ao preço de Mercado)		(600)
		7.400

Pode ser que esse valor de mercado tenha sido obtido:

Valor de venda, já excluído o ICMS =	$ 5.100
(–) Comissão de vendedores	(500)
(–) Despesas de entrega	(200)
	$ 4.400

5.5 Importância da Exatidão nos Inventários

Para se aquilar a importância dos inventários, é bastante dizer que deles depende diretamente a precisão do Balanço e da Demonstração do Resultado.

Suponhamos o que aconteceria com uma empresa que avaliasse erroneamente seu estoque final, superestimando-o em $ 50.000. Faremos as duas demonstrações de Resultado, a correta, com valor exato de estoque final, e a outra, com o valor incorreto:

Demonstração de Resultado da Cia. H para o ano de X1				
	Com Inventário Final			
	Correto		Incorreto	
Vendas		500.000		500.000
(–) **CMV:**				
Estoque Inicial	100.000		100.000	
(+) Compras	350.000		350.000	
Mercadoria Disponível no Período	450.000		450.000	
(–) Estoque Final	(150.000)	(300.000)	(200.000)	(250.000)
Lucro Bruto com Mercadorias		200.000		250.000
(–) Outras Despesas		(150.000)		(150.000)
Lucro Líquido		50.000		100.000

A superestimação do inventário final provocou a superestimação do lucro na mesma importância.

Sabemos que o inventário final de um período é igual ao inicial do seguinte. Se em X2 o inventário final fosse apurado corretamente, teríamos:

Ano de X2				
	Com Inventário Inicial			
	Correto		Incorreto	
Vendas		600.000		600.000
(–) **CMV:**				
Estoque Inicial	150.000		200.000	
(+) Compras	400.000		400.000	
Mercadoria Disponível para Venda	550.000		600.000	
(–) Estoque Final	(100.000)	(450.000)	(100.000)	(500.000)
Lucro Bruto com Mercadorias		150.000		100.000
(–) Outras Despesas		(80.000)		(80.000)
Lucro Líquido		70.000		20.000

Ao serem somados os dois lucros líquidos, nos anos de X1 e X2, teremos o mesmo total.

	Lucro Líquido Apurado com		Erro no Lucro Líquido
	Inventários Corretos	Inventários Incorretos	
19X1	50.000	100.000	50.000 (a mais)
19X2	70.000	20.000	50.000 (a menos)
Soma	120.000	120.000	

Um Inventário superavaliado num ano causa superestimação do lucro nesse ano, mas o fato é compensado com subestimação do lucro no ano seguinte. Se o Inventário Final de X1 houvesse sido subestimado, o lucro também o teria sido, e a correção se faria em X2.

Podemos generalizar que:

Se o ***Inventário Final é:***

a) **Superestimado**, o lucro líquido será **Superestimado**;

b) **Subestimado**, o lucro líquido será **Subestimado**.

Se o ***Inventário Inicial é:***

a) **Superestimado**, o lucro líquido será **Subestimado**;

b) **Subestimado**, o lucro líquido será **Superestimado**.

5.6 Considerações Adicionais sobre o Inventário

O inventário deve abranger, como regra geral, todas as mercadorias de propriedade da empresa, quer estejam em seu poder, quer sob a custódia de terceiros, excluídas, porém, as mercadorias de propriedade de terceiros que estejam em poder da empresa. Portanto, a inclusão de mercadorias no inventário deve basear-se, como regra geral, no critério da *propriedade* e não no da *posse*.

Atenção também deve ser dada, por ocasião dos inventários, à mercadoria que está em trânsito do vendedor para a empresa, ou em trânsito da empresa para o comprador. Nesses casos, as condições contratuais e o momento exato da liberação e despacho é que vão determinar a inclusão ou não da mercadoria no inventário da empresa.

Na operação de genuína Consignação, o consignante mantém a propriedade da mercadoria até que o consignatário a venda. Assim, quando aquele remete a mercadoria para este, não há registro de venda no consignante nem de compra no consignatário. O estoque, apesar de fisicamente nas mãos de um, está no balanço de outro. Quando o consignatário vender a mercadoria, aí sim este fará, ao mesmo tempo, o registro da compra e, concomitantemente, o da venda. E o consignante fará, é claro, somente nessa hora seu registro de venda. Tudo porque o consignatário pode devolver a mercadoria e nada lhe poderá ser cobrado pelo consignante.

5.7 Inventário Periódico

Quando não é efetuado o controle contínuo do Estoque de Mercadorias e, tampouco, do CMV, para a determinação deste último é necessário fazer a dedução:

CMV = Total das Mercadorias Disponíveis para Venda – Estoque Final.

Se tivéssemos: (a) iniciado as atividades do período sem estoque no primeiro dia do exercício; (b) comprado $ 104.500 de Mercadorias (valor total); e (c) um Estoque Final de $ 22.500 (avaliado a preço de custo), calcularíamos:

Total das Mercadorias Disponíveis para Venda no Período
= Total das Compras = $ 104.500
CMV = 104.500 – 22.500 = $ 82.000

Se, entretanto, ao se iniciar o período, houvesse já em estoque $ 23.000 de Mercadorias, teríamos:

Total Disponível para Venda = Estoque Inicial + Compras

logo:

CMV = Estoque Inicial + Compras – Estoque Final

CMV = 23.000 + 104.500 – 22.500 = $ 105.000

Para isso é necessário que a empresa faça um inventário físico de todos os seus estoques e depois verifique o custo de aquisição de cada um deles para chegar, extracontabilmente, ao valor do Estoque Final.

Poderíamos fazer a seguinte DR na forma dedutiva:

Demonstração do Resultado da Cia. A para o ano de X9		
Vendas		150.000
(–) CMV:		
Estoque Inicial	23.000	
(+) Compras do Período	104.500	
Mercadorias Disponíveis para Venda	127.500	
(–) Estoque Final	(22.500)	(105.000)
Lucro Bruto		45.000
(+) Receitas de Juros		1.000
	Soma	46.000
Menos		
Despesas de Salários	15.000	
Despesas Diversas	6.000	(21.000)
Lucro Líquido do ano		25.000

5.8 Contabilização do Inventário Periódico

Já sabemos que para a apuração do Resultado com Mercadorias (RCM), no caso do Inventário Periódico, precisamos do levantamento físico do Estoque, o que, portanto, nos oferece uma informação extracontábil. Sabemos, também, como apurar o RCM após estarmos de posse desse dado, porém apenas por meio de aplicação das fórmulas:

CMV = EI + C – EF

e

RCM = V – CMV

onde:

EI = Estoque Inicial
C = Compras
EF = Estoque Final
V = Vendas

É necessário, entretanto, que contabilizemos essa apuração de RCM, pois a conta *Mercadorias* precisa ter seu saldo correto, com o valor do Estoque no último dia do período, para apresentação em Balanço. E *Resultado com Mercadorias* também deverá apresentar o Resultado Bruto obtido, para ser transferido para *Resultado*, onde, depois de lançadas as demais Receitas e Despesas, ter-se-á o Resultado Final do Período.

Podemos contabilizar todas as operações mercantis abrindo uma conta para cada tipo de operação, ou seja, uma para registrar as Compras, outra para Vendas e uma terceira, normalmente *Mercadorias*, para o Registro do Valor do Estoque. São essas as três contas básicas, utilizadas no período:

Compras, Vendas e Mercadorias.

Exemplo: suponhamos a existência de um estoque inicial, no primeiro dia do período, de $ 67.000. A conta que o representará:

Mercadorias	
67.000	

Quando é efetuada uma compra, lançamos seu valor a débito da conta de *Compras*.

Compras
a **Fornecedores** (ou **Caixa**)

Se tivéssemos feito uma compra total, no período, de $ 123.000, essa conta apresentaria o saldo com essa importância.

Mercadorias			Compras	
67.000			123.000	

Quando procedemos à venda, lançamos a operação por seu valor total de venda; assim:

Clientes (ou **Caixa**)

a **Vendas**

Se o total das Vendas do período fosse de $ 98.000:

Mercadorias		Compras		Vendas	
67.000		123.000			98.000

Como se depreende, a conta *Mercadorias* permanece intacta durante o exercício, e seu saldo, depois da primeira operação de compra ou venda, já não representará o valor do estoque existente; continuará com o valor do estoque de Mercadorias encontrado por ocasião do último Inventário realizado.

Para apurarmos, não algebricamente, mas de forma contábil, o valor do CMV, basta transferirmos para uma conta adequada, que vamos chamar de *Custo de Mercadorias Vendidas*, os três valores que o compõem.

Assim, serão transferidos, a seu Débito, os valores do Estoque Inicial e das Compras e, a seu Crédito, os do Estoque Final.

$$\text{CMV} = \underset{\text{(Débito)}}{\text{EI}} + \underset{\text{(Débito)}}{\text{C}} - \underset{\text{(Crédito)}}{\text{EF}}$$

É lógico que não existem as contas chamadas Estoque Inicial e Final; estes são valores da conta de *Mercadorias*, quando referentes ao início ou ao fim do período. Assim, os lançamentos para apuração do CMV ficarão:

Custo das Mercadorias Vendidas

a Diversos

a **Mercadorias** (pelo valor do Estoque Inicial)

a **Compras** (pelo saldo)

e

Mercadorias

a **Custo das Mercadorias Vendidas** (pelo valor do Estoque Final).

Após esses lançamentos, teremos apurado o valor do CMV e a conta *Mercadorias* apresentará o valor correto do Estoque Final. No exemplo citado, teríamos (com Estoque Final apurado em $ 105.000):

Mercadorias		**Compras**		**CMV**	
67.000		123.000		(a) 67.000	
	67.000 (a)		123.000 (b)	(b) 123.000	
					105.000 (c)
(c) 105.000		**Vendas**		190.000	105.000
105.000			98.000	85.000	

Basta agora transferirmos Vendas e CMV para o Resultado.

5.9 Contabilização de Fatos que Alteram os Valores de Compras e Vendas

5.9.1 *Devoluções e abatimentos*

Quando um comerciante se vê prejudicado ao receber certa mercadoria cujo tipo, qualidade, preço ou qualquer outro fator esteja em desacordo com seu pedido, ou com a nota fiscal, ou mesmo com as condições físicas normais que deveriam cercar o produto, pode ele adotar uma das seguintes medidas: (a) devolver a mercadoria, total ou parcialmente; e (b) solicitar um abatimento ao vendedor. Tais aspectos poderão ser examinados tanto do ponto de vista do Vendedor como do Comprador.

1º) ***Para o vendedor***, a devolução e o abatimento da mercadoria vendida deverão, de preferência, ser registrados em contas próprias, já que, se o vendedor procedesse simplesmente ao estorno do lançamento feito por ocasião da venda, deixaria de ter a informação relativa aos

valores das devoluções e abatimentos do período, pois a conta de *Vendas* daria diretamente o valor líquido. Ambos alteram o valor das vendas, porém é melhor deixá-los registrados em contas específicas para acerto no dia da apuração do resultado. Lembremos que o vendedor, ao receber as mercadorias de volta, deve também efetuar esse registro, e pelo valor que tais mercadorias foram baixadas quando da venda. Se seu valor de mercado, por problemas de qualidade, danificação ou outro, for inferior ao custo, registra-se agora a perda em conta própria.

No caso de Devolução:

Devoluções de Vendas
a **Caixa** (ou **Clientes**)
e **Mercadorias**
a **CMV** (pelo retorno das mercadorias)

Esse lançamento pode deixar de ser feito se o registro da reentrada das mercadorias for efetuado adequadamente na ficha de controle de estoques. Afinal, o ajuste se dará automaticamente quando se fizer o lançamento do CMV do período, por simples diferença.

E, no caso de Abatimento:

Abatimento sobre Vendas
a **Caixa** (ou **Clientes**)

Os saldos de tais contas de *Devoluções* e de *Abatimentos*, no fim do período, serão jogados contra o saldo de *Vendas*, para apuração do valor das vendas líquidas:

Vendas
a **Diversos**
a **Devoluções de Vendas**
a **Abatimentos sobre Vendas**

Exemplo: suponhamos a seguinte situação:

Vendas		Devoluções de Vendas		Abatimentos Sobre Vendas		CMV	
	112.000	3.000		2.000		85.000	

(o CMV já tinha sido apurado)

A situação final poderia ser:

Vendas		Devoluções de Vendas		Abatimentos Sobre Vendas	
(a) 3.000	112.000	3.000	3.000 (a)	2.000	2.000 (b)
(b) 2.000					
(c) 107.000					

CMV		Resultado	
85.000	85.000 (d)		107.000 (c)
		(d) 85.000	

A Demonstração do Resultado na forma dedutiva fica:

Vendas		112.000
Menos:		
Devoluções	3.000	
Abatimentos	2.000	(5.000)
Vendas líquidas		107.000
(–) CMV		(85.000)
Resultado com Mercadorias (Lucro Bruto)		22.000
		etc.

2º) ***Para o comprador***, a devolução ou o abatimento alteram o valor de suas compras; da mesma forma que no caso do vendedor, deverá ele abrir, de preferência, contas específicas para tais fatos, para com

isso obter melhores informações. Em seu caso, os lançamentos ficarão:

Na Devolução:

Fornecedores (ou **Caixa**)

a **Devoluções de Compras**

No Abatimento:

Caixa (ou **Fornecedores**)

a **Abatimentos sobre Compras**

No final do mês ou do período, os saldos de tais contas serão lançados na de *Compras*, se estiver utilizando o inventário periódico, ou na de *Mercadorias*, se estiver usando o inventário permanente; no *periódico*:

Diversos

a **Compras**

Devoluções de Compras

Abatimentos sobre Compras

Exemplo: o CMV apurado anteriormente de $ 85.000 poderia ter apresentado:

Mercadorias

Débito	Crédito
(EI) 15.000	15.000 (a)
(EF) 14.000	

Compras

Débito	Crédito
91.000	4.500 (b)
	2.500 (c)
	84.000 (d)

Devoluções de Compras

Débito	Crédito
(b) 4.500	4.500

Abatimentos sobre Compras

Débito	Crédito
(c) 2.500	2.500

CMV

Débito	Crédito
(a) 15.000	14.000 (e)
(d) 84.000	
99.000	14.000
85.000	

A Demonstração na forma dedutiva:

Vendas				112.000
Menos:				
Devoluções			3.000	
Abatimentos			2.000	(5.000)
Vendas Líquidas				107.000
(–) *CMV*:				
Estoque Inicial			15.000	
(+) Compras		91.000		
Menos:				
Devoluções	4.500			
Abatimentos	2.500	(7.000)	84.000[2]	
Mercadorias Disponíveis no Período			99.000	
(–) Estoque Final			(14.000)	(85.000)
Lucro Bruto				22.000
				etc.

Devoluções e abatimentos alteram o *valor das compras ou das vendas, diminuindo-as.*

No caso de inventário *permanente*, poderíamos ter:

Diversos

a **Mercadorias**

Devolução de Compras

Abatimento sobre Compras

[2] $ 84.000 correspondem às Compras Líquidas.

Mercadorias

Débito	Crédito
(EI) 15.000	
91.000	(Compras)
	4.500 (a)
	2.500 (b)
	85.000 (c)
14.000	

Devoluções de Compras

Débito	Crédito
(a) 4.500	4.500

Abatimento de Compras

Débito	Crédito
(b) 2.500	2.500

CMV

Débito	Crédito
(c) 85.000	(Obtido pela ficha de estoques)

Esses encerramentos das contas de devoluções e abatimentos devem ser feitos mensalmente para que o saldo de Mercadorias esteja correto ao final de cada mês. A mesma demonstração anterior poderia ser feita.

Também poderiam as devoluções e os abatimentos ser registrados diretamente em Mercadorias. Com isso, o saldo contábil dessa conta poderia, todo dia, estar "batendo" com as fichas de estoque. Mas isso não é normalmente requerido. O que se quer, para uma boa gestão, é, quase sempre, balanços mensais e só aí é obrigatória a exatidão das contas.

O uso dessas contas específicas é muito útil para se ter o controle desses valores e as informações gerenciais a respeito de tais fatos.

5.9.1.1 Devoluções – Controle nas Fichas do Inventário Permanente

As *Devoluções de Compras* serão registradas na Ficha de Controle, *porém, não como Saída de Mercadorias*, pois, dessa forma, haveria alteração do valor do CMV (soma da coluna *Saída*); na realidade, tais devoluções *corrigem o valor de entrada*. Portanto, devem ser registradas na coluna *Entrada*, mas com valor negativo. (Podemos representar o valor negativo inserindo-o entre parênteses, ou registrando-o com cor diferente da do registro normal.)

As *Devoluções de Vendas* também representam correção do valor exato das saídas; portanto, registramo-las também na coluna de *Saída*, com valor negativo.

5.9.1.2 Abatimentos e Descontos Comerciais – Controle nas Fichas do Inventário Permanente

Os *Abatimentos e Descontos Comerciais sobre Compras* são registrados também na coluna de entrada, com *valor negativo*, porém na parte relativa apenas a *valores*, já que as quantidades de mercadorias permanecem inalteradas nesse caso.

Os *Abatimentos e Descontos Comerciais sobre Vendas* simplesmente *não são registrados* na ficha de controle, pois alteram os valores de vendas apenas, e na ficha temos controle do Estoque e do Custo das Mercadorias Vendidas; e esses dois valores não se alteram com tais fatos.

5.9.2 Descontos comerciais

Descontos comerciais são os concedidos pelo vendedor a favor do comprador, no ato da compra, em função de vários motivos: seja pela grande quantidade que está sendo vendida, seja porque o comprador é um cliente especial, ou, ainda, porque a empresa imprime catálogos com os preços das mercadorias e, para não alterá-los, frequentemente, faz a aplicação de porcentagens de desconto sobre os mesmos etc.

Tais Descontos são diferentes dos Abatimentos. Enquanto estes são concedidos após a venda, em função de avaria ou outro motivo descoberto *a posteriori*, os Descontos Comerciais já são contratados no ato da venda, quando ficam conhecidos em seu montante.

O procedimento mais comum é seu não registro na contabilidade do comprador e do vendedor, com o registro da compra e de venda diretamente pelo valor líquido.

Caso, porém, haja necessidade ou interesse da empresa em deixar registrados tais Descontos Comerciais, proceder-se-á com eles da mesma forma que no caso das Devoluções e dos Abatimentos, com a abertura, é claro, de contas específicas de *Descontos Comerciais sobre Vendas* ou *Descontos Comerciais Concedidos*, para o vendedor, e *Descontos Comerciais sobre Compras* ou *Descontos Comerciais Obtidos*, para o comprador.

5.9.3 Gastos com transporte e outros

O custo real de uma mercadoria adquirida não é somente o constante da nota fiscal, mas o resultante da soma deste com todos os gastos necessários

para a colocação do produto em condições de venda. Normalmente, serão os custos de fretes e seguros os que aparecerão com maior frequência.

Seu registro é feito, normalmente, a débito da conta própria.

Gastos com Transporte em Compras

a **Caixa** (ou **Contas a Pagar**)

No inventário periódico, essa conta irá, no encerramento, aumentar o saldo de *Compras*, e, na Demonstração de *Resultados* na forma dedutiva, aumentará o total das Compras. Exemplo:

Transporte Sobre Compras

Débito	Crédito
3.500	3.500 (b)

Compras

Débito	Crédito
135.000	7.000 (c)
(b) 3.500	
(b) 138.500	7.000
131.500	131.500 (d)

Mercadorias

Débito	Crédito
18.000	18.000 (a)
(e) 9.000	

Devoluções e Abatimentos sobre Compras

Débito	Crédito
(c) 7.000	7.000

CMV

Débito	Crédito
(a) 18.000	9.000 (e) (EF)
(d) 131.500	
149.500	9.000
140.500	

Na Demonstração de Resultado (dedutiva):

. . . .

(–) Custo Mercadorias Vendidas			
Estoque Inicial		18.000	
(+) Compras	135.000		
(+) Transporte	3.500		
Soma	138.500		
(–) Devoluções e Abatimentos	(7.000)	131.500	
Mercadorias Disponíveis para Vendas		149.500	
(–) Estoque Final		(9.000)	(140.500) = CMV

No caso, entretanto, de Despesas com Transporte nas Vendas, devem ser lançadas como despesas normais do período, a serem computadas na apuração do resultado líquido.

A contabilização, nesse caso, ficará:

Despesas com Transportes/Vendas
a **Caixa** (ou **Contas a Pagar**)

Observação – Quando há gastos com transporte e outros a onerar o valor das Compras, surge um problema referente ao levantamento do Estoque Final de Mercadorias.

É necessário que nesse valor de Estoque Final sejam computados os gastos mencionados relativos a essas mercadorias. Se o inventário final for avaliado apenas por seu valor de fatura (de compra), aqueles gastos seriam dados, todos, como pertencentes às mercadorias vendidas.

Exemplo: se numa empresa existir:

Estoque Inicial – $ 5.000
Compras – $ 45.000
Transporte em Compras – $ 9.000
Estoque Final (pelo preço de compra) – $ 10.000

(Notar que no Estoque Final não foram computados os gastos com Transporte das Compras.)

Sabemos, entretanto, que esse valor final de Mercadorias também está onerado; os gastos com transporte das compras afetaram $ 45.000 de mercadorias. Se apurarmos, por exemplo, que os $ 10.000 existentes agora fazem parte dessas compras, necessitamos de uma divisão proporcional: as mercadorias compradas e vendidas devem arcar com uma parte dos gastos, e as mercadorias compradas e ainda estocadas, com outra parte. Assim, o valor do estoque final é igual aos $ 10.000 apurados, mais $ 2.000 de despesas com transporte.

O Custo das Mercadorias Vendidas assim ficará:

Estoque Inicial		5.000	
(+) Compras Líquidas			
Compras	45.000		
(+) Transporte	9.000	54.000	59.000
(–) Estoque Final			(12.000)
CMV			$ 47.000

Essa observação também é válida para os Abatimentos e Descontos Comerciais sobre Compras.

No caso do inventário *permanente*, pode-se abrir também uma conta específica, mas ela precisa ser encerrada mensalmente:

Mercadorias

a **Gastos com Transportes em Compras**

5.9.3.1 Gastos com Transporte – Outras Observações – Registro nas Fichas do Inventário Permanente

Os *Gastos com Transporte, Seguros e outros nas Compras* devem ser somados ao custo de fatura das mercadorias para lançamento na ficha de controle, já pelo total; como isso nem sempre é possível, pode-se deixar para inclusão posterior, quando se produzirá aumento na coluna Entrada somente em valores.

As *Despesas com Transporte nas Vendas*, da mesma forma como Abatimentos, não são registradas na ficha, já que não alteram o Estoque e nem CMV.

5.9.4 Descontos Financeiros

Os Descontos Financeiros (não confundir com Descontos Comerciais e, tampouco, com Abatimentos) são os prêmios oferecidos pelo vendedor ao comprador, por um pagamento antecipado de dívidas assumidas com transação de Mercadorias. Por exemplo, o vendedor indica, na nota fiscal, ou na duplicata, que o valor da dívida é "X", e que será cobrada, dentro de 90 dias, por seu próprio valor; se for paga dentro de 60 dias, o comprador gozará de um desconto de 3% e, se dentro de 30 dias, de 5%. Essas porcentagens variam de acordo com o interesse do credor em receber com antecipação, bem como variam também as condições, sendo que há os que concedem, inclusive, desconto a favor dos que fazem o pagamento no próprio dia de vencimento.

Se o valor da venda for de $ 10.000, para pagamento em 60 dias, com 5% de desconto se o pagamento for em 30 dias, e o cliente aproveitar tal prêmio, a contabilização assim ficará:

No Comprador:

Fornecedores		
a **Diversos**		
a **Caixa**	9.500	
a **Descontos Financeiros Obtidos**	500	10.000

No Vendedor:

Diversos		
a **Clientes**		
Caixa	9.500	
Descontos Financeiros Concedidos	500	10.000

Devem ser abertas contas especiais para os Descontos Financeiros Obtidos e Concedidos. Quanto ao tratamento para elas, há grandes divergências. Muitos autores deduzem tais descontos dos valores de Vendas e de Compras, exatamente como fizemos com Devoluções, Abatimentos e Descontos Comerciais.[3]

[3] FINNEY E MILLER. *Principles of accounting*: introductory. 6. ed. p. 71, defendem ardorosamente esse princípio, afirmando ser o outro tratamento antiquado.

Normalmente, todavia, seus saldos são transferidos diretamente para a conta *Resultado*, e a demonstração dedutiva ficará:

Vendas		10.000
(–) Custo Mercadorias Vendidas		(7.000)
Lucro Bruto		3.000
(+) Descontos Financeiros Obtidos		340
Soma		3.340
Menos:		
Descontos Financeiros Concedidos		(50)
Despesas Diversas	(190)	(240)
Lucro Líquido		3.100

No Brasil, o mais comum é o tratamento dos Descontos Financeiros obtidos como parte das Receitas Financeiras e o dos Descontos Financeiros concedidos como parte das Despesas Financeiras.

Na realidade, o mais correto seria o uso de valores presentes para registro das compras e vendas. Ou seja, as compras a prazo seriam, nesse caso, registradas não pelo seu valor a pagar no prazo contratado, mas por seu valor atual (como se fossem a vista); a diferença seria tratada como despesa financeira (pelo regime de competência). Assim, pagamento a vista com aproveitamento do desconto não geraria Desconto Financeiro Obtido; pagamento a prazo, sem o desconto é que geraria Despesa Financeira.

As Vendas também seriam, no caso de a prazo, registradas por seu valor presente (como se fossem a vista), e a diferença seria contabilizada como receita financeira (pelo regime de competência também, é claro). Ou seja, recebimento a vista, com o comprador aproveitando o desconto, não geraria Despesa Financeira no vendedor; se o comprador pagasse a prazo, aí o vendedor reconheceria Receita Financeira.

5.10 Sobre Avaliações de Estoque em Lojas de Departamentos e Assemelhados

As grandes lojas de departamentos e certas outras empresas têm em seu estoque grande variedade de mercadorias (chegam às vezes a milhares de

itens), o que causa grande dificuldade de controle, mesmo porque a maioria dessas mercadorias pode ser de valor unitário não muito grande.

Um sistema que poderia ser utilizado, no caso, seria o de uma variante do Preço Específico.

A empresa coloca etiqueta com o preço de venda em todas as mercadorias, sendo que esse preço de venda é calculado da seguinte forma:

Preço de Custo + Lucro Bruto = Preço de Venda

O ***Lucro Bruto*** é uma porcentagem fixa sobre o preço de venda ou de custo. Por exemplo, compramos facas por $ 10,00 a unidade. A porcentagem de *Lucro Bruto* escolhida é de 25% sobre o custo. Então, o valor de venda, na etiqueta, será de $ 12,50.

No dia da apuração, simplesmente contamos as unidades de faca, somamos seus valores de venda e temos, então, o valor do Estoque Final a valor de venda. Se, em nosso caso, temos como soma total dos preços de venda de facas $ 375,00, preço atribuído com acréscimo de 25% sobre o custo, calculamos:

125% corresponde a $ 375,00

logo,

100% corresponde a X.

de onde temos X = Valor do Estoque Final = $ 300,00 (pelo custo).

Poder-se-ia calcular de outra forma: se o valor de venda é igual ao custo + 25% sobre o custo, conclui-se que o valor de custo corresponderá a 80% do valor de venda.

EF = 80% do valor de venda = 80% de $ 375,00

EF = $ 300,00

Em tal sistema, há necessidade de um registro sempre constante do valor da venda, isto é, o valor de venda de uma mercadoria ou grupo de mercadorias deve ser baseado numa porcentagem fixa de lucro bruto. Pode-se utilizar, para o Departamento A, o Lucro Bruto de 30% sobre o custo, para o Departamento B, 35% etc., e as vendas terão que ser registradas em contas especiais, separadas para cada departamento.

Quando houver necessidade de remarcação, faz-se uso do Desconto Comercial. Por exemplo, se no Departamento A estão sendo vendidas mercadorias com acréscimo de 30% sobre o custo, mas um item especial, digamos, camisa de linho, deve ser vendido com acréscimo de apenas 18%, em virtude dos preços da praça, registraremos, na conta de Venda do Departamento A, a venda pelo valor preestabelecido com a faixa normal e, na conta de Desconto Comercial sobre Vendas, a diferença entre este preço e o real. Se as camisas foram compradas por $ 20,00, acrescemos 30% ($ 6,00) e teremos um valor de venda de $ 26,00. Mas, como o valor de venda a ser fixado, realmente, será de apenas $ 23,60 (acréscimo de 18%), faremos o seguinte registro:

- a débito de Caixa ou outro ativo – $ 23,60;
- a crédito de Vendas – Departamento A – $ 26,00;
- a débito de Descontos Comerciais s/Vendas – $ 2,40.

Dessa maneira, teremos a possibilidade de continuar aplicando a porcentagem devida sobre o saldo da conta de Vendas, para se obter o Custo das Mercadorias Vendidas e conhecermos, então, o Estoque Final. Na Demonstração do Resultado do período, aparecerá o valor líquido das vendas, o custo real e o lucro bruto obtido.

Para empresas demasiadamente complexas, há outras fórmulas que, menos rigorosas e baseadas em médias de acréscimos e remarcações para mais ou para menos sobre os valores originais, dão valores de custo das mercadorias vendidas e estoque final pelos preços de custo bem mais rapidamente. São fórmulas que chegam a valores aproximados, sem a exatidão do critério explanado, mas com facilidade de aplicação.

Hoje, com as facilidades dos sistemas eletrônicos, é bem mais fácil que antigamente o controle dos estoques pelos seus custos e pelos seus preços de vendas, de forma que esse método está caindo em desuso.

5.11 Tributações nas Operações Mercantis

Diversos tributos incidem sobre as operações com mercadorias. Vamos tratar, primeiramente, do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

5.11.1 ICMS

O ICMS incide sobre a circulação das mercadorias, conforme seu próprio nome indica; assim, como regra incide nas suas compras e vendas. Ele está incluído no custo das compras e integra o valor das vendas. E a empresa comercial recolhe ao tesouro estadual a diferença entre ambas as operações em cada mês.

Repare que a incidência tributária não é por Regime de Competência: não é sobre Receitas de Vendas diminuídas do CMV, mas sobre as Receitas de Vendas diminuídas das *Compras*. Por isso, cuidado especial precisa ser tomado para que a contabilização desse tributo não interfira na *apuração* do resultado contábil feita com base na Competência dos Exercícios.

Suponhamos que uma empresa, no primeiro mês de seu exercício:

- compre $ 100.000 em mercadorias; e que
- desse montante, 70% sejam vendidas, constituindo o Custo das Mercadorias Vendidas de $ 70.000;
- ficando $ 30.000 em estoques;
- admitamos um ICMS de 17% sobre essas compras, o que significa que há $ 17.000 desse tributo contidos dentro dos $ 100.000 das *compras* do mês;
- as mercadorias vendidas (com o custo de $ 70.000) são negociadas por $ 90.000, com incidência de ICMS de 17% também sobre esse valor (o que significa que, dentro desses $ 90.000 estão contidos $ 15.300 a título de ICMS).

Com tudo isso, quanto de ICMS a empresa terá que recolher?

Pela nossa legislação, a empresa precisará recolher a diferença entre o ICMS nas vendas e o ICMS nas *compras*, se o primeiro valor exceder o segundo (se ocorrer o contrário será gerado o direito de compensar esse excesso no mês seguinte):

ICMS nas Vendas: 17% × 90.000 =	$ 15.300
(–) ICMS nas Compras: 17% × $ 100.000 =	$ (17.000)
ICMS sobre as operações do mês =	$ (1.700)

Ou seja, nesse caso não recolherá nada, já que o ICMS nas Vendas não excedeu o incidente sobre as compras (mas nada também receberá do Estado, apesar de ter pago mais ICMS do que recebido). Passará a ter, para o mês seguinte, o direito de descontar a diferença de $ 1.700 do ICMS a ser recolhido.

Repare que, à primeira vista, essas operações gerariam uma contabilização muito simplista (e uma apuração do resultado incorreta, como veremos):

Demonstração do Resultado (incorreta) – 1º mês

Vendas	$ 90.000
(–) CMV	$ (70.000)
Lucro Bruto	$ 20.000

Digamos agora que, no mês seguinte, ela compre $ 60.000 de novas mercadorias e venda todo o estoque vindo do mês anterior, com o custo de $ 30.000, e mais metade dessas compras do mês, outros $ 30.000, totalizando um CMV de $ 60.000, por $ 80.000. Nesse segundo mês terá que calcular o quanto vai agora recolher de ICMS. Fará o seguinte:

ICMS nas Vendas: 17% × 80.000 =	$	13.600
(–) ICMS nas Compras: 17% × $ 60.000 =	$	(10.200)
ICMS sobre as operações do mês =	$	3.400
(–) Saldo a compensar do mês anterior =	$	(1.700)
(=) Valor a recolher	$	1.700

Logo, além de receber as vendas e pagar as compras, recolherá os $ 1.700. Repare que, se feita de maneira excessivamente simples (e incorreta também, como ainda veremos), contabilizaria:

Demonstração do Resultado (incorreta) – 2º mês

Vendas	$ 80.000
(–) CMV	$ (60.000)
Lucro Bruto	$ 20.000
(–) Despesa com ICMS	$ (1.700)

Percebe-se que operações gerando o mesmo Lucro Bruto de R$ 20.000 no primeiro e segundo meses estariam gerando lucros líquidos diferentes. Por isso a contabilização adotada hoje no Brasil não é essa. Vejamos como se contabilizam essas operações na prática brasileira atual:

- o ICMS nas compras é considerado como item à parte, como um imposto pago a ser recuperado; assim, ele é separado do restante do custo da compra da mercadoria, ficando numa conta de ativo à parte, separada do estoque. Trata-se de um imposto pago nas compras a ser recuperado quando da incidência desse mesmo tipo de imposto nas vendas. Assim, voltando ao primeiro mês, teríamos a seguinte contabilização, começando pelas compras:

Diversos		
a **Caixa ou Fornecedores**		
ICMS Pago a Recuperar	$ 17.000	
Estoques	$ 83.000	$ 100.000

Essa conta de *ICMS Pago a Recuperar* fica no Ativo Circulante como uma espécie de crédito contra o Estado, no pressuposto de que será recuperado pelas vendas futuras.

- agora, nas vendas:

Caixa ou **Clientes**	
a **Vendas Brutas**	$ 90.000

- seguido de:

ICMS nas Vendas	
a **ICMS Pago a Recuperar**	$ 15.300

A conta *ICMS nas Vendas* será demonstrada como Redução das Vendas Brutas na Demonstração do Resultado, e a conta *ICMS Pago a Recuperar* continuará no ativo, agora com o saldo devedor de $ 1.700.

- e a mercadoria a ser baixada o será com base no valor de custo de aquisição, excluído o ICMS nessa aquisição. Como foram vendidas 70% das compras do mês:

  Custo das Mercadorias Vendidas

  a **Estoques** $ 58.100

- e isso gerará:

Demonstração do Resultado – 1º mês

Vendas Brutas	$ 90.000
(–) ICMS nas Vendas	$ (15.300)
Vendas Líquidas	$ 74.700
(–) CMV	$ (58.100)
Lucro Bruto	$ 16.600

No segundo mês os registros serão:

- pela compra:

  Diversos

  a **Caixa ou Fornecedores**

ICMS Pago a Recuperar	$ 10.200	
Estoques	$ 49.800	$ 60.000

Essa conta de *ICMS Pago a Recuperar* fica agora com o saldo devedor de $ 11.900 a ser compensado com o ICMS que vier a incidir nas próximas vendas.

- pela venda:

  Caixa ou **Clientes**

  a **Vendas Brutas** $ 80.000

- seguido de:

  ICMS nas Vendas

  a **Diversos**

a ICMS Pago a Recuperar $ 11.900
a ICMS a Recolher $ 1.700 $ 13.600

A conta *ICMS Pago a Recuperar* terá zerado o seu saldo e, depois disso, surgirá, no passivo, a conta *ICMS a Recolher*, com o saldo credor de $ 1.700.

Custo das Mercadorias Vendidas
a Estoques $ 49.800

Os estoques, caso não houvesse deles sido diminuído o ICMS, seria de $ 60.000; mas, esse valor, líquido dos 17% de ICMS, cai para esse montante de $ 49.800.

- e isso gerará:

Demonstração do Resultado – 2º mês

Vendas Brutas	$ 80.000
(–) ICMS nas Vendas	$ (13.600)
Vendas Líquidas	$ 66.400
(–) CMV	$ (49.800)
Lucro Bruto	$ 16.600

E agora sim temos o mesmo lucro bruto para as duas demonstrações do resultado. E o pagamento de $ 1.700 de ICMS, devido ao Estado, será contabilizado apenas como redução do passivo (ICMS a Recolher), e não como despesa.

Mas preste bastante atenção: o ICMS nessa Demonstração do Resultado, no valor de $ 13.600, não representa o tributo devido por essa empresa, não representa o que ela tem que recolher ao tesouro estadual, mas o total contido nas suas Vendas Brutas; o valor do ICMS de fato incidido pela empresa e por ela a ser recolhido, no valor de $ 1.700, não aparece nessa demonstração. Aparece agora no seu balanço, no passivo.

Alertamos que há outra forma alternativa de contabilização do ICMS, não utilizada hoje no Brasil, que complementa os registros que levaram ao que denominamos de *Demonstração do Resultado (incorreta)* no início desta seção, e

chega ao mesmo resultado de $ 16.600, mas não de lucro bruto. Nessa outra alternativa não se destaca o ICMS nas compras, e os estoques são contabilizados, na sua aquisição e na sua baixa pelo valor total incluindo esse tributo. O lucro bruto seria o mesmo valor de $ 16.600 nas demonstrações dos dois meses; só que haveria uma conta de ICMS de $ 3.400 em cada uma, como retificadora das Vendas Brutas. No primeiro mês esse valor corresponderia ao ICMS contido nos estoques diminuído do ICMS a Recuperar ($ 30.00 × 17% – $ 1.700 = $ 5.100 – $ 1.700 = $ 3.400), e esse valor de $ 3.400 seria apresentado no balanço como retificador dos estoques (*Provisão para ICMS nos Estoques*). O valor de ICMS a Recuperar não seria obtido da contabilidade, porque não haveria esse destaque nas compras, e sim dos livros fiscais de controle do ICMS (que precisam existir, mesmo quando a contabilização é feita com o destaque do tributo). No segundo mês seria revertida essa provisão e constituída outra no montante igual ao ICMS nos novos estoques diminuído do ICMS a Recuperar, e ainda seria constituído o passivo ICMS a Recolher. (Haveria então reversão de $ 3.400 da Provisão do mês anterior, gerando um crédito de $ 3.400 nessa conta. A seguir, $ 30.000 × 17% – $ 0 = $ 5.100 de nova provisão, lançada como débito nessa conta. E passivo constituído de $ 1.700, gerando débito nessa conta também. E tal conta de ICMS ficaria, então, com o saldo líquido devedor de $ 3.400.) Não vamos aqui nos aprofundar nessa forma de contabilização que alguns consideram até como mais correta, porque em desuso hoje no Brasil (o *Manual de contabilidade das sociedades por ações*, Atlas, de Sérgio de Iudícibus, Eliseu Martins e Ernesto R. Gelbcke, a partir de sua 6ª edição, evidencia essa forma). Há também outras formas mais sofisticadas de registro que chegam a essas mesmas conclusões.

4.11.2 Outros tributos

Todos os tributos pagos nas compras de mercadorias que são recuperáveis nas vendas (PIS, Cofins e IPI, em certas circunstâncias) têm essa mesma forma de contabilização mostrada para o caso do ICMS. Aliás, mesmo quando há recuperações desses tributos sobre despesas ou transações com imobilizados, a forma de contabilização é dentro dessa lógica.

Porém, se há o pagamento de qualquer tributo, esses ou outros, na compra, mas não há incidência dele nas vendas, e não há direito à recuperação do que houver sido pago nessas compras, o tributo é incorporado a tais compras (consequentemente, aos estoques). Idem com relação a despesas, imobilizados e outras circunstâncias.

Por exemplo, se uma empresa comercial compra mercadorias por $ 1.000.000, com 18% de ICMS sobre esse valor, tributo esse recuperável nas vendas, e a esse montante é acrescido 10% de IPI, mas este último tributo não se recupera na venda, então a contabilização será feita como a seguir:

Diversos		
a **Caixa ou Fornecedores**		
ICMS Pago a Recuperar	$ 180.000	
Estoques	$ 920.000	$ 1.100.000

Note que os $ 100.000 de IPI pagos na compra estão adicionados aos estoques.

Se o IPI fosse recuperado nas vendas, seria diferente:

Diversos		
a **Caixa ou Fornecedores**		
ICMS Pago a Recuperar	$ 180.000	
IPI Pago a Recuperar	$ 100.000	
Estoques	$ 820.000	$ 1.100.000

Exercícios Resolvidos

Exercício 1 (sem considerar tributos nas operações)

As operações do mês de outubro de X0 da Cia. C foram:

1-10 – Compras de Mercadorias, a vista, $ 6.500.

2-10 – Vendas de Mercadorias, a prazo, $ 8.000; houve um Desconto Comercial nessa venda, em função da quantidade vendida; o valor normal da venda seria de $ 8.600.

5-10 – Devolução de parte das vendas do dia 2, $ 1.200.

6-10 – Compra de Mercadorias a prazo, $ 8.000.

7-10 – Devolução de parte das Mercadorias compradas em 6-10, $ 500.

8-10 – Abatimento obtido sobre o restante da compra de 6-10, por danificação da embalagem, $ 800.

9-10 – Venda a prazo de mercadorias, $ 6.000.

10-10 – Pagamento de frete sobre as compras do dia 6-10, $ 1.000.

15-10 – Pagamento da compra feita em 6-10, com desconto de 5% sobre o total, feito pelo líquido de $ 6.365.

20-10 – Abatimento concedido sobre a venda de 9-10, $ 1.000.

22-10 – Recebimento líquido da venda de 9-10, com desconto de 3% sobre a dívida inicial, $ 4.820.

30-10 – Pagamento das despesas do mês, $ 1.500.

Pede-se:

Sabendo que o Estoque Final de Mercadorias foi avaliado em $ 3.500 e que o Inicial era de $ 4.000:

a) fazer os lançamentos dos livros *Diário e Razão* das operações do mês (usando as três contas básicas);

b) idem com relação aos ajustes e encerramento;

c) elaborar a Demonstração de Resultado na forma dedutiva.

Solução:

Diário

São Paulo, 1º-10-X0

(1) **Compras**

a **Caixa**

histórico 6.500

——— 2 ———

(2) **Clientes**

a **Vendas**

histórico 8.000

——— 5 ———

(3) **Devolução de Vendas**

a **Clientes**

histórico 1.200

——— 6 ———

(4) **Compras**

a **Fornecedores**

histórico 8.000

——— 7 ———

(5) **Fornecedores**

a **Devolução de Compras**

histórico 500

——— 8 ———

(6) **Fornecedores**

a **Abatimentos sobre Compras**

histórico 800

——— 9 ———

(7) **Clientes**

a **vendas**

histórico 6.000

——— 10 ———

(8) **Fretes sobre Compras**

a **Caixa**

histórico 1.000

——— 15 ———

(9) **Fornecedores**

a **Diversos**

a **Caixa**

histórico 6.365

a **Descontos Financeiros Obtidos**

histórico 335 6.700

——— 20 ———

(10) **Abatimentos sobre Vendas**
  a **Clientes**
  histórico — 1.000

——— 22 ———

(11) **Diversos**
  a **Clientes**
  Caixa
  histórico — 4.820
  Descontos Financeiros Concedidos
  histórico — <u>180</u> — 5.000

Razão

(**Observação**: As contas não movimentadas não nos interessam, bem como os saldos das de Caixa, Clientes e Fornecedores).

Caixa

(Saldo inicial)		6.500	(1)
		1.000	(8)
(11)	4.820	6.365	(9)
		1.500	(12)

Compras

(1)	6.500		
(4)	8.000	14.500	(13)

Clientes

(Saldo inicial)		1.200	(3)
(2)	8.000	1.000	(10)
(7)	6.000	5.000	(11)

Vendas

		8.000	(1)
(18)	14.000	6.000	(8)

Devoluções-Venda

(3)	1.200	1.200	(1)

Fornecedores

(5)	500	(Saldo inicial)	
(6)	800	8.000	(4)
(9)	6.700		

Devoluções-Compras

	Débito	Crédito	
(14)	500	500	(5)

Abatimentos-Compras

	Débito	Crédito	
(14)	800	800	(6)

Fretes/Compras

	Débito	Crédito	
(8)	1.000	1.000	(15)

Descontos Financeiros Obtidos

	Débito	Crédito	
(21)	335	335	(9)

Abatimentos-Vendas

	Débito	Crédito	
(10)	1.000	1.000	(19)

Descontos Financeiros Concedidos

	Débito	Crédito	
(11)	180	180	(20)

Despesas Diversas

	Débito	Crédito	
(12)	1.500	1.500	(20)

CMV

	Débito	Crédito	
(13)	18.500	1.300	(14)
(15)	1.000	3.500	(16)
	19.500	4.800	
	14.700	14.700	(17)

Mercadorias

	Débito	Crédito	
(SI)	4.000	4.000	(13)
(16)	3.500		

Resultado

	Débito	Crédito	
(17)	14.700	14.000	(18)
(19)	2.200		
	16.900	14.000	
	2.900		
(20)	1.680		
		335	(21)
	4.245		

São Paulo, 30-10-X0

Despesas Diversas

(12) a **Caixa** 1.500

Ajustes (Ver *Razão*):

——— 30 ———

Custo das Mercadorias Vendidas		
a Diversos		
(13) a Mercadorias (EI)	4.000	
a Compras	14.500	18.500
——— 30 ———		
Diversos		
a Custo das Mercadorias Vendidas		
(14) Devoluções sobre Compras	500	
Abatimentos sobre Compras	800	1.300
——— 30 ———		
(15) Custo das Mercadorias Vendidas		
a Fretes sobre Compras		1.000
——— 30 ———		
(16) Mercadorias		
a Custo das Mercadorias Vendidas (EF)		3.500

Encerramento:

São Paulo, 30-10-X0		
Resultado		
(17) a Custo das Mercadorias Vendidas		14.700
——— 30 ———		
(18) Vendas		
a Resultado		14.000
——— 30 ———		
Resultado		
a Diversos		
(19) a Devoluções de	1.200	
Vendas	1.000	2.200
a Abatimentos		
sobre Vendas		

	Resultado		
	a Diversos		
(20)	a Despesas Diversas	1.500	
	a Descontos Financeiros Concedidos	180	1.680

——— 30 ———

	Descontos Financeiros Obtidos		
(21)	a Resultado	335	

Demonstração do Resultado da Cia. C – Outubro X0			
Vendas			14.000
Menos:			
Devoluções		(1.200)	
Abatimentos		(1.000)	(2.200)
Vendas líquidas			11.800
(–) CMV:			
Est. Inicial		4.000	
(+) Compras	14.500		
(+) Fretes	1.000		
(–) Devoluções	(500)		
(–) Abatimentos	(800)	14.200	
Soma		18.200	
(–) Estoque Final		(3.500)	14.700
Prejuízo com mercadorias			(2.900)
(+) Descontos Financeiros Obtidos			335
(–) Descontos Financeiros Concedidos			(180)
(–) Despesas Diversas			(1.500)
Prejuízo do Exercício			(4.245)

Exercício 2 (sem considerar tributos nas operações)

Fazer os lançamentos das operações a seguir somente em razonetes; elaborar a Ficha de Controle de Estoque pelo critério do Fifo (Peps) e fazer o encerramento.

(Estoque Inicial constituído de cinco unidades adquiridas a $ 100 cada uma.)

a) Compra de 20 unidades a $ 110 cada uma.
b) Devolução de uma das unidades adquiridas no dia anterior.
c) Abatimento sobre as 19 restantes no total de $ 95 ($ 5 por p/u).
d) Venda de 20 unidades pelo total de $ 4.000.
e) Recebimento, em devolução de duas unidades da venda anterior.
f) Abatimento concedido sobre as demais 23 no total de $ 230.
g) Compra de 10 unidades a $ 108 cada uma.
h) Frete pago sobre a compra desse dia, $ 20.
i) Venda de 13 unidades pelo valor de $ 200 cada uma, porém com Desconto Comercial de $ 65 no total.
j) Pagamento do frete relativo à venda do dia 18-1, $ 15 (cliente especial).

Observação: considerar as operações como realizadas a prazo.

Solução:

Razonetes:

Mercadorias

(EI)	500	3.265	(1)
(a)	2.200	110	(2)
(g)	1.080	95	(3)
(4)	20		
	3.800	3.470	
(EF)	330		

Devoluções de Compras

(2)	110	110	(b)

Abatimentos sobre Compras

(3)	(95)	(95)	(c)

Fretes sobre Compras

(h)	(20)	20	(4)

Vendas

	Débito	Crédito	
(5)	230	4.000	(d)
(6)	400	2.535	(i)
		6.535	
	630		
(7)	5.905	5.905	Vendas Líquidas

Devolução sobre Vendas

	Débito	Crédito	
(e)	400	400	(6)

Abatimentos sobre Vendas

	Débito	Crédito	
(f)	230	230	(5)

Clientes

	Débito	Crédito	
(s.i.)	y	400	(e)
(d)	4.000	230	(f)
(i)	2.535		

Fretes sobre Vendas

	Débito	Crédito	
(j)	15	15	(8)

CMV

	Débito	Crédito	
(1)	3.265	3.265	(9)

Resultado

	Débito	Crédito	
(9)	3.265	5.905	(7)
		2.640	(lucro bruto)
(8)	15		

Caixa

	Débito	Crédito	
(s.i.)	z	20	(h)
		15	(j)

Fornecedores

	Débito	Crédito	
(b)	110	x	(s.i.)
(c)	95	2.200	(a)
		1.080	(g)

Os lançamentos com algarismos são o fechamento. Repare que as alterações de Compras vão para Mercadorias, pois lá foi lançado o valor bruto delas.

Ficha de Controle de Estoque PEPS								Mercadoria A		
Operação	Entrada			Saída			Saldo			
	Quanti-dade	Valor Unitário	Total	Quanti-dade	Valor Unitário	Total	Quanti-dade	Valor Unitário	Total
Est. Inic.							5	100	500
a)	20	110	2.200				5 20	100 110	500 2.200
b)	(1)	110	(110)				5 19	100 110	500 2.090
c)	–	–	(95)				5 19	100 105	500 1.995
d)				5 15	100 105	500 1.575	4	105	420
e)				(2)	105	(210)	6	105	630*
g)	10	108	1.080				6 10	105 108	630 1.080
h)	–	–	20				6 10	105 110	630 1.100
i)				6 7	105 110	630 770	3	110	330
Somas	29	–	$ 3.095 Compras Líquidas	31	–	$ 3.265 CMV (líquido)	3	$ 110	$ 330 Est. Final

* As operações *f* e *j* não têm registro na ficha, porque não alteram o estoque.

As unidades devolvidas entram pelo valor unitário de $ 105, pois as vendas líquidas em unidades foram 18 (20-2). E 18, pelo Peps, são baixadas, 5 a $ 100 e 13 a $ 105. Portanto precisamos corrigir a baixa que havia sido de 15 a $ 105. Este raciocínio é válido para qualquer critério de avaliação de estoques.

Exercício 3 (considerando ICMS nas operações)

Parte A

A Cia. Montes Claros efetuou as seguintes operações com mercadorias no mês de novembro de X5:

7-11 – Compra de mercadorias a prazo no valor de $ 30.000, com ICMS de 18%.

16-11 – Venda de mercadorias a prazo no valor de $ 20.000, com incidência de ICMS de 18%. Essas mercadorias estavam no estoque por $ 12.000.

28-11 – Devolução de parte das mercadorias adquiridas em 7-11, no valor de $ 5.000.

Pede-se:

Efetuar a contabilização das operações no Diário e em Razonetes, com apuração do Lucro Bruto e informação do valor do ICMS a Recolher no mês ou ICMS a Recuperar.

Em 7-11:

Diversos		
a Fornecedores		
Mercadorias	$ 24.600	
ICMS a Recuperar	$ 5.400	$ 30.000

Em 16-11:

Clientes		
a Vendas	$ 20.000	
ICMS nas Vendas		
a ICMS a Recolher	$ 3.600	
Custo das Mercadorias Vendidas		
a Mercadorias	$ 12.000	

Em 28-11:

Fornecedores		
a Diversos		
a Mercadorias	$ 4.100	
a ICMS a Recuperar	$ 900	$ 5.000

Em 30-11: (Encerramento do mês)

D – ICMS a Recolher	$ 3.600
C – ICMS a Recuperar	$ 3.600
D – Vendas	$ 3.600
C – ICMS nas Vendas	$ 3.600
D – Vendas	$ 16.400
C – Resultado com Mercadorias	$ 16.400
D – Resultado com Mercadorias	$ 12.000
C – CMV	$ 12.000

Resolução em Razonetes

Mercadorias

(1)	24.600	12.000	(2b)
		4.100	(3)
	8.500		

ICMS a Recperar

(1)	5.400	900	(3)
		3.600	(a)
	900		

Fornecedores

(3)	5.000	30.000	(1)
		25.000	

Clientes

(2)	20.000		

Vendas

(b)	3.600	20.000	(2)
(c)	16.400	16.400	

ICMS nas Vendas

(2a)	3.600	3.600	(b)

ICMS a Recolher

(a)	3.600	3.600	(2a)

CMV

(2b)	12.000	12.000	(d)

RCM

(d)	12.000	16.400	(c)
		4.400	

Cia. Montes Claros

Demonstração do Resultado Bruto de novembro/X5

Vendas Brutas	$ 20.000
(–) ICMS nas Vendas	$ 3.600
(=) Vendas Líquidas	$ 16.400
(–) Custo das Mercadorias Vendidas	$ 12.000
(=) Lucro Bruto	$ 4.400

Resposta: A empresa encerrou o mês com um saldo de ICMS a Recuperar (Ativo Circulante) de $ 900.

Parte B

No mês de dezembro/X5 ocorreram as seguintes operações:

9-12 – Compra de mercadorias a prazo, no valor de $ 40.000, com incidência de ICMS de 18%.

17-12 – Venda de mercadorias a prazo, no valor de $ 50.000, com incidência de ICMS de 18%. Essas mercadorias estavam no estoque pelo valor de $ 30.000.

22-12 – Venda de mercadorias a prazo, no valor de $ 30.000, com incidência de ICMS de 18%. Essas mercadorias estavam no estoque pelo valor de $ 10.000.

Pede-se contabilizar as operações no Diário (simplificadamente) e em Razonetes, e apurar o Lucro Bruto.

Em 9-12:

D – Mercadorias	$ 32.800	
D – ICMS a Recuperar	$ 7.200	
C – Fornecedores		$ 40.000

Em 17-12:

D – Clientes	$ 50.000	
C – Vendas		$ 50.000
D – ICMS nas Vendas	$ 9.000	
C – ICMS a Recolher		$ 9.000
D – CMV	$ 30.000	
C – Mercadorias		$ 30.000

Em 22-12:

D – Clientes	$ 30.000	
C – Vendas		$ 30.000
D – ICMS nas Vendas	$ 5.400	
C – ICMS a Recolher		$ 5.400
D – CMV	$ 10.000	
C – Mercadorias		$ 10.000

Em 31-12: (Encerramento do mês)

D – ICMS a Recolher	$ 8.100	
C – ICMS a Recuperar		$ 8.100
D – Vendas	$ 14.400	
C – ICMS nas Vendas		$ 14.400
D – Vendas	$ 65.600	
C – Resultado com Mercadorias		$ 65.600
D – RCM	$ 40.000	
C – CMV		$ 40.000

Resolução em Razonetes

Mercadorias

	8.500	30.000	(2b)
(1)	32.800	10.000	(3b)
	44.300	40.000	
	1.300		

ICMS a Recuperar

	900		
(1)	7.200	8.100	(a)

Fornecedores

		25.000	
		40.000	(1)

Clientes

	20.000		
(2)	50.000		
(3)	30.000		

Vendas

(b)	14.400	50.000	(2)
		30.000	(3)
(c)	65.600	65.600	

ICMS nas Vendas

(2a)	9.000		
(3a)	5.400	14.400	(b)

ICMS a Recolher

(a)	8.100	9.000	(2a)
		5.400	(3a)
		6.300	

CMV

(2b)	30.000	40.000	(d)
(3b)	10.000		

RMC

(d)	40.000	65.600	(c)
		25.600	

Cia. Montes Claros

Demonstração do Resultado Bruto de dezembro/X5

Vendas Brutas	$ 80.000
(–) ICMS nas Vendas	$ 14.400
(=) Vendas Líquidas	$ 65.600
(–) Custo das Mercadorias Vendidas	$ 40.000
(=) Lucro Bruto	$ 25.600

Resposta: A empresa encerrou o mês com ICMS a Recolher (Passivo Circulante) no valor de $ 6.300.

Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado – Aspectos contábeis, legais e societários 6

6.1 Balanço Patrimonial

6.1.1 Conceito

O Balanço é a demonstração contábil que tem por finalidade apresentar a situação patrimonial da empresa em dado momento, dentro de determinados critérios de avaliação.

Por esse motivo, é chamado "Balanço Patrimonial".

É a demonstração que encerra a sequência dos procedimentos contábeis, apresentando de forma ordenada os três elementos componentes do patrimônio: Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido.

Uma vez bem estudada a natureza do Ativo (bens e direitos, basicamente), do Passivo (obrigações), do Patrimônio Líquido (diferença entre o Ativo e o Passivo) e as rotinas e procedimentos contábeis, muito fácil se torna entender o que é o Balanço.

6.1.2 Importância do Balanço

Obter dados do Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, analisar suas variações durante determinado período de tempo, por meio da verificação direta dos registros contábeis, é tarefa trabalhosa. Mesmo nas pequenas empresas, podem ocorrer, diariamente, inúmeras operações e seus registros contábeis contêm grande número de particularidades.

Daí a necessidade de resumir e apresentar os dados de forma adequada, que permitam às pessoas interessadas conhecer a situação patrimonial da empresa e as variações ocorridas durante certo período de tempo.

A tarefa de resumir e apresentar os elementos para análise e interpretação será simplificada se a contabilização das operações for feita com critério e calcada em um Plano de Contas bem elaborado.

A grande importância do Balanço reside na visão que ele dá das aplicações de recursos feitas pela empresa (Ativos) e quantos desses recursos são devidos a terceiros (Passivos). Isso evidencia o nível de endividamento, a liquidez da empresa, a proporção do capital próprio (Patrimônio Líquido) e outras análises a serem vistas no apêndice sobre Análise de Balanços. A visão de dois balanços consecutivos mostra facilmente a movimentação ocorrida no período e como a estrutura patrimonial e financeira se modificou no período.

6.1.3 Apresentação do Balanço

A apresentação dos elementos patrimoniais assume grande importância, pois se trata de peça contábil utilizada para revisão e análise dos negócios.

Com o propósito de reduzir excessos de heterogeneidades, caso os responsáveis pela empresa agissem livremente na preparação da demonstração, são estabelecidos certos princípios gerais sobre a forma de apresentação do Balanço.

O Ativo é indicado no lado esquerdo. O Passivo no lado direito. O Patrimônio Líquido, que dá a informação adicional, mostrando o investimento e o lucro (ou prejuízo) acumulado, é indicado no lado direito, somado ou subtraído do Passivo, conforme seja positivo ou negativo.

A classificação das contas depende da natureza da empresa e da função de cada uma no conjunto. A liquidez é comumente utilizada como parâmetro. A lei brasileira classifica os ativos dos mais líquidos aos menos líquidos. Os europeus costumam fazer o contrário.

Alguns tipos jurídicos de sociedade têm o Balanço padronizado de acordo com normas especiais e entre eles destacam-se as companhias seguradoras e as instituições financeiras.

A Lei nº 6.404/76 regulamenta as sociedades por ações; introduziu inúmeras inovações na legislação societária do Brasil no que tange às normas e aos princípios contábeis, inclusive na forma e conteúdo do Balanço.

A adoção de agrupamentos padronizados e oficiais é útil, porque facilita a preparação das demonstrações, análises, interpretações, comparações e estudos estatísticos.

6.1.3.1 Forma do Balanço

É importante destacar que o Ministério da Fazenda, pelo Decreto-lei nº 1.598/77, estendeu as normas e os princípios contábeis, introduzidos pela Lei nº 6.404/76, Lei das Sociedades por Ações, às demais pessoas jurídicas que se submetem à tributação do Imposto de Renda com base no Lucro Real.

Portanto, o que segue aplica-se a todas as empresas obrigadas a elaborar demonstrações financeiras.

6.1.3.2 Conteúdo do Balanço

As contas do Balanço classificam-se em vários grupos e subgrupos, cujo esquema é a seguir apresentado.

Conteúdo do Balanço			
	Ativo	Passivo	
Bens e Direitos	Ativo Circulante Ativo Não Circulante, dividido em: – Realizável a Longo Prazo – Investimentos – Ativo Imobilizado – Ativo Intangível	Passivo Circulante Passivo Não Circulante	Obrigações
		Patrimônio Líquido, dividido em: – Capital Social – Reservas de Capital – Ajustes de Avaliação Patrimonial – Reservas de Lucro – Lucros (ou Prejuízos) Acumulados	Patrimônio Líquido

6.1.3.3 Balanço Patrimonial Comparativo

A maneira de indicação do nome da demonstração, a expressão "em milhares de reais", a nomenclatura e disposição das contas, a apresentação comparativa dos valores do exercício encerrado com os do imediatamente anterior, a menção dos dois exercícios encabeçando os valores, tudo isso obedece à Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404, de 15-12-1976.

Companhia ABC CGC nº 00.000.000/0000-00 Balanços Patrimoniais em 31-12 Em $ mil		
Ativo	**X2**	**X1**
Disponível	$ 1.264	$ 960
Clientes	$ 3.440	$ 3.089
Estoques	$ 3.480	$ 3.854
Despesas Antecipadas	$ 250	$ 224
Ativo Circulante	**$ 8.434**	**$ 8.127**
Títulos a Receber	$ 1.251	$ 1.355
Depósitos Judiciais	$ 86	$ 80
Ativo Realizável a Longo Prazo	**$ 1.337**	**$ 1.435**
Participações Societárias	$ 3.495	$ 3.157
Investimentos	**$ 3.495**	**$ 3.157**
Imóveis	$ 1.050	$ 1.050
Móveis e Utensílios	$ 244	$ 208
Veículos	$ 1.336	$ 1.078
Depreciação Acumulada	($ 424)	($ 298)
Imobilizado	**$ 2.206**	**$ 2.038**
Marcas e Patentes	$ 228	$ 99
Intangível	**$ 228**	**$ 99**
Ativo Não Circulante	**$ 7.266**	**$ 6.729**
Total do Ativo	**$ 15.700**	**$ 14.856**
Passivo	**X2**	**X1**
Salários e Encargos a Pagar	$ 150	$ 159
Fornecedores	$ 2.017	$ 2.483
Empréstimos	$ 633	$ 107
Dividendos a Pagar	$ 412	$ 349
Passivo Circulante	**$ 3.212**	**$ 3.098**
Empréstimos	$ 2.805	$ 2.560
Impostos Parcelados a Pagar	$ 771	$ 1.033
Receitas de Luvas a Apropriar	$ 228	$ 782
Passivo Não Circulante	**$ 3.804**	**$ 4.375**
Capital Social	$ 1.640	$ 1.240
Reservas de Capital	$ 4.666	$ 4.266
Ajustes de Avaliação Patrimonial	$ 950	$ 1.000
Reservas de Lucros	$ 588	$ 298
Lucros ou Prejuízos Acumulados	$ 840	$ 579
Patrimônio Líquido	**$ 8.684**	**$ 7.383**
Total do Passivo	$ 15.700	$ 14.856

6.2 Critérios de Classificação dos Elementos Patrimoniais

No Brasil, não há o uso obrigatório, pelas empresas, de um Plano de Contas padronizado, a não ser em alguns casos especiais, como no de bancos, seguradoras e outras subordinadas a alguma entidade reguladora federal.

Para as demais a lei apenas disciplina, genericamente, a função e a ordem das contas dos vários grupos em que se divide o Ativo e o Passivo.

As regras básicas de enquadramento dos elementos patrimoniais são resumidas a seguir.

6.2.1 *Critérios de classificação do Ativo*

De acordo com a Lei nº 6.404, de 15-12-1976, no Ativo as contas devem estar dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nela registrados, nos seguintes grupos:

1º) ***Ativo Circulante***

- As disponibilidades
  Exemplos: Caixa, Bancos c/Movimento, Aplicações de Liquidez Imediata.
- Os direitos realizáveis no curso do exercício social subsequente.
  Exemplos: Duplicatas a Receber, diminuídas das Duplicatas Descontadas e da Provisão p/Créditos Duvidosos, Títulos a Receber, Bancos c/Vinculada, Estoques etc.
- As aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte.
  Exemplos: Despesas de Seguro a Apropriar.

2º) ***Ativo Não Circulante, dividido em:***

- ***Realizável a Longo Prazo*** – as contas representativas dos bens e direitos realizáveis após o término do exercício seguinte e as dos bens e direitos oriundos de negócios não operacionais realizados por coligadas, controladas, proprietários, sócios, acionistas e diretores.
  Exemplos: Contas a Receber a Longo Prazo, Empréstimos a Controladas, Depósitos Judiciais etc.

- *Investimentos* – as contas representativas dos bens e direitos por participações permanentes em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza, destinados a produzir benefícios pela sua manutenção, mas que não se destinem à manutenção da atividade da sociedade.

  Exemplos: Participações em Coligadas, Provisões para Perdas, Obras de Arte, Imóveis não de Uso, Propriedades para Investimento etc.

- *Ativo Imobilizado* – as contas representativas dos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da empresa, ou exercidos com essa finalidade.

  Exemplos: Imóveis, Veículos, Instalações, Móveis e Utensílios, Benfeitorias em Propriedades de Terceiros, Depreciação, Exaustão e Amortização Acumulada etc.

- Ativo Intangível, as contas representativas das aplicações de recursos em bens incorpóreos que contribuirão para a formação do resultado de exercício(s) futuro(s).

  Exemplos: Marcas e Patentes, Amortização Acumulada, Ágio por Expectativa de Rentabilidade Futura (*Goodwill*), Direito de Concessão, Direito Autoral, Provisão para Perda de Valor etc.

6.2.2 Critérios de classificação do Passivo

De acordo com a Lei nº 6.404/76, no Passivo as contas devem estar dispostas em ordem decrescente de grau de exigibilidade dos elementos nela registrados, nos seguintes grupos:

1º) *Passivo Circulante*

- As contas representativas das obrigações da sociedade que vencerem no exercício social seguinte.

  Exemplos: Fornecedores, Salários e Encargos a Pagar, Empréstimos, Debêntures, Encargos Financeiros a Pagar, Impostos a Recolher, Provisão para Imposto de Renda etc.

2º) *Passivo Não Circulante*

- As contas representativas das obrigações com vencimentos após o término do exercício social seguinte, Receitas Diferidas etc.

  Exemplos: Financiamentos, Debêntures, Encargos Financeiros a Pagar, Retenções Contratuais, Subvenções Governamentais a Apropriar etc.

6.2.3 *Critérios de classificação do Patrimônio Líquido*

De acordo com a Lei nº 6.404/76, são classificadas no Patrimônio Líquido as contas representativas:

- dos investimentos dos proprietários na sociedade;
- das reservas oriundas de lucros;
- de certos ajustes de avaliação patrimonial de determinados ativos e passivos;
- de ações ou quotas próprias readquiridas dos sócios;
- de prejuízos acumulados.

As contas pertencentes ao Patrimônio Líquido estão distribuídas nos seguintes grupos:

1º) ***Capital Social*** – As contas representativas do Capital subscrito e, por dedução, a parcela ainda não realizada.

As principais contas pertencentes a este grupo são: Capital e Capital a Integralizar (esta como redutora daquela).

2º) ***Reservas de Capital*** – As contas que registrarem:

- os valores recebidos, a título de ágio na subscrição de ações, que ultrapassarem a importância destinada à formação do Capital Social;
- o produto da alienação de partes beneficiárias e bônus de subscrição;

  (Estas contas são estudadas no nível da Contabilidade Intermediária.)

3º) *Reservas de Reavaliação* – Essas contas ainda existem, não mais permitida sua criação a partir de 2008. Compostas pelas contrapartidas de aumentos de valor atribuídos a elementos do ativo em virtude de novas avaliações, com base em laudo aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas.

Exemplo: Reavaliação de Imóveis.

4º) *Reservas de Lucros* – As contas constituídas pela apropriação de lucros da empresa. Essas reservas podem ser constituídas por imposição legal (Reserva Legal), por determinação estatutária (Reservas Estatutárias) e por propostas aprovadas pelos proprietários – sócios e acionistas – com finalidades específicas (Reservas para Contingências, Reservas para Expansão etc.).

5º) *Lucros ou Prejuízos Acumulados* – Os Lucros ou Prejuízos do Exercício são transferidos para a conta Lucros (Prejuízos) Acumulados e aí permanecem até a destinação do lucro ou amortização do prejuízo. Nas sociedades por ações os lucros precisam, obrigatoriamente, ser totalmente destinados para reservas de lucros ou dividendos.

6º) *Ações ou Quotas em Tesouraria* – As contas representativas de Ações ou Quotas em Tesouraria (ações ou quotas emitidas pela própria empresa e por ela readquiridas) são destacadas no Balanço Patrimonial como redutoras das contas do Patrimônio Líquido que registrarem a origem dos recursos aplicados em sua aquisição. Representam capital devolvido a certos sócios.

7º) *Ajustes de Avaliação Patrimonial* – As contas representativas de certas modificações de valor em alguns ativos e passivos que não transitaram pelo resultado do período, como ganhos e perdas por variação cambial de investimentos societários no exterior, ajustes a valor justo de alguns instrumentos financeiros etc.

6.3 Oportunidade do Balanço

As empresas são obrigadas a levantar o balanço pelo menos uma vez em cada período de 12 meses, podendo esse período coincidir ou não com o ano civil.

Para fins de gestão administrativa, econômica e financeira dos negócios, quanto maior número de balanços for levantado em um período, tanto melhor para a empresa e para as pessoas interessadas em suas atividades, pois estas terão oportunidade de conhecer, em menor intervalo de tempo, o patrimônio, suas variações, as causas dessas variações e, como consequência, poderão verificar o grau de acerto ou desacerto das decisões passadas, bem como fixar nova política para futuros negócios. Normalmente, os balanços são feitos, para fins gerenciais, mensalmente.

Levanta-se o balanço, também, nos seguintes casos especiais: liquidações, transformações, incorporações, fusões e cisões.

As companhias abertas (sociedades por ações com ações, debêntures ou outros valores mobiliários negociados no mercado) e outras sociedades reguladas têm que apresentar demonstrações contábeis trimestralmente.

6.4 Finalidade Alcançada

A finalidade de mostrar a situação patrimonial em dado momento é alcançada com a indicação da natureza e o valor do Ativo, do Passivo e do Patrimônio Líquido na data da feitura do balanço. Daí a necessidade de utilização de terminologia clara e concisa.

A apresentação em colunas paralelas, dos valores apurados no último levantamento com os do exercício imediatamente anterior, permite identificar os elementos do Ativo, do Passivo e do Patrimônio Líquido que sofreram variações, bem como a que quantia atingem os aumentos ou diminuições, no período entre os dois balanços levantados.

Contudo, se o balanço permite identificar as mutações, ele nem sempre esclarece as causas. Estas são elucidadas por outros relatórios levantados pela contabilidade, entre os quais se destaca o que demonstra o resultado do período e a demonstração dos fluxos de caixa.

6.5 Como se Levanta o Balanço

Já vimos nos capítulos precedentes como se levanta o Balanço. Mas, em virtude da importância que é atribuída a ele e das particularidades técnico-

legais cujo conhecimento é indispensável para seu levantamento, vamos voltar ao assunto, sistematizando-o um pouco mais.

As etapas para a elaboração do Balanço são as seguintes:

1ª) levantamento do Balancete de Verificação do Razão;

2ª) ajustes das contas;

3ª) encerramento das Contas de Receitas e de Despesas;

4ª) elaboração das Demonstrações Financeiras e das Notas Explicativas.

Observe que as etapas enumeradas integram a sequência dos procedimentos contábeis, conforme já visto.

6.5.1 *Levantamento do Balancete de Verificação do Razão do último mês (1ª Etapa)*

O levantamento do Balancete de Verificação do Razão é o ponto de partida e consiste na verificação da exatidão matemática dos saldos das contas e elaboração do Balancete de Verificação do Razão.

A verificação abrange todas as contas. Se existir divergência nos saldos, serão feitos os acertos respectivos.

6.5.2 *Ajustes das Contas (2ª Etapa)*

Esta etapa se constitui no trabalho técnico-contábil mais importante do levantamento do balanço.

A escrituração contábil das operações realizadas pela empresa obedece a dispositivos legais e às características qualitativas que são exigidas das informações contábeis. Já vimos a importância que o Regime de Competência, um desses conceitos básicos, tem para bem se medir o Resultado e o Balanço.

As demonstrações financeiras obtidas na escrituração contábil devem mostrar, como consequência, o mais corretamente possível, a situação patrimonial e o resultado do período.

Para atingir esses objetivos são necessários lançamentos de ajuste, de complementação e de saneamento das contas que aparecem no balancete de verificação, a fim de que todas elas indiquem os valores corretos.

Muito facilitará, no ajuste das contas, preparar adequadamente os inventários de cada um dos elementos patrimoniais, atendendo às características do elemento patrimonial inventariado, avaliados pelo custo histórico (e/ou custo histórico corrigido quando em período inflacionário).

O termo *inventário*, aqui utilizado, é no mais amplo sentido de informes documentados para fins de balanço, abrangendo os inventários propriamente ditos, os resumos, os quadros demonstrativos, os relatórios, os estatutos, os contratos, os mapas de apropriação, as publicações, as correspondências, os registros auxiliares e fiscais, os extratos, as conciliações, as confirmações, as cotações de bolsa etc. necessários para a correta avaliação das contas.

Os inventários são juntados ao balancete de Verificação do Razão, ou colocados à disposição dos interessados, para permitir a comparação com a escrituração contábil, com a qual devem coincidir.

Apreciada, conta por conta, dentro de sua função, fazem-se os ajustes necessários. Assim, há que se verificar se o saldo de Caixa reflete o que realmente existe de dinheiro; se o saldo bancário confere com os extratos; se as contas a receber e a pagar conferem com os registros analíticos e com os efetivos valores a receber e a pagar etc.

Como regra, na hipótese de se constatarem irregularidades, procede-se a criteriosa análise de identificação das causas e dos efeitos, após o que se efetuam os competentes lançamentos de ajuste.

Para a determinação dos valores de balanço, de forma que espelhem o mais corretamente possível o valor dos elementos patrimoniais, mencionam-se os seguintes trabalhos auxiliares: de conversão e atualização cambial, contagem das disponibilidades, controle e verificação dos contratos ativos e passivos; correção monetária e juros de contratos ativos e passivos, quando houver; determinação do valor provável de realização dos valores a receber e dos estoques; atualização dos estoques e direitos pelo critério de custo ou mercado, o que for menor; determinação da equivalência patrimonial dos investimentos nas coligadas e controladas (assunto não visto ainda); as depreciações, amortizações e exaustões, pelo que elas indicam; levantamento das despesas incorridas a pagar e das receitas a receber etc.

Da correta elaboração desses "inventários" depende a justa avaliação do patrimônio.

Destacam-se, também, os ajustes de enquadramento das contas patrimoniais nos vários grupos em que se divide o Ativo e o Passivo, inclusive desdobramento de seus saldos, quando necessários.

As contas das operações que afetam o Patrimônio Líquido, aqui sintetizadas como Receitas e Despesas, também têm seus saldos ajustados, complementados e saneados.

Muito importante assinalar que, simultaneamente com os lançamentos de ajuste, são preparadas as Notas Explicativas, que complementam as Demonstrações Financeiras.

As partidas de ajuste são escrituradas no livro Diário, transportadas para o Razão, e um novo Balancete de Verificação do Razão é elaborado, o de antes do encerramento das contas de Receitas e Despesas, denominado Balancete de Verificação do Razão após os Ajustes.

6.5.3 *Encerramento das Contas de Resultado (3ª Etapa)*

Como já visto, do ponto de vista contábil as contas dividem-se em dois grandes grupos:

- as contas Patrimoniais; e
- as contas de Resultado.

As contas Patrimoniais permanecem com seus respectivos saldos no início de um novo período contábil; podemos, inclusive, concluir que o saldo de qualquer conta Patrimonial é o saldo acumulado de todos os lançamentos efetuados nessa conta desde o início das atividades da empresa.

As contas de Resultado começam cada período contábil (no máximo o exercício social – que é de um ano, como regra) com saldo nulo, como se a conta ainda não tivesse sido movimentada. Para que essas contas comecem cada período com saldo nulo, é necessário que no último dia do exercício anterior o saldo existente seja encerrado.

As contas de Resultado movimentadas em determinado período compõem o que chamamos Demonstração do Resultado do Período. O encerramento das contas consiste na transferência dos saldos das contas de Resultado (Receitas, Despesas, Ganhos, Perdas etc.) para a conta Resultado do Período.

O Resultado de um período poderá ser positivo (*lucro*), ou negativo (*prejuízo*) (ou nulo), dependendo de o saldo da conta ser respectivamente credor ou devedor.

O ponto de partida para o encerramento das contas de Resultado é o Balancete de Verificação depois dos ajustes (Balancete Ajustado), de acordo com os Princípios e Convenções Contábeis e os Preceitos Legais.

Para melhor entendermos o que esta etapa representa, vamos desdobrá-la em duas partes:

1ª) apuração do Resultado do Exercício;

2ª) distribuição do Resultado.

6.5.3.1 Apuração do Resultado Líquido do Exercício

Obrigatoriamente, apura-se o resultado obtido pela empresa no término de cada exercício social, quando do encerramento de todas as contas de Resultado.

A critério da empresa, podem-se apurar resultados mensais, trimestrais, semestrais, anuais etc., sem necessidade de encerrarmos as contas de resultado; nesse caso, o resultado será sempre o acumulado do exercício e, para obter o do último mês, por exemplo, há que se montar a Demonstração do Resultado por diferença de valores acumulados no início e no fim desse mês.

Para efeito de apuração do Resultado do exercício obtido pela empresa, em determinado período, transferimos todos os saldos das contas de Resultado para a conta de Apuração do Resultado, que estamos chamando Resultado do Exercício.

Essas transferências são processadas por meio de lançamentos contábeis nos Livros Diário e Razão, da seguinte maneira:

1º) **Debita-se** a conta

Resultado do Exercício

Creditando-se

Cada uma das contas de resultado, com saldo devedor, por seu respectivo saldo.

2º) **Debita-se**

Cada uma das contas de resultado, com saldo credor, por seu respectivo saldo,

Creditando-se a conta

Resultado do Exercício.

3º) **Debita-se a conta**

Resultado do Exercício

Creditando-se

as contas do Passivo:

- Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social; e
- Participações e Contribuição a Distribuir.

O valor da Provisão para Imposto de Renda é obtido extracontabilmente, no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR –, de escrituração obrigatória por todas as pessoas jurídicas contribuintes do Imposto de Renda na base do lucro real.

Os valores das Participações e Contribuições são obtidos dos estatutos e contratos.

O saldo da conta Resultado do Exercício, que representa o Lucro (ou Prejuízo) Líquido, é transferido para a conta Lucros ou Prejuízos Acumulados, pertencente ao grupo Patrimônio Líquido. Essa partida de Diário, de transferência do Resultado Líquido, constitui-se no *elo de união* entre as contas Patrimoniais (demonstradas no Balanço Patrimonial) e as de Resultado (apresentadas na Demonstração do Resultado do Exercício).

Num Plano de Contas bem elaborado podem constar, opcionalmente, contas isoladas e/ou agrupadas de uso exclusivo para melhor demonstrar o Resultado do Exercício.

Para efeito na Demonstração do Resultado de um Exercício, podemos utilizar títulos representativos de conjuntos de contas sem necessariamente precisar constituir-se em contas.

A título de exemplo, mencionamos alguns desses títulos:

- Receita Líquida de Vendas e Serviços;
- Resultado Bruto;
- Despesas Operacionais;

- Encargos Financeiros Líquidos;
- Outras Despesas e Receitas Operacionais;
- Resultado Operacional;
- Resultados Não Operacionais;
- Resultado Antes do Imposto de Renda etc.

6.5.3.2 Distribuição do Resultado do Exercício

O Lucro ou Prejuízo Líquido do Exercício, após a constituição da Provisão para Imposto de Renda (e de Contribuição Social sobre o Lucro) e o abatimento das Participações e Contribuições com base no Lucro, é transferido para a conta pertencente ao grupo do Patrimônio Líquido, Lucros ou Prejuízos Acumulados.

A conta Lucros ou Prejuízos Acumulados é tão importante para a Contabilidade que, muito embora constitua uma Reserva de Lucro, recebe um tratamento especial, sendo inclusive obrigatório, ao término de cada exercício social, que seja apresentada numa Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

A conta Lucros ou Prejuízos Acumulados pode apresentar-se desdobrada por ano de origem, o que é relevante para certos fins de distribuição dos sócios, como no caso de impostos diferentes (conforme o ano de formação) sobre os dividendos.

Na hipótese de se apurar lucro em determinado exercício, após ele ser transferido para a conta Lucros ou Prejuízos Acumulados, será distribuído desta para outras contas, por meio de lançamentos contábeis (livros Diário e Razão) de forma a atender ao seguinte:

1º) normas legais, pela constituição da Reserva Legal;

2º) normas estatutárias, pela constituição de Reservas Especiais, sem prejuízos dos dividendos normais;

3º) proposta de distribuição da administração, *ad referendum* dos proprietários (sócios, acionistas), no pressuposto de sua aprovação formal posterior por esses proprietários.

O lançamento, obviamente, será feito mediante:

Débito à conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados e

Crédito às contas de Reservas e/ou

Crédito à conta própria "Lucros a Distribuir" ou "Dividendos Propostos" ou com outra denominação. Quando se trata de uma distribuição mandatória, como a normalmente exigida pelo estatuto social de uma sociedade por ações, essa conta é já um Passivo. Quando depende de uma assembleia dos acionistas ou órgão equivalente, que pode ou não aproar, a conta fica destacada no Patrimônio Líquido até a aprovação, quando é transferida para o Passivo.

No caso de prejuízo do exercício, ele vai, obrigatoriamente, reduzir o saldo positivo (se houver) de Lucros ou Prejuízos Acumulados. Se essa conta ficar com saldo devedor (Prejuízo Acumulado), obrigatoriamente são transferidos para ela saldos das Reservas de Lucros (a última a ser usada será sempre a Reserva Legal) até que seu saldo fique zerado.

A conta Lucros ou Prejuízos Acumulados somente pode ter saldo negativo (Prejuízo Acumulado) num Balanço, se tiverem desaparecido todos os saldos de todas as Reservas de Lucros.

Após isso podem (não é obrigatório) também ser usados saldos das Reservas de Capital para absorver os prejuízos acumulados.

Concluída a escrituração dos livros Diário e Razão, após o encerramento, apuração e distribuição do Resultado do Exercício, é levantado o Balancete de Verificação do Razão e, em seguida, são elaborados os Relatórios contábeis:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado do Exercício;
- Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados; ou
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa; e
- Notas Explicativas.
- Se for companhia aberta, Demonstração do Valor Adicionado
- Demonstração do Resultado Abrangente, que não vai ser tratada neste livro introdutório.

6.6 Demonstração do Resultado do Exercício

A Demonstração do Resultado do Exercício, elaborada simultaneamente com o Balanço Patrimonial, constitui-se no relatório sucinto das operações realizadas pela empresa durante determinado período de tempo; nele sobressai um dos valores mais importantes às pessoas nela interessadas, o resultado líquido do período, Lucro ou Prejuízo.

Ao mostrar como se formou o lucro ou o prejuízo, esclarece muitas das variações do patrimônio líquido, no período entre dois balanços.

A Contabilidade, com os dois relatórios, o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício, um completando o outro, atinge a finalidade de mostrar a situação patrimonial e financeira da empresa.

Com os dois relatórios, qualquer pessoa interessada nos negócios da empresa tem condições de obter informações, fazer análises, estimar variações, tirar conclusões de ordem patrimonial e econômico-financeira, traçar novos rumos para futuras transações e, para tanto, é só praticar adequada técnica de Análise e Interpretação de Balanços e outros processos fornecidos pela Contabilidade.

Sem dúvida, quanto maior o número de informações de que o analista dispuser, além do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício, tanto melhores e mais exatas são as análises e conclusões.

A Lei das Sociedades por Ações tornou obrigatória a elaboração e publicação, além do "Balanço", da "Demonstração do Resultado", da "Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados", da "Demonstração dos Fluxos de Caixa" e de "Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras". (A Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados pode ser substituída pela de "Mutações do Patrimônio Líquido" – da qual Lucros ou Prejuízos Acumulados é uma coluna específica.)

Essas peças muito contribuem, nas análises e interpretações, para o conhecimento da situação da empresa.

A Demonstração comparativa do Resultado do Exercício da Companhia ABC é apresentada a seguir, na forma dedutiva, como determina a Lei das Sociedades por Ações.

Companhia ABC
CGC nº 00.000.000/0000-00
Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de dezembro

Em $ mil, exceto lucro por ação

	X2	X1
Receita Bruta de Vendas		
Mercadorias	$ 19.050	$ 18.601
Serviços	$ 2.155	$ 1.210
	$ 21.205	**$ 19.811**
Impostos s/ Vendas	($ 3.130)	($ 2.901)
Receita Líquida de Vendas	**$ 18.075**	**$ 16.910**
Custo Mercadorias e Serviços Vendidos	($ 14.087)	($ 13.105)
Lucro Bruto	**$ 3.988**	**$ 3.805**
Despesas com Vendas	($ 606)	($ 619)
Despesas Administrativas	($ 993)	($ 969)
Lucro Operacional Antes das Despesas e Receitas Financeiras	**$ 2.389**	**$ 2.217**
Despesas Financeiras Líquidas	($ 525)	($ 347)
Outras Receitas e Despesas Operacionais		
Resultado de Participações Societárias	($ 125)	$ 5
Outras	$ 38	($ 75)
Resultado antes do Imposto de Renda	**$ 1.777**	**$ 1.800**
Imposto de Renda e Contribuição Social	($ 586)	($ 594)
Participações no Resultado		
Dos Empregados	($ 119)	($ 121)
Dos Administradores	($ 59)	($ 108)
Lucro Líquido	**$ 1.013**	**$ 977**
Lucro por Ação	$ 2,25	$ 2,17

6.7 Outras Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas (4ª etapa)

A elaboração das demonstrações contábeis (ou financeiras) e das notas explicativas é a última etapa do levantamento do Balanço e consequentemente da sequência dos procedimentos contábeis.

A Lei nº 6.404/76, como já falado, obriga que no final de cada exercício, com base na escrituração mercantil, sejam elaborados e publicados, pelas sociedades por ações, as seguintes demonstrações:

1º) *Balanço Patrimonial;*

2º) *Demonstração do Resultado do Exercício;*

3º) *Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados*, opcionalmente substituída pela *Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;*

4º) *Demonstração dos Fluxos de Caixa*, não obrigatória para as sociedades anônimas com patrimônio líquido inferior a dois milhões de reais.

5º) *Demonstração do Valor Adicionado*, obrigatória para as companhias abertas.

Ainda segundo a mesma lei, as demonstrações financeiras são complementadas por *Notas Explicativas* e quadros necessários para esclarecer as demonstrações financeiras e facilitar as análises da situação da empresa e do resultado do período. As normas contábeis internacionais, e o CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis exigem também a Demonstração do Resultado Abrangente, não tratada neste livro.

O Decreto-lei nº 1.598/77 estendeu às demais pessoas jurídicas, que se submetem à tributação do Imposto de Renda com base no Lucro Real, a obrigatoriedade de elaboração do balanço patrimonial, da demonstração do resultado e da demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, mas o Conselho Federal de Contabilidade faz as mesmas exigências acima.

A DFC (Demonstração dos Fluxos de Caixa), será vista no Capítulo 9. Vejamos agora as outras Demonstrações ainda não comentadas e as Notas Explicativas.

6.7.1 Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados

As causas e os efeitos, dos registros e do saldo, da conta Lucros ou Prejuízos Acumulados, são de grande importância para as pessoas interessadas na empresa. Mostram as retenções de lucros, as distribuições de lucros aos sócios, os ajustes de exercícios anteriores, saldos ainda não destinados etc.

Daí a obrigatoriedade de elaboração da Demonstração dessa conta, desde o saldo inicial até o saldo final, apresentando sucintamente as operações registradas no exercício.

A ficha de razão dessa conta constitui-se no elemento básico e auxiliar para a elaboração da Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

Para efeito de publicação, devem-se incluir na Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, também resumidamente, as operações ocorridas no exercício anterior. Vejamos um exemplo:

Companhia ABC
CGC nº 00.000.000/0000-00
Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados
Exercícios findos em 31 de dezembro

Em $ mil, exceto dividendo por ação

	X2	X1
Saldos Iniciais	**$ 579**	**$ 180**
Ajustes de Exercícios Anteriores	$ 150	$ 0
Incorporação ao Capital	($ 200)	$ 0
Lucro Líquido do Exercício	$ 1.013	$ 977
Transferência para Reserva Legal	($ 51)	($ 49)
Transferência para Reservas Estatutárias	($ 239)	($ 180)
Dividendos Declarados	($ 412)	($ 349)
Saldos Finais	**$ 840**	**$ 579**
Dividendo por Ação	$ 0,92	$ 0,78

A figura de Ajustes de Exercícios Anteriores, que aumentou o saldo de Lucros Acumulados em $ 150 mil, em X2, diz respeito a alguma mudança de critério contábil (como de Peps para custo médio – na avaliação dos estoques) ou ao conserto de algum erro grande e grosseiro acontecido no passado. Esse item exige sempre uma Nota Explicativa para explicitar o que ocorreu. Ele é mais bem estudado em Contabilidade Intermediária ou Avançada.

6.7.2 *Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido*

A elaboração dessa demonstração é facultativa para a maioria das companhias e, quando apresentada, substitui a obrigatoriedade da Demonstração dos

Lucros ou Prejuízos Acumulados. É obrigatória para as companhias abertas, instituições financeiras, seguradoras e algumas outras empresas.

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido é mais importante que a anterior, tendo em vista informar resumidamente toda a movimentação ocorrida com as contas integrantes do Patrimônio Líquido, com base no saldo inicial do exercício anterior até o saldo final do exercício, contendo, portanto, além da demonstração da conta Lucros ou Prejuízos Acumulados, a Demonstração do que ocorreu com as demais contas do Patrimônio Líquido: Capital Social, Reservas de Capital, Reservas de Reavaliação, Reservas de Lucros, Ações em Tesouraria etc.

Cada conta é sucintamente analisada, por meio da ficha de razão, demonstrando as operações que afetaram as contas do Patrimônio Líquido entre si e os efeitos causados ao Patrimônio Líquido, aumentando-o ou diminuindo-o. Vejamos a seguir um exemplo.

Veja que a coluna Lucros Acumulados é a própria Demonstração que vimos no item anterior.

Note que a leitura atenta mostra, por exemplo, que em X1 houve aumento de capital ($ 300 mil). Em X2, o capital foi aumentado em $ 400 mil, mas desse valor $ 200 mil foram com incorporação de Lucros Acumulados. Por outro lado, o aumento em Reservas de Capital de $ 400 mil mostra que houve "ágio" no aumento em dinheiro; com isso, o Patrimônio Líquido aumentou em $ 600 mil (coluna total): $ 200.000 no Capital e $ 400.000 na conta de Reserva de Capital. Esse ágio existe quando a empresa recebe de seus sócios, por ação, mais do que vai para a conta do Capital; daí o nome de "ágio" ou, tecnicamente mais correto, excedente ao capital. O aumento de capital com uso de Reservas não altera o Patrimônio Líquido.

Quanto à Reavaliação, não vamos aqui discuti-la, pois se trata também de assunto abordado de forma melhor em Contabilidade Intermediária ou Avançada.

Veja-se também que a transferência de valores de Lucros Acumulados para Reservas não altera o Patrimônio Líquido. Mas os dividendos o reduzem.

Companhia ABC
CGC nº 00.000.000/0000-00
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro

Em $ mil, exceto dividendo por ação

	Capital Social	Reservas Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas Estatutárias	Reserva Legal	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31-12-X0	**$ 940**	**$ 4.266**		**$ 12**	**$ 57**	**$ 180**	**$ 5.455**
Aumento de Capital	$ 300						$ 300
Lucro Líquido do Ano						$ 977	$ 977
Transferência para Reservas				$ 180	$ 49	($ 229)	$ 0
Dividendos Propostos						($ 349)	($ 349)
Saldos em 31-12-X1	**$ 1.240**	**$ 4.266**	**$ 1.000**	**$ 192**	**$ 106**	**$ 579**	**$ 7.383**
Ajustes Exerc. Anteriores						$ 150	$ 150
Aumento de Capital com Ágio	$ 400	$ 400				($ 200)	$ 600
Baixa Reavaliação			($ 50)				($ 50)
Lucro Líquido do Ano						$ 1.013	$ 1.013
Transferência para Reservas				$ 239	$ 51	($ 290)	$ 0
Dividendos Propostos						($ 412)	($ 412)
Saldos em 31-12-X2	**$ 1.640**	**$ 4.666**	**$ 950**	**$ 432**	**$ 156**	**$ 840**	**$ 8.684**

Dividendos por Ação

19X1	$ 0,78
19X2	$ 0,92

6.7.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa

Essa Demonstração vai ser vista no Capítulo 9.

6.7.4 Notas explicativas

As Demonstrações Financeiras (ou Contábeis) devem ser complementadas com Notas Explicativas, que em muitos casos exigem quadros demonstrativos auxiliares para melhor esclarecer aos interessados pelo Balanço da empresa.

As Notas Explicativas são elaboradas para destacar e interpretar detalhes relevantes, informações adicionais sobre fatos passados, presentes e futuros, significativos nos negócios, e resultados da empresa, de importância para as pessoas nela interessadas, entre os quais são mencionados os seguintes:

1º) os critérios de avaliação dos elementos patrimoniais (ativos e passivos) e os efeitos, positivos e negativos, da mudança de critério de avaliação;

2º) as participações relevantes em controladas e coligadas, especificando a participação, valor, avaliação etc.;

3º) as reavaliações facultativas efetuadas no passado, especificando o ativo, os efeitos líquidos da reavaliação etc.;

4º) as obrigações contraídas com a garantia de ativos, especificando-as pela espécie de obrigação, garantia, valor, amortização, juros, vencimento e outras cláusulas importantes etc.;

5º) financiamentos e empréstimos a longo prazo, especificando-os por espécie e indicando valores, garantias, juros, outras obrigações contratuais significativas etc.;

6º) a composição do Capital Social, especificando classe, espécie e número de ações, participação de acionistas residentes no país e no exterior etc.;

7º) os efeitos, positivos e negativos, da constatação de erros cometidos em exercícios anteriores, devidamente especificados;

8º) fatos significativos que influenciaram ou influenciarão negócios e resultados;

9º) enfim, qualquer informação importante sobre as demonstrações e a situação patrimonial econômico-financeira que deva ser oferecida às pessoas interessadas na empresa.

Alguns exemplos simples de Notas Explicativas.

Exemplos e Comentários de Notas Explicativas

A seguir, mostraremos vários exemplos de notas explicativas, procurando evidenciar as mais comuns e efetuar, logo após cada uma delas, alguns comentários a fim de facilitar seu entendimento.

Sugerimos a leitura atenta desses exemplos, apesar de simples, para certa familiarização com o assunto, e também porque eles evidenciam o nível mínimo praticado hoje no Brasil para a empresa propiciar melhor condição de análise aos usuários externos.

"Nota nº 1 – Contexto Operacional

A companhia dedica-se à comercialização de refrigerantes de diversas marcas, atuando como distribuidora no atacado para os Estados das Regiões Sul e Sudeste do Brasil."

Comentários: Nessa nota a empresa deve mostrar a qual atividade se dedica, de forma sintética, de forma que facilite o entendimento de suas próprias demonstrações contábeis e a análise de seu desempenho econômico-financeiro, inclusive dentro do segmento econômico em que atua.

"Nota nº 2 – Sumário das Principais Práticas Contábeis

a) **Provisão para créditos de liquidação Duvidosa**

Constituída em montante considerado suficiente para cobertura de possíveis perdas, com base na experiência dos últimos dois anos e considerando um incremento da iliquidez atual em aproximadamente 30% sobre essa experiência anterior.

b) **Estoques**

Avaliados pelo custo médio ponderado móvel, por seu valor nominal de aquisição; ajustados, no caso das mercadorias, a valor de

mercado, quando inferior, com base no valor líquido de realização que considera, além dos impostos, as comissões de vendedores e despesas com entrega. Os de manutenção e consumo não excedem ao valor de reposição no mercado.

c) **Títulos a Receber**

Derivados da venda a prazo, não excedente a três anos, de ativos não operacionais, contabilizados pelo valor original da venda mais os rendimentos financeiros pertinentes, exceto os relativos à venda da antiga sede (aproximadamente metade do saldo da conta) cujo rendimento, por estar em discussão quanto ao efetivo indexador a usar, será reconhecido apenas quando acordado com o devedor ou quando de eventual decisão judicial a esse respeito.

d) **Investimentos Permanentes**

Os investimentos na Controlada Cia. DEF são avaliados pela equivalência patrimonial; os demais, pelo custo. Não há ágio ou deságio a amortizar.

e) **Imobilizado**

Avaliados pelo custo original mais reavaliação efetuada em 20X0, quando a reavaliação era permitida legalmente, e depreciados pela vida útil econômica (taxas anuais: Imóveis, 2%; Máquinas e Equipamentos, 12,5% e Veículos, 15% ao ano).

f) **Ativo Intangível**

Diz respeito às patentes adquiridas de terceiros, e são amortizadas linearmente em vinte anos.

g) **Empréstimos**

Registrados pelo valor original líquido recebido mais encargos financeiros apropriados por competência, pelo regime exponencial, exceto os empréstimos externos cujos juros são alocados por juros simples, conforme contrato.

h) **Apuração do Resultado**

Efetuada pelo regime de Competência, com as vendas registradas quando da efetiva entrega das mercadorias. A empresa provisiona para férias e indenizações sobre FGTS, mas esses valores, imateriais na data desses balanços, estão integrados na conta de Salários

e Encargos a Pagar. As despesas com propaganda são ativadas em Despesas Antecipadas até sua efetiva veiculação.

i) **Imposto de Renda e Contribuição Social**

A empresa não vem reconhecendo esses encargos sobre as diferenças temporárias entre o regime contábil e o regime fiscal para certas despesas, tendo em vista sua imaterialidade. Consequentemente, os valores demonstrados correspondem aos apurados segundo os critérios fiscais e são pagos substancialmente durante o próprio exercício.

j) **Participações no Resultado**

Os empregados têm direito a 20% do lucro após os encargos fiscais; os pagamentos são semestrais e, em dezembro de cada ano, a empresa paga, antes do Natal, a parcela estimada do segundo semestre; o saldo a liquidar em janeiro encontra-se devidamente registrado."

Comentários: Essa nota, exigida inclusive legalmente, possui certas afirmações que poderiam ser evitadas, já que o pressuposto é o de sua efetiva aplicação, como é o caso de dizer que o resultado é apurado pela Competência, o Estoque está ao custo ou mercado – dos dois o menor – etc. Todavia, tem sido prática essa menção como espécie de reforço.

Note-se, no caso, que a empresa não utiliza os critérios fiscais para a depreciação. Usa sua própria experiência para a provisão para devedores duvidosos e informa sobre o incremento da inadimplência, o que é excelente prática de "transparência".

Quanto às receitas financeiras de Títulos a Receber, a empresa afirma que possui pendências com o devedor e, por causa da dúvida, e em função, é óbvio, do Conservadorismo (Prudência), não está apropriando essas receitas até efetiva definição amigável ou judicial.

Não vamos comentar a parte relativa à reavaliação por não ser discutida neste texto introdutório.

Interessante também notar que o registro das Vendas está sendo consistentemente feito na entrega das mercadorias, que é o correto, e não quando da emissão das respectivas notas fiscais, se houver divergência entre essas datas.

Quanto ao registro do Imposto de Renda e da contribuição social, há pequenos problemas de alocação por Regime de Competência (não discutidos neste livro intro-

dutório), mas justificados pela imaterialidade; aliás, a empresa poderia nem ter feito menção ao caso exatamente porque o valor é, segundo afirma, irrelevante.

Note que nessa Nota praticamente não se fala em valores, quase só em critérios.

"Nota nº 3 – Clientes

Detalhamento:

	X2	X1
Duplicatas a Receber	$ 4.659	$ 4.463
Duplicatas Descontadas	($ 1.051)	($ 1.250)
Provisão para Devedores Duvidosos	($ 168)	($ 124)
	$ 3.440	$ 3.089"

Comentários: A empresa apenas preferiu mostrar os componentes em nota, em vez de no próprio balanço. Veja-se que ela detalhou em Nota a conta de Clientes, *e detalhou, no balanço, o Imobilizado, o que não é comum.*

"Nota nº 4 – Estoques

	X2	X1
Mercadorias para revenda nas filiais	$ 1.683	$ 2.476
Mercadorias no depósito central	$ 1.069	$ 539
Materiais de manutenção	$ 643	$ 849
Materiais de consumo administrativo	$ 85	$ 110
Provisão para ajuste a mercado		($ 120)
	$ 3.480	$ 3.854"

Comentários: Também simples detalhamento, podendo-se notar que a explicitação da localização das mercadorias (filiais ou depósito) é desnecessária do ponto de vista legal e técnico; a empresa deve ter alguma razão mercadológica ou estratégica para prover essa informação.

"Nota nº 5 – Participações Societárias

A companhia possui os seguintes investimentos na Controlada DEF, que opera com compra e venda de madeira e com quem a companhia não transa-

ciona nem possui qualquer saldo a receber ou a pagar, e em outras sociedades onde não exerce influência:

	X2	X1
DEF – Equivalência Patrimonial	$ 2.825	$ 2.950
Outras – Custo	$ 670	$ 207
	$ 3.495	$ 3.157

Informações sobre a DEF, companhia fechada:

	X2	X1
Capital social	$ 2.000	$ 2.000
Ações (só ordinárias) da DEF	10.000	10.000
Participação no capital	70%	70%
Patrimônio líquido	$ 4.036	$ 4.214
Lucro líquido	$ (178)	$ 7"

Comentários: Essas informações imediatamente acima são as mínimas exigidas legal e tecnicamente para o caso de investimento em controlada. Se houvesse transações entre controladora e controlada, deveriam também ser informados os valores das receitas e despesas entre elas e o saldo, nos balanços, a receber e a pagar.

"Nota nº 6 – Exigível a Longo Prazo

Os Empréstimos são vencíveis 40% em X5 e o restante em X6; $ 1.000 são em moeda estrangeira (marco alemão), com juros pagos semestralmente e o restante com o BNDES, com variação pela TJLP mais juros de 10% ao ano. Aqueles estão garantidos por hipoteca e estes por aval pessoal dos acionistas controladores e também por hipoteca de bens particulares.

Os impostos parcelados são oriundos de acordo com o fisco estadual da sede da companhia, vencendo-se em 48 prestações mensais a partir de janeiro de X4; subordinam-se à variação da taxa Selic mais juros de 1% ao mês. Os juros estão sendo pagos mensalmente."

Comentários: São exigidas notas que deem ideia do perfil do endividamento a longo prazo, como encargos, vencimento, garantias etc.

"Nota nº 7 – Capital Social e Dividendos

O capital da empresa é formado de 50.000 ações nominativas, metade ordinárias; as preferenciais têm direito a 10% a mais de dividendos que as ordinárias e não têm direito a voto. O dividendo mínimo obrigatório para a totalidade das ações é de 20% do lucro líquido, não cumulativo, mas a empresa vem, voluntariamente, distribuindo acima desse piso."

Comentários: A sociedade anônima precisa mostrar a quantidade, espécie e classes das ações e deve também evidenciar sua norma estatutária, bem como sua política de dividendos.

Essas notas são apenas exemplos; na prática, outras são necessárias, mas não estão aqui sendo mostradas ou por serem muito específicas ou por se referirem a assuntos não discutidos neste livro (apesar de algumas delas haverem sido mencionadas, mais para chamar a atenção). Por exemplo, são necessárias notas quando há contingências (riscos) sobre o patrimônio da empresa, quando ela transaciona com partes relacionadas (controladas, controladoras, administradores etc.), sobre os instrumentos financeiros, sobre o cálculo do Imposto de Renda e da contribuição social, sobre os ajustes de exercícios anteriores, sobre os planos de complementação de aposentadoria aos empregados e administradores, sobre o relacionamento com os auditores externos e várias outras.

6.8 Considerações Finais sobre Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas

Por vários motivos, como, por exemplo, economia de espaço em veículos de publicação, apresentação etc., podem-se agrupar contas, adaptá-las, resumi-las convenientemente, sem, contudo, prejudicar a clareza das demonstrações e sem ferir normas, princípios e convenções contábeis.

Nas Demonstrações não se compensam saldos devedores com saldos credores, até em contas de mesma natureza, sendo vedada a utilização das expressões *Contas Diversas* e *Contas Correntes*.

Nas Demonstrações Financeiras, os valores podem ser expressos em milhares de reais, o que facilita a preparação, a leitura, as análises, as comparações etc.

Obrigatoriamente, todas as adaptações feitas nas demonstrações, sempre por razões lógicas, devem ser complementadas por esclarecedoras Notas Explicativas.

No cabeçalho das demonstrações e notas explicativas, quando apresentado isoladamente, devem ser indicados:

1º) nome da empresa e número do CGC do Ministério da Fazenda;

2º) a expressão "Companhia Aberta", se sociedade nessa condição;

3º) nome da demonstração;

4º) data do encerramento ou do período abrangido;

5º) a expressão "em milhares de reais", quando utilizada a simplificação.

Como exemplo, na hipótese de Balanço Patrimonial, pode ser:

"Companhia ABC"
CGC nº 00.000.00/0000-00 – Companhia Aberta
Balanço Patrimonial Comparativo em 31-7-X2 e X1
Em $ mil

No caso da Demonstração do Resultado do Exercício:

"Companhia ABC"
CGC nº 00.000.000/0000-00 – Companhia Aberta
Demonstração Comparativa do Resultado dos Exercícios
Findos em 30-6-X2 e X1
Em $ mil, exceto lucro por ação

6.9 Sugestão de Plano de Contas

6.9.1 Plano de Contas – Resumo

I – ATIVO

Ativo Circulante
Ativo Não Circulante
Realizável a Longo Prazo
  Investimentos
  Ativo Imobilizado
  Ativo Intangível

II – PASSIVO

Passivo Circulante
Passivo Não Circulante
Patrimônio Líquido
  Capital Social
  Reservas de Capital
  Reservas de Lucros
  Ajustes de Avaliação Pagtrimonial
  Lucros ou Prejuízos Acumulados
  Dividendos Propostos

III – CONTAS DE RESULTADO

Receita Bruta de Vendas
Deduções da Receita Bruta
Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos
Despesas Operacionais
  Administrativas
  Com Vendas
Outras Despesas e Receitas Operacionais
  Resultados de Participações Societárias
  Outras
Encargos Financeiros Líquidos
  Despesas Financeiras
  Receitas Financeiras
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social
Participações e Contribuições
Lucro Líquido ou Prejuízo do Período

6.9.2 *Plano de Contas – Geral*

I – **ATIVO**

Ativo Circulante

Caixa
Bancos C/Movimento
Aplicações de Liquidez Imediata
Aplicações Temporárias
Provisão para Perdas em Aplicações – (credora)
Receitas Financeiras a Apropriar – (credora)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – (credora)
Estoques
Provisão para Perdas em Estoque – (credora)
Mercadorias com Terceiros
Adiantamentos a Fornecedores
Contas a Receber
Adiantamentos a Pessoal
Impostos a Recuperar
Despesas Antecipadas

Ativo Não Circulante

Realizável a Longo Prazo

Créditos Controladas-Coligadas
Créditos Diretores
Empréstimos Compulsórios
Aplicações Financeiras
Aplicações Incentivo Fiscal
Provisão para Perdas em Aplicações – (credora)
Impostos a Recuperar
Despesas a Apropriar

Investimentos

Participações Controladas-Coligadas
Participações – Outras
Imóveis não de Uso
Propriedades para Investimento

Ativo Imobilizado

Imóveis

Máquinas e Equipamentos
Instalações
Veículos
Móveis e Utensílios
Obras em Andamento
Depreciação Acumulada – (credora)
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros
Florestamento e Reflorestamento
Exaustão Acumulada – (credora)

Ativo Intangível

Marcas e Patentes
Softwares
Amortização Acumulada – (credora)

II – PASSIVO

Passivo Circulante

Fornecedores
Contas a Pagar
Obrigações Fiscais
Obrigações Sociais e Trabalhistas
Adiantamentos de Clientes
Duplicatas Descontadas
Financiamento Capital de Giro
Financiamento do Permanente
Financiamento – Outros
Títulos a Pagar
Encargos Financeiros a Transcorrer – (devedora)
Dividendos a Pagar
Imposto de Renda a Pagar
Provisões

Passivo Não Circulante

Financiamentos
Provisões

Patrimônio Líquido

Capital Social

Capital Social

Capital Subscrito
Capital a Integralizar – (devedora)
Reservas de Capital
Excedente de Capital
Reservas de Lucro
Reserva Legal
Reserva Estatutária
Outras Reservas de Lucros
Ajustes de Avaliação Patrimonial
Ajustes de Instrumentos Financeiros
Lucros ou Prejuízos Acumulados
Lucros Acumulados
Prejuízos Acumulados
Dividendos Propostos
Dividendos Excedentes ao Mínimo Obrigatório

III – CONTAS DE RESULTADO
Receita Bruta de Vendas
Vendas Brutas de Mercadorias
Receitas Brutas de Serviços
Deduções da Receita Bruta
Devoluções e Abatimentos
Tributos
Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos
Custo das Mercadorias Vendidas
Custo dos Serviços Vendidos
Despesas Operacionais
Despesas Administrativas
Pessoal
Honorários
Salários e Ordenados
Férias
13º Salário
Salário-família
Aviso-Prévio e Indenizações

Comissão sobre Vendas
Contribuições INSS
FGTS
Reembolso INSS Autônomos
Representação
Lanches e Refeições
Viagens e Estadias
Condução
Outras

Impostos e Taxas

Imposto Sindical
Impostos e Taxas sobre Imóveis
Impostos e Taxas sobre Veículos
Incra
Multas e Correções Monetárias
Outros

Outras

Luz e Força
Telefone
Telegramas, Correio e Portes
Aluguéis
Água
Depreciação, Amortização e Exaustão
Outras

Despesas com Vendas

(mesmo detalhamento de Despesas Administrativas e mais: Devedores Duvidosos)

Outras Despesas e Receitas Operacionais

Resultados de Participações Societárias

Lucros ou Prejuízos de Controladas-Coligadas
Lucros ou Prejuízos de Outras Participações

Encargos Financeiros Líquidos

Despesas Financeiras

Despesas com Juros
Descontos Concedidos
Despesas e Comissões Bancárias

Despesas e Comissões sobre Financiamentos
Variações Cambiais e Correções Monetárias
Projetos para Captação de Recursos
Outras Despesas de Captação

Receitas Financeiras
Receitas com Juros
Descontos Obtidos
Variações Cambiais e Correções Monetárias s/Créditos
Outras

Imposto de Renda e Contribuição Social
Imposto de Renda
Contribuição Social

Participações e Contribuições
Participações
Contribuições

Observação: Este Plano de Contas abrange empresas comerciais e de serviços simples, não abarcando as empresas industriais e de serviços complexos; também os ramos financeiro, securitário, agrícola, pecuário, de mineração e outros específicos não estão contemplados.

Além disso, trata-se de simples sugestão e não estão todas as possíveis contas elencadas, e sim as principais. Cada profissional deve considerar as necessidades específicas de cada empresa e seus usuários. Por exemplo, as Despesas Operacionais podem ser subdivididas em Administrativas e de Vendas por filial para depois ser subdivididas em Pessoal, Encargos etc. também por filial.

Para um plano mais completo veja o livro *Manual de contabilidade das sociedades por ações*, da FIPECAFI (Sérgio de Iudícibus, Eliseu Martins e Ernesto R. Gelbcke, Atlas, 8ª edição ou posterior).

Problemas contábeis diversos 7

7.1 Créditos de Recebimento Duvidoso e Devedores Insolváveis

7.1.1 Problema Contábil

No fim de X6, após o primeiro ano de suas atividades, a Empresa Comercial Brasileira S.A., preparou os seguintes relatórios:

Empresa Comercial Brasileira S.A. Balanço Patrimonial em 31-12-X6				
Ativo		**Passivo e Patrimônio Líquido**		
Caixa	18.000	Duplicatas a Pagar		15.000
Duplicatas a Receber	39.000	***Patrimônio Líquido***		
		Capital	75.000	
Mercadorias	57.000	Lucros Acumulados	24.000	99.000
Total	114.000	Total		114.000

Empresa Comercial Brasileira S.A. Demonstração de Resultados para o ano terminado em 31-12-X6	
Vendas	300.000
(–) Custo das Mercadorias Vendidas	240.000
Lucro Bruto em Vendas	60.000
(–) Despesas	(36.000)
Lucro Líquido	24.000

Os relatórios expostos, muito simples, não apresentam qualquer novidade em relação aos demais mencionados anteriormente. Queremos, no entanto, chamar atenção para um fato que não foi objeto de considerações neste texto. Trata-se da possibilidade da ocorrência de prejuízos, em virtude de devedores não liquidarem seus compromissos com a empresa. Quando se torna comprovada a real impossibilidade do pagamento de suas dívidas, são esses devedores considerados pela Contabilidade *devedores insolváveis*.

O Balanço dado mostra que existem duplicatas a receber no valor global de $ 39.000. A prática comercial indica que é comum o aparecimento de devedores insolváveis, de modo que se pode prever, em nosso exemplo, o aparecimento de algum prejuízo. Dessa forma, se nos basearmos na premissa de que o Balanço deve retratar o mais fielmente possível a situação financeira e patrimonial de uma entidade, os títulos a receber deveriam aparecer no Balanço com o saldo correspondente ao montante líquido dos títulos que *provavelmente serão recebidos*; obviamente, tal valor será inferior ao saldo de $ 39.000 da conta *Duplicatas a Receber*.

Por outro lado, como se sabe, a conta Resultado deve ser debitada no fim de cada período por todas as despesas e perdas relativas ao período. A perda decorrente de débitos provavelmente insolváveis deve, portanto, pesar negativamente no resultado desse exercício.

Como identificar tal exercício? Se as Duplicatas a Receber resultam da venda a prazo de mercadorias, o que seria mais correto: (1) atribuir o prejuízo de débitos insolváveis ao período em que as respectivas mercadorias foram vendidas, ou (2) ao período em que esses devedores foram reconhecidos como insolváveis? É óbvio que, se os dois fatos acontecem no mesmo período, a pergunta não tem razão de ser, mas, quando não é esse o caso, a resposta é:

dever-se-ia atribuir a perda ao período em que a respectiva venda foi feita, mas isso é praticamente impossível. Assim, acaba-se por reconhecer a perda quando ela se torna provável de ocorrer. Assim, se determinada mercadoria for vendida a prazo, em X6, e somente em X7 é que se verifica a insolvabilidade de seu comprador, a perda deveria idealmente ser considerada no exercício de X6, mas acabará provavelmente sendo reconhecida em X7. A não ser que seja possível, com alto grau de razoabilidade e credibilidade, estimar-se, já em X6, o quanto se perderá.

De tudo o que foi explicado, podemos concluir que o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício serão incorretos, a menos que neles sejam previstas as prováveis perdas relacionadas com créditos com terceiros.

Suponhamos que, por nossa previsão, do total de $ 39.000 de duplicatas a receber, somente $ 36.000 serão recebidos. A perda, portanto, é estimada em $ 3.000 e o seguinte lançamento de ajuste deverá ser feito, no fim de X6:

São Paulo, 31 de dezembro de 20X6.

Despesas com Créditos de Liquidação Duvidosa

a **Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa**

Estimativa das perdas com

créditos de liquidação duvidosa $ 3.000

O saldo da conta **Despesas com Créditos de Liquidação Duvidosa**, da mesma forma que o da conta de *Depreciação*, será transferido para a conta Resultado.

A conta *Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa* aparecerá no Ativo, retificando a conta *Duplicatas a Receber*, já que, por enquanto, trata-se de uma estimativa de perda provável, e não de uma perda já totalmente líquida e certa, como será melhor explicado à frente.

7.1.2 Cálculo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Os prejuízos futuros não podem, obviamente, ser previstos com grande precisão. Por esse motivo, a provisão é sempre baseada em uma estimativa. O cálculo dessa estimativa pode ser feito de diversas maneiras, e as mais usadas são as seguintes:

a) Pela análise individual dos devedores, verificando-se em cada caso a possibilidade de recebimento futuro. Essa análise deve levar em consideração, principalmente, os débitos já vencidos e os pertencentes a pessoas ou empresas que estejam em dificuldades financeiras. Evidenciados os débitos de liquidação duvidosa, são eles somados, do que resulta o valor a ser adotado para a constituição da provisão.

b) Pela determinação da provisão mediante a aplicação de uma percentagem sobre vendas. A percentagem deve ser escolhida com base na experiência anterior da empresa. Suponhamos que certa empresa tenha realizado, durante o ano de X8, um total de $ 100.000 de vendas e que, examinando seus registros anteriores, se constatou o seguinte:

Ano	Vendas	Prejuízos com Devedores Insolváveis Ocorridos no Ano Imediatamente Posterior	Percentagem dos Prejuízos sobre as Vendas
X7	80.000	640	0,80%
X6	50.000	310	0,62%
X5	40.000	240	0,60%
	170.000	1.190	0,70%

Percentagem média dos três anos: 0,70%.

Aplicada a percentagem média de 0,70% sobre o valor das vendas de X8, obtém-se a importância de $ 700, que constituirá a provisão para fazer face às perdas de X9;

c) Pela determinação da provisão mediante a aplicação de uma percentagem sobre o saldo dos créditos a receber no fim do ano. Esta é a maneira utilizada pela grande maioria das empresas brasileiras.

Sob o aspecto da precisão, as duas primeiras maneiras são as mais aconselháveis, embora a primeira seja, às vezes, impraticável (quando for muito grande o número de devedores).

7.1.3 *Natureza da Conta Provisão*

A adoção da conta *Provisão* deve-se à característica de incerteza que cerca o evento e o valor do ativo. Lembremo-nos do caso da depreciação acumulada, que apareceu no Balanço, deduzindo o saldo da conta *Equipamentos*, procedimento este que permitiu a evidenciação do valor histórico do equipamento e, ao mesmo tempo, do valor líquido (deduzida a depreciação acumulada) do mesmo equipamento. Da mesma forma, no caso presente, considera-se a conta *Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa* uma conta subtrativa da conta *Duplicatas a Receber* ou outra equivalente. Assim, os saldos dessas duas contas aparecerão no balanço, segundo o seguinte esquema:

Duplicatas a Receber	$ 39.000	
Menos: Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	$ (3.000)	$ 36.000

Com isso, esse ativo fica avaliado ao valor provável de efetiva realização financeira.

Cabe ressaltar, portanto, que a constituição da *Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa* é necessária para evitar que os recebíveis (Duplicatas a Receber, Clientes etc.) figurem no Balanço por valores superiores aos de provável realização e que o Lucro do Exercício seja superavaliado. Portanto, deve ser contabilizada mesmo que para efeitos fiscais a respectiva despesa não seja dedutível.

7.1.4 *Baixa de Títulos Incobráveis*

Após o registro do lançamento supra no livro Razão, as contas *Duplicatas a Receber* e *Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa* apresentarão os seguintes saldos:

	$
Duplicatas a Receber	39.000 – Devedor
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	3.000 – Credor

Suponhamos, agora, que se tornou incobrável um título de responsabilidade do Sr. Pedro Chaves, no valor de $ 75; por se tratar de direito a uma

quantia que não mais entrará nos cofres da empresa, deve a Contabilidade providenciar a baixa do título, por meio da seguinte partida de Diário:

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

a **Duplicatas a Receber**

Pela baixa do título de responsabilidade do
Sr. Pedro Chaves, considerado incobrável $ 75

Observe que a baixa do título é feita mediante um lançamento a débito na conta *Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosas*, e não em uma conta de despesa ou na conta de Resultado, pois quando da constituição da provisão já foi apropriada como tal; haveria dupla carga sobre as despesas da empresa caso não utilizássemos a conta de *Provisão*.

7.1.5 *Como Proceder quando, no fim do Exercício, ainda Existir Saldo na Conta Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa*

Como já foi visto, a provisão para *Créditos de Liquidação Duvidosa* é sempre uma estimativa e, por ser uma estimativa, está obviamente sujeita a erros. Tanto a provisão pode ser insuficiente como também pode ser mais do que suficiente para cobrir as perdas com devedores insolváveis. Quando for insuficiente, não resta outra alternativa senão a de contabilizar o excesso das perdas a débito de uma conta específica de resultado, como perda não esperada. Nesta hipótese, o saldo da provisão no fim do exercício será nulo. Quando é mais do que suficiente, haverá no fim do exercício um saldo credor, correspondente ao excesso da provisão sobre as perdas realmente ocorridas.

Que fazer com esse saldo? Pode-se proceder de duas maneiras:

1. Deixar simplesmente o saldo na conta, completando-o adequadamente, em face da nova estimativa para o próximo exercício. Quando assim se procede, a contabilização da provisão para o exercício seguinte se faz por um valor que corresponde à diferença entre a nova estimativa e o saldo existente. Por exemplo:

   Despesas com Créditos de Liquidação Duvidosa

   a **Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa**

Pela constituição da provisão para o próximo exercício, como segue:

		$	$
	– estimativa dos prejuízos do próximo exercício	1.000	
(–)	– saldo não utilizado do exercício anterior	200	800

2. Reverter o saldo não utilizado para a conta *Resultado* com o seguinte lançamento:

   Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

   a **Resultado**

   Pela reversão do saldo não utilizado $ 200

Nesse caso, é óbvio que o lançamento da provisão para o exercício seguinte se dará pelo valor integral da nova estimativa.

O segundo procedimento, além de ser o mais usado, é também o mais aconselhável sob o aspecto da técnica contábil. Seu uso permite que a *Demonstração do Resultado do Exercício* seja mais clara a respeito das provisões para créditos de liquidação duvidosa, demonstrando o saldo revertido e a nova previsão, determinando um resultado operacional mais correto; essa evidenciação de saldo inicial da Provisão, parcela utilizada para registro de perdas efetivadas, saldo não utilizado, nova despesa provisionada e saldo final pode ser feita em nota explicativa. No Brasil as instituições financeiras costumam fazer isso.

7.1.6 Recuperação de Créditos Anteriormente Baixados

Pode ocorrer de um crédito ser baixado por ser considerado incobrável, ou seja, pode já ter ocorrido aquele lançamento mostrado:

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

a **Duplicatas a Receber**

e, posteriormente, o cliente acaba conseguindo pagar sua dívida, ou pelo menos parte dela. Nesse caso, quando do recebimento desse crédito anteriormente baixado, há que se fazer:

Caixa

a Recuperação de Créditos Baixados

Essa conta de Recuperação é uma receita a ser encerrada contra o Resultado.

Se a recuperação se der dentro do mesmo período contábil da baixa, pode-se creditar a própria conta de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

Exercícios Resolvidos

Exercício 1

a) Foi estimado, em 31-12-X7, que os débitos, incobráveis, da Loja Parayba S.A., nos últimos três anos, correspondiam a 0,5% das vendas líquidas. Nesse dia, o saldo da conta *Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa*, antes de ser ajustado, era de $ 82.420. As vendas líquidas, nesse mesmo ano, totalizaram $ 8.634.000.

b) Durante X8, ocorreram as seguintes transações:

Janeiro 11 – foi recebida a notícia de que a empresa Júlia & Cia. havia falido e, portanto, não pagaria seu débito. Júlia & Cia. devia uma duplicata no valor de $ 23.800;

Março 6 – a empresa Beta & Cia. Ltda. enviou um cheque no valor de $ 3.940. Sua conta havia sido considerada incobrável e baixada em X7;

Abril 7 – a empresa Costa & Cia. pagou $ 82.800, que foram creditados em sua conta, cujo saldo devedor era de $ 88.000. Seus negócios não iam bem e a cobrança do restante da dívida foi considerada totalmente impraticável;

Julho 4 – o débito da empresa Dardo & Cia., no total de $ 5.240, foi baixado como incobrável;

Agosto 8 – João da Silva, de João Silva & Cia. Ltda., informou a Loja Parayba S.A. que seu sócio fugira com o dinheiro de sua empresa e, por conseguinte, era forçado a encerrar seu negócio, sem condições para

liquidar seu débito de $ 2.520. Investigações posteriores confirmaram tais informações;

Novembro 11 – foram recebidos $ 1.520 de João da Silva, por ter sido recuperada uma parte do dinheiro roubado por seu sócio;

Dezembro 31 – Várias duplicatas, de diversos clientes, no total de $ 6.740, foram baixadas como incobráveis; as vendas líquidas do exercício de X8 somaram $ 13.800.000.

Pede-se:

a) preparar as partidas de diário para ajustar a conta *Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa*, em 31-12-X7;

b) fazer as partidas de diário das operações e de ajustes da conta de provisão relativas a X8 (nos lançamentos de diário considerar apenas contas de 1º grau; portanto, não há necessidade de registrar nos livros auxiliares);

c) transportar as partidas de diário para o razão (Usar razonetes em "T").

Solução do Exercício 1

Resolução do Item "a"

Partidas de Diário para Ajustar a Conta Provisão

1. Transferência para a conta *Resultado* do saldo não utilizado em X7 de *Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa*.
São Paulo, 31-12-X7.

Provisão para Devedores Duvidosos

a **Resultado**

Reversão do saldo não utilizado em X7, das provisões constituídas para esse ano $ 82.420

2. Constituição da Provisão para X8.
São Paulo, 31-12-X7.

Despesas com Créditos de Liquidação Duvidosa

a **Provisão para** *Créditos de Liquidação Duvidosa*

Estimativa para X8, das perdas com devedores, correspondendo a 0,5% das vendas líquidas $ 43.170

Resolução do item "b"

1. **Partidas do diário das operações em X8**

São Paulo, 11-1-X8.

Provisão para *Créditos de Liquidação Duvidosa*

a **Duplicatas a Receber**

Baixa da duplicata 104, considerada incobrável, em virtude da falência da firma sacada Júlia & Cia. $ 23.800

São Paulo, 6-3-X8.

Caixa

a **Recuperação de Créditos Baixados**

N/recebimento de Beta & Cia., ref. a duplicata 90, considerada incobrável, em X7 $ 3.940

São Paulo, 7-4-X8.

Caixa

a **Duplicatas a Receber**

N/recebimento de Costa & Cia., ref. a parte da duplicata 101 $ 82.800

7

Provisão para *Créditos de Liquidação Duvidosa*

a **Duplicatas a Receber**

Saldo da duplicata 101, considerada incobrável $ 5.200

São Paulo, 4-6-X8.

Provisão para *Créditos de Liquidação Duvidosa*

a **Duplicatas a Receber**

Duplicata 98, emitida contra Dardo & Cia., baixada, nesta data, por ser considerada incobrável $ 5.240

São Paulo, 8-8-X8.

Provisão para *Créditos de Liquidação Duvidosa*

a **Duplicatas a Receber**

Baixa da duplicata 95, emitida contra João & Silva & Cia., considerada incobrável, em virtude de um dos sócios haver roubado a empresa $ 2.520

São Paulo, 11-11-X8.

Caixa

a **Provisão para** *Créditos de Liquidação Duvidosa*

N/recebimento da parte da duplicata 95, considerada, em agosto p.p., como incobrável $ 1.520

(Obs.: recuperação de crédito baixado no mesmo exercício social.)

São Paulo, 31-12-X8.

Provisão para *Créditos de Liquidação Duvidosa*

a **Duplicatas a Receber**

Baixa de diversas duplicatas consideradas incobráveis, conf. processo 145/123 $ 6.740

2. **Constituição da Provisão para o Exercício de X9**

São Paulo, 31-12-X9.

Provisão para ***Créditos de Liquidação Duvidosa***

a **Resultado**

Reversão do saldo não utilizado em X8 daquela para esta conta, a fim de apuração de resultado $ 1.190

Despesas com Créditos de Liquidação Duvidosa

a **Provisão para Devedores Duvidosos**

Estimativa para X9, das perdas com devedores duvidosos, na base de 0,5% do valor das vendas de X8 $ 69.000

31

Duplicatas a Receber

Débito		Crédito
Saldo em		
12/X7	xxxx	23.800 (3)
		82.800 (5)
		5.200 (6)
		5.240 (7)
		2.520 (8)
		6.740 (10)

Caixa

Débito		Crédito
Saldo em		
12/X7	yyyy	
(4)	3.940	
(5)	82.800	
(9)	1.520	

É evidente que não foram só esses os lançamentos efetuados nas duas contas apresentadas, pois qualquer recebimento ou pagamento em dinheiro deveria passar por *Caixa*, assim como emissão de Duplicatas deveria ser debitada em *Duplicatas a Receber*.

Devedores Duvidosos

	Débito	Crédito	
(1)	43.170		
		43.170	(a)
(11)	69.000	69.000	(b)

Resultado 19X7

	Débito	Crédito	
(2)	43.170		
		82.420	(1)

Resultado 19X8

	Débito	Crédito	
		1.190	(11)
(12)	69.000		
		3.940	(13)

Provisão para Devedores Duvidosos

	Débito	Crédito	
		82.420	
		43.170	(2)
(1)	82.420		
		43.170	
(3)	23.800		
(6)	5.200		
(7)	5.240		
(8)	2.520		
		1.520	(9)
(10)	6.740		
	43.500	44.690	
		1.190	
		69.000	(12)
(11)	1.190		
		69.000	

Recuperação de Créditos Baixados

	Débito	Crédito	
		3.940	(4)
(13)	3.940		

7.2 Operações Financeiras

Quando uma empresa necessita de fundos adicionais para prosseguimento ou expansão de suas operações, poderá recorrer aos seguintes expedientes:

a) tomar dinheiro emprestado de um banco, de uma companhia de financiamento ou de um capitalista particular, para pagamento a curto ou médio prazo;

b) tomar dinheiro emprestado, geralmente de um banco governamental por prazo longo;
c) lançar debêntures, a médio ou longo prazo (se for sociedade por ações);
d) aumentar o capital social;
e) etc.

Os empréstimos a curto prazo devem ser efetuados exclusivamente para atender a necessidades que aparecem periodicamente dentro de cada ciclo operacional, isto é, para pagamentos de gastos que, normalmente, são recuperados com a venda dos produtos ou serviços. Quando, porém, a empresa planeja aumentar suas instalações permanentes, o empréstimo a curto prazo é contra-indicado. Para esse tipo de investimento, assim como para qualquer outro de caráter permanente, as demais fontes de recursos citadas são as aconselháveis, de acordo com as circunstâncias de cada caso.

Exemplificaremos neste tópico a contabilização de dois tipos de empréstimo a curto prazo.

São denominados empréstimos a curto prazo aqueles cujo prazo de pagamento vai até, no máximo, 360 dias. Tais empréstimos podem ser feitos por meio de um banco, de uma companhia de financiamento ou de um capitalista particular. Para simplificar o raciocínio, suponhamos que nossa empresa opere somente com bancos. Em contrapartida ao empréstimo recebido, somos obrigados a fornecer certa garantia ao banco. Essa garantia pode ser em bens (hipotecando-os ou empenhando-os) ou fiduciária (entregando Duplicatas a Receber de nossos clientes ou emitindo promissórias).

7.2.1 Desconto de Nota Promissória – Operação Prefixada

Suponhamos que a empresa Cataratas S.A. efetue um empréstimo bancário dando uma nota promissória de sua emissão, a favor do Banco do Sul S.A., nas seguintes condições:

- data da emissão e entrega da Nota Promissória ao Banco: 31-10-19X8;
- valor da Nota Promissória: $ 2.000.000;
- data do vencimento da N.P.: 29-1-19X9;

- taxa de desconto da qual se calcula o valor do desconto da operação: 6% ao mês;
- despesas cobradas pelo Banco: comissão de 1% sobre o valor da Nota Promissória; despesas de cobrança: $ 1.400.

Esta operação é tipicamente chamada "prefixada", já que estão, desde o início, definidos e prefixados os valores dos encargos financeiros e do montante total a pagar.

A efetivação do empréstimo implicará os seguintes lançamentos feitos pelo Banco na Conta Corrente da empresa.

A CRÉDITO	
Valor nominal da Nota Promissória	$ 2.000.000
A DÉBITO	
Valor do desconto, 6% ao mês s/90 dias	$ 360.000
Valor da comissão de %	$ 20.000
Valor das despesas de cobrança	$ 1.400
Soma	$ 381.400

A demonstração desses lançamentos é feita pelo Banco em um documento enviado à empresa, em geral denominado Aviso de Lançamento.

Ao receber o Aviso de Lançamento, a empresa procederá em sua contabilidade aos seguintes lançamentos:

São Paulo, 8-11-X8.

Bancos c/Movimento

a **Promissórias a Pagar**

Banco do Sul S.A.

a Banco do Sul S.A.

Valor da Nota Promissória de nossa emissão,
a favor do Banco do Sul S.A., conforme
aviso de lançamento de 1º-11-X8 $ 2.000.000

8

Diversos

a **Bancos com Movimento**

a Banco do Sul S.A.

Despesas Bancárias a Apropriar (**redutora do passivo**)

Valor das despesas com o desconto de Nota Promissória, no Banco do Sul S.A., conforme aviso de lançamento de 1º-11-X8 a saber:		
– despesa de comissão 1%	$ 20.000	
– despesas de cobrança	$ 1.400	$ 21.400

Juros e Descontos a Vencer (Redutora do Passivo)

Valor dos juros de 12% a.a. ref. ao período		$ 360.000
de 1º-11-X8 a 29-1-X9		$ 381.400

O valor dos juros e o das despesas bancárias não pode ser lançado como despesa imediatamente, já que eles se referem ao tempo a decorrer de hoje até a data do vencimento. E essas contas de Juros e Descontos a Vencer e de Despesas Bancárias a Apropriar ficam como redutoras de Passivo para fazer com que esse Passivo fique a valor presente; afinal, o valor da dívida hoje não é de $ 2.000.000. Ele irá crescer por decorrência dos juros e chegará aos 2.000.000 na data do vencimento.

Essa conta de Juros e Descontos a Vencer não é uma Despesa Paga Antecipadamente porque, na verdade, ela não foi paga ainda; seu pagamento efetivo se dará na liquidação da dívida.

A conta de Despesas Bancárias a Apropriar, bem como as de eventuais outras despesas diretamente vinculadas à operação de captação de recursos, costumavam ser debitadas diretamente ao resultado. Mas isso mudou, porque esse critério não produz um bom resultado sob o regime de competência. Para algumas empresas que captam recursos diretamente numa operação bancária, essas despesas podem ser pequenas e esse procedimento de jogar diretamente ao resultado pode até ser aceitável pela irrelevância dos valores envolvidos. Mas há situações em que empresas (principalmente as grandes) captam recursos com base em operações que são muito custosas, como na emissão de debêntures. Às vezes, são milhões de reais gastos com a produção dos documentos que serão levados aos investidores nesses títulos, viagens para exposição a esses eventuais interessados etc. Nesse caso, por outro

lado, as despesas de juros costumam ser bem menores do que nas operações bancárias diretas. Por isso, apropriar toda a despesa de captação diretamente ao resultado produz um desequilíbrio frente ao regime de competência. Daí a necessidade de esses gastos serem apropriados ao longo do tempo junto com as despesas de juros propriamente ditas. Afinal, o custo efetivo de tomar emprestado não é só o que se paga ao banco como juros.

Como o desconto se refere a um período que abrange dois exercícios (caso o ano comercial da empresa coincida com o ano-calendário), torna-se necessário fazer apropriação da parte das despesas de X8, em 31-12-X8.

O lançamento em 31-12-X8 será o seguinte:

São Paulo, 31-12-X8.

Despesas de Juros e Descontos

a **Juros e Descontos a Vencer**

transferência de parte do saldo desta conta para aquela, a fim de apropriação de resultados $ 240.000

e

Despesas Bancárias

a **Despesas Bancárias a Apropriar**

transferência de parte do saldo desta conta para aquela, a fim de apropriação de resultados $ 14.267

Quando da liquidação do título, no dia 29-1-X9, será emitido um cheque ou o Banco será autorizado a debitar o valor do título em conta corrente.

Nessas condições, quando da quitação, o crédito é feito na conta *Bancos c/ Movimento*. Nesse dia, também, apropriaremos o restante do saldo das contas Juros e Descontos a Vencer e Despesas Bancárias a Apropriar para Despesa.

É importante atentar para o fato de que uma boa Contabilidade exige demonstrações levantadas todo o mês, e não só no final do ano. Com isso, a apropriação dos encargos financeiros, por regime de competência, mês a mês, é essencial para a adequada mensuração do resultado.

7.2.2 *Empréstimo Pós-fixado*

A operação financeira pode ter o encargo financeiro vinculado à conjugação de juros com algum outro fator cujo valor só será conhecido no futuro, como variação do dólar, da TR (taxa de referência), do IGP-M etc. Nesses casos, dizemos que é uma operação pós-fixada, já que, só após certo tempo, ter-se-á condição de conhecer o valor dos encargos totais. Isso pode ocorrer até com Nota Promissória; normalmente essa condição pós-fixada ocorre nos empréstimos de longo prazo, a não ser quando a inflação é muito alta.

Por exemplo, se a operação for feita à base de variação cambial mais 1% ao mês de juros:

São Paulo, 1º-12-X8.

Bancos – c/Movimento

a **Promissórias em Moeda Estrangeira**

Banco South

a Banco do Norte S.A.

Valor da Nota Promissória em dólares
norte-americanos de nossa emissão entregue
ao Banco do Norte, conf. aviso de lançamento
de 1º-12-X8 $ 2.000.000

São Paulo, 1º-12-X8.

Despesas Bancárias a Apropriar

a **Bancos – c/Movimento**

a Banco do Norte S.A.

Valor das despesas com o empréstimo obtido,
conf. aviso de lançamento de 1º-12-X8, a saber:

– despesas de comissão de 1%	$ 20.000	
– despesas de cobrança	$ 1.400	$ 21.400

Em 31-12-X8, será necessário apropriar as despesas com a variação cambial e com os juros, já incorridas e não pagas, cujo teor será o seguinte:

Primeiramente, o registro da variação cambial, que se incorpora à própria conta original da dívida:

São Paulo, 31-12-X8.

Despesa com Variação Cambial

a **Promissória em Moeda Estrangeira**

Pelo registro da variação cambial de 0,5% neste mês sobre o empréstimo com o Banco do Norte de 1º-12-X8 $ 10.000

Depois, o registro dos juros em contas separadas:

São Paulo, 31-12-X8.

Despesa de Juros

a **Juros a Pagar**

Valor de juros referentes ao empréstimo feito junto ao Banco do Norte, em 1º-12-X8 $ 20.100

Finalmente, a apropriação das outras despesas bancárias;

São Paulo, 31-12-X8.

Despesa Bancárias

a **Despesas Bancárias a Apropriar**

Valor de despesas bancárias referentes ao empréstimo feito junto ao Banco do Norte, em 1º-12-X8 $ 5.300

(valor admitido por hipótese já que não foi dado o prazo total para pagamento do empréstimo).

7.2.3 *Desconto de Duplicatas a Receber*

Como sabemos, as duplicatas são títulos emitidos pelas empresas nas operações de venda de mercadorias a prazo. Após emitir uma duplicata, a empresa pode adotar uma das seguintes atitudes:

1º) ficar com o título em seu poder até que o mesmo seja pago pelo devedor;

2º) endossar e enviar o título a um banco para que se promova a cobrança em nome da empresa;

3º) endossar e enviar o título a um banco, transferindo ao mesmo sua propriedade e recebendo em troca o valor do título, deduzidas as despesas incidentes sobre a operação. Essa operação é denominada "desconto de duplicata";

4º) outros.

As duas primeiras atitudes não envolvem qualquer problema contábil, pois o título permanece como propriedade da empresa até sua liquidação. Com respeito à transferência de posse do título, na segunda alternativa, costuma-se às vezes registrar este fato em um sistema de contas denominado "Sistema de Compensação", inteiramente independente do sistema financeiro patrimonial que estudamos. Este assunto, entretanto, será abordado com mais detalhes em outro tópico deste capítulo.

A terceira atitude implica a transferência da posse e da propriedade do título para o banco. A forma mais simples de contabilizar esse fato seria dar baixa do valor do título, no ativo, em contrapartida com a entrada do dinheiro. Todavia, como se sabe, o endosso de uma duplicata não exime a empresa de responsabilidade de pagar o título, na eventualidade de o mesmo não ser liquidado pelo devedor (sacado). Por isso, na essência, essa operação é de empréstimo onde as duplicatas são dadas como garantia à instituição financeira.

Por causa disso, as boas normas contábeis, adotadas no Brasil a partir de 2010 com base nas normas internacionais de contabilidade, a contabilização dessa operação muda.

Assim, a contabilização do desconto de uma duplicata é feita da seguinte maneira:

Diversos

a **Títulos Descontados**

Pelo desconto de n/duplicata nº 001, no Banco do Sul, como segue:

Bancos c/Movimento

Banco do Sul S.A.

Valor líquido creditado em n/conta conf. aviso de / / $ 16.600

Juros e Descontos a Vencer (Conta retificadora de Títulos Descontados)

Valor dos juros de 6% ao mês ref. ao período de / / $ 2.400

Despesas Bancárias a Apropriar (Conta retificadora de Títulos Descontados)

Valor das despesas

– despesas de comissão e cobrança com a operação de desconto $ 1.000 $ 20.000

Como se vê, por ocasião do desconto, a conta *Clientes* ou *Duplicatas a Receber* não é tocada. A vantagem deste procedimento reside no fato de a empresa poder manter um controle adequado na liquidação de todas as duplicatas emitidas, descontadas ou não. O saldo da conta *Clientes* reflete o montante das duplicatas a receber, e o saldo da conta *Duplicatas Descontadas* ou *Títulos Descontados*, a parcela daquelas duplicatas descontadas pela empresa.

Quando da elaboração do balanço, a Lei das S/A ainda determina que a conta *Títulos Descontados* deva aparecer no ativo como subtrativa de *Clientes*, da seguinte forma:

Clientes	$ 101.550	
Títulos Descontados	$ 20.000	$ 81.550

Mas, a partir de 2010, com a implantação das novas normas de contabilidade, para representar bem melhor a essência econômica da operação (e não sua forma jurídica que não representa corretamente o que de fato é a realidade), essa conta de Títulos Descontados deve aparecer normalmente no Passivo juntamente com as demais dívidas.

Quando uma duplicata descontada é liquidada pelo devedor junto ao banco, este envia uma comunicação de tal fato à empresa. Em face dessa comunicação, a empresa promove a baixa do título da seguinte forma:

Títulos Descontados

a **Clientes**

Pela baixa da duplicata nº 001 liquidada conf. aviso do Banco do Sul, de / / $ 20.000

As despesas financeiras devem ir sendo apropriadas por competência, mensalmente de preferência:

Desp. de Juros e Descontos

a **Juros e Descontos a Vencer**

Apropriação das despesas de juros e descontos do período

Despesas Bancárias

a **Despesas Bancárias a Apropriar**

Apropriação das despesas bancárias

Estes últimos lançamentos, na realidade, devem ser feitos mensalmente, como dito, para se ter a apropriação da parte das despesas com juros e outras despesas que cabem a cada um desses meses, para uma adequada observância do Regime de Competência.

7.2.4 Aplicações Financeiras

As empresas normalmente procuram manter em Caixa ou Bancos apenas o valor estritamente necessário a suas atividades. O restante é geralmente aplicado em Bancos, em operações de curtíssimo ou curto prazo, do tipo CDB (Certificado de Depósito Bancário), em Fundos ou outras formas para render receitas financeiras.

Tais operações financeiras, como são conhecidas, podem ser realizadas a taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Como já dito, chamam-se operações a taxas prefixadas aquelas em que, no momento da aplicação, os contratantes sabem a taxa nominal à qual está sendo realizado o negócio.

Na operação a taxas pós-fixadas, é contratada a operação normalmente a uma taxa de juro determinada, mais um índice de preços, uma moeda estrangeira etc. Neste caso, normalmente os contratos são por prazos longos.

Exemplo de operação a Taxas Pós-fixadas

Admitindo-se que a Cia. ABC fez, no dia 1º-12-X5, uma aplicação de $ 100.000,00 no Banco Itu, à taxa de 1% ao mês, mais a variação do poder aquisitivo da moeda medido por um índice geral de preços, será necessário calcular o rendimento ganho pela empresa até 31-12-X5, para que no fechamento do balanço patrimonial aquela operação apareça por seu valor atualizado. Assim, considerando-se que a inflação do mês de dezembro seja de 2%, ter-se-á que registrar a receita financeira (nominal) ganha, mas não recebida, como segue:

Registro da Aplicação, em 15-12-X5:

Aplicações Financeiras			
a	**Bancos** (ou Caixa)		$ 100.000,00

Registro da Receita Financeira ganha até 31-12-X5:

Aplicações Financeiras			
a	Diversos		
a	**Receita de Variação Monetária**	$ 2.000,00	
a	**Receita de Juros**	$ 1.020,00	$ 3.020,00

Dessa forma, o saldo de Aplicações Financeiras que a Cia. ABC apresentará em seu balanço patrimonial de 31-12-X5 será de $ 103.020,00.

Exemplo de operação a taxas prefixadas

Sabendo-se que a Cia. ABC fez no Banco do Sul uma aplicação financeira de $ 100.000,00, em 20-12-X5, à taxa de 2,5% ao mês, pelo período de 20 dias, será necessário fazer-se o seguinte registro contábil:

Registro da Aplicação, em 20-12-X5:

Aplicações Financeiras
a **Bancos** (ou Caixa) $ 100.000,00

Registro da Receita Financeira ganha até 31-12-X5:

Aplicações Financeiras
a **Receitas Financeiras** $ 909,50

Desse modo, o saldo da conta Aplicações Financeiras no balanço de 31-12-X5 será de $ 100.909,50.

Outra forma de se registrar a operação pode ser a seguinte:

Registro da aplicação, em 20-12-X5, com a explicitação do valor da Receita Financeira que será ganha durante a operação:

Aplicações Financeiras	$ 101.659,80
a **Bancos** (ou Caixa)	$ 100.000,00
a **Receitas Financeiras a Apropriar**	$ 1.659,80

Neste caso, a conta Receitas Financeiras a Apropriar funciona como redutora da conta de ativo Aplicações Financeiras e o saldo de Aplicações Financeiras no dia da aplicação é exatamente de $ 100.000,00, pois:

Aplicações Financeiras	$ 101.659,80	
(–) Receitas Financeiras a Apropriar	$ 1.659,80	$ 100.000,00

Em 31 de dezembro faz-se a apropriação da parcela pertencente a esse mês:

Receitas Financeiras a Apropriar
a **Receitas Financeiras** $ 909,50

Assim, em observância do Princípio de Competência de Exercícios e da Realização da Receita, o valor de Receitas Financeiras a Apropriar vai sendo transferido para a conta de receita efetiva, chamada Receitas Financeiras e é evidenciado da seguinte forma na data do balanço:

Aplicações Financeiras	$ 101.659,80	
(–) Receitas Financeiras a Apropriar	$ 750,30	$ 100.909,50

No resgate da aplicação, em 10-1-X6, o saldo de Aplicações Financeiras será de $ 101.659,80, pois todo o valor de Receitas a Apropriar já se tornou receita efetiva.

7.3 Disponibilidades

7.3.1 Conceito de Disponível

Esta parte do ativo deve abranger exclusivamente o dinheiro em espécie e outros haveres da empresa que possam ser convertidos *imediatamente* em dinheiro, a exemplo dos depósitos bancários a vista. É por essa razão que a palavra *disponibilidade*, em Contabilidade, já por si significa *disponibilidade imediata*.

7.3.2 Controle Interno das Disponibilidades

O disponível, por sua natureza, precisa sempre de uma atenção especial; por isso, vamos falar especificamente sobre seu controle.

Os objetivos de um bom sistema de controle interno de haveres de uma entidade qualquer podem ser resumidos nos seguintes:

a) proteção desses haveres; e
b) tornar a Contabilidade o mais exata possível.

Os objetivos apresentados são facilmente atingíveis quando é possível tornar a custódia dos elementos do ativo independente da função de registro das operações que afetam esses elementos; ou seja, quem controla o caixa não tem acesso a seu registro contábil e vice-versa. Melhor ainda: quando o trabalho de registro for dividido de maneira tal que a tarefa de um funcionário seja posteriormente verificada por outro. Nessas condições ideais, só ocorreriam irregularidades quando houvesse um conluio de duas ou mais pessoas. De maneira geral, um sistema básico de controle interno de disponibilidades incluiria o seguinte:

1. estabelecimento de uma rotina de trabalho definida para o registro das operações de caixa e bancos, com uma *divisão de trabalho que per-*

mita a descoberta automática de erros e que previna a ocorrência de desvio de dinheiro;

2. separação do trabalho de manuseio de disponibilidades da função de registro. Funcionários que fazem recebimentos ou pagamentos não devem ter acesso aos registros e aqueles encarregados dos registros, por seu turno, não devem ter a seu alcance as disponibilidades;
3. separação, se possível, das atividades que estejam associadas com os pagamentos daquelas que estejam ligadas aos recebimentos;
4. exigência para que todos os recebimentos em dinheiro sejam depositados diariamente nos bancos; e
5. exigência para que todos os pagamentos sejam feitos em cheque nominativo.

7.3.3 Fundo Fixo de Caixa

Como já exposto, de acordo com os sistemas de controle interno em geral adotados, todos os recebimentos devem ser recolhidos diariamente aos bancos e todos os pagamentos devem ser feitos em cheque. Observando rigidamente essas normas, como seriam feitos, então, os pagamentos de despesas miúdas, como as de condução, portes, telegramas, gorjetas etc., que evidentemente não podem ser feitos em cheque? O problema é resolvido com a manutenção de uma soma razoavelmente pequena de dinheiro (em espécie) em caixa. A instituição de um "fundo de caixa" tem dado ótimos resultados na prática, sob o aspecto do controle.

7.3.3.1 Estabelecimento do Fundo

Fixada inicialmente determinada importância para fazer face ao pagamento das despesas miúdas por razoável período de tempo (5, 10 ou 15 dias), a referida quantia é retirada do banco mediante a emissão e recebimento de um cheque, constituindo-se assim o fundo inicial, que é registrado pela seguinte partida de diário:

Caixa (ou Caixa Pequena, ou Fundo Fixo de Caixa, ou equivalente)

a **Bancos – c/Movimento**

a **Banco do Sul S.A.**

Pela emissão e recebimento do cheque nº 00587,
para constituição do fundo inicial de n/Caixa $ 500,00

7.3.3.2 Utilização do Fundo

O fundo é utilizado em pagamentos que são feitos pela caixa, que fica com os respectivos comprovantes. (Nenhum lançamento é feito na contabilidade por ocasião de tais pagamentos.)

7.3.3.3 Restabelecimento do Fundo

Sempre que as disponibilidades estejam no fim, torna-se necessário recompor o fundo inicial. Suponha-se que, com o fundo inicial de $ 500,00, foram feitos pagamentos no total de $ 387,00. O fundo deve ser recomposto mediante a emissão de um cheque nessa importância. O lançamento, por ocasião da entrada do dinheiro e saída dos comprovantes da caixa, deve ser o seguinte:

Diversos

a **Bancos – c/Movimento**

a **Banco do Sul S.A.**

Pela emissão e recebimento do cheque nº 00956,
para recomposição do fundo de caixa, cujos
pagamentos foram os seguintes:

Despesas com Correio	$	$
Diversos comprovantes	35,00	
Despesas com Materiais de Escritório		
Idem, idem	197,00	
Despesas de Condução		
Idem, idem	155,00	387,00

Note que as contas de despesas são debitadas (em contrapartida com a conta *Bancos*) *apenas quando o fundo é recomposto*, e não quando os desembolsos da caixa

foram efetivamente realizados. A vantagem reside no fato de diversos pagamentos serem cobertos por apenas um cheque e por uma única partida de diário.

É também interessante observar que a conta *Caixa* (ou equivalente) é debitada unicamente quando o fundo é constituído. Outros lançamentos nessa conta somente serão feitos se a quantia ideal do fundo for aumentada ou diminuída. Uma vez que o *Caixa* não tem seu saldo alterado pelo pagamento feito e tampouco pela recomposição do fundo em dinheiro, esse saldo permanente deve sempre corresponder ao *dinheiro em espécie existente em qualquer tempo, mais o valor dos comprovantes dos pagamentos efetuados*.

No fim de cada período contábil, deve-se ter o cuidado de contabilizar as despesas, cujos comprovantes estão no *Caixa*, recompondo-se seu respectivo fundo, a fim de se evitar que as referidas despesas sejam excluídas da apuração dos resultados.

Exercício Resolvido

O ano fiscal da Cia. Charonel encerra-se em 31 de dezembro. Prepare as partidas de diário para registrar os seguintes fatos:

X8

novembro

12 – estabelecimento de um fundo de caixa pequeno no valor de $ 100,00;

X8

novembro

30 – a composição do fundo de caixa pequeno era a seguinte:

1. em moeda corrente		$ 42,10
2. em comprovantes de despesas:		
– despesas de escritório		$ 9,20
– despesas de correio		$ 18,91
– despesas com refeições		$ 16,49
– despesas com condução		$ 4,50
– despesas diversas	$ 8,80	$ 57,90
		$ 100,00

X8

novembro

30 – o saldo (moeda corrente) do fundo de caixa pequeno foi considerado muito alto, sendo reduzido para $ 70,00 nessa data e, ainda, foi feita a reconstituição do fundo;

dezembro

30 – a composição do fundo de caixa pequeno era a seguinte:

1. em moeda corrente	$ 14,87	
2. em comprovantes de despesas:		
– despesas de escritório	$ 11,19	
– despesas de correio	$ 6,20	
– despesas com refeições	$ 8,95	
– despesas com condução	$ 4,40	
– despesas diversas	$ 18,00	
– despesas com brindes	$ 6,39	$ 55,13
		$ 70,00

A reconstituição do fundo de caixa pequeno foi feita em janeiro de X9.

Solução

São Paulo, 12-11-X8.

Caixa

a Bancos – C/Movimento

Pela emissão e recebimento do cheque nº 00975,
para constituição do Fundo inicial de n/Caixa $ 100,00

——— 30 ———

Diversos

a Bancos – C/Movimento

Pela emissão e recebimento do cheque nº 00998,
para recomposição do fundo de caixa, cujos pagamentos
foram os seguintes:

Despesas de escritório	$ 9,20	
Despesas de correio	$ 18,91	
Despesas com refeições	$ 16,49	
Despesas com condução	$ 4,50	
Despesas diversas	$ 8,80	57,90

——— 30 ———

Bancos C/Movimento

a **Caixa**

Depósito efetuado para redução do Fundo Fixo de Caixa $ 30,00

——— 30 ———

São Paulo, 30-12-X8.

Diversos

a **Bancos – c/Movimento**

Pela emissão e recebimento do cheque nº 00100, para recomposição do fundo de caixa, cujos pagamentos foram os seguintes:

Despesas de escritório	$ 11,19	
Despesas de Correio	$ 6,20	
Despesas com refeições	$ 8,95	
Despesas com condução	$ 4,40	
Despesas diversas	$ 18,00	
Despesas com brindes	$ 6,39	$ 55,13

7.3.4 Bancos

7.3.4.1 Depósitos Bancários a Vista

Os depósitos bancários a vista diferem dos outros tipos de depósitos que não representam disponibilidades imediatas, tais como: depósitos feitos a prazo fixo, de aviso prévio e outros que os bancos costumam vincular

a certas operações de crédito. Mesmo os saldos bancários são mantidos em valor mínimo.

7.3.4.2 Abertura de Conta Bancária

Entre as formalidades exigidas pelos bancos, para a abertura de conta por parte de uma empresa, há os cartões de assinaturas que devem ser necessariamente preenchidos. Ali são apostas as assinaturas das pessoas autorizadas, pelos contratos sociais ou estatutos, a emitir cheques e a assinar os demais documentos apresentados aos bancos.

São pedidos também os extratos oficiais dos contratos ou estatutos e das posteriores alterações, para a competente verificação dos nomes das pessoas que assinam pela empresa. Numa sociedade, geralmente os diretores são as pessoas que têm assinaturas autorizadas nos bancos. É comum também as sociedades autorizarem funcionários de categoria a assinarem pela entidade, os quais, em tais casos, são chamados *procuradores*. Quando isto acontece, os bancos devem ficar munidos de procurações formais.

7.3.4.3 Controle dos Saldos Bancários

O controle dos saldos bancários é tarefa que deve ser especificamente atribuída à Contabilidade. A conta coletiva *Bancos – c/Movimento*, ou, simplesmente, *Bancos*, é desdobrada em subcontas abertas a cada um dos bancos com que a empresa transaciona.

Aos bancos é atribuída uma série de tarefas, destacando-se entre elas a de cobrança de títulos ou *Contas a Receber* da empresa.

A empresa normalmente debita a conta *Bancos* pelos:

a) depósitos em dinheiro ou em cheques;
b) empréstimos obtidos de bancos;
c) avisos de cobranças efetuadas pelo banco.

Os créditos na conta *Bancos* são, em geral, feitos pelas importâncias dos cheques emitidos e das despesas bancárias que envolvem cobranças e descontos de títulos. A contabilização dessas despesas é feita por meio dos extratos ou avisos emitidos pelos bancos.

7.3.4.4 Extratos de Conta Bancária

Via computador, terminal, correio etc. as empresas têm acesso a um documento denominado "extrato de conta", no qual são transcritas todas as operações efetuadas. Os citados extratos são cópias das próprias contas dos clientes pertencentes à contabilidade do banco.

7.3.4.5 Conciliação de Conta Bancária

De posse do extrato de conta bancária, a empresa depositante deve proceder à tarefa, aliás muito comum entre os procedimentos contábeis, de conciliar a conta da empresa com a conta do banco. Esse trabalho, que à primeira vista parece bastante simples, pode às vezes tornar-se algo complicado, pois, embora não haja erro ou omissão, tanto de uma como de outra parte, os saldos do extrato bancário e da conta da empresa raramente são iguais.

Quantias que aparecem nos registros da empresa, mas que não figuram no extrato bancário, podem referir-se a:

- cheques pendentes, já emitidos, mas ainda não apresentados nem pagos pelo banco;
- depósitos ainda não recebidos pelo banco, por se acharem em trânsito.

Similarmente, é comum existirem registros mencionados no extrato bancário, mas ainda não levados a efeito pela empresa depositante, tais como:

- avisos bancários referentes à cobrança de títulos ainda não contabilizados pela empresa;
- despesas bancárias de juros, taxas de expediente, comissões, cujos avisos ainda não chegaram à empresa ou não foram contabilizados;
- débitos relativos a cheques sem fundo suficiente, entregues ao banco para cobrança.

Se uma empresa mantém depósitos em diversos bancos, é comum ocorrerem erros devido a lançamentos que deveriam ter sido feitos na subconta de determinado banco, mas que indevidamente foram feitos na subconta de outro.

Os bancos também ocasionalmente cometem erros, creditando ou debitando um cliente em vez de outro. Por todas essas razões, o extrato de conta bancária deve ser conciliado com os registros da empresa, tão logo seja possível. No mínimo, mensalmente.

O resultado da conciliação de uma conta bancária consubstancia-se em um relatório que deve fornecer os seguintes elementos elucidativos:

a) partindo dos registros da empresa e comparando-os com os fornecidos pelo banco:
   - saldo da conta do banco nos registros da empresa;
   - elementos de conciliação – quaisquer débitos ou créditos feitos pelo banco, mas não registrados pela empresa; e
   - saldo ajustado;
b) partindo dos registros do banco (mencionados no extrato) e comparando-os com os da empresa:
   - saldo da conta da empresa nos registros do banco;
   - elementos de conciliação – quaisquer débitos ou créditos feitos pela empresa, mas não registrados pelo banco, e
   - saldo ajustado.

Considera-se a conta bancária conciliada quando os dois saldos ajustados são iguais. Damos a seguir um exemplo de conciliação de conta bancária:

Cia. Brasília de Televisões
Conciliação da Conta com o Banco "X"

Saldo, de acordo com *nossos livros*			$ 660,00
Menos:	Débitos feitos pelo banco, não constando ainda de nossos livros:		
	Despesas de cobrança	44,00	
	Cheque de Dias & Cia., sem fundos	66,00	110,00
			550,00
Mais:	Créditos feitos pelo banco, não constando ainda de nossos livros:		
	Cobranças efetuadas	330,00	
	Juros cobrados de nossos clientes	33,00	363,00
	Saldo ajustado		913,00
Saldo de acordo com o *extrato bancário*			990,00
Menos:	Crédito que fizemos na conta do banco, não constando ainda de seu extrato:		
	Cheques nºs 0045 e 0051, emitidos e não apresentados ao banco		77,00
Saldo ajustado			$ 913,00

Exercício Resolvido

A Cia. Zulu mantém uma conta bancária com o Banco do Bairro S.A. Uma análise das transações relativas ao mês de junho de X9 revelou o seguinte:

1. o saldo, pelos livros da Cia. Zulu, em 30 de junho, foi de $ 74.742;
2. o extrato bancário mostra, no mesmo dia, um saldo de $ 87.485;
3. um cheque, recebido de um cliente, na importância de $ 675, foi depositado em 27 de junho. Esse cheque foi devolvido no extrato bancário de junho, com a anotação "insuficiência de fundos";
4. os cheques relacionados a seguir foram emitidos para pagamentos a terceiros; todavia, os mesmos ainda não haviam sido apresentados ao banco para resgate:

Cheque nº	
2032	$ 1.224
2035	$ 5.576
2037	$ 2.035
Total	$ 8.835

5. um cheque no valor de $ 725 da Cia. Negritos foi erroneamente debitado na conta da Cia. Zulu;
6. um depósito efetuado em 30 de junho, no valor de $ 1.756, não foi contabilizado pelo banco, por estar fora de expediente;
7. um depósito efetuado em 25 de junho, no valor de $ 235, não aparece no extrato bancário. Esse depósito foi erroneamente creditado na conta da Cia. Azul;
8. o cheque nº 2.028, no valor de $ 2.982, emitido pela Cia. Zulu, em favor da Cia. Telefônica Brasileira, foi registrado por $ 2.289 nos livros da companhia;
9. no extrato bancário aparecem depesas bancárias e taxas no valor de $ 38, não contabilizadas pela firma;
10. diferença de juros cobrados a maior em meses anteriores agora creditados pelo banco totalizaram $ 5 (a Cia. Zulu não havia recebido o respectivo aviso);
11. aviso de cobrança efetuada pelo banco não contabilizada pela firma, totalizando $ 8.025.

Pede-se:

1. a conciliação bancária que mostre o saldo correto em 30-4-X9;
2. as partidas de diário necessárias para corrigir os livros da firma. (Não há necessidade de utilizar contas de 2º grau.)

Resolução do Exercício

Cia. Zulu
Conciliação da Conta com o Banco do Bairro S.A.

Saldo, de acordo com *nossos livros*			$ 74.742
Menos:	Débitos feitos pelo banco, não constando ainda de nossos livros:		
	Despesas bancárias e taxas	38	
	Cheques sem fundos	675	713
			74.029
Mais:	Créditos feitos pelo banco, não constando ainda de nossos livros:		
	Cobranças efetuadas	8.025	
	Cancelamento de despesas	5	8.030
			82.059
Menos:	Diferença contabilizada a menos pela empresa:		
	Cheque nº 2028	2.982	
	Valor registrado	2.289	693
	Saldo ajustado		$ 81.366
Saldo, de acordo com o *extrato bancário*			$ 87.485
Menos:	Créditos que fizemos na conta do banco, não constando ainda de seu extrato:		
	Cheques nºs 2032, 3023 e 2037, não apresentados		8.835
			78.650
Mais:	Débitos que fizemos na conta do banco, não constando ainda de seu extrato:		78.650
	Depósitos contabilizados pelo banco em outra conta	235	
	Depósitos ainda não contabilizados (fora expediente)	1.756	1.991

Mais:	Cheques de outra conta contabilizados a débito da nossa conta	725
	Saldo Ajustado	$ 81.366

Partidas de Diário da Cia. Zulu

São Paulo, 30-6-X9.

TÍTULOS A RECEBER

a BANCOS – C/MOVIMENTO

Cheque, emitido pelo n/cliente:
. . . ., devolvido pelo banco por insuficiência de fundos $ 675

——— 30 ———

São Paulo, 30-6-X9.

DESPESAS BANCÁRIAS

a BANCOS – C/MOVIMENTO

Despesas bancárias debitadas pelo banco em n/c. correntes, conf. extrato bancário $ 38

——— 30 ———

BANCOS – C/MOVIMENTO

a DESPESAS BANCÁRIAS

Valores creditados pelo banco em n/c. correntes referente a estorno de despesas cobradas anteriormente $ 5

——— 30 ———

BANCOS – C/MOVIMENTO

a DUPLICATAS A RECEBER

Valor das duplicatas recebidas pelo Banco, conf. extrato bancário, desta data $ 8.025

——— 30 ———

BANCOS – C/MOVIMENTO

a DESPESAS COM TELEFONE

Estorno do lançamento feito anteriormente, por incorreção em seu valor, conf. cheque 2028 $ 2.289

30

DESPESAS COM TELEFONE

a BANCOS – C/MOVIMENTO

N/Pagamento à Cia. Telefônica Brasileira, conf. cheque nº 2028.

Este lançamento foi feito para corrigir o lançamento anterior $ 2.982

7.4 Contas de Compensação

Contas de Compensação é um sistema especial que engloba as contas nas quais são registradas operações que não alteram ou pelo menos não alteraram ainda o patrimônio. Indicam riscos, ou responsabilidades futuras, eventuais, custódias etc. e têm características próprias de funcionamento. Utilizam-se essas contas também para fins de controle e de memória. Antes da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, essas contas eram indicadas nos balanços, logo em seguida ao ativo e passivo. Uma particularidade do sistema de compensação consiste no seguinte: para cada conta debitada corresponde uma única conta creditada.

Essas contas, na verdade, não fazem parte do ativo nem do passivo. Não devem ser a eles juntadas nunca. São um conjunto de contas à parte, com o objetivo de servir como instrumento adicional de controle. Seus saldos devedores não atendem à definição do que seja um Ativo ou um Passivo.

A seguir, são apresentados alguns exemplos de partidas de diário com contas de compensação.

a) Contratação de seguro da companhia seguradora:
   SEGUROS CONTRATADOS
   a **CONTRATOS DE SEGUROS**
b) Remessa de títulos para cobrança, por um banco:

TÍTULOS EM COBRANÇA – Banco X

a **ENDOSSOS PARA COBRANÇA**

c) Remessa de mercadorias em consignação:

CONSIGNATÁRIOS

a **CONSIGNAÇÃO DE MERCADORIAS C/PRÓPRIA**

d) Concessão, por parte da sociedade cujos livros estamos registrando, de um aval a favor de terceiro:

TÍTULOS AVALIZADOS

a **AVAIS A FAVOR DE TERCEIROS**

Como se pode notar, o sistema de compensação registra operações que não afetam imediatamente o patrimônio da empresa, mas que podem eventualmente afetá-lo. A função do sistema de compensação é precipuamente a de controle. Por exemplo: o saldo da conta *Títulos em Cobrança* representa o valor dos títulos remetidos para cobrança ao banco e ainda não cobrados. Para que isto seja alcançado, é necessário que a empresa, ao receber o aviso bancário comunicando a cobrança de um título, dê baixa do referido título no sistema de compensação, invertendo o lançamento do item *b* acima. O mesmo deve ser feito quando se extinguem ou diminuem obrigações, custódias etc.

Pode esse sistema ser adotado para obtenção de certas informações e seu controle. Por exemplo, havendo a necessidade de acompanhamento das despesas relativas a certa prestação de contas, pode-se efetuar o registro, nas Contas de Resultado, dessas despesas pela sua natureza (pessoal, encargos, material etc.) e, adicionalmente, repeti-las em Contas de Compensação para uma prestação de contas a terceiros (por exemplo, Despesas com Projeto de Incentivo X).

7.5 Reservas e Provisões

7.5.1 Diferença entre Reservas e Provisões

Este é um assunto muito complexo. Falava-se, antigamente, por exemplo, em *Reserva para Depreciação*, assim como em *Provisão para Depreciação*, em *Reserva para Indenizações Trabalhistas*, assim como em *Fundo para Indenizações Trabalhistas* etc.

Um critério razoável para distinguir as reservas de lucros das provisões é aquele segundo o qual as provisões são constituídas antes da apuração do resultado, e as reservas depois da apuração do resultado. A constituição de uma provisão gera uma despesa, que afeta o resultado. A de uma reserva diz respeito à destinação do resultado já obtido, apurado e reconhecido. As reservas são constituídas com a própria distribuição do resultado, quando este é, evidentemente, positivo, ao passo que as provisões são constituídas tendo em vista onerar o resultado das empresas, não importando seja ele, antes do reconhecimento da despesa, positivo ou negativo.

Este critério funciona para distinguir as provisões das *reservas de lucros*, pois, como veremos a seguir, existem outros tipos de reservas.

7.5.2 Reservas

As reservas complementam o *Capital Social* na formação do *Patrimônio Líquido* das empresas. Elas podem ser de três tipos:

a) de lucros;
b) de capital; e
c) de reavaliação.

As reservas de lucros já foram explicadas anteriormente. As reservas de capital são constituídas, basicamente, pelos ágios obtidos na colocação de ações da empresa. As reservas de reavaliação são constituídas pelo produto de atualizações do ativo por suas reavaliações a preços de mercado, mas esse procedimento nem sempre é permitido legalmente.

Quanto à colocação das reservas no Balanço, é óbvio que devem figurar no patrimônio líquido ao lado do *Capital Social*.

Quanto ao fundamento jurídico, as reservas podem ser:

a) legais;
b) estatutárias; e
c) livres.

Reservas legais são as criadas em virtude de dispositivo legal. Exemplo: reserva legal das sociedades anônimas (no Brasil, 5% dos lucros anuais, até

atingir 20% do capital social). Têm essas reservas a finalidade de garantir a integridade do capital social.

Reservas estatutárias ou contratuais são as constituídas em virtude de disposições constantes nos estatutos, no caso das sociedades anônimas, ou dos contratos, no caso de outros tipos de sociedade. Geralmente, essas reservas têm destinação específica.

Reservas livres são as criadas livremente pelas assembleias de acionistas, com fins específicos ou não.

7.5.3 Impropriedade do Uso da Palavra Fundo

Eram de uso bastante generalizado os títulos de conta *Fundo de Reserva, Fundo de Depreciação, Fundo de Devedores Duvidosos* e outros. Autores renomados, porém, condenam o uso da palavra *fundo* em tais denominações. A palavra em questão tem o significado de *dinheiro* ou *créditos a receber* e, portanto, não tem o sentido que essas contas contêm.

Smalembach, um dos mais famosos autores alemães, afirmava já no início do século XX que a palavra *fundo* "tem o inconveniente de induzir a crer que os fundos representam Capital que se encontra em dinheiro ou outra forma tangível qualquer".

7.5.4 Reservas Ocultas

É óbvio que as reservas ocultas não são expressas no balanço das empresas. Tais reservas correspondem a problemas de subavaliações deliberadas de ativo e superavaliações também deliberadas de passivo, com redução forçada do patrimônio líquido no balanço. Essa diferença ocorre também em virtude de muitas vezes a Contabilidade não retratar devidamente o patrimônio das empresas. Uma das causas do aparecimento de reservas ocultas é a não-correção monetária de certos ativos quando há inflação razoável.

7.5.5 Provisões

As provisões podem ser consideradas como verdadeiros elementos subtrativos do ativo (caso da *depreciação* e da *provisão para créditos de liquidação duvidosa*) ou como verdadeiros passivos (caso da *provisão para férias*). Neste último caso, trata-se muitas vezes de obrigação de vencimento aleatório. A característica básica das Provisões é seus valores serem normalmente esti-

mados, ou serem apenas prováveis as perdas de valor (quando redutoras de ativo) ou obrigações a que se referem; ou, ainda, ser incerta a data de seu vencimento. A contrapartida será sempre a débito de uma conta de despesa. Representam, sempre, as provisões, despesas já incorridas, mas cujo total podemos apenas estimar.

Outros exemplos:

a) provisão para contingências trabalhistas;
b) provisão para perdas nos estoques;
c) provisão para contingências fiscais;
d) provisão para garantias;
e) etc.

7.6 Exigibilidades – Outra Classificação

Trata-se daquilo que em nossa classificação denominamos *passivo*, simplesmente, ou na classificação da Lei nº 6.404/76, das Sociedades por Ações, do *passivo circulante* (curto prazo) e *passivo não circulante*. Corresponde também ao conceito de *capital de terceiros*.

Além da tradicional divisão do passivo, segundo os prazos de liquidação, em curto e longo prazos, costuma-se fazer também a seguinte divisão:

a) passivo de funcionamento;
b) passivo de financiamento.

O passivo de funcionamento corresponde às obrigações derivadas principalmente de empresas que nem sempre pagam a vista os bens ou serviços recebidos de terceiros. Podem essas obrigações ser também derivadas de recebimentos antecipados de receitas e decisões de distribuição de lucros.

Segundo o Prof. C. da Rocha Viana, "denominam-se débitos de financiamento os que a empresa contrai mediante empréstimos de dinheiro. Não resultam, como os débitos de funcionamento, das operações próprias a que se consagra a empresa, e, portanto, não estão ligados a nenhuma outra operação. Decorrem, simplesmente, de uma operação financeira entre os possuidores do capital-dinheiro e os que necessitam de tal espécie de capital..."

Exemplos de passivo de financiamento:

1. empréstimos contraídos de bancos ou capitalistas mediante aceite de letras de câmbio ou emissão de notas promissórias; debêntures, *commercial papers*;
2. idem, mediante contratos especiais garantidos por penhor ou hipoteca;
3. empréstimos contraídos pelas sociedades por ações mediante a emissão de debêntures.

Apesar das variadas classificações, o importante é caracterizar bem o Passivo (Exigibilidades), incluindo nesse grupo as provisões dessa natureza e as receitas recebidas antecipadamente.

7.7 Avaliação de Investimentos Societários pela Equivalência Patrimonial

Este assunto é mais bem desenvolvido na literatura sobre Contabilidade Intermediária ou Avançada. Aqui, vamos apenas dar uma iniciação a ele.

As participações societárias temporárias (portanto, classificadas no ativo circulante ou no ativo não circulante – realizável a longo prazo) são avaliadas pelo custo de aquisição (sofrem registro de provisão para perdas se o valor de mercado for inferior). Quando as investidas produzem distribuição de resultados, provocam o registro, na investidora, de receitas de participações societárias.

As participações societárias, quando permanentes, são avaliadas dessa mesma forma, ou seja, ao custo, *ou* pela equivalência patrimonial. Quando pelo custo, a receita só é registrada quando os lucros são recebidos pela investidora.

Quando os investimentos societários permanentes são em empresas controladas pela investidora ou pelo menos quando a investidora possui participação societária suficiente para exercer influência significativa sobre a administração da investida, não é razoável ter que esperar pelo recebimento dos lucros para registrá-los; melhor do que usar o Regime de Caixa, nesses casos, é usar o Regime de Competência.

O Regime de Competência significa que a sociedade investidora deve registrar sua parte no lucro da investida assim que esta o obtiver, e não quando o distribuir em dinheiro aos sócios.

7.7.1 Registro de Investimento na Formação da Sociedade Investida

Por exemplo, a Cia. Holding tem investimento na Cia. A, tendo participado de sua constituição com 60% do seu capital. À época havia feito, na formação de Cia. A:

Investimentos em Controladas

Cia. A

a **Bancos – Banco M** $ 6.000.000

7.7.2 Registro da Participação no Resultado

A Cia. A, com o capital inicial de $ 10 milhões, registra um lucro em seu primeiro ano de $ 2 milhões e propõe a distribuição de dividendos de $ 500 mil.

A Cia. Holding já registra, no mesmo período contábil, a parte do lucro que lhe cabe:

Investimentos em Controladas

Cia. A

a **Receita de Equivalência Patrimonial**

Pela participação de 60% no lucro líquido de

$ 2.000.000 da Cia. A, conforme suas

demonstrações contábeis desta data, anexas $ 1.200.000

Com isso, o investimento permanente passou para $ 7,2 milhões.

7.7.3 Registro do Recebimento dos Dividendos

Quando a Holding receber os dividendos, não os registrará como lucro novamente, é óbvio; registrará uma baixa na conta de Investimento porque estará recebendo agora em dinheiro uma parte do lucro anteriormente registrado:

Bancos – Banco M

a **Investimentos em Controladas**

Cia. A

Pelo recebimento da parte dos dividendos distribuídos
que nos pertence $ 300.000

(A Cia. Holding também poderia ter registrado, quando da informação de que a Cia. A declarou dividendos, se tivesse certeza da efetiva distribuição:

Dividendos a Receber

a **Investimentos em Controladas** $ 300.000

Cia. A

E, quando do efetivo recebimento:

Bancos – Banco M

a **Dividendos a Receber** $ 300.000

7.7.4 Registro de Investimento com Mais Valia e com Ágio (Goodwill)

Se a Cia. Holding adquirir agora 40% das ações da Cia. B, comprando-as de seus antigos donos, terá que, na aquisição, calcular e registrar o eventual pagamento de mais valia de seus ativos e passivos com relação a seus valores contábeis, bem como, eventualmente, de ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), ou "deságio" (paga-se menos do que valem, no mercado, individualmente os ativos e passivos da adquirida).

Admitamos o patrimônio líquido da Cia. B, na data da aquisição, por $ 5 milhões. Para simplificar, admitamos que seus ativos tenham valor de mercado (valores justos – essa é, na realidade, a melhor terminologia) muitíssimo próximos dos seus valores contábeis, o mesmo ocorrendo com seus passivos. Se a Cia. Holding pagar $ 2,5 milhões pelos 40%, estará pagando essa quantia por uma participação em ativos e passivos da investida que, a valores justos individuais somam $ 2 milhões (40% dos $ 5 milhões). Nesse caso estará havendo o pagamento de um ágio por expectativa de uma rentabilidade futura

(conhecida também por fundo de comércio, ou *goodwill*); nesse caso, fará o seguinte registro:

Diversos		
a **Bancos – Banco M**		
Investimentos em Coligadas – Cia. B – Equivalência Patrimonial	$ 2.000.000	
Investimentos em Coligadas – Cia. B – Ágio	$ 500.000	$ 2.500.000

Se esse pagamento a mais do que a parte proporcional do patrimônio líquido da adquirida for feito em parte porque há ativos da Cia. B que valem mais no mercado do que seu valor contábil, esse valor será registrado à parte, e não como ágio por expectativa de rentabilidade futura. E esse pagamento por mais valia do valor justo sobre o valor contábil será amortizado e transferido para despesa à medida que esses ativos forem sendo baixados na investida. Se for pago por expectativa de bons lucros futuros da Cia. B, será baixado na proporção desses lucros, quando ocorrerem ou poderá ser não amortizado mas sujeito, em cada balanço, ao teste de recuperabilidade de seu valor; neste caso a baixa se dará quando dessa perda de valor. (Deve-se consultar, em cada empresa, a que regime ela está subordinada pela legislação e/ou pela normatização pertinente.) Se se perceber ter sido esse ágio simplesmente um mau negócio, há que se baixá-lo imediatamente.

7.7.5 Registro de Investimento com "Deságio"

Digamos, noutro exemplo, que a Cia. Holding tivesse pago, pelos 40% das ações da Cia. B, apenas $ 1,7 milhão. O registro então seria por pagar $ 1,7 milhão por sua parte nos $ 2 milhões do patrimônio líquido de B:

Investimentos em Coligadas – Cia. B		
a Diversos		
a **Bancos – Banco M**	$ 1.700.000	
a **Ganho por Compra Vantajosa – Cia. B – Deságio**	$ 300.000	$ 2.000.000

Essa conta de "deságio", ganho por compra vantajosa, e desde que não haja absolutamente dúvida alguma de que os valores justos dos ativos e passivos da adquirida valem mesmo, proporcionalmente, mais do que o que foi pago, será reconhecida no resultado do período como receita.

Existem, no Brasil, por força dos Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, adotados formalmente pela CVM, SUSEP, CFC e outros órgãos reguladores, regras específicas para quando usar a Equivalência Patrimonial, como usá-la mesmo quando não se participa no capital votante da investida e não se tem influência sobre ela, quando há lucros não realizados em transações entre investidora e investida e muitos outros detalhes existem, mas não serão vistos neste livro introdutório.

7.8 Teste de recuperabilidade dos ativos – *impairment*

Uma das regras mais fundamentais da contabilidade é a de que nenhum ativo pode ficar registrado contabilmente por mais do que ele vale. No caso dos ativos circulantes, esse "vale" é medido em termos de sua venda no mercado. Por isso, os estoques ficam pela regra do "custo ou mercado, dos dois o menor". A única exceção é no caso de contas a receber de transações comerciais (Clientes, Duplicatas a Receber ou assemelhadas) com prazos curtos para recebimento, onde o ajuste ao seu valor de pronta realização não seriam significativos.

Para os demais ativos que não os circulantes, quando cabível, os testes do se "vale" são dois, valendo deles o maior: o primeiro é o mesmo que o dos ativos circulantes: qual seu valor justo numa negociação de venda no mercado (diminuído das despesas incrementais de venda). Se não passar por esse teste, aplica-se o seguinte: qual seu "valor de uso", definido pelo valor presente dos fluxos de caixa que esse ativo provavelmente gerará no futuro. Valor presente significa calcular qual o valor que, hoje, aplicado a uma taxa de juros normal de mercado, produzirá esses fluxos de caixa projetados. Por exemplo, se se estima um fluxo de caixa de um ativo de $ 1.000.000 por ano durante 5 anos, e a taxa de juros anual considerada é de 12%, o valor presente desse fluxo nominal de $ 5.000.000 é $ 3.604.776 (soma das seguintes parcelas: $ 1.000.000/1,12 = $ 892.857; $ 1.000.000/(1,12^2) = $ 797.194 etc.)

Como há ativos que não produzem fluxo de caixa sozinhos, há que se agrupá-los no que se denomina de "unidades geradoras de caixa"; por exem-

plo, cada aeronave é uma unidade geradora de caixa em si mesma; mas uma fábrica de biscoitos pode ter que ser ela inteira considerada uma unidade geradora de caixa, e não cada uma de suas máquinas tomadas isoladamente, se o fluxo de produção é um único nessa entidade.

Quando um ativo não passa pelo teste de recuperabilidade, ou seja, o fluxo de caixa, a valor presente, de sua venda ou do que ele é capaz de produzir no futuro, não recupera o valor contábil, o diferencial precisa ser reconhecido como perda, como se fosse uma espécie de depreciação:

Perda por irrecuperabilidade de ativo a Provisão por perda de valor

Com isso, a gestão da empresa, os credores, os investidores e outros usuários têm muito maior segurança de que os ativos são capazes de produzir caixa igual ou maior do que os valores contábeis, nunca menor.

Se, após registrada uma perda (*impairment*), ela se reverter no futuro, essa provisão é revertida, até o limite, é claro, do valor contábil original do ativo. A única exceção de ativo que, se tiver uma perda reconhecida não poderá tê-la revertida, é o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), dada sua natureza de ser o mais intangível dos intangíveis, o mais difícil ativo de ser tratado contabilmente etc.

8 Ativos imobilizado e intangível e suas depreciações e amortizações

No Capítulo 6 vimos que, de acordo com a Lei nº 6.404/76, o Ativo Não Circulante está dividido em três grupos:

Investimentos, Imobilizado e Ativo Intangível.

Neste capítulo, estudaremos com mais detalhes o Ativo Imobilizado.

8.1 Conceituação de Ativo Imobilizado

O Ativo Imobilizado é a parcela do Ativo que se compõe dos bens destinados ao uso (não à venda – apesar de poderem vir a ser vendidos, normalmente após seu uso) e à manutenção da atividade da empresa, inclusive os de propriedade industrial ou comercial. São elementos que servem a vários ciclos operacionais da empresa, às vezes por sua vida toda. Estão incluídos entre tais elementos, também, aqueles que, pertencentes à empresa, se destinam a servir no futuro ao processo operacional, caso estejam à espera de utilização no lugar de outros em operação, ou estejam sendo preparados para serem utilizados.

Um edifício, um equipamento, um automóvel etc. utilizados por uma fábrica são ativos imobilizados dessa fábrica; são inversões básicas, uma propriedade, usadas no processo operacional e não mantidas com o objetivo de venda. Um terreno, sendo preparado para receber novas instalações, é também um Ativo Imobilizado, porque, embora ainda não seja usado no processo operacional, é uma inversão básica e de caráter permanente adquirida com

a intenção de vir a ser utilizada no processo operacional e já sendo colocado em condições de ser usado.

Os elementos do Ativo Imobilizado (também chamado de ativo fixo) só podem ser *tangíveis*. É tangível o elemento que tem um corpo físico, tal como um edifício ou uma máquina. O elemento intangível é o caso de uma patente ou um direito autoral, cujo valor reside nos direitos de propriedade que são legalmente conferidos a seus possuidores.Estes últimos elementos são agrupados num tópico – grupo – à parte, denominado de *Ativos Intangíveis*.

8.2 Depreciação do Ativo Imobilizado e sua Relação com o Caixa

8.2.1 *Conceito de depreciação*

A maior parte dos elementos que constituem o ativo imobilizado tem sua vida útil limitada no tempo, e a maioria deles, após seu uso, produz um valor de venda inferior ao investido em sua aquisição (às vezes, não provoca nada de valor final de venda). Esse valor final de venda, após o uso, de um Ativo Imobilizado costuma ser chamado de *valor residual*.

Assim, digamos que um equipamento seja comprado por $ 100.000 e utilizado, por exemplo, por seis anos em média; e, após esse período, que seja normal conseguir vendê-lo por aproximadamente 10% do valor original de compra (supondo, como todo o mais neste livro – exceto quando dito em contrário – que não haja inflação significativa). Com isso, seu valor residual é de aproximadamente $ 10.000.

Isso significa que uma parte do dinheiro investido originalmente na aquisição do ativo imobilizado é recuperada por sua venda final, mas a maior parte não. Com isso, é preciso que consideremos, na apuração do resultado desses seis anos, que um valor de $ 90.000 será transformado em despesa. Assim, do resultado produzido durante esses seis anos será necessário deduzirmos esse total de $ 90.000 porque isso significará dizer que do dinheiro a ser produzido nesse período uma parte não será lucro, e sim recuperação de parte do custo investido no imobilizado.

Em outras palavras, precisamos *depreciar* esses $ 90.000, transformando esse valor em despesa. Logo, *depreciação* é o processo de transformar em despesa um pedaço do valor de aquisição de um ativo imobilizado destinado ao

uso, já que ele não será recuperado pela venda do bem a que se refere. É a diferença entre o custo de aquisição e o valor residual de um ativo destinado ao uso.

8.2.2 *Um pouco de reflexão sobre contabilidade, lucro, depreciação e fluxo de caixa*

Uma das ideias mais relevantes a se ter quando se fala em Contabilidade, como entendida em sua prática quase universal, é que ela tem como um de seus grandes objetivos medir o valor do Lucro (sejamos otimistas). E, a longo prazo, o Lucro nada mais é do que a diferença entre dois conjuntos de fluxos de Caixa: o dos recursos que os sócios entregam à empresa, em sua fundação e nos aumentos de capital, e o dos recursos que a empresa produz para os sócios (na forma de distribuição de lucros e devolução final do capital quando extinta). Assim, a longo, longo prazo, o Lucro é uma diferença de fluxos de Caixa entre os sócios e a empresa. (Obviamente, passará a Prejuízo se o fluxo líquido mudar de direção.)

Assim nasceu, inclusive, o Princípio da Avaliação dos Ativos Não Monetários pelo Valor de seu Custo Original de Aquisição (a ser visto com melhor propriedade no capítulo de Princípios de Contabilidade). Por exemplo, avaliamos os estoques de mercadorias por seu custo de aquisição para que seja memorizado o dinheiro saído em sua compra; e esse valor será cotejado com o valor da venda, que representará o dinheiro entrado ou a entrar por sua venda; assim, o lucro bruto será a diferença entre dois fluxos de Caixa: o da entrada pela venda e o da saída pela compra. Diminuindo-se as saídas de Caixa pelas despesas de salários, encargos sociais, aluguéis, energia, impostos etc., chegaremos ao valor do lucro líquido, que será então, também, uma diferença entre fluxos de Caixa.

A grande diferença é que a Contabilidade, criando a figura do Ativo e o Regime da Competência, consegue produzir informações extraordinárias sobre o lucro e o desempenho da empresa, mesmo quando os fluxos de Caixa acontecem de forma diferente do que sejam os fatos genuinamente geradores de lucro num sentido mais econômico.

Sai dinheiro para comprar uma mercadoria a vista, mas isso não é registrado como despesa; só será registrado como despesa quando da venda dessa mercadoria; e na venda poderá também não entrar dinheiro, que será recebido mais à frente. Com isso, a Contabilidade consegue apurar o lucro

no momento que representa de fato a transposição do ponto crítico do processo que leva a empresa comercial a produzir resultado, que é normalmente o da venda e entrega da mercadoria, mesmo que os fluxos de Caixa tenham acontecido antes, venham a acontecer depois ou tenham parte ocorrido antes e parte depois desse momento.

Do mesmo jeito que na operação comercial, em que o lucro obrigatoriamente transitará pelo Caixa um dia (não necessariamente, como sabemos, dentro do mês da própria venda, podendo até ocorrer antes dela), na operação financeira a verdade é a mesma: a empresa tem um fluxo de saída em certo dia, quando empresta ou aplica o dinheiro. Mas não o registra como despesa; quando recebe o empréstimo ou resgata a aplicação com os respectivos juros acrescidos, tem um fluxo de entrada. E a diferença entre esses dois fluxos produzirá a Receita Financeira que fará parte do lucro da empresa. Só que a Contabilidade irá registrar essa receita paulatinamente, ao longo do tempo entre a aplicação e o resgate, e não na aplicação (saída do dinheiro) ou no final (entrada do dinheiro); mas, no decorrer do tempo, a receita financeira terá que, obrigatoriamente, transitar pelo Caixa.

Qualquer problema com a apropriação de receita que não se concretize em dinheiro provocará, na Contabilidade, o registro de uma despesa ou de uma perda para consertar o valor do lucro acumulado no tempo; a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é um instrumento para esse ajuste que já vimos no capítulo anterior.

Nosso problema, neste capítulo, é o de verificar o que ocorre quando a empresa, por exemplo, em vez de aplicar dinheiro na compra de uma mercadoria ou numa aplicação financeira, aplica-o na compra de uma máquina que lhe propiciará receitas de serviços ou ajudará a produzir receitas com vendas de mercadorias ou produtos. Um dinheiro que sai por causa da compra dessa máquina não gera uma despesa nesse momento. Só que, quando a máquina for vendida após bastante tempo de uso, gerará uma entrada de dinheiro bastante inferior ao utilizado em sua compra. Teremos então que a diferença precisará ser baixada contra as receitas exatamente como fazemos quando baixamos o estoque para custo da mercadoria vendida.

A empresa, quando vende a mercadoria, recebe um grande valor em dinheiro, mas não diz que tudo é lucro; diminui dele o dinheiro saído no passado ou a sair no futuro pela aquisição da mercadoria vendida. Quando resgata a aplicação financeira, não considera que todo o valor recebido seja lucro; diminui o dinheiro saído no passado na aplicação. Também, quando

recebe dinheiro por suas receitas de vendas, mas sofre desvalorização de sua máquina, não considera todo o dinheiro que entra como lucro, porque precisa diminuir da receita o valor do dinheiro desembolsado na compra da máquina que não será recuperado pela venda desse ativo.

Assim, a depreciação é a *transformação de um dinheiro* saído pela compra de um ativo, originalmente destinado ao uso, *em despesa*, para que do dinheiro que entra pela receita de serviço ou de venda ou outra qualquer se separe a parte que é mera recuperação de dinheiro outrora investido no ativo e que não será recuperada pela venda do próprio ativo.

Afinal, Lucro só existirá se a empresa conseguir, ao longo da vida toda, receber mais dinheiro do que aplicar; só existirá Lucro para os sócios se eles receberem, ao longo da vida da empresa, mais dinheiro dela do que nela investirem.

Note, então, que a *depreciação* tem tudo que ver com Caixa; só que não necessariamente com o Caixa de quando é registrada contabilmente, e a diferença entre o registro seu e a efetiva saída de Caixa pode ser temporalmente muito grande (décadas até, como no caso de uma empresa de energia elétrica que investe na construção de uma usina e amortiza esse desembolso em 30, 40, 50 anos ou mais).

8.3 Valor Contábil dos Elementos do Ativo Imobilizado

O custo de um elemento imobilizado deve incluir não só o valor pago ao vendedor, como também todos os gastos feitos até que o elemento esteja em condições de entrar em atividade no processo operacional da empresa. Assim, ao valor faturado pelo vendedor devem ser acrescentados outros, tais como os relativos aos fretes, custos de instalação, tributos na aquisição etc.

O custo de construção de um edifício deve incluir todos os gastos com contratos, impostos, taxas, honorários dos arquitetos, salários dos administradores de obras, seguro e outros custos similares que ocorrem durante a construção.

Se uma máquina, ou outro instrumento semelhante, é construída pela própria empresa, deve ser contabilizada pelo custo de construção, e não pelo custo de aquisição de elemento idêntico ou semelhante existente no mercado.

Incluem-se também no custo do imobilizado os encargos financeiros suportados pela empresa e incorridos durante o tempo de sua construção ou

operação. Após estarem prontos esses ativos, os encargos financeiros passam a ser considerados despesas financeiras.

Define-se como Valor Contábil de um ativo imobilizado a diferença entre esse custo e o valor total acumulado de depreciação (ou exaustão) até o momento.

8.4 Problemas de Depreciação

Para calcular a amortização dos bens depreciáveis, necessário se torna resolver três importantes problemas, a saber:

a) problema da estimação da vida útil;
b) problema da estimação da parcela do custo recuperável ao fim da vida útil (valor residual de venda);
c) problema da escolha do método.

8.5 Problema da Vida Útil

Reconhece-se, hoje, que a limitação da vida útil dos bens é devida a duas causas: *causas físicas* e *causas funcionais*. Essas causas atuam sempre em conjunto, de maneira que é difícil, senão impossível, separar os defeitos de cada uma.

Causas físicas: são o uso, o desgaste natural e a ação dos elementos da natureza.

Causas funcionais: a inadequação e o obsoletismo. Essas causas estão ligadas aos efeitos do aparecimento de substitutos mais aperfeiçoados.

Antigamente, quando não havia progresso tecnológico tão acentuado, as causas físicas eram as únicas determinantes da vida útil dos objetos. Mediante um estudo estatístico, a vida útil era estimada com alguma precisão.

Hoje, o que mais interessa é a vida útil econômica, que depende não só das causas físicas, mas também das funcionais. Muitas vezes, uma máquina, ainda em condições de trabalho, é dispensada porque já não pode ser utilizada economicamente. A vida útil física cedeu seu lugar à vida útil econômica, que varia de empresa para empresa. O computador é um dos grandes exemplos disso.

8.6 Problema do Método de Cálculo

Vários são os métodos de cálculo da depreciação mencionados pelos autores. Contudo, poucos são os realmente usados. Abordaremos neste tópico apenas três métodos. A explicação dos métodos em apreço será feita com base no seguinte exemplo hipotético:

		$
	Custo do bem	5.500
(–)	Valor residual – valor a ser provavelmente apurado pela venda do bem quando transcorrido o período estimado para cobrir a vida útil economicamente	500
	Total da depreciação a ser considerada como despesa durante a vida útil do elemento	5.000
	Vida útil estimada	5 anos

A. ***Método das Quotas Constantes*** – É o que distribui o custo do bem em função exclusivamente do tempo. É um método usado universalmente em vista de sua grande simplicidade de cálculo e de funcionamento. Fórmula:

$$\text{Quota de Depreciação Periódica (anual ou mensal)} = \frac{\text{Custo – Valor residual (eventual)}}{\text{Nº de períodos de vida útil estimada (em anos ou meses)}}$$

Aplicada a fórmula ao exemplo apresentado, teremos:

$$\text{Quota anual de depreciação} = \frac{\$\ 5.500 - \$\ 500}{5} = \$\ 1.000$$

A quota anual (constante) corresponde, no caso, a 20% do custo diminuído do valor residual. Esse método é também conhecido por Método da Linha Reta (inapropriadamente, porque o seguinte também o é).

B. ***Método da Soma dos Algarismos dos Anos*** – De acordo com esse método, as quotas de depreciação são calculadas da seguinte forma: somam-se os algarismos que vão desde a unidade até o algarismo que representa o número de anos de vida útil do bem. No exemplo apresentado, teríamos:

$$1 + 2 + 3 + 4 + 5 = 15$$

A quota de depreciação do 1º ano será calculada pela multiplicação de uma fração cujo denominador é 15 e cujo numerador é o último número da série acima, pelo valor a ser depreciado. Para as quotas seguintes, o processo é o mesmo, com a diferença dos numeradores das frações que vão diminuindo na ordem inversa da série, da seguinte forma:

$$\text{Quota do 1º ano} = \frac{5}{15} \times \$\ 5.000 = \$\ 1.667$$

$$\text{Quota do 2º ano} = \frac{4}{15} \times \$\ 5.000 = \$\ 1.333$$

$$\text{Quota do 3º ano} = \frac{3}{15} \times \$\ 5.000 = \$\ 1.000$$

$$\text{Quota do 4º ano} = \frac{2}{15} \times \$\ 5.000 = \$\ 667$$

$$\text{Quota do 5º ano} = \frac{1}{15} \times \$\ 5.000 = \underline{\$\ 333}$$

$$\text{Soma} \quad \underline{\underline{\$\ 5.000}}$$

Pode este método ser usado na ordem inversa.

C. ***Método do Saldo Decrescente*** – Também é denominado método de Matheson ou Exponencial, ou método da percentagem fixa sobre o valor contábil. Conforme diz esta última denominação, calculam-se as quotas de depreciação pela multiplicação de um percentual fixo sobre o valor contábil que vai decrescendo ano a ano. A fórmula para determinação da percentagem fixa é a seguinte:

$$\text{Percentual anual} = 1 - \sqrt[n]{\frac{\text{Valor residual}}{\text{Custo do bem}}}$$

onde n é o número estimado de anos de vida útil do elemento.

Em nosso caso, a percentagem anual a ser atribuída ao saldo decrescente do bem seria:

$$\%\ \text{anual} = 1 - \sqrt[n]{\frac{\text{Valor residual}}{\text{Custo do bem}}}$$

$$\%\ \text{anual} = 1 - \sqrt[5]{\frac{500}{5.500}} = 1 - \sqrt[5]{\frac{1}{11}}$$

$$\%\ \text{anual} = 1 - 0{,}61904 = 0{,}38096 = 38{,}096\%$$

Quota do 1º ano = 38,096% ×	$ 5.500,000	=	$ 2.095,280
Quota do 2º ano = 38,096% ×	$ 3.404,720	=	$ 1.297,062
Quota do 3º ano = 38,096% ×	$ 2.107,658	=	$ 802,933
Quota do 4º ano = 38,096% ×	$ 1.304,725	=	$ 497,048
Quota do 5º ano = 38,096% ×	$ 807,677	=	$ 307,693
			$ 5.000,016
Valor residual ($ 807,677 – $ 307,693)		=	$ 499,984
			$ 5.500,000

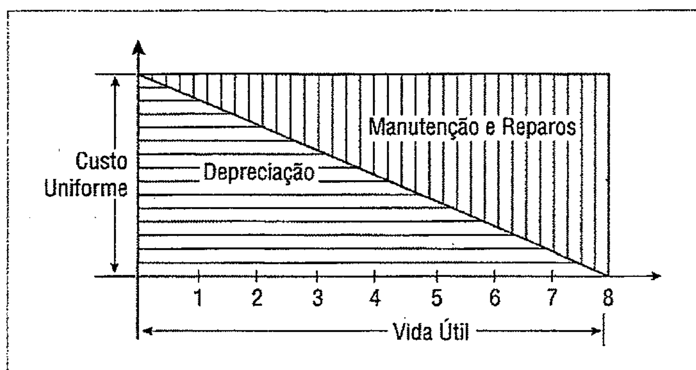
Embora seja um método usado em outros países, seu uso não é feito por meio da fórmula dada, porque esta exige sempre um valor residual e, também, em vista da influência muito grande que é atribuída a esse valor residual. Grant e Norton citam o exemplo de dois bens do mesmo preço de compra ($ 1.000), mesma vida útil de 20 anos e cuja única diferença ocorre no valor residual estimado, tendo um dos bens o valor residual de $ 50 e o outro de $ 1. Aplicando-se a fórmula aos dois bens, o de maior valor residual teria uma taxa de 13,9% e o outro de 29,2%. É óbvio que a diferença entre

as taxas é muito grande para ser justificada apenas pelas diferenças entre os valores residuais.

Os dois últimos métodos vistos fornecem uma depreciação que diminui com o passar do tempo. Muitos autores denominam esses métodos *Métodos de Quotas Decrescentes.*

O uso desses métodos vem-se acentuando em diversos países, em virtude de certas vantagens que os mesmos proporcionam, a saber:

1. ***vantagens fiscais*** – quando aceitos fiscalmente, essas vantagens são óbvias, uma vez que a despesa da depreciação é um dos componentes que afetam o lucro tributável. As quotas maiores de depreciação no início da vida útil significam menores impostos, e isso é vantajoso para a empresa, embora se saiba que, no final, os impostos serão maiores, em vista de as quotas de depreciação serem menores, mas no Brasil nossa legislação fiscal praticamente não aceita isso;
2. ***diminuição do risco de prejuízos*** – como já foi exposto, a estimação da vida útil quase sempre é precária. Quando ocorre a baixa de um bem, o custo restante a amortizar é jogado contra o valor de venda, se existir, podendo gerar prejuízo. Ora, é evidente que os métodos da depreciação por quotas decrescentes diminuem as possibilidades de prejuízo dessa espécie porque em relação aos outros métodos seus saldos a amortizar costumam ser menores;
3. ***permitem maior uniformidade nos custos*** – a maioria dos bens depreciáveis necessita de manutenção e reparos. Quando são novos, tais despesas não existem, ou são insignificantes. Quando, porém, vão tornando-se mais velhos, os referidos encargos aumentam significativamente. Esse crescimento das despesas de manutenção e reparos pode ser compensado pelo uso do método de depreciação de quotas decrescentes, ficando mais uniformes os custos globais da empresa. Podemos visualizar essa vantagem observando a seguinte figura:



8.7 Problema da Escolha da Base de Cálculo

Durante muito tempo, a única base de cálculo era o custo histórico ou o custo histórico menos o valor residual. Até hoje, em países com moeda relativamente estável, como os Estados Unidos, o Japão e mais recentemente o próprio Brasil, a depreciação ainda é calculada sobre bases históricas.

Com o surgimento de processos inflacionários acentuados em alguns países (como aconteceu no Brasil), a depreciação calculada sobre bases históricas perdeu completamente sua significação, com evidentes prejuízos para a determinação do custo dos produtos e serviços e do lucro contábil.

Em vista disso, passou-se a procurar outra base para substituir o custo histórico. A maioria dos autores e profissionais é favorável ao uso do custo histórico ajustado pela variação do nível geral de preços (que mede a variação do poder aquisitivo da moeda). Essa é, por sinal, a solução que foi adotada pela legislação brasileira no passado.

Com a redução da taxa de inflação brasileira, essa correção passou a ficar vedada no Brasil.

Todavia, note que em nenhum país do mundo a inflação é zero. Assim, não havendo atualização monetária, faz-se amortização de custo histórico, original de há muitos anos, com enorme chance de genuína subavaliação, provocando-se resultados maiores do que os que corretamente deveriam ser medidos.

Essa é uma das maiores falhas da Contabilidade no mundo todo, inclusive nos países desenvolvidos.

8.8 Contabilização da Depreciação

A depreciação é contabilizada mediante lançamentos de:

Débito – Em uma conta de *Despesa com Depreciação*.

Crédito – Em uma conta de *Provisão para Depreciação* ou *Depreciação Acumulada*, cujo saldo credor deve aparecer no ativo, deduzindo o saldo devedor da conta de ativo a que se refere.

Se a depreciação fosse creditada diretamente na conta do ativo, o custo seria perdido de vista, no decorrer do tempo; a depreciação é somente uma estimativa; creditando-se essa provisão em uma conta específica, pode-se, a qualquer tempo e com facilidade, verificar o acerto da estimativa feita.

8.9 Depreciação *Versus* Provisão para Reposição

A natureza da depreciação, sob o aspecto contábil, é frequentemente mal interpretada, devido à tendência de se supor que os registros da depreciação produzem, de alguma forma, fundos destinados à futura substituição dos elementos depreciados; essa falsa idéia se devia à errônea interpretação dada geralmente à expressão antigamente usada de *Reserva para Depreciação* ou *Fundo para Depreciação*.

Os lançamentos periódicos de depreciação não passam, na realidade, de um procedimento contábil pelo qual se considera despesa de um período uma parte do custo de um elemento do ativo comprado anteriormente. É, portanto, um lançamento que não afeta, absolutamente, as disponibilidades da empresa *agora*.

Mas afetou-a no passado. Trata-se do Caixa usado na compra do bem que está sendo depreciado agora. Trata-se, como já visto, da recuperação de um desembolso passado.

E isso nada tem que ver com o desembolso necessário à reposição do ativo.

8.10 Gastos Relacionados com Bens Depreciáveis

Incorremos em um *gasto* quando pagamos uma importância ou assumimos a obrigação de fazer um futuro pagamento, por um benefício

recebido. Os *gastos* relacionados com os bens depreciáveis podem ser de dois tipos:

- *Gastos de capital* – que devem produzir aumentos no valor contábil do ativo. **Exemplos**: custo de aquisição do bem, custo de instalação, custo de reformas feitas no bem.
- *Gastos atribuíveis ao período* – que devem ser debitados em contas de despesa. **Exemplos**: despesa de manutenção, despesa de reparos ordinários.

A distinção entre gastos de capital e gastos atribuíveis ao período deve ser feita com bastante cuidado. Se um gasto de capital for debitado a uma conta de despesa, o valor contábil do ativo ficará indevidamente diminuído e, também, estarão indevidamente diminuídos o resultado do período e o patrimônio líquido. Por outro lado, se um gasto atribuível ao período for debitado a uma conta de ativo, haverá aumentos indevidos, tanto do ativo como do resultado do período e do patrimônio líquido.

Um gasto é acrescido ao custo do bem quando lhe aumenta a vida útil originalmente estimada ou lhe aumenta a capacidade original de produção. Se for só para manter ou resgatar as condições originais, trata-se de despesa.

8.11 Contabilização da Venda de Bens Depreciáveis

A venda de um bem, parcial ou totalmente depreciado, deve ser registrada da seguinte maneira:

1. debita-se Caixa ou Contas a Receber pelo valor recebido e/ou a receber referente à venda do bem, creditando-se a conta Venda de Ativo Imobilizado;
2. apura-se o valor contábil do Bem Vendido, transferindo para a conta Custo do Ativo Imobilizado Vendido o custo do bem, e a depreciação acumulada do referido bem.

As contas Vendas do Ativo Imobilizado e Custo do Imobilizado Vendido fazem parte do grupo Ganhos e Perdas na Alienação do Imobilizado. Da comparação entre os saldos dessas duas últimas contas poderemos saber se tivemos um ganho líquido, perda ou um resultado nulo na venda.

É interessante notar que esses resultados na venda de ativo depreciado são, na verdade, "ajustes" das depreciações efetuadas no passado.

Como já falamos anteriormente, a depreciação é, ao longo da vida de um ativo, a diferença entre o valor de custo e o valor residual final de venda. Só que, durante essa vida, trabalhamos com estimativa de valor residual e de tempo de uso. Na venda final, o valor da depreciação total torna-se finalmente conhecido e a diferença entre ela e o valor por estimativa calculado e contabilizado até o momento acaba recebendo essa denominação de "Ganho" ou "Perda na Venda do Imobilizado".

Por exemplo, um veículo comprado por $ 70.000 e depreciado em $ 40.000 até certo momento, é vendido por $ 35.000; isso resultará, contabilmente, num "lucro":

Caixa
a **Venda de Imobilizado** $ 35.000

e

Valor Contábil de Imobilizado Vendido
a **Veículos** (pela baixa do custo original) $ 70.000

mais

Depreciação Acumulada de Veículos
a **Valor Contábil de Imobilizado Vendido**
(pela baixa da depreciação total acumulada) $ 40.000

Com isso, o Valor Contábil do Imobilizado Vendido está em $ 30.000; ao ser vendido pelos $ 35.000, provocará o lucro de $ 5.000:

Ganho na Venda de Imobilizado
a **Valor Contábil de Imobilizado Vendido** $ 30.000

e

Venda de Imobilizado
a **Ganho na Venda de Imobilizado** $ 35.000

E essa conta de Ganho aparecerá com o saldo credor de $ 5.000.

Note, todavia, que a empresa contabilizou como despesa, ao longo da vida toda do veículo, a soma de $ 40.000; só que, ao vender por $ 35.000 um ativo que lhe custara $ 70.000, percebe agora que o valor perdido foi de $ 35.000, e não o contabilizado de $ 40.000. Assim, esse "ganho" ou lucro de $ 5.000 registrado agora nada mais é do que um ajuste de todo o passado.

Afinal, como afirmamos, o lucro é uma diferença entre fluxos de Caixa; e a perda de Caixa com o uso do veículo (exceto manutenções, impostos e outros já devidamente registrados) foi de $ 35.000 ao longo de sua vida, e não o montante estimativamente contabilizado de $ 40.000. Há assim que se proceder ao acerto, e ele costuma aparecer com essa expressão, que pode até enganar incautos, de "Ganho" ou "Lucro" na venda do imobilizado.

8.12 Recursos Naturais

8.12.1 Avaliação

Os recursos naturais, entre os quais as reservas florestais, minas, poços de petróleo, devem figurar entre os elementos do ativo pelo custo. São itens sujeitos ao procedimento de amortização, isto é, à transferência do custo para despesa por meio das chamadas quotas de *exaustão*.

Os gastos necessários para o desenvolvimento do trabalho, tal como a remoção de camadas superiores a fim de permitir a retirada de minérios, podem ser incluídos no valor do ativo desde que não resultem na aquisição de bens tangíveis. Os elementos tangíveis, tais como máquinas e equipamentos de mineração, devem ser registrados em contas separadas. Sua depreciação deve ser proporcional à exaustão, se eles forem prestar seus serviços durante a vida inteira do bem consumível. Caso contrário, a depreciação deve ser feita normalmente, na base da vida útil estimada.

8.12.2 Determinação da Quota de Exaustão

A quota de exaustão por unidade é geralmente calculada dividindo-se o custo do bem pelo número estimado de unidades (toneladas, barris, metros cúbicos etc.) dos recursos. A quota de exaustão total de cada período é, então, calculada multiplicando-se a quota por unidade pelo número de unidades consumidas ou retiradas durante o período.

Para ilustrar, suponha-se que determinada mina, tendo estimadamente 300.000 toneladas de minério disponíveis, foi comprada por $ 9.000.000. A quota unitária de exaustão será de $ 30 ($ 9.000.000 × 300.000) por tonelada. Se são retiradas 60.000 toneladas durante um ano, a quota de exaustão desse ano será de $ 1.800.000 (60.000 x $ 30).

A quota de exaustão será assim registrada:

Custo do Minério Extraído – Exaustão

a **Exaustão Acumulada**

Quota do período findo $ 1.800.000

8.13 Benfeitorias em Propriedades de Terceiros

Os contratos de aluguel de imóveis para períodos longos geralmente estabelecem que o locatário (a parte que adquire o direito de ocupar a propriedade) deve responsabilizar-se por quaisquer ampliações ou melhoramentos que se tornem necessários aos imóveis. Tais ampliações ou melhoramentos incorporam-se, muitas vezes, materialmente aos imóveis e revertem em favor do proprietário no término do aluguel.

Por isso, esses gastos precisam ser apropriados ao resultado durante o prazo do contrato, a não ser que a vida útil econômica dessas benfeitorias seja inferior ao prazo do contrato. A retribuição que o locatário obtém é o direito de se beneficiar das melhorias feitas, enquanto durar o contrato de aluguel. Se houver ressarcimento parcial dessas benfeitorias, só se amortiza, é claro, a parcela não recuperada.

Note-se que, para esses casos, o nome normalmente utilizado não é depreciação, a não ser que efetuada pela vida útil econômica. Para o caso de apropriação pela vida do contrato, menor do que a vida útil econômica das benfeitorias, costuma-se utilizar a palavra *amortização* no lugar da depreciação.

8.14 Amortização de Ágio por expectativa de rentabilidade futura *(goodwill)*

Vimos no Capítulo 7 que determinados investimentos societários são contabilizados pela Equivalência Patrimonial. Nesse caso, quando a empre-

sa adquire participação societária para manutenção, para se beneficiar por seu uso, e não como simples investimento temporário ou especulação, pode precisar avaliar esse investimento por esse método.

Ao adquirir tal participação de terceiros, pode pagar um valor maior do que o valor justo proporcional dos ativos e passivos que compõem o patrimônio líquido da empresa adquirida. Essa diferença é chamada de ágio por expectativa de rentabilidade futura, fundo de comércio, ou *goodwill*.

Essa conta de ágio tem dois tratamentos contábeis: no caso das sociedades anônimas abertas, ou grandes sociedades fechadas, inclusive limitadas, onde os recursos permitem que se faça o teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis com bastante rigor (*impairment*), ele fica sem amortização mas, a cada balanço, faz-se a aplicação desse teste. Esse procedimento é relativamente oneroso e difícil, porque se trata de um estudo da capacidade futura da empresa de produzir lucros acima do que seria normal no tipo de negócio, considerando seu risco. Quando se usa esse procedimento, não se faz então a amortização sistemática do ágio, mas quando o teste indica perda de valor, a parte dessa perda precisa ser baixada diretamente para o resultado (uma espécie de amortização especial).

No caso de empresas pequenas e médias, que não tenham ações, debêntures ou outros valores mobiliários nas bolsas ou em mercado organizado outro qualquer, simplifica-se o procedimento desobrigando a entidade desses testes de recuperabilidade em cada balanço; mas, nesse caso, efetua-se a amortização sistemática do ágio por um período que normalmente não excede a dez anos.

8.14 Ativos Intangíveis e sua Amortização

Conforme já tivemos oportunidade de explicar, os ativos intangíveis são aqueles que são mantidos para beneficiar a empresa pela sua permanência nela, mas são incorpóreos. Os mais comuns são patentes, marcas, direitos autorais, direitos de concessão, direitos de exploração, direitos autorais, carteiras de clientes adquiridas de terceiros, etc. Uma condição para que tais elementos, que representam direitos de seus possuidores, possam figurar no ativo de uma entidade, e, portanto, estejam em condições de ser amortizados, é que tenham sido adquiridos de terceiros ou, se produzidos pela entidade, tenham seu custo muito bem identificado.

Esse custo é que será amortizado periodicamente até seu inteiro desaparecimento. Dessa maneira, uma patente relativa a um invento feito pela própria empresa sem custo identificado ou que tenha sido recebido gratuitamente de inventor, embora possa ter um valor venal, não figura no patrimônio da mesma e, consequentemente, não é suscetível de amortização.

A amortização de intangíveis diferencia-se usualmente da depreciação por ser um procedimento que pode transferir parcelas do ativo diretamente para contas de despesa. Quando, por exemplo, se faz a amortização de uma patente adquirida por $ 150.000 e que vai vigorar por 10 anos, antes de cair em domínio público, faz-se, anualmente, o seguinte lançamento:

Despesa com Amortização (conta de resultado)

a **Amortização Acumulada**

Quota anual de amortização de patentes

ou

a **Patentes** $ 15.000

Um tipo todo espcial de ativo intangível é o ágio por expectativa de rentabilidade futura, tratado logo atrás em tópico especial.

Os gastos com pesquisa de produtos novos, tecnologias novas e semelhantes não são considerados como ativos dada a enorme dificuldade, quase impossibilidade, de se segregá-los quanto à sua efetiva eficácia e capacidade de produção de futuros fluxos de caixa capazes de recuperar os custos dessas pesquisas. Assim, todos os gastos dessa natureza são descarregados diretamente como despesas.

No caso de desenvolvimento de produtos, após a fase de pesquisa, as grandes empresas e as que são abertas podem considerá-los como ativos, mas só depois de provada a viabilidade técnica do projeto, sua viabilidade financeira, garantidos os recursos para a completa implantação do projeto e identificados claramente os gastos relacionados com tal desenvolvimento. Se ativados, devem depois ser amortizados conforme os benefícios esperados sejam alcançados. Já as pequenas e médias empresas, para não gastarem muito nesses procedimentos, tratam esses gastos também diretamente como despesas do exercício em que são incorridas.

Demonstrações dos fluxos de caixa 9

9.1 Introdução

A demonstração do resultado propicia uma visão extraordinária do desempenho da empresa, mas, por causa do Regime de Competência, ele não corresponde, necessariamente, a iguais movimentações do caixa no período. No longo prazo o resultado vai fechar com o caixa, já que lucro é o dinheiro a mais que se obtém com relação ao dinheiro investido. Mas, como os resultados são apurados não para a vida toda da empresa, e sim para períodos bem menores, em cada um desses períodos existe, praticamente sempre, uma diferença entre o resultado e o fluxo de caixa.

Além do mais, há movimentações, e grandes, de caixa, que não correspondem a receitas e despesas, como no caso de dinheiro tomado emprestado, aplicações em outras empresas, pagamento de dívidas, capital novo recebido dos sócios, distribuição de resultados, aquisição de novos ativos imobilizados, venda de participações societárias, venda de ativos usados etc. etc.

Por isso, a demonstração dos fluxos de Caixa, a DFC, costuma vir apresentada com três grandes subdivisões: fluxo de caixa das atividades operacionais, das atividades de investimento e das atividades de financiamento.

9.2 Como se Monta

A técnica de montagem da DFC pode variar. Vejamos algumas dessas formas.

9.2.1 Apresentação, pelo Método Direto, do "Caixa Gerado pelas Operações"

Nessa forma começa-se pelo recebimento das vendas. Preocupemo-nos mais com o raciocínio do que com as técnicas de mecanização da montagem e, para facilitar um pouco nosso trabalho, tomemos os balanços relativos aos finais de X2 e X3 e a demonstração do resultado para X3:

Balanços da Cia. ABC

	31-12-X3 $	31-12-X2 $
Caixa e Bancos	2.000	3.000
Clientes	18.000	16.000
Mercadorias	21.000	14.000
Despesas Antecipadas	1.000	2.000
Hipotecas a Receber	5.000	5.000
Terrenos	13.000	10.000
Ativo	60.000	50.000
Fornecedores	22.000	11.000
Empréstimos a Longo Prazo	5.000	12.000
Capital	20.000	20.000
Reservas	6.000	6.000
Lucros Acumulados	7.000	1.000
Passivo	60.000	50.000

Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados da Cia. ABC para X3

	$
Saldo em 31-12-X2	1.000
Lucro Líquido de X3	10.000
Dividendos Distribuídos	(4.000)
Saldo em 31-12-X3	7.000

Demonstração do Resultado da Cia. ABC	
	$
	X3
Vendas Líquidas	130.000
Custo das Mercadorias Vendidas	(85.000)
Lucro Bruto	45.000
Despesas Administrativas	(25.000)
Despesas com Vendas	(10.000)
Lucro Líquido	10.000

1º Passo para a Montagem dos Fluxos de Caixa – Cálculo do Recebimento das Vendas

Como o saldo inicial de Clientes era de $ 16.000, o saldo final de $ 18.000 e as vendas foram de $ 130.000, podemos calcular:

	$
Saldo Inicial de Clientes	16.000
Mais: Vendas de X3	130.000
Menos: Saldo Final de Clientes	(18.000)
Recebimentos de Clientes em X3	128.000

2º Passo – Cálculo do Pagamento aos Fornecedores

Primeiro, precisamos calcular o valor das compras e depois o valor dos pagamentos aos fornecedores. Pelos dados de que dispomos, podemos montar:

	$
Saldo Inicial de Mercadorias:	14.000
Mais: Compras	?
Menos: Estoque Final	(21.000)
Igual a: Custo das Mercadorias Vendidas	85.000

donde se extrai que as compras de X3 foram de $ 92.000. Continuando:

	$
Saldo Inicial de Fornecedores	11.000
Mais: Compras de X3	92.000
Menos: Saldo Final de Fornecedores	(22.000)
Pagamentos a Fornecedores em X3	81.000

3º Passo – Cálculo do Pagamento das Despesas

Como não há despesas de depreciação nem contas a pagar no passivo por conta de despesas registradas, só temos que levar em conta a figura das Despesas Antecipadas no ativo.

Se as Despesas Antecipadas eram de $ 2.000 no final de X2, isso significa que, das $ 35.000 de Despesas Administrativas e com Vendas apropriadas como competência de X3, $ 2.000 foram despesas pagas em X2. Assim, só $ 33.000 são despesas pagas durante X3. Mas, se existem outras $ 1.000 de Despesas Antecipadas no ativo ao final de X3, isso significa que esse pagamento ocorreu e, portanto, precisamos somá-lo aos $ 33.000 para termos o total de desembolso relativo a despesas administrativas e com vendas.

	$
Despesas Totais de X3	35.000
Menos: Despesas Antecipadas de 31-12-X1	(2.000)
Subtotal	33.000
Mais: Despesas Antecipadas em 31-12-X3	1.000
Pagamentos de Despesas em X3	34.000

Demais Passos

Comparemos os dois balanços e a Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados. Vendo que houve pagamento de Dividendos de $ 4.000 e supondo que o aumento de Terrenos tenha sido por aquisição ($ 3.000) e que a redução das Dívidas de Longo Prazo tenha sido por um pagamento antecipado, temos já as informações suficientes para montar o Fluxo de Caixa:

Demonstração dos Fluxos de Caixa da Cia. ABC para X3		
	$	$
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais:		
Recebimentos de Vendas	128.000	
Menos: Pagamentos das Compras	(81.000)	
Menos: Pagamentos de Despesas	(34.000)	13.000
Caixa Aplicado nas Atividades de Investimento:		
Compra de Terrenos		(3.000)
Caixa das Atividades de Financiamento:		
Pagamento de Empréstimos a Longo Prazo		(11.000)
Pagamento de Dividendos		(1.000)
Redução das Disponibilidades em X3		
Saldo de Caixa e Bancos em 31-12-X2	(7.000)	3.000
Saldo de Caixa e Bancos em 31-12-X3	(4.000)	2.000

9.2.2 *Apresentação, pelo Método Indireto do "Caixa Gerado pelas Operações"*

Por mais lógica que possa ser essa apresentação mostrada do "Caixa Gerado pelas Operações", por isso conhecida como "Método Direto", é muito comum utilizar, inclusive fora do Brasil, a apresentação pelo "Método Indireto". Vamos conhecê-lo usando o mesmo exemplo visto até aqui.

Nesse método, parte-se do lucro líquido para, após os ajustes necessários, chegar-se ao valor das disponibilidades produzidas, no período, pelas operações registradas na Demonstração do Resultado.

Para se chegar ao Caixa produzido pelas operações normais da empresa, fazem-se ajustes mediante a comparação dos itens operacionais dos balanços, ativos e passivos, que são os que estão diretamente vinculados às contas de Resultado, com exceção da própria conta relativa às Disponibilidades.

Em nosso exemplo, voltando aos balanços revistos no item 9.2.1, montaríamos:

Efeito Sobre o Caixa				
	31-12-X3 $	31-12-X2 $	Aumento $	Diminuição $
Clientes	18.000	16.000	1.000	2.000
Mercadorias	21.000	14.000	11.000	7.000
Despesas Antecipadas	1.000	2.000	12.000	9.000
Fornecedores	22.000	11.000		3.000
Ajustes			12.000	12.000

Para os itens da coluna "Diminuição", entende-se:

a) um aumento em Clientes significa aplicação a maior de Caixa nessa conta, ou seja, *diminuição, aplicação* de Disponibilidades;

b) um aumento em Mercadorias, também, ou seja, *aplicação* de Caixa.

Para os itens da coluna "Aumento", entende-se:

c) uma diminuição em Despesas Antecipadas significa liberação de recurso, como se produzisse uma *origem* de Caixa; e

d) um aumento em Fornecedores significa uma fonte de recurso, ou seja, é como se fosse uma *origem* de Caixa.

Agora, para se completar, adicionam-se esses itens ao valor do Lucro Líquido para se ter o "Caixa Gerado pelas Operações"; tem-se, então:

Caixa Gerado pelas Operações:	$
Lucro Líquido	10.000
(+) Aumento em Fornecedores	11.000
(+) Diminuição em Despesas Antecipadas	1.000
(–) Aumento em Clientes	(2.000)
(–) Aumento em Mercadorias	(7.000)
	13.000

É como se lêssemos:

O Lucro Líquido gerou	10.000	de Caixa,
mas o Aumento em Fornecedores também gerou	11.000	de Caixa,
o mesmo com a redução das Desp. Antecipadas		
que liberaram	1.000	de Caixa,
Acréscimo parcial de Caixa de	22.000	
Mas o aumento em Clientes consumiu	(2.000)	de Caixa,
o aumento em Mercadorias consumiu	(7.000)	de Caixa
Redução de Caixa	(9.000)	
Com isso, o Caixa líquido gerado foi de	13.000!	

Chegamos aos mesmos $ 13.000 que havíamos obtido quando efetuamos todos os cálculos pelo Método Direto. Essa forma Indireta é tecnicamente correta, mas lida com alguns conceitos abstratos como "redução de Despesas Antecipadas que funciona como se fosse uma origem de Caixa". Por outro lado, tem o mérito de mostrar coisas interessantes, do tipo:

- o Caixa aumentou porque se reduziu o saldo de Clientes por diminuição no prazo de recebimento", ou, então;
- o Caixa aumentou porque aumentou o saldo de fornecedores por incremento (ou atraso) no prazo de pagamentos, o que gera informações muito úteis.

A Demonstração, pelo Método Indireto, acaba ficando:

Demonstração dos Fluxos de Caixa da Cia. ABC para X3		
	$	$
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido	10.000	
(+) Aumento em Fornecedores	11.000	
(+) Adiminuição em Desp. Antecipadas	1.000	
(–) Aumento em Clientes	(2.000)	
(–) Aumento em Mercadorias	(7.000)	13.000
Caixa Aplicado nas Atividades de Investimento:		
Compra de Terrenos		(3.000)
Caixa das Atividades de Financiamento:		
Pagamento de Empréstimos a Longo Prazo	(7.000)	(11.000)
Pagamento de Dividendos	(4.000)	(1.000)
Redução das Disponibilidades em X3		
Saldo de Caixa e Bancos em 31-12-X2		3.000
Saldo de Caixa e Bancos em 31-12-X3		2.000

Uma técnica melhor é evidenciar, na Demonstração, o Caixa Gerado pelas Operações pelo Método Direto e, numa Nota Explicativa ou num quadro à parte, mostrar essa conciliação entre o lucro líquido e o valor das disponibilidades geradas pelas operações (Método Indireto).

9.3 Comparando as Demonstrações do Resultado e dos Fluxos de Caixa

Comparemos as duas demonstrações, na verdade três se utilizarmos as duas formas de apresentação do Fluxo de Caixa, mas considerando, para estas, apenas os fluxos de caixa das atividades operacionais:

Cia. ABC – X3			
	Demonstração do Resultado $	Fluxos de Caixa	
		Direto $	Indireto $
Vendas Líquidas	130.000	128.000	
Custo das Mercadorias Vendidas	(85.000)	(81.000)	
Lucro Bruto	45.000	47.000	
Despesas Administrativas e Vendas	(35.000)	(34.000)	
Lucro Líquido	10.000		10.000
Ajustes			3.000*
Caixa Gerado para Operações		13.000	13.000

* Ajustes: Os que já foram vistos relativos a aumento em Clientes etc.

Essa comparação nos mostra que, na Demonstração do Resultado, temos, por Regime de Competência, as receitas e as despesas que a empresa obteve, no valor final de um lucro de $ 10.000. E aí termina o campo de abrangência dessa Demonstração.

O Fluxo de Caixa mostra, na versão do Método Direto, que, apesar de o lucro ter sido de $ 10.000, o Caixa que entrou na empresa, gerado por suas operações normais, foi, durante X3, de $ 13.000. Afinal, a empresa vendeu $ 130.000, mas recebeu só $ 128.000; por outro lado, teve um CMV de $ 85.000, mas pagou aos fornecedores, durante o ano, apenas $ 81.000; com isso, seu lucro bruto foi de $ 45.000, mas a sobra de caixa ocorrida durante X3 foi de $ 47.000. Além disso, teve despesas por competência de $ 35.000, mas o efeito no caixa, durante X3, foi uma saída de $ 34.000. Daí o fato de o lucro ter sido de $ 10.000, mas a sobra de caixa ter sido de $ 13.000, na parte relativa às operações normais do ano.

Só que, se olharmos os outros fluxos que não estão nessa comparação, vemos que com os pagamentos de $ 14.000 entre dividendos, terrenos e empréstimos, acabou caindo o nível das disponibilidades em $ 1.000. Fica, assim, fácil de entender por que a empresa teve lucro de $ 10.000, mas, apesar disso, teve redução de seu Capital Circulante Líquido de $ 4.000 e diminuição de seu Caixa de $ 1.000.

Essas comparações e explicações são muito importantes, talvez mais ainda para os usuários da Contabilidade que não sejam muito versados nesses conceitos complexos de Regime de Competência etc. Consegue-se explicar, por exemplo, por que às vezes a empresa tem lucro, mas sua situação financeira piora, ou vice-versa.

9.4 Outro Exemplo

Vamos agora ao ano de X4. Para isso, admitamos:

Balanços da Cia. ABC		
	31-12-X4	31-12-X3
	$	$
Caixa e Bancos	1.000	2.000
Clientes	25.000	18.000
Mercadorias	16.000	21.000
Despesas Antecipadas	–	1.000
Hipotecas a Receber	2.000	5.000
Terrenos	13.000	13.000
Máquinas	10.000	–
Depreciação Acumulada	(1.000)	–
Ativo	66.000	60.000
Fornecedores	13.000	22.000
Contas a Pagar	3.000	–
Empréstimos a Longo Prazo	18.000	5.000
Capital	20.000	20.000
Reservas	8.000	6.000
Lucros Acumulados	4.000	7.000
Passivo	66.000	60.000

Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados da Cia. ABC para X4	
	$
Saldo em 31-12-X3	7.000
Lucro Líquido de X4	2.000
Transferência para Reservas	(2.000)
Dividendos Distribuídos	(3.000)
Saldo em 31-12-X4	4.000

Demonstração do Resultado da Cia. ABC X4	
	$
Vendas Líquidas	190.000
Custo das Mercadorias Vendidas	(140.000)
Lucro Bruto	50.000
Despesas Administrativas	(32.000)
Despesas com Vendas	(13.000)
Despesas com Depreciação	(1.000)
Outras Despesas	(2.000)
Lucro Líquido	2.000

9.4.1 Pelo Método Direto

1º Passo – Para a Montagem do Fluxo de Caixa – Cálculo do Recebimento das Vendas

	$
Saldo Inicial de Clientes	18.000
Mais: Vendas de X4	190.000
Menos: Saldo Final de Clientes	(25.000)
Recebimento de Clientes em X4	183.000

2º Passo – Cálculo do Pagamento aos Fornecedores

	$
Saldo Inicial de Mercadorias:	21.000
Mais: Compras	?
Menos: Estoque Final	(16.000)
Igual a: Custo das Mercadorias Vendidas	140.000

Donde se extrai que as Compras de X4 foram de $ 135.000. Continuando:

	$
Saldo Inicial de Fornecedores	22.000
Mais: Compras de X4	135.000
Menos: Saldo Final de Fornecedores	(13.000)
Pagamentos a Fornecedores em X4	144.000

3º Passo – Cálculo do Pagamento das Despesas

Nesse caso, além do efeito das Despesas Antecipadas, há duas outras situações a contar: a existência das Despesas de Depreciação, que não consomem caixa no ano, e o aparecimento de "Contas a Pagar" no passivo, mostrando que há despesas incorridas e apropriadas, mas não pagas. Assim, faremos:

	$
Despesas Totais de X4	48.000
Menos: Despesas de Depreciação	(1.000)
Menos: Despesas Antecipadas de 31-12-X3	(1.000)
Subtotal	46.000
Mais: Despesas Antecipadas em 31-12-X4	–
Subtotal	46.000
Mais: Contas a Pagar de 31-12-X3	–
Menos: Contas a Pagar de 31-12-X4	(3.000)
Pagamentos de Despesas em X3	43.000

Das Despesas totais de $ 48.000 de X4, excluímos a Depreciação de $ 1.000 desse ano e os $ 1.000 que foram pagos em X3 e apropriados como despesas em X4. Como só agora ao final de X4 aparecem os $ 3.000 de Contas a Pagar, concluímos que são despesas incorridas e não pagas que, portanto, ainda não afetaram o Caixa da empresa.

Demais Passos

Pela Demonstração de Lucros Acumulados, vemos que houve pagamento de Dividendos de $ 3.000. Vemos que houve redução de Hipotecas a Receber de $ 3.000, aumento nos Empréstimos de Longo Prazo de $ 13.000 e aquisição de Máquinas de $ 10.000.

Poderíamos assumir uma hipótese diferente: que a empresa na verdade tenha utilizado os $ 3.000 a receber de Hipotecas para pagar parte de suas dívidas de longo prazo, e recebido, em dinheiro, novas dívidas de $ 9.000. Mais ainda, que tivesse comprado as Máquinas por $ 10.000, mas que tivesse pago apenas $ 3.000, ficando os outros $ 7.000 para pagar a longo prazo, e isso explicaria o acréscimo total das dívidas de longo prazo.

Empréstimo a Longo Prazo – Movimentação

	$
Saldo inicial de X4	5.000
Pagamento com Hipotecas a Receber	(3.000)
Novas Dívidas, em Dinheiro	9.000
Nova Dívida relativa às Máquinas	7.000
Saldo ao final de X4	18.000

Na entrega de parte de seus ativos representados por Hipotecas a Receber para pagamento da dívida, teria debitado o passivo e creditado o ativo pelos $ 3.000, sem trânsito pelo Caixa, ou seja, sem trânsito também por seu Ativo Circulante. No Fluxo de Caixa, como não houve esse trânsito, só apareceria o efetivo fluxo que ocorreu que foi o recebimento em dinheiro da nova dívida.

Pela compra a longo prazo das Máquinas, no Fluxo de Caixa só aparece o movimento físico de dinheiro. Teríamos então o segundo Fluxo de Caixa:

Demonstração dos Fluxos de Caixa da Cia. ABC para X34		
	$	$
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais:		
Recebimentos de Vendas	183.000	
Menos: Pagamentos das Compras	(144.000)	
Menos: Pagamentos de Despesas	(43.000)	(4.000)
Caixa Aplicado nas Atividades de Investimento:		
Pagamento de Máquinas		(3.000)
Caixa das Atividades de Financiamento:		
Empréstimos a Longo Prazo	9.000	6.000
Pagamento de Dividendos	(3.000)	(1.000)
Redução das Disponibilidades em X34		
Saldo de Caixa e Bancos em 31-12-X3		2.000
Saldo de Caixa e Bancos em 31-12-X4		1.000

9.4.2 Pelo Método Indireto

Pela comparação das contas circulantes vinculadas ao Resultado, exceto o próprio valor das Disponibilidades, e seguindo o caminho e o raciocínio já demonstrados, chegamos à seguinte montagem dos recursos gerados pelo caixa durante X4:

	31-12 X4	31-12 X3	Efeito sobre o Caixa	
			Aumento	Diminuição
	$	$	$	$
Clientes	25.000	18.000	5.000	7.000
Mercadorias	16.000	21.000	1.000	
Despesas Antecipadas	–	1.000	3.000	
Contas a Pagar	3.000	–		
Fornecedores	13.000	22.000	9.000	9.000
			7.000	16.000
Ajustes			16.000	16.000

Para os itens da coluna "Diminuição", entende-se:

a) um aumento em Clientes significa uma *aplicação* de Caixa nessa conta;
b) uma redução em Fornecedores significa uma *aplicação* de Caixa.

Para os itens da coluna "Aumento", entende-se:

c) uma redução na conta de Mercadorias representa liberação de dinheiro, ou seja, uma *origem* de Caixa;
d) uma diminuição em Despesas Antecipadas significa também liberação de recurso, como se produzisse uma *origem* de Caixa; e
e) um aumento em Contas a Pagar significa uma origem de recurso, ou seja uma *origem* de Caixa.

Agora, para completar, adicionam-se esses itens ao valor do Lucro Líquido para se ter o "Caixa Gerado pelas Operações". Só que há que se lembrar que é necessário também ajustar-se o lucro líquido pela figura da depreciação, já que esta despesa também não consome Caixa no ano. Tem-se, então:

	$
Caixa Gerado pelas Operações:	
Lucro Líquido	2.000
(+) Depreciação	1.000
(+) Aumento em Contas a Pagar	3.000
(+) Diminuição em Despesas Antecipadas	1.000
(+) Diminuição em Mercadorias	5.000
(–) Diminuição em Fornecedores	(9.000)
(–) Aumento em Clientes	(7.000)
	(4.000)

As operações da empresa, apesar de lucrativas, produziram, durante X4, redução do Caixa, devido basicamente aos fatos de se diminuir a dívida com fornecedores e de se expandir o crédito aos clientes.

Chegamos aos mesmos $ (4.000) que havíamos obtido quando efetuamos todos os cálculos pelo Método Direto.

Comparando Novamente as três Demonstrações: Resultado e Fluxos de Caixa.

Comparemos as três demonstrações (com o Fluxo de Caixa em suas duas versões):

Cia. ABC – X4			
Demonstração do Resultado		**Fluxo de Caixa**	
		Direto	**Indireto**
	$	$	$
Vendas Líquidas	190.000	183.000	
Custo das Mercadorias Vendidas	(140.000)	(144.000)	
Lucro Bruto	50.000	39.000	
Despesas Depreciação	(1.000)		
Despesas Administrativas, Vendas e Outras	(47.000)	(43.000)	
Lucro Líquido	2.000		2.000
Ajustes *			(6.000)
Caixa Gerado p/Operações		(4.000)	

* Ajustes: Os que já foram vistos relativos a aumento em Clientes etc., incluindo a Depreciação.

O lucro foi de $ 2.000, mas o Caixa diminuiu em $ 4.000 nas atividades operacionais, e isso porque, apesar do lucro, a empresa acabou "perdendo" dinheiro nas operações durante esse ano (e isso porque recebeu dos clientes menos do que vendeu, acumulando créditos em seu ativo, mas acabou pagando aos fornecedores mais do que o custo das mercadorias vendidas). Na verdade, não houve perda de caixa, e sim apropriações de receitas não recebidas maiores do que de despesas não pagas.

Conclusões interessantes podem ainda ser tiradas dessa comparação. Incitamos o leitor a procurá-las e a verificar como essas demonstrações se complementam e, em conjunto, explicam mais do que isoladamente.

9.5 Comentários Especiais sobre o Fluxo de Caixa

Alguns comentários podem e devem ser feitos com relação ao Fluxo de Caixa. É claro que, neste livro de Introdução, não se vai entrar em determinados detalhes mais complexos, mas alguns pontos importantes podem auxiliar o leitor a enfrentar situações difíceis encontradas na prática.

9.5.1 *Provisão para Devedores Duvidosos*

Quando se calculam os valores derivados dos recebimentos das vendas, há que se lembrar que as baixas da Provisão para Devedores Duvidosos, por inadimplên- cias, se dão contra a conta de Clientes. Assim, há baixas nessa conta que não ocorrem por recebimentos.

9.5.2 *Empréstimos e Aplicações Financeiras*

Para o Fluxo de Caixa, interessam todos os empréstimos, incluindo os de curto prazo. Para estes também é de se imaginar que não se deve trabalhar apenas com a variação líquida do saldo, mas também com a soma das entradas (novos empréstimos) e a soma das saídas (pagamento das dívidas).

Todavia, para o caso de empréstimos de muito curto prazo, pode não haver muito significado nessa soma de todos os empréstimos e de todos os pagamentos. Por exemplo, vale a pena para um banco somar todos os depósitos recebidos e todos os saques? Ou, então, se uma indústria costuma fazer empréstimos de 30 dias, vale a pena trabalhar com a soma de todos os empréstimos recebidos durante um ano e, no lado das aplicações, com a totalidade dos pagamentos desses empréstimos? Geralmente, para essas operações de muito curto prazo (normalmente abaixo de 90 dias) costuma-se trabalhar, mesmo no Fluxo de Caixa, apenas com a variação do saldo durante o ano, em vez de com as somas de entradas e das saídas.

Esses mesmos comentários valem para os empréstimos dados a terceiros ou aplicações financeiras. Se uma empresa efetua, diariamente, aplicações financeiras de curto prazo, será que é útil a informação sobre a totalidade das aplicações durante certo período como saída e sobre a totalidade dos resgates como entrada de Caixa? Normalmente, trabalha-se apenas com a variação líquida (aplicação líquida ou origem líquida).

9.6 Classificação das Origens e Aplicações de Caixa

É bastante generalizada hoje, no mundo, e no Brasil inclusive por força de lei, a divisão da DFC em três grupos: Caixa das Operações, Caixa das Atividades de Financiamento e Caixa das Atividades de Investimento. Por serem então três fluxos, o nome mais usado é no plural: Fluxos de Caixa.

Mas há uma certa heterogeneidade nas classificações conforme os países. Por exemplo, os norte-americanos colocam todos os itens que afetam o resultado no fluxo de caixa das atividades operacionais. Já muitos europeus colocam as despesas financeiras nas atividades de financiamento.

Alguns colocam as receitas financeiras nas atividades operacionais, enquanto outros nas de investimento.

Dividendos recebidos são colocados também por uns como fluxo das atividades operacionais, e por outros como atividades de investimento.

As normas internacionais permitem esses tratamentos, exigindo apenas que a empresa identifique bem qual o critério utilizado.

Todos usam o conceito de caixa como sendo "Caixa e Equivalentes de Caixa", porque incluem como disponibilidades as aplicações financeiras em títulos de curtíssimo prazo, com total liquidez e desde que, até o vencimento, não estejam a oscilações significativas no mercado.

Exercício Proposto com Solução

A Cia. K apresentou os seguintes relatórios financeiros:

Balanços 31-12		
Ativo		
	X8	X9
	$	$
Caixa	10.000	13.000
Duplicatas a Receber	144.000	93.000
(–) Provisões Devedores Duvidosos	(4.000)	(3.000)
Terrenos	50.000	80.000
	200.000	183.000

Passivo		
	X8	X9
Circulante	$	$
Contas a Pagar	40.000	70.000
Provisão para Imposto de Renda	5.000	6.000
Não Circulante		
Empréstimos	50.000	20.000
Patrimônio Líquido		
Capital	70.000	70.000
Lucros Acumulados	35.000	17.000
	200.000	183.000

Demonstração de Resultados para X9		
	$	$
Receitas de Serviços		350.000
Menos:		
Despesas Administrativas	270.000	
Despesas Financeiras	30.000	
Devedores Duvidosos	3.000	(303.000)
Lucro antes Imposto de Renda		47.000
(–) Provisão para Imposto de Renda		(6.000)
Lucro Líquido		41.000

Solução

FLUXO DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO

	$
Cálculo do Recebimento das Vendas	144.000
Saldo Inicial Duplicatas a Receber	350.000
(+) Receitas de Serviços	(4.000)
(–) Baixa Provisão para Devedores Duvidosos	(93.000)
(–) Saldo Final Duplicatas a Receber	397.000

	$
Cálculo do Pagamento das Despesas	45.000
Saldo Inicial Contas a Pagar e Provisão para Imposto de Renda	306.000
Despesas Administrativas, Financeiras e Imposto de Renda	(76.000)
Saldo Final Contas a Pagar	275.000

Fluxos de Caixa para X9 da Cia. K

	$	$
Caixa das Atividades Operacionais		
Recebimento das Vendas	397.000	
Pagamento das Despesas	(275.000)	122.000
Caixa das Atividades de Investimento		
Terrenos		(30.000)
Caixa das Atividades de Financiamento		
Empréstimos	30.000	
Dividendos	59.000	(119.000)
Aumento das Disponibilidades		3.000
Saldo Inicial de Caixa		10.000
Saldo Final de Caixa		13.000

FLUXO DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO

	31-12	31-12	Efeito sobre o Caixa	
	X8 $	X9 $	Aumento $	Diminuição $
Duplicatas a Receber	144.000	93.000	51.000	
(–) Provisão Devedores Duvidosos	(4.000)	(3.000)	(1.000)*	
Contas a Pagar	40.000	70.000	30.000	
Provisão para Imposto de Renda	5.000	6.000	1.000	
Ajustes				81.000
			81.000	81.000

* Devemos considerar que houve redução do saldo *líquido* de Duplicatas a Receber; o saldo líquido da provisão caiu de $ 140.000 para $ 90.000, com uma deliberação para o Caixa de $ 50.000. Assim, somamos os $ 51.000 com os (–) $ 1.000 para chegarmos aos $ 50.000.

Fluxos de Caixa para X9 da Cia. K		
	$	$
Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro Líquido	41.000	
(+) Aumento em Contas a Pagar	30.000	
(+) Aumento Provisão para Imposto de Renda	1.000	
(+) Redução em Duplicatas Recebidas (Líquidas)	50.000	122.000
Caixa das Atividades de Investimento		
Terrenos		(30.000)
Caixa das Atividades de Financiamento		
Empréstimos	30.000	
Dividendos	59.000	(119.000)
Aumento das Disponibilidades		3.000
Saldo Inicial de Caixa		10.000
Saldo Final de Caixa		13.000

Princípios contábeis: Introdução 10

10.1 Que são Princípios Contábeis

Princípios contábeis podem ser conceituados como premissas básicas acerca dos fenômenos e eventos contemplados pela Contabilidade, premissas que são a cristalização da análise e observação da realidade econômica, social e institucional.

O campo de atuação preferencial da Contabilidade é constituído pelas entidades, sejam elas de finalidade lucrativa ou não, e procura captar e evidenciar as variações ocorridas na estrutura patrimonial e financeira, em face das decisões da administração e também das variáveis exógenas que escapam ao controle e ao poder de decisão da administração.

Note que, entre as variáveis que mais têm preocupado os administradores, uma é a inflação, e outras as próprias flutuações de preços atinentes especificamente a cada bem e serviço.

No âmbito dessa complexa realidade, o observador analisa as características principais do sistema e chega a certas conclusões quanto a seu funcionamento. Tais conclusões, se aceitas pela classe contábil, tornam-se os princípios aos quais toda a prática contábil e principalmente os processos de auditoria devem ater-se. Por outro lado, o observador, uma vez verificada alteração profunda nas condições que o levaram a estabelecer a primeira série de princípios, tem a incumbência de proceder a uma nova análise da situação e modificar, adaptar ou mesmo substituir os princípios originais por outros mais concordes com a nova realidade.

A função de observador é hoje desempenhada pelas entidades de classe, pelos comitês especialmente designados, e, finalmente, pelas comissões especiais de conferências e convenções internacionais (ou por agências governamentais).

O processo evolutivo exposto, isto é, o estabelecimento dos princípios que se adaptam a certa realidade factual com base na nova análise da realidade, toda vez que se verificam mudanças significativas com a consequente revisão dos velhos princípios, é realmente o processo que nos parece ideal e lógico.

10.2 Quando um Princípio é Aceito

São duas as condições básicas para que um princípio supere a fase de tentativa e se transforme em "amplamente aceito" e, portanto, incorporado à doutrina e prática contábeis.

1. deve ser considerado praticável e objetivo pelo consenso profissional;
2. deve ser considerado útil.

Note que a ordem de classificação não é fruto do acaso: de fato, alguns contadores – com poder de decisão a respeito desses assuntos – atribuem algumas vezes mais importância à praticabilidade de um princípio do que à sua utilidade intrínseca. E, em Contabilidade, a palavra *utilidade* deveria sempre estar associada ao termo *relevância.*

Algumas vezes, atribuiu-se ao termo *praticabilidade* um significado rígido, de forma que tudo o que não for praticável com extrema facilidade será considerado *impraticável,* para efeitos contábeis.

10.3 Ainda sobre a Praticabilidade

Nas linhas anteriores, criticamos o erro daqueles que exageram o grau de praticabilidade, tomando qualquer tentativa de melhoria inaceitável, por impraticável. Entretanto, quando atribuirmos à palavra seu significado normal, ou seja, analisando um princípio à luz de sua possibilidade de aplicação prática (de forma menos dependente do grau de dificuldade), teremos de reconhecer a importância da praticabilidade de como condição de aceitação geral.

Se, por exemplo, chegarmos à conclusão de que o custo corrente é mais relevante – como base de avaliação contábil – do que o custo histórico, deveremos prever, também, os meios práticos[1] de se apurarem custos correntes no mercado.

Assim, para que um princípio seja geralmente aceito, deverá, em primeiro lugar, ser considerado adequado ou fiel à realidade, isto é, "Relevante" para, em seguida, analisar-se sua praticabilidade. Diríamos que a simples aderência de um princípio à realidade econômica é uma condição necessária, mas não suficiente, para promovê-lo à classe de "aceito". Para isto, é necessário que seja vencido o teste da praticabilidade.[2]

10.4 Alguns Princípios e Convenções Contábeis Aceitos

Entre os vários princípios e convenções aceitos na atualidade, podemos, para efeito deste livro, destacar os seguintes:

a) ***Princípios***
   1. Entidade.
   2. Continuidade.
   3. Realização.
   4. Custo como Base de Valor.
   5. Confrontação das Despesas com as Receitas.
   6. Denominador Comum Monetário.

b) ***Convenções*** (Restrições)
   1. Consistência (uniformidade).
   2. Conservadorismo (prudência).
   3. Materialidade (relevância).
   4. Objetividade.

[1] Praticabilidade deveria ser analisada mais em termos de relação custo-benefício.

[2] O que afirmamos não pretende, de nenhuma forma, diminuir o valor e a utilidade das pesquisas puramente teóricas a respeito de princípios ou outros aspectos da Contabilidade, mesmo que não sejam suas conclusões imediatamente praticáveis. Não devemos esquecer que o impraticável de hoje poderá ser o rotineiro de amanhã.

Vários autores e trabalhos apresentam certa diferenciação quanto ao número e à nomenclatura dos princípios e convenções.

Analisaremos, a seguir, o significado de tais princípios e convenções, procurando também verificar sua adequação às condições econômicas atuais.

10.4.1 *Princípio da entidade*

Pressupõe-se que a Contabilidade é executada e mantida para as entidades como pessoas completamente distintas das pessoas físicas (ou jurídicas) dos sócios. Quando uma firma individual paga uma despesa, é o *caixa da firma* que está desembolsando o dinheiro, *e não o dono da empresa,* embora materialmente, muitas vezes, as duas coisas se confundam. Este princípio parece-nos de profunda validade, pois consolida a antiga distinção jurídica entre pessoas físicas e jurídicas.

Entretanto, não é apenas na acepção anterior que se materializa o princípio da Entidade. Entidade, em Contabilidade, é todo "núcleo" capaz de manipular recursos econômicos (e organizacionais) e que tenda a adicionar valor (ou utilidade, em sentido amplo) aos recursos manipulados. Temos verdadeiras macroentidades representadas pelos conglomerados de companhias investidoras e por suas subsidiárias ou controladas. O balanço consolidado representa uma macroextensão do conceito de Entidade. Por outro lado, qualquer divisão ou setor de uma empresa descentralizada capaz de contribuir para o esforço de produção de receita da Entidade maior (desde que esse esforço seja mensurável em termos de receitas e despesas, mesmo que para as receitas tenhamos que recorrer, às vezes, a preços imputados de transferência entre setores), constitui uma subentidade digna de atenção para a Contabilidade. Assim, o sentido contábil de Entidade vai muito além do jurídico, para abarcar o econômico e o social. Cada Entidade será, sob a ótica do usuário da informação, a mais importante em certas circunstâncias. Assim, para os acionistas da companhia-mãe, o balanço consolidado é mais importante do que o individual de cada Entidade, ao passo que, para os acionistas das controladas, os balanços individuais podem ser mais importantes.

10.4.2 *Princípio da continuidade*

Robert N. Anthony, em sua obra *Management accounting: text and cases,* edição de 1960, assim se expressa a respeito desse princípio: "Unless there is good evidence to the contrary, accounting assumes that the business will

continue to operate for an indefinitely long period in the future".[3] Este princípio, que tem grande validade do ponto de vista prático, apresenta importantes consequências para a Contabilidade. De fato, se aceitarmos a hipótese de que a duração da empresa é indeterminada, a filosofia de avaliação a ser adotada deverá ser oposta àquela que adotaríamos no caso de liquidação da empresa, quando interessam os valores de liquidação do passivo e de realização do ativo.

Trata-se de princípio muito explorado pelos defensores dos custos históricos sob a alegação de que, se os valores de realização não interessam, então devemos ater-nos ao custo.

Ressalte-se que *custo* para os referidos autores é sinônimo de *custo original*, quando sabemos que os conceitos de custo são vários: custo original, custo de reposição, custo de oportunidade, custo original ajustado pelas variações do índice geral de preços etc.

Se à Contabilidade não interessa, normalmente, o valor de realização, não implica isto que o único tipo de custo relevante, para efeito de avaliação contábil, seja o histórico.

Mas este é o básico ainda hoje na Contabilidade.

10.4.3 Princípio da realização

Como norma geral, a receita é reconhecida no período contábil em que é realizada. A realização usualmente ocorre quando bens ou serviços são fornecidos a terceiros em troca de dinheiro ou de outro elemento do ativo.

Este princípio tem sido um dos mais visados, principalmente pelos economistas, por julgarem que o processo de produção adiciona valor aos fatores que estão sendo manipulados, ao passo que, contabilmente, se verifica apenas uma "integração de fatores", e a receita e, consequentemente, o lucro (ou prejuízo) só ocorrem no ato da venda. O lucro só se realiza, contabilmente, no ato da venda.

A administração pode auferir lucros não só de suas operações de venda normais, mas também de atividades de estocagem de fatores, isto é, podem-se também obter ganhos de caráter especulativo. Isso é tanto mais verídico,

---

[3] ANTHONY, Robert N. *Management accounting*: text and Cases. Homewood. Illinois: Irwin, 1960. p. 30.

quanto mais acentuadas as flutuações de preços que se verificarem numa economia.

Por outro lado, quando uma empresa comercial vende determinada mercadoria por 150 reais e esta lhe custou apenas 100 reais, a Contabilidade ortodoxa apura imediatamente um lucro bruto de 50 reais. Este lucro é, para todos os efeitos, considerado como operacional, mesmo que a mercadoria vendida, para ser reposta, exija um desembolso de 130 reais.

Se antes da venda reconhecêssemos um "lucro realizável" de 30 reais, isto é, igual à diferença entre o custo original da mercadoria e o de reposição, no ato da venda somente 20 reais seriam considerados lucro operacional corrente, o que daria uma informação mais completa.

Com este exemplo, pretendemos demonstrar que o não reconhecimento de lucros (ou perdas) devido às variações específicas de preços de elementos de ativo nos "intervalos de espera" faz com que, mais tarde, tais variações, no momento da "realização", sejam consideradas ganhos ou perdas operacionais, o que, na realidade, pode não ser totalmente correto, pois podem ter-se verificado independentemente da vontade da administração, em virtude de movimentos de preços ocorridos durante o tempo em que os ativos permaneceram estocados.

Na verdade, a teoria atual já admite reconhecer a receita em outros pontos do processo, inclusive antes da venda ou do fim da produção. Exemplo típico é o caso de produtos sujeitos a processo natural de crescimento, como vinho, gado, reservas florestais etc. Outro caso é constituído por contratos de longa duração, nos quais podemos reconhecer a receita (e o lucro) de cada período numa base proporcional aos custos incorridos.

10.4.4 Princípio do custo como base de valor

Talvez seja mais apropriado denominá-lo "Princípio do Custo Histórico (Original) Como Base de Valor", pois, como vimos, são vários os conceitos de custo existentes. Como princípio aceito, refere-se ao custo original. Na conceituação ortodoxa, os elementos do ativo entram nos registros contábeis pelo preço pago para adquiri-los ou fabricá-los. A não ser para aqueles elementos do ativo sujeitos à amortização, depreciação ou exaustão, uma vez registrados, seu valor inscrito não é alterado, ressalvando-se ainda a regra conhecida como "custo ou mercado o que for mais baixo" e os casos de rea-

valiação de ativo previstos pelas legislações de alguns países (bem como de correção monetária).

É evidente que a aplicação irrestrita deste princípio, mormente em períodos de acentuadas flutuações de preços, restringe as possibilidades informativas da Contabilidade, se não acoplado à ideia da correção monetária (custo histórico corrigido).

Note que este princípio teve sua origem em tempos já remotos, quando se procuravam registrar os resultados de empreendimentos isolados, que não tinham continuidade. Em tais casos, bastava saber qual o retorno do capital investido no início do empreendimento.

Terminado este, encerrava-se o ciclo contábil e o resultado era apurado. Cremos, portanto, que a este princípio deve ser atribuído um significado mais amplo, restando, porém, determinar o tipo de custo mais relevante, em condições de continuidade de operações, como norma de valor. No Brasil, durante muitos anos, aceitou-se o conceito de custo histórico corrigido pela variação do poder aquisitivo da moeda.

10.4.5 Confrontação das despesas com as receitas

Este princípio demonstra, em resumo, que as despesas são atribuídas aos períodos de acordo com as receitas a que se referem, isto é, de acordo com a data do *fato gerador* e não quando são pagas em dinheiro.

Por meio desse princípio, a folha de pagamento dos operários relativa ao mês de dezembro, suponhamos, será considerada despesa de dezembro mesmo que na prática o pagamento só seja efetuado nos primeiros dias de janeiro. O fato gerador da despesa é o serviço prestado pelos operários, e não o pagamento do salário, que ajudou a produzir receitas em dezembro.

Embora, com o intuito de observar o princípio em questão, sejamos obrigados muitas vezes a fazer hipóteses algo arbitrárias, parece-nos que é essencialmente válido, pois independente da base de valor a ser adotada.

Este princípio, junto com o da Realização das Receitas, forma o conhecido **"Regime de Competência"**.

10.4.6 Princípio do denominador comum monetário

A Contabilidade preocupa-se em captar e registrar eventos e transações suscetíveis de avaliação monetária. É uma das características do modelo de

informação e mensuração contábil. Embora à avaliação monetária possam estar subjacentes considerações de natureza física e de quantidades, o *denominador comum* (daí a denominação do princípio em epígrafe) é a avaliação monetária.

O princípio do Denominador Comum Monetário não impede que a Contabilidade levante balanços e demonstrações corrigidos para efeito de análise de resultados reais e para finalidades *fiscais* e *societárias* (pelas normas legais de correção).

Não devemos confundir *correção monetária operacional,* que altera o valor dos saldos devidos ou a que temos direito, pela inflação, com correção monetária contábil, que permite, pela expressão de demonstrações a um poder aquisitivo de uma mesma data, melhor avaliar os resultados da empresa.

10.5 Que são Convenções

Dentro da ampla margem de liberdade que os princípios permitem ao contador, no registro das operações, as convenções vêm restringir ou limitar ou mesmo modificar parcialmente o conteúdo dos princípios, definindo mais precisamente seu significado.

10.5.1 Convenção da consistência (uniformidade)

Assim, a convenção da consistência diz-nos que, uma vez adotado determinado processo, entre os vários possíveis que podem atender a um mesmo princípio geral, ele não deverá ser mudado com demasiada frequência, pois assim estaria sendo prejudicada a comparabilidade dos relatórios contábeis. Se, por exemplo, for adotado o método PEPS para avaliação de estoques, em lugar do UEPS (ambos atendem ao mesmo princípio geral, isto é, "Custo Como Base de Valor"), deverá ser usado sempre o mesmo método nos outros períodos. E, se houver a necessidade inadiável de se adotar outro critério, essa adoção e seus efeitos no resultado devem ser declarados como nota explicativa dos relatórios de maneira a cientificar o leitor.

Aceitamos como perfeitamente válida esta convenção, pois sua finalidade é reduzir a área de inconsistência entre relatórios de uma mesma empresa, contribuindo, de certa forma, para um progresso mais rápido rumo à padronização e unificação contábeis dentro do mesmo setor de atividade.

10.5.2 *Convenção do conservadorismo (prudência)*

Esta convenção consiste em que, por motivos de precaução, sempre que o contador defrontar com alternativas igualmente válidas de atribuir valores diferentes a um elemento do ativo (ou do passivo), deverá optar pelo mais baixo para o ativo e pelo mais alto para o passivo. Se, por exemplo, o valor de mercado do inventário final de mercadorias for inferior ao valor de custo, deverá ser escolhido o valor de mercado, por ser o mais baixo.

Esta é uma convenção que modifica o princípio geral do custo como base de valor. (Adotada também pela Lei das S.A.).

Outra implicação da convenção notamo-la na apuração de resultados. É frequentemente citada pelos contadores a seguinte máxima: "Considere para a despesa do exercício o maior montante possível, mas atribua à receita o menor montante, possível."

A regra "Custo ou Mercado o Mais Baixo" está intimamente ligada ao conservadorismo. Em outras palavras, o custo é a base de valor para a contabilidade, mas, se o valor de mercado for inferior ao de custo, adotaremos o valor de mercado.

Embora certa dose de conservadorismo, no bom sentido do termo, não seja de todo desprezível, a adoção irrestrita dessa convenção, em todas as situações, pode tornar-se um meio seguro de impedir o progresso da teoria contábil, criando problemas para as empresas, pois, ao se reverterem as causas que deram origem à aplicação do conservadorismo sem abandonar a convenção, perde-se o controle de seus impactos nos resultados.

10.5.3 *Convenção da materialidade (relevância)*

Esta convenção reza que, a fim de evitar desperdício de tempo e de dinheiro, devem-se registrar na Contabilidade apenas os eventos dignos de atenção e na ocasião oportuna. Por exemplo, sempre que os empregados do escritório se utilizam de papéis e impressos da firma, registra-se uma diminuição do ativo da empresa, diminuição esta que poderia, teoricamente, ser lançada nos registros contábeis à medida de sua ocorrência. Entretanto, isto não é feito, pela irrelevância da operação, e a despesa só é apurada no fim do período por diferença de estoques.

O julgamento quanto à materialidade também se relaciona com qual informação devemos evidenciar, cuja exclusão dos relatórios publicados

poderia levar o leitor a conclusões inadequadas sobre os resultados e as tendências da empresa. Normalmente, materialidade e relevância andam juntas. Entretanto, algo pode ser imaterial de *per se*, mas, ainda assim, relevante. Por exemplo, se todo mês descobrimos uma diferença de cerca de $ 1 no Balancete de Verificação do Razão, o fato em si pode ser imaterial, mas, pela repetição, pode ser relevante no sentido de apontar eventuais problemas no sistema contábil. O fato de a diferença ter sido pequena pode dever-se ao acaso.

10.5.4 Convenção da objetividade

Esta convenção pode ser explicada da melhor forma possível pelo exemplo que, a seguir, será relatado. Suponha-se que o contador, para a avaliação de um bem, dispusesse de duas fontes, a saber: a fatura relativa à compra do bem e o laudo do maior especialista mundial em avaliação. Deverá escolher, como valor de registro, o indicado na fatura. Entre um critério subjetivo de valor, mesmo ponderável, e outro objetivo, o contador deverá optar pela hipótese mais objetiva. A finalidade desta convenção é eliminar ou restringir áreas de excessivo liberalismo na escolha de critérios, principalmente de valor. Em tese, é uma convenção que contém seus méritos. Entretanto, seria necessário definir de forma mais precisa o que vem a ser objetividade. De fato, John W. Wagner[4] assim se define a respeito da objetividade na contabilidade:

> "Objectivity may be most usefully examined as a quality emerging from a social psychological process of perception." Em outro trecho do seu artigo, afirma: "If we really wish to obtain greater objectivity in accounting we will not do so either by eliminating the use of judgement or by permitting each individual to exercise his judgement freely. Instead what we must have are (a) standards of competence and ethics (...) (b) reference points (...)."

Em suma, nem só o que é material, palpável, tem a qualidade de ser objetivo. Mesmo porque a objetividade atribuída a tais elementos é uma imagem *criada* por nossa mente, que se utiliza, assim, do *julgamento*. Portanto, um julgamento pode ser objetivo, também, profissionalmente.

---

[4] JOHN, Wagner W. Defining objectivity in accounting. *The Accounting Review*, p. 599-605, July 1965.

Princípios e Convenções Contábeis – Quadro Sinótico

Elementos	No que Consiste	Validade Atual	Conseqüências	Observações
A. PRINCÍPIOS	Premissas básicas sobre fenômenos econômicos contemplados pela Contabilidade	Para alguns há discussão	Forma de ser da prática contábil	Derivam do consenso profissional (útil e prático)
1. Entidade	Contabilidade executada para entidades como pessoas distintas dos sócios	Total	Proteção contra malversações e confusões	Antigamente, a Contabilidade era para o Proprietário
2. Continuidade	Presume-se, em geral, que a empresa operará indefinidamente	Boa	"Custo como Base de Valor"	A aceitação da Descontinuidade mudaria a Contabilidade
3. Realização	Receita ocorre quando é realizada (na tranferência)	Discutível	Afeta resultados	Aspecto da Competência
4. Custo como Base de Valor	O que vale são os preços originais de aquisição ou fabricação	Discutível	Possível afastamento dos valores de Mercado	Custo, no caso igaul a Custo Histórico ou Custo Histórico Corrigido
5. Confrontação das Despesas com as Receitas	Despesas atribuídas de acordo com seu "fato gerador" e não pagamento	Boa	"Ajustes"	É muito difícil obter exatidão total
6. Denominador Comum Monetário	Contabilidade só registra eventos avaliáveis em moeda (dinheiro)	Limitada	Poder Aditivo	Característica Básica da Contabilidade
B. CONVENÇÕES	Qualificam e delimitam princípios	Razoável	Prática Contábil	Tão importante quanto princípios
1. Consistência	Não mudar de critério, sem aviso	Ótima	Comparabilidade	Auditores praticam
2. Conservadorismo	Ex.: Custo ou Mercado, o mais baixo	Muito discutível	Demonstrativos irreais	Vem de longa data
3. Materialidade (Relevância)	Não se preocupar com miudezas	Muito Boa	Economia	Questão de bom-senso
4. Objetividade	Sempre que possível, apoiar-se em documentos e evidências as mais objetivas possível	Boa, quando não exagerada	Fé da Contabilidade perante juízo e terceiros	Inerente à própria finalidade informativa (externa) da Contabilidade

10.5.5 *Estruturas conceituais emanadas de órgãos reguladores*

Os Princípios e Convenções analisados anteriormente representam uma das várias estruturas conceituais que pensadores contábeis apresentaram a fim de entender o arcabouço da doutrina contábil. Ela (a estrutura) é um resumo de vários trabalhos, como os de Hendriksen e Van Breda (Atlas, 1999) e Sérgio de Iudícibus (Atlas, 2009).

Verifica-se, ao lermos atentamente os itens anteriores, que a estrutura é algo antigo e que alguns conceitos, como **Custo Como Base de Valor**, já eram muito discutidos e desafiados, pelo menos na sua acepção mais conservadora.

Os Princípios Contábeis, enquadrados em algo que veio a se chamar Estrutura Conceitual, não são apanágio apenas de teóricos. Os órgãos reguladores (como a CVM, por exemplo – Comissão de Valores Mobiliários) e normatizadores (como o recém-criado CPC-Comitê de Pronunciamentos Contábeis) tem interesse e até obrigação de prover pronunciamentos sobre tais assuntos.

Já houve, no Brasil, num passado recente, dois pronunciamentos de entidades distintas e que tratavam da base conceitual. A deliberação 29, da CVM, de 1986, e as Resoluções 750 e 774, do CFC (Conselho Federal de Contabilidade), de 1993/4.

Mais recentemente ainda, como resultado da aderência do Brasil às Normas Internacionais de Contabilidade emanadas do IASB (International Accounting Standards Board), o CPC, o órgão brasileiro equivalente ao IASB, encarregado da convergência, emitiu um importante pronunciamento, logo adotado pela CVM, através da Deliberação CVM 539, em 14 de março de 2008, e pelo CFC, por sua Resolução 1.121/08.

Esse é, de fato, um documento sobre Estrutura Conceitual e adota um formato bastante diferente com relação ao visto nos itens anteriores. Chama-se Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Antes de mais nada, é importante notar que as antigas estruturas conceituais (da CVM e do CFC), já citadas, foram revogadas, tácita ou explicitamente, e que, a partir de agora, a Deliberação 539, da CVM (também adotada por outros órgãos reguladores por atos próprios) passa a ser a base conceitual ampla para a emissão das normas práticas posteriores e, de certa forma, a bíblia conceitual dos praticantes da contabilidade, a partir de 2008, o que

não quer dizer que os pensadores contábeis não possam elaborar avaliações e até algumas críticas.

O documento é bastante amplo e tem uma estrutura muito diferenciada dos documentos e estudos teóricos anteriores, sendo mais completo.

Em lugar de Princípios, temos apenas dois Pressupostos Básicos: **Regime de Competência e Continuidade**. Não trata da Entidade, por considerá-la (pensamos nós) um conceito autoexplicativo.

Dá uma grande ênfase aos Usuários e suas necessidade de informação, ao Objetivo das Demonstrações Contábeis e às Características Qualitativas das Informações às quais dedica boa parte do documento. Trata das Demonstrações Contábeis (Define Ativo, Passivo, Receitas e Despesas etc.), bem como de Reconhecimento dos Elementos, das Demonstrações Contábeis, Mensuração dos Elementos das Demonstrações Contábeis e Conceitos de Capital e de Manutenção de Capital.

Trata-se de um texto bastante diferente de todos com os quais estamos acostumados. De conteúdo denso e de não fácil entendimento e absorção.

Interessante é que, de todos os postulados, princípios e convenções aos quais estávamos habituados, só trata, como Pressupostos, de Regime de Competência e de Continuidade.

Noções como Relevância, Prudência, Materialidade e outras que, em nossa estrutura conceitual apresentada nos itens anteriores, são tratadas como **convenções**, nesse documento estão filiadas às Qualidades da Informação Contábil, perspectiva menos solene e codificada mas mais detalhada do documento, quando comparado aos anteriores com os quais estávamos familiarizados.

Outra característica é a amplitude dos assuntos tratados, que vão desde as necessidades dos usuários, até definições de ativo, passivo etc. e estrutura de capital, no que vai além dos documentos anteriores.

Esses assuntos, principalmente as definições dos elementos das demonstrações contábeis, não constavam nos documentos anteriores e nos estudos teóricos.

Os conceitos utilizados mais recentemente, em geral, por IASB, CVM etc., consagram a noção de **Valor Justo** e sua aplicação a certos itens do ativo e do passivo.

A definição de Valor Justo é bastante complexa, mas, para nossas finalidades, é parecida à de valor de realização, simplificando bastante o assunto.

Se não se encontrar, no mercado, o valor justo de um ativo igual ao que estamos avaliando, procuraremos o de um ativo equivalente. Se nem mesmo esse existir, iremos para cálculos de valor presente e outros métodos quantitativos mais sofisticados.

Para conhecer o documento oficial que hoje vigora no Brasil, que é o Pronunciamento Conceitual emitido pelo CPC, veja-se o *site* <www.cpc.org.br/pdf/pronunciamento_conceitual.pdf.>.

Apêndice I – Correção de balanços pelas variações do poder aquisitivo da moeda

I.1 Introdução

Não é necessário ser profissional de Contabilidade, administrador ou mesmo proprietário de empresa para perceber que as demonstrações contábeis de fim de período, bem como outros relatórios emanados do setor contábil, são estruturadas em parte na pressuposição de que a moeda não sofre variações em seu poder aquisitivo intrínseco.

Existem algumas razões para que os contadores, no exercício normal de sua profissão, procedam de forma tão conservadora, pelo menos nos relatórios oficiais. Uma delas é que o valor a ser atribuído a um bem é algo subjetivo, e que pode variar de apreciação para apreciação, de contador para contador. Para evitar os riscos do subjetivismo, prefere-se levantar relatórios contábeis que representem acumulação de valores históricos, isto é, resultantes de transações, de preços de mercado objetivamente incorridos ou ocorridos em várias datas, numa mescla de moedas de poder aquisitivo variável.

O fato de se levantarem Balanços com base em preços históricos não significa, todavia, que não possamos efetuar alguns ajustamentos, a fim de apresentar à administração visão mais realística e atualizada da situação financeira e de rentabilidade da empresa, quando necessário. Na realidade, devemos fazer isso.

Porém, o simples desejo, mesmo que imperioso, de ajustar as demonstrações de maneira a expurgá-las da variável inflacionária não soluciona automaticamente nosso problema; pelo contrário, coloca uma série de outros quesitos que devem ser resolvidos preliminarmente, tais como:

a) que tipo de valor se pretende obter;
b) qual o grau de detalhamento do ajustamento;
c) como proceder (quais índices de preços utilizar, quais as técnicas de ajustar certos itens do balanço etc.);
d) como interpretar os valores e demonstrações resultantes.

Quanto ao item (a), podemos, basicamente, ter em mente três alternativas:

1. desejo de obter o valor corrente de reposição dos bens constantes no balanço;
2. desejo de obter, primeiramente, um valor de reposição dos bens, para, em seguida, verificar, pela comparação entre índices gerais de preços e preços específicos de reposição, a situação da empresa em termos relativos;
3. desejo de "restaurar" tão somente a magnitude monetária dos dados históricos, corrigindo-os pela variação do poder aquisitivo geral da moeda.

As alternativas 1 e 2, pela complexidade inerente, embora proporcionando, a nosso ver, ajustamentos mais perfeitos, não serão abordadas neste Apêndice, devido à condição de introdução à teoria contábil de nosso livro. Concentraremos assim nossa atenção na alternativa 3, que, além de ser mais simples, é a que tem merecido a preferência da maioria dos contadores, bem como dos poderes públicos.

Mesmo assim é necessário deixar bem claro que o presente Apêndice não trata da "correção monetária de balanços", no sentido dado a esta expressão pela nossa legislação, mas das técnicas mais adequadas à correção de balanços históricos pela variação do poder aquisitivo da moeda. Técnicas que são aconselhadas pela maioria dos estudiosos que se dedicaram a esse problema, para finalidades administrativas da empresa e para melhor informar os interessados externos quanto à real situação de rentabilidade financeira da empresa, se vierem a ser adotadas no futuro.

O problema do grau de detalhamento (item b) do ajustamento será tratado de maneira bem simples. O ajustamento de dados históricos será feito apenas no fim dos períodos contábeis, como complemento dos relatórios tradicionais, sem alterar registros sistemáticos da Contabilidade, utilizando um mínimo de informações adicionais ao balanço e à demonstração de resultados.

A questão de como proceder (item c) será esclarecida à medida que o exemplo, apresentado a seguir, for resolvido. A interpretação das demonstrações resultantes (item d) é bastante fácil, como veremos no final deste Apêndice.

I.2 Exemplo de Ajustamento

A empresa comercial "ABC" Ltda: foi fundada em 1-1-X e apresentou as seguintes demonstrações financeiras para o ano fiscal encerrado em 31-12-X4 em milhares de reais, após depurar o efeito das correções legais:

Companhia ABC Ltda. Balanço em 31-12-X4				Em $ mil
Ativo				
		31-12-X4		**31-12-X3**
Caixa e Bancos		253		75
Duplicatas a Receber	300		250	
(–) Provisão para Devedores Duvidosos	(10)	290	(12)	238
Mercadorias		120		200
Móveis e Utensílios	250		200	
(–) Depreciação Acumulada	(25)	225	(20)	180
Total do ativo		888		693
Passivo e Patrimônio Líquido				
Passivo				
Contas a Pagar	50		70	
Fornecedores	100	150	150	220
Patrimônio Líquido				
Capital	320		320	
Lucros Acumulados	418	738	153	473
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		888		693

Companhia ABC Ltda.
Demonstração da conta de Resultados para o período 1-1-X4 a 31-12-X4

Vendas		1.480
(–) Custo das Mercadorias Vendidas		
Estoque Inicial	200	
(+) Compras	1.020	
Custo das Mercadorias Disponíveis para Venda	1.220	
(–) Estoque Final	(120)	(1.100)
Lucro Bruto		380
(–) Despesas Administrativas		(100)
(–) Provisão para Devedores Duvidosos		(10)
(–) Depreciação		270
Lucro Líquido		(5)
		265

Sabe-se que os $ 153 de lucros acumulados referem-se ao lucro líquido do ano anterior, que não foi distribuído durante o ano X4. O capital, por sua vez, não sofreu alterações durante o período.

Os móveis e utensílios foram comprados da seguinte forma: $ 200 no início do ano X e $ 50 em meados do ano X4.

A empresa utiliza o método PEPS de avaliação de estoques e sabe-se que as datas de sua aquisição são próximas ao balanço.

A provisão para devedores duvidosos do ano anterior foi totalmente utilizada no ano.

Por outro lado, as compras e vendas distribuem-se de maneira mais ou menos uniforme durante o ano todo.

A empresa deseja obter informações sobre o "lucro efetivo" do período, bem como valores atualizados de balanço, principalmente para saber qual o valor máximo que poderá distribuir aos sócios, sem enfraquecer o capital da sociedade, em fins de X4.

Defrontando-se com o problema do ajustamento, o Contador coletou os seguintes índices gerais de preços indicadores da inflação (posições hipotéticas):

Início do ano	100
Início do ano X4 (fim do ano X3)	180
Fim do ano X4	220
Meados do ano X4	200

I.3 Etapas do Ajustamento

Balanço de 31-12-X4

I.3.1 Itens do Balanço

I.3.1.1 Caixa e Bancos

O valor para este item, a ser apresentado no *Balanço Corrigido*, é exatamente igual ao valor histórico, pois as contas Caixa e Bancos são valores correntes por definição. O valor final deste item, portanto, será igual a $ 253.

I.3.1.2 Duplicatas a receber e provisão para devedores duvidosos

Duplicatas a Receber também é um valor expresso em moeda corrente, de forma que seu valor permanece inalterado, ocorrendo o mesmo com sua dedução: *Provisão para Devedores Duvidosos*, que é um valor derivado. Esses itens serão apresentados no balanço corrigido pelo valor de $ 300 e $ 10, respectivamente. (Não vamos discutir, neste apêndice, o problema do ajuste a valor presente, caso no valor nominal, prefixado, este desconto não esteja já efetuado.)

I.3.1.3 Mercadorias

Este item normalmente mereceria um ajuste. A rigor, dever-se-ia verificar qual o preço unitário de compra ou os preços unitários de compra dos lotes componentes do estoque final, as datas em que *tais lotes* foram comprados *e tais lotes* deveriam ser corrigidos por um valor correspondente à taxa de inflação ocorrida entre as datas das compras e a data do Balanço. Como a empresa utiliza o método Peps, todavia, e sabidamente este método tende a apresentar estoques avaliados por preços próximos dos preços correntes, desde que o ritmo de entradas e saídas seja bastante regular, o contador considerou como aproximação válida o valor apresentado no Balanço, de $ 120, achando que o maior grau de precisão que poderia ser atingido, corrigindo os valores, seria desprezível em face do trabalho adicional necessário.

I.3.1.4 Móveis e utensílios

Sabe-se que $ 200 referentes a este item foram adquiridos no início do ano X, quando o índice geral de preços era igual a 100. Para traduzir esse valor passado

em termos de preços de 31-12-X4 (data escolhida como base para a correção), é necessário multiplicá-lo por uma fração formada pelo índice no fim do ano X4 no numerador e no início do ano X, no denominador, isto é, 220/100 = 2,2. O valor atualizado dessa compra será, portanto, de $ 2,2 x 200 = $ 440. Por outro lado, os restantes $ 50 foram adquiridos em meados do ano X4, quando o índice de preços acusava 200. Para expressar esse valor em termos de fim de ano, basta multiplicá-lo por 220/200 = 1,1. O valor resultante é de $ 55.

Resumindo:	**Valor em 31-12-X4**
	$ mil
Compra do início do ano X	440
Compra de meados do ano X4	55
Valor corrigido dos móveis e utensílios	495

Será este o valor que aparecerá no balanço corrigido de 31-12-X4.

1.3.1.5 Depreciação acumulada

Pelas informações, podemos inferir que a taxa de depreciação dos $ 200 de móveis adquiridos em X é de 2,5% ao ano. De fato, $ 20 era o valor da depreciação acumulada em X3. Tal valor representava 10% do valor do Ativo. Do início de X até 31-12-X3 decorreram quatro períodos: 10/4 = 2,5. Os $ 20 de X3 corrigidos ficam iguais a $ 20 x 2,2 = $ 44. É preciso adicionar a depreciação de X4. Em valores históricos, é de $ 5, que representam exatamente 2,5% dos $ 200, o que leva a crer que a compra adicional de $ 50 não foi depreciada. Assim, os $ 5 seriam também corrigidos por 2,2, pois se referem à depreciação de um ativo adquirido em X: $ 5 x 2,2 = $ 11. Este último valor será a depreciação corrigida que aparecerá na Demonstração de Resultados, e o valor da depreciação acumulada corrigida, em X4, será de $ 44 + $ 11 = $ 55. O fato de a taxa de depreciação ser tão pequena não afeta o raciocínio do caso, nem o fato de a empresa não ter depreciado a nova compra. Se o tivesse, corrigiríamos sua depreciação por 1,10, coeficiente da data da aquisição dos $ 50 adicionais.[1]

---

[1] Note que, se a empresa não efetuou a depreciação em valores históricos, por erro ou outro motivo, o erro perpetua-se nos valores corrigidos.

I.3.1.6 Contas a pagar e fornecedores

Da mesma forma que *Duplicatas a Receber*, essas contas representam valores em moeda corrente, e, pelo menos para efeito de balanço, não serão ajustadas.[2]

I.3.1.7 Patrimônio Líquido

Este item será tratado como um todo no Balanço ajustado, pois, na realidade, é a diferença entre ativo e passivo. Assim, no *Balanço Corrigido* não distinguiremos os elementos componentes do *Patrimônio Líquido*, para facilitar, e esta será, evidentemente, a diferença entre ativo e passivo corrigidos monetariamente. Estamos, portanto, em condições de compor o *Balanço Corrigido*, em 31-12-X4.

Companhia ABC Ltda.
Balanço Geral Corrigido em 31-12-X4

		Em $ mil
I. ***ATIVO***		
Caixa e Bancos		253,00
Duplicatas a Receber	300,00	
(–) Provisão para Devedores Duvidosos	(10,00)	290,00
Mercadorias		120,00
Móveis e Utensílios	495,00	
(–) Depreciação Acumulada	(55,00)	440,00
Total do Ativo		1.103,00
II. ***PASSIVO***		
Contas a Pagar	50,00	
Fornecedores	100,00	150,00
I-II. ***PATRIMÔNIO LÍQUIDO***		953,00
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.103,00

O *Patrimônio Líquido no Balanço Corrigido* apresenta um valor maior do que o constante no Balanço Histórico, fato que não nos deve levar a concluir que o lucro em moeda constante seja maior do que o lucro histórico. Para apu-

[2] A rigor, tais contas, bem como as correspondentes do lado do Ativo, já deveriam estar expressas, antes da correção, por seu valor atual, por meio do processo de desconto.

rar o lucro em moeda constante (moeda de 31-12-X4), é necessário ajustar a demonstração de resultado histórico, e, ainda, para nos certificarmos de que o ajuste foi feito de maneira correta, deve-se comparar o balanço corrigido em 31-12-X4 com o balanço levantado em 31-12-X3 *expresso, todavia, em termos de moeda de 31-12-X4*. Isto será feito para verificar as tradicionais e íntimas relações entre balanço e demonstração de resultados. Sabemos que, na ausência de variações do capital ou de distribuição de lucros ou ajustando-se patrimônios líquidos para essas ocorrências, a diferença entre os valores dos patrimônios líquidos apresentados no balanço deve ser igual ao lucro líquido apresentado na demonstração de resultados. Esta é uma relação fundamental da Contabilidade e deve ser verificada qualquer que seja a base de valor adotada.

De acordo com os dados expostos logo após, podemos assim expressar os valores constantes do Balanço em 31-12-X3 em termos de moeda de 31-12-X4:

Balanço de 31-12-X3		Em $ mil
Ativo		
	Valor Histórico	**Valor em moeda de 31-12-X4**
Caixa e Bancos	$75{,}00 \times \frac{220}{180} =$	91,67
Duplicatas a Receber	$250{,}00 \times \frac{220}{180} =$	305,56
Provisões para Devedores Duvidosos	$12{,}00 \times \frac{220}{180} =$	(14,67)
Móveis e Utensílios	$200{,}00 \times \frac{220}{100} =$	440,00
Depreciação Acumulada	$20{,}00 \times \frac{220}{100} =$	(44,00)

Mercadorias	$200{,}00 \times \frac{220}{180} =$	244,44
Total do Ativo		1.023,00
Passivo		
Contas a Pagar	$70{,}00 \times \frac{220}{180} =$	85,56
Fornecedores	$150 \times \frac{220}{180} =$	183,33
Total do Passivo		268,89
Patrimônio Líquido (Ativo-Passivo)		754,11

Antes de comparar os valores dos patrimônios líquidos corrigidos, podemos obter o lucro histórico do período também por diferença entre patrimônios líquidos históricos:

Patrimônio Líquido Histórico em 31-12-X4	$ 738
(–) Patrimônio Líquido Histórico em 31-12-X3	$ 473
Lucro Líquido do Ano X4	$ 265

A mesma comparação pode ser efetuada em valores ajustados:

Patrimônio Líquido Ajustado em 31-12-X4	$ 953,00
(–) Patrimônio Líquido em 31-12-X3 em termos de moeda de 31-12-X4	$ (754,11)
Lucro Líquido em moeda do dia 31-12-X4	$ 198,89

I.3.2 Correção da Demonstração de Resultados

Em seguida, deve-se ajustar a demonstração de resultados para se saber se apuramos um lucro líquido corrigido igual ao apurado por diferença entre situações líquidas.

Companhia ABC Ltda. Demonstração de Resultados Corrigida – 1ª Versão Período: 1-1-X4 a 31-12-X4		Em $ mil
Vendas: 1.480,00 x 220/200		1.628,00
(–) Custo das Mercadorias Vendidas		
Estoque Inicial: 200 x 220/180 =	244,44	
+ Compras: 1020 x 220/200 =	1.122,00	
= Custo das Mercadorias Disponíveis para Venda –	1.366,44	
(–) Estoque Final	(120,00)	
Lucro Bruto		(1.246,44)
(–) Despesas Administrativas: 100 × 220 ÷ 200		381,56
(–) Provisão para Devedores Duvidosos em 31-12-X4		(110,00)
		(10,00)
(–) Depreciação (55,00 – 44,00) =		261,56
		(11,00)
(–) ***Perdas nos Itens Monetários***		250,56
a) No saldo Inicial		
93,00x 220/180 – 93,00 = 20,67		
b) Nos Acréscimos		
310,00 X – 310,00 = 31,00		
$310{,}00 \times \dfrac{220}{200} - 310{,}00 = 31{,}00$		(51,67)
Lucro Líquido Corrigido		198,89

1.3.3 Procedimento Adotado na Correção da Demonstração de Resultados

Aparentemente, a correção da demonstração de resultados apresenta-se como algo muito complexo, e, em realidade, pode vir a sê-lo em certos casos, não porém neste exemplo simplificado. Mais detalhadamente, passaremos a expor o que segue.

1.3.3.1 Vendas

Na falta de outras informações, supõe-se que as vendas se distribuam de maneira uniforme durante o período, o que equivale a considerar que

ocorreram no meio do período. Logo, são ajustadas multiplicando-se o valor histórico por uma fração que expresse, no numerador, o índice da data-base escolhida como padrão de comparação e, no denominador, o índice da data em que ocorreram as vendas, por simplificação, meados de X4.

I.3.3.2 Custo das mercadorias vendidas

Este é um elemento composto, que, portanto, não pode ser corrigido pela simples multiplicação de seu valor histórico por algum coeficiente. Temos que recorrer à correção isolada de seus elementos componentes. Assim, o *Estoque Inicial*, cujo valor histórico é de $ 200, já foi corrigido por ocasião do Balanço, e o mesmo valor entra na composição do *Custo das Mercadorias Vendidas* ($ 244). As compras, por sua vez, na premissa de que se verificaram uniformemente durante o período, devem ser ajustadas da mesma forma em que foram ajustadas as vendas, isto é, multiplicando-as por 220/200. O *Estoque Final*, em virtude do método PEPS, foi considerado um valor corrente no dia 31-12-X4 para efeito de Balanço, e o mesmo ocorre no que se refere à demonstração de resultados corrigida. Está, portanto, composto o *Custo das Mercadorias Vendidas*, em termos corrigidos.

I.3.3.3 Despesas administrativas

Supondo também que elas ocorreram homogeneamente durante o ano: $ 100 x 220/200 = $ 110,00.

I.3.3.4 Provisão para devedores duvidosos

Este é um valor que podemos considerar, como simplificação, formado em 31-12-X4; logo, entra na demonstração de resultados pelo mesmo valor constante nas demonstrações históricas.

I.3.3.5 Depreciação

Nesse caso, como vimos, a depreciação a constar da demonstração corrigida de resultados pode ser calculada por simples diferença entre as depreciações acumuladas constantes dos Balanços corrigidos. Assim ($ 55 – $ 44) = $ 11.

1.3.3.6 Perdas nos itens monetários

Este é o item de mais difícil explicação na demonstração corrigida, pois não aparece na demonstração histórica. De maneira geral, procura-se expressar o ganho (ou perda) em termos de poder aquisitivo sofrido pela empresa por trabalhar com maior ou menor saldo de *Itens Monetários* (*Itens Monetários* são o caixa, os direitos a receber dinheiro e as obrigações a serem pagas em dinheiro). É de conhecimento geral que, em períodos de inflação, quanto mais se retiver o dinheiro ou quanto mais tempo demorarmos para receber valores expressos em valores nominais prefixados, mais estaremos perdendo substância em termos de poder aquisitivo. Por exemplo, se no Balanço constar um cheque a receber no valor de $ 100, e só 20 dias após recebermos os mesmos $ 100, estes $ 100 compram, em períodos de inflação, menos bens e serviços do que comprariam se os tivéssemos recebido no dia do Balanço, quando o poder aquisitivo da moeda era maior. Em sentido inverso, quanto mais demorarmos para pagar nossos compromissos em períodos de inflação, mais estaremos ganhando em termos de poder aquisitivo. É claro que o raciocínio se inverte em períodos de quedas generalizadas de preços.

Assim, o item *Ganhos (Perdas) nos Itens Monetários* é uma forma simplificada de retratar tais circunstâncias, no caso das empresas.

Em nosso exemplo, o saldo inicial dos itens monetários era composto da seguinte forma em 31-12-X3.

	$ mil
Caixa e Bancos	75
Duplicatas a Receber (líquidas)	238
	313
(–) Fornecedores e Contas a Pagar	220
Saldo dos "Itens Monetários"	93

Na falta de maiores informações, presumimos que este saldo permaneceu sem aplicação até o fim do período (31-12-X4). Logo, houve perda de substância igual à taxa de inflação do período (22,222%). Assim, $ 93,00 x 22,222% = $ 20,67. Note que, na demonstração de resultados, o cálculo foi expresso de maneira diferente. Porém, o resultado é igual, pois $ 93 × 220/180 – $ 93 = $ 20,67

é o mesmo que:

$ 93 × 220/180 – $ 93 × 220/220 = $ 20,67.

Por outro lado, a composição do saldo final dos itens monetários era a seguinte (em 31-12-X4):

	$ mil
Caixa e Bancos	253
Duplicatas a Receber (líquidas)	300
	553
(–) Fornecedores e Contas a Pagar	150
Saldo dos "Itens Monetários"	403

Por conseguinte, houve acréscimo durante o período de $ 403 – $ 93 = $ 310 no saldo dos *Itens Monetários*. Como interpretar este acréscimo? Pelas informações do problema, somos levados a pressupor que se verificou uniformemente durante o período, o que equivale a dizer que o acréscimo ocorreu no meio do período e que permaneceu sem aplicação do meio até o fim do período. Assim, $ 310 × 0,10 (taxa de inflação do meio até o fim do período) = $ 31 de perda. Somando-se as perdas, obtêm-se os $ 51,67 constantes da demonstração de resultados.

Note que, se o passivo monetário (fornecedores e contas a pagar, no caso) superasse o ativo monetário, teríamos um ganho líquido pela inflação, e não uma perda, como ocorreu.

I.4 Correção Integral de Balanços

Essa metodologia mostrada no item anterior é a preconizada pelo IASB – Comitê de Normas Contábeis Internacionais – para os países de alta inflação, e também adotado por vários países quando o índice geral de preços é grande (inclusive pelos Estados Unidos).

No Brasil, entre 1987 e 1995 vigorou a obrigatoriedade, para as companhias abertas, de uma determinação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM – para que elas apresentassem suas demonstrações com base na Correção Integral.

Essa metodologia, a da Correção Integral, é baseada na que foi mostrada no item anterior, distinguindo-se dela por dois pontos: (1) adoção do ajuste a valor presente dos itens monetários prefixados nas datas de balanços (que não vamos discutir neste apêndice); e (2) distribuição dos ganhos e perdas nos itens monetários pelos componentes do resultado a que se referem.

Em nosso exemplo, vimos que os itens monetários da empresa são: *Disponibilidades, Duplicatas a Receber, Contas a Pagar* e *Fornecedores*. Sabemos que as duplicatas a receber estão vinculadas às vendas; ora, se perdemos capacidade aquisitiva porque demoramos a receber o valor originado das vendas, isso significa que perdemos, efetivamente, parte do valor real dessas mesmas vendas.

Assim, pela metodologia da Correção Integral calculamos as perdas em *Duplicatas a Receber* individualmente e deduzimos essa perda do valor das *Vendas*. O mesmo fazemos com os ganhos em *Fornecedores*, deduzindo-os do *Custo das Mercadorias Vendidas*; e deduzimos os ganhos em *Contas a Pagar das Despesas* a que se referem. Se as *Disponibilidades* tivessem sido aplicadas no mercado financeiro, gerando receitas financeiras nominais, deduziríamos suas perdas dessas receitas para produzirmos o valor das receitas financeiras reais, isto é, as acima da inflação. Como isso não ocorreu em nosso exemplo, trataremos essa perda de forma individual, solitária.

Refaremos então os cálculos (em $ mil):

1.4.1 *Caixa e Bancos*

A empresa saiu de um saldo inicial de $ 75 e terminou com $ 253. Consideraremos a perda de 22,222% (220/180-1) sobre o saldo inicial mais a de 10% sobre o acréscimo de $ 178:

Perda sobre o saldo inicial: $ 75 × 22,222%	=	$ 16,67
Perda sobre o acréscimo: $ 178 × 10%	=	$ 17,80
Perda Total sobre Caixa e Bancos	**=**	**$ 34,47**

Essa perda aparecerá na demonstração do resultado de forma individual, já que não há receita financeira produzida por esse dinheiro que ficou sofrendo os efeitos inflacionários.

I.4.2 Duplicatas a Receber

Perda sobre o saldo inicial: $ 238 × 22,222%	= $ 52,89
Saldo final:	$ 300
Perda sobre o acréscimo: $ 62 × 10%	= $ 6,20
Perda Total sobre Duplicatas a Receber	= **$ 59,09**

(Observar que trabalhamos com o saldo inicial já líquido da provisão para devedores duvidosos e que no resultado não há saldo nenhum dessa provisão revertido.)

E essa perda será deduzida das Vendas. Assim, teremos:

I.4.3 Vendas

Valor original, corrigido para moeda de fins de 31-12-X4, conforme já visto no item anterior:	$ 1.628,00
Menos perdas em Duplicatas a Receber:	**$ (59,09)**
Valor novo a aparecer de Vendas, conforme Correção Integral: **Vendas corrigidas e ajustadas:**	**$ 1.568,91**

I.4.4 Fornecedores

Sobre as contas prefixadas de passivo, a inflação resulta em "ganhos", já que o valor real do que se paga é menor do que o registrado no início da transação. Temos, portanto:

Ganho sobre o saldo inicial: $ 150 × 22,222%	= $ 33,33
Saldo final:	$ 100
"Perda" sobre o decréscimo: $ 50 × 10%	= $ (5,00)
Ganho Total	= **$ 28,33**

Nesse caso, a conta diminuiu de saldo durante o período, o que significa que ela não sofreu o ganho todo calculado na hipótese da manutenção do saldo inicial exposto à inflação de 22,222% ou seja, não produziu de fato todo o ganho inicialmente calculado em $ 33,33. Por isso, deduzimos o efeito da inflação sobre a redução do saldo para calcularmos o efeito líquido

correto durante o período, considerando uma redução constante ao longo do tempo, que é o mesmo que supor ocorrida no meio do ano. Na verdade, não se trata de uma "perda" sobre a redução do saldo de *Fornecedores*, mas de uma correção do ganho exageradamente calculado na linha anterior, já que o saldo inicial decresceu durante o período e não ficou tão exposto aos efeitos da inflação.

Esse ganho de $ 28,33 vai reduzir o valor do *Custo das Mercadorias Vendidas*, já que a inflação fez com que, em termos reais, elas custassem menos do que havia sido já calculado em item anterior (I.3.3.2). Voltando ao que havíamos calculado, e efetuando o devido ajuste agora, temos:

I.4.5 *Custo das Mercadorias Vendidas*

Estoque Inicial: $ 200 × 220/180	=		$ 244,44
Compras $ 1.020 × 220/200	=	$ 1.122,00	
(–) **Ganho em Fornecedores**	=	$ 28,33	**$ 1.093,67**
Estoque Final: $ 120 × 220/200	=		($ 120,00)
Custo das Mercadorias Vendidas, corrigidas e ajustadas pelos ganhos em fornecedores:			**$ 1.218,11**

I.4.6 *Contas a Pagar*

Essa conta também teve redução em seu saldo durante o período; os efeitos da inflação sobre ela são:

Ganho sobre o saldo inicial: $ 70 × 22,222%	=	$ 15,56
"Perda" sobre a redução: $ 20 × 10%	=	($ 2,00)
Ganho líquido sobre Contas a Pagar	=	**$ 13,56**

Esse ganho diminuirá o valor das *Despesas Administrativas*, já que as *Contas a Pagar* são referentes às despesas ainda não pagas:

Despesas Administrativas já vistas: $ 100 × 220/200	=	$ 110,00
Menos ganhos em Contas a Pagar	=	**($ 13,56)**
Despesas Administrativas corrigidas e ajustadas	=	**$ 96,44**

I.4.7 Demonstração do Resultado em Correção Integral

Após esses cálculos, podemos remontar a Demonstração do Resultado, agora de forma bem mais completa e inteligível, considerando de forma mais explícita os efeitos da inflação sobre os diversos componentes patrimoniais (ativos e passivos monetários) e alocando-os às linhas do resultado a que de fato pertencem:

Companhia ABC Ltda.
Demonstração do Resultado – 2ª Versão
Pela Correção Integral – Ano de X4
Em moeda de 31-12-X4

Em $ mil

Vendas	$ 1.568,91
(–) Custo das Mercadorias Vendidas	($ 1.218,11)
Lucro Bruto	$ 350,80
(–) Despesas Administrativas	($ 96,44)
(–) Provisão para Devedores Duvidosos	($ 10,00)
(–) Depreciação	($ 11,00)
(–) Perda em Caixa e Bancos	($ 34,47)
Lucro Líquido Corrigido	$ 198,89

Voltamos a repetir que a Correção Integral exige ainda o ajuste a valor presente das contas a receber e a pagar prefixadas, que não estamos aqui introduzindo por questão de facilidade.

I.5 Uma Forma Simplificada de Correção Monetária ("Legislação Societária")

O Brasil utilizou, de 1978 a 1995, outra forma simplificada de correção monetária das demonstrações contábeis, conhecida por "correção pela legislação societária", já que foi introduzida pela Lei das S.A. de 1976.

Trata-se de uma forma extremamente simples, válida para taxas de inflação baixas, mas totalmente inadequada para análise do resultado quando

a inflação é alta. (Acima de dois dígitos, o indicado é a metodologia da Correção Integral.)

Segundo essa forma de corrigir, que também era válida para fins de cálculo do lucro tributável, os procedimentos básicos são os seguintes:

- Corrigem-se todas as contas do *Ativo Permanente*, em contrapartida a uma conta especial da demonstração do resultado, normalmente denominada simplesmente Correção Monetária.
- Corrigem-se todas as contas do *Patrimônio Líquido*, exceto as do resultado do próprio período, em contrapartida àquela mesma conta.
- Computa-se o saldo dessa conta de Correção Monetária na *Demonstração do Resultado*, credora ou devedora, sem se atualizarem quaisquer outras contas e sem qualquer cálculo de ganhos ou perdas sobre os itens monetários.

Genericamente, temos:

Débito: **Contas Devedoras do Ativo Permanente**
Crédito: **Correção Monetária**

Débito: **Correção Monetária**
Crédito: **Contas Credoras do Ativo Permanente** (retificadoras, como Depreciação Acumulada e outras)

Débito: **Correção Monetária**
Crédito: **Contas Credoras do Patrimônio Líquido**

Débito: **Contas Devedoras do Patrimônio Líquido** (Prejuízos Acumulados, Ações em Tesouraria, por exemplo)
Crédito: **Correção Monetária**

1.5.1 Aplicando a nosso Exemplo – Restaurando valores do Balanço Inicial

A primeira providência nossa seria restabelecer quais seriam os saldos do *Ativo Permanente* e do *Patrimônio Líquido* do exemplo em questão no Balanço Inicial, ou seja, em 31-12-X3. Nessa data, as contas do ativo permanente *Móveis e Utensílios* e sua *Depreciação Acumulada* já apareceriam no Balanço pelos valores corrigidos até então. E as contas do patrimônio líquido também.

Vimos no item I.3.1.4 que os $ 200 desse ativo imobilizado foram comprados quando o índice geral de preços era 100 e que na data desse Balanço o índice é de 180.

Com isso, sabemos que podemos calcular:

Móveis e Utensílios em 31-12-X3:

$ 200 x 180/100 = $ 360

Depreciação Acumulada em 31-12-X3:

Como a depreciação à época, nominal em $ 20, se refere a esse ativo, tal valor precisa ser atualizado pelo mesmo índice:

$ 20 x 180/100 = $ 36

Com isso, o *Imobilizado Líquido* que estava por $ 180 ($ 200 diminuído da *Depreciação Acumulada* de $ 20), passa, em 31-12-X3, a $ 324 ($ 360 menos depreciação de $ 36). Esse acréscimo líquido de $ 180 para $ 324 (no valor de $ 144) será considerado, no Balanço de 31-12-X3, acréscimo a *Lucros Acumulados*, já que se refere a ajustes desses anos anteriores.

Precisamos agora ver quais teriam sido os valores das contas do Patrimônio Líquido em 31-12-X3.

Capital

Vamos supor, por simplificação, que o *Capital* tenha sido formado também quando o índice de preços era 100. Temos assim o valor corrigido para 31-12-X3:

$ 320 x 180/100 = $ 576

Esse ajuste de $ 256 será considerado contra *Lucros Acumulados*, já que estamos falando de anos anteriores a X4.

Lucros Acumulados

Essa conta tinha, em 31-12-X3, o valor nominal de $ 153. Não nos interessa a correção, no passado, de seus saldos, já que seria débito e crédito na mesma conta, porque estamos tratando de ajustes anteriores a X4.

Assim, para sabermos seu valor atualizado em 31-12-X3, precisamos considerar apenas os efeitos já vistos logo atrás: o aumento pela correção líquida do ativo permanente e o efeito do ajuste do capital social:

Valor nominal em 31-12-X3	$ 153
Correção do Ativo Permanente	$ 144
Correção do Capital	($ 256)
Saldo Corrigido em 31-12-X3	$ 41

Com isso, o Patrimônio Líquido em 31-12-X3, antes de $ 473 (capital mais lucros acumulados) é, agora, corrigido para essa data, de $ 617 ($ 576 de capital e $ 41 de lucros acumulados).

Veja-se que o Balanço de 31-12-X3, completo, ficaria assim com essa metodologia:

Companhia ABC Ltda.
Balanço em 31-12-X3
Pela "Legislação Societária"

Em moeda de 31-12-X3		Em $ mil
Ativo		
Caixa e Bancos		75
Duplicatas a Receber	250	
(–) Provisão para Devedores Duvidosos	(12)	238
Mercadorias		200
Móveis e Utensílios	360	
(–) Depreciação Acumulada	(36)	324
Total do Ativo		837
Passivo e Patrimônio Líquido		
Passivo		
Contas a Pagar	79	
Fornecedores	150	220
Patrimônio Líquido		
Capital	576	
Lucros Acumulados	41	617
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		837

I.5.2 Aplicando a Nosso Exemplo – O Resultado de X4

Esse modelo simplificado de cômputo dos efeitos da inflação é aplicado, para cálculo do resultado de X4, bem como para atualização do Balanço de 31-12-X4, da seguinte forma:

I.5.2.1 Atualização das contas do Ativo Permanente

Móveis e Utensílios – Corrigindo seu saldo inicial até 31-12-X4, contra a conta de Correção Monetária comentada:

Valor da correção do saldo inicial: $ 360 x 220/180 – $ 360 = $ 80,00

Mas há o acréscimo de $ 50 pela nova aquisição, ocorrido quando o índice geral de preços era 200; assim, é preciso complementar:

Valor da correção do acréscimo: $ 50 x 220/200 – $ 50 = $ 5

Lançamento contábil:

Móveis e Utensílios
a **Correção Monetária** $ 85,00

Depreciação do Exercício:

Como a conta foi corrigida para $ 440,00, a *Depreciação do Exercício* será calculada com base nesse valor, e não como havia sido na demonstração a valores puramente históricos; assim, a depreciação do período será de (lembrando que o ativo novo não sofreu depreciação no período, conforme visto no item I)

2,5% x $ 440,00 = $ 11,00

e não $ 5,00 como no resultado a valor histórico, mas igual, por outro lado, ao valor da Correção Integral.[3]

[3] Na prática, a legislação fiscal exigia a depreciação calculada não sobre o valor final do período, mas pelo valor médio do ano, mas a diferença era computada na conta de Correção Monetária, o que dá exatamente no mesmo em termos de resultado líquido final.

Depreciação Acumulada:

O saldo inicial era de $ 36,00, que precisa ser atualizado:

Valor da correção: $ 36,00 x 220/180 – $ 36,00 = $ 8,00

Lançamento contábil:

Correção Monetária
a **Depreciação Acumulada** $ 8,00

Com isso, essa conta, que era de $ 36,00, sofre os acréscimos de $ 8,00 por correção monetária de $ 11,00 pela nova depreciação, chegando ao saldo final atualizado de $ 55,00.

1.5.2.2 Atualização das contas do Patrimônio Líquido

Capital

Valor da correção: $ 576 x 220/180 – $ 576 = $ 128,00

Lucros Acumulados

Valor da correção: $ 41 x 220/180 – $ 41 = $ 9,11

Lançamento contábil:

Correção Monetária

a	**Diversos**		
a	**Capital**	$ 128,00	
a	**Lucros Acumulados**	$ 9,11	$ 137,11

1.5.2.3 Conta de Correção Monetária

Com esses lançamentos, a conta de *Correção Monetária* terá ficado com o seguinte saldo:

Correção Monetária

Depreciação Acumulada	8,00	85,00 Móveis e Utensílios
Capital	128,00	
Lucros Acumulados	9,11	
Saldo	60,11	

Esse saldo irá para a Demonstração do Resultado, como o saldo líquido de ajustes para fazer com que o resultado líquido fique acertado, mesmo sem que se acertem as demais contas dessa demonstração.[4]

I.5.2.4 Demonstração do Resultado pelo Método Simplificado da "Legislação Societária"

A Demonstração do Resultado, dentro desse formato que não mais está em vigor no Brasil, mas extremamente simples de ser operacionalizado, ficaria então:

Demonstração do Resultado – 2ª Versão
Pela "Legislação Societária" – Ano de X4
Em $ mil

Vendas	$ 1.480,00
(–) Custo das Mercadorias Vendidas	($ 1.100,00)
Lucro Bruto	$ 380,00
(–) Despesas Administrativas	($ 100,00)
(–) Provisão para Devedores Duvidosos	($ 10,00)
(–) Depreciação	($ 11,00)
(–) Correção Monetária	($ 60,11)
Lucro Líquido Corrigido	**$ 198,89**

[4] Veja que só foi alterada a conta de depreciação que, na forma da legislação então vigente, não ficava pelo valor atualizado como estará agora, mas pelo valor atualizado até a moeda média do ano, conforme já comentado; desconsideraremos isto por ser particularidade que não nos interessa no momento.

Exatamente o mesmo resultado que o obtido pela Correção Integral[5]

1.5.2.5 Comparações com a correção integral

Veja que todas as contas são praticamente diferentes dos saldos obtidos pela Correção Integral, exceto, neste exemplo, a *Provisão para Devedores Duvidosos* e a *Depreciação*.

Realmente incrível este método simplificado: mudando apenas a *Depreciação* e introduzindo a conta de *Correção Monetária*, tem-se o mesmo saldo líquido que a Correção Integral.

O Balanço Final também é exatamente o mesmo que o produzido pela Correção Integral.

Na prática, diversas diferenças existiam que faziam com que muitas vezes os dois Balanços não fossem coincidentes e o lucro líquido também não; isso ocorria por causa da correção monetária dos estoques na Correção Integral, mas não na legislação societária; ou então pelos ajustes a valor presente naquela e não nesta; pela atualização monetária de outras contas na Correção Integral, como adiantamentos a fornecedores, adiantamentos de clientes, despesas antecipadas e outras que não sofriam atualização monetária pela legislação societária.

Essas diferenças, porém, eram sempre temporais já que, a longo prazo e desde que se utilizasse o mesmo indicador, os dois métodos convergiam completamente.

O importante é notar que a metodologia mais correta e avançada é a da Correção Integral, mas que a simplificada "pela legislação societária" não deixa de ser alternativa razoável para baixas taxas de inflação.

O pior de tudo é termos inflação, por mais baixa que seja, e nada considerarmos nas apurações do resultado e nos balanços das empresas. A Contabilidade, com isso, presta um desserviço pela informação não adequada que produz. Por isso, mesmo que a correção não exista por imposição legal, todo profissional de qualidade precisa gerencialmente evidenciar os efeitos da inflação.

---

[5] Para melhor entendimento do porquê da lógica desse modelo de correção simplificada, veja o artigo do Prof. Eliseu Martins "Um pouco do modelo brasileiro de correção monetária das demonstrações financeiras", publicado no Caderno Temática Contábil, *Revista IOB*, nº 45, nov. 2004.

I.6 Conclusões

a) Os processos de correção expostos são relativamente fáceis e de grande utilidade no que se refere a tomadas de decisões importantes por parte do empresariado. A correção mostra, entre duas coisas, que o máximo que se pode distribuir aos sócios, sem enfraquecer o patrimônio líquido, é $ 198,89 e não $ 265, como seríamos induzidos pelos relatórios históricos. Por outro lado, oferece visão analítica, na Correção Integral por meio da demonstração corrigida de resultados, de como se formou o lucro corrigido.

b) A correção é consubstanciada por relatórios suplementares, sem alterar os registros históricos.

c) Evidentemente, não se chega a um lucro totalmente "real" por meio desse processo de correção (outros métodos mais complexos se aproximam bastante deste ideal), porém, aos que, com base nesta premissa, procuram invalidar todos os esforços de qualquer tipo de correção citamos uma frase de R. S. Gynter contida em seu livro *Accounting for price-level changes*, Pergamon Press, 1966, p. 2, que afirma: "É preferível estarmos aproximadamente certos do que exatamente errados".[6]

---

[6] Cabe lembrar que em nosso exemplo foi escolhida a data final como base de correção (31-12-X4), da mesma forma como poderíamos ter escolhido qualquer outra base, no caso de ser mais adequada. Por outro lado, o método funciona qualquer que seja a hipótese de distribuição de vendas, compras, custos e receitas, no decorrer do ano. Basta escolher (e ter possibilidade prática de escolher) os índices adequados nas datas desejadas. Interessa é que o numerador da fração de correção seja sempre o índice da data escolhida como base e o denominador, o índice da data em que se materializou, no tempo, o elemento contábil que queremos corrigir.

Apêndice II – Análise de Demonstrações Contábeis: Introdução

Uma das principais finalidades da Contabilidade é demonstrar periodicamente a situação patrimonial, financeira e de rentabilidade das empresas.

Essa demonstração é consubstanciada basicamente no *Balanço Patrimonial* e na *Demonstração de Resultados*.

Neste Apêndice, veremos como se analisam os aspectos fundamentais das referidas demonstrações. Fugiria aos objetivos deste livro um maior aprofundamento neste assunto, pelo que nos limitaremos a dar ao leitor algumas ideias básicas da análise das demonstrações contábeis.[1]

II.1 Advertências Iniciais

Primeira – Muito embora a análise das demonstrações contábeis de uma empresa forneça, normalmente, uma boa ideia de sua situação geral, é preciso esclarecer que podem existir vários aspectos da empresa não evidenciados por esta análise. Se, por exemplo, uma empresa, trabalhando com capacidade ociosa crônica de seus equipamentos, ainda consegue razoável rentabilidade, aquele fato poderá ficar encoberto numa simples análise de suas demonstrações; desde que tal fato seja descoberto, por meio de um estudo mais completo da empresa, a ociosidade poderá ser eliminada, com o consequente aumento da rentabilidade. Em virtude de fatos como este, um perfeito diagnóstico econômico e financeiro de uma empresa deverá incluir outras análises, além da de suas demonstrações contábeis.

Segunda – A constatação pura e simples de diversos índices relativos a uma única demonstração de resultados e um único Balanço poderá oferecer conclusões de alguma valia para o observador. Entretanto, são conclusões bastante limitadas em relação ao que se poderia obter, comparando esses números com os dos exercícios anteriores e com os de outras empresas do mesmo ramo ou do mesmo porte.

Veja, por exemplo, o caso de uma empresa que apresentou em X8 um lucro líquido de 10% sobre o valor das vendas do período. Esse resultado pode ser considerado bom se analisado isoladamente. Todavia, ao verificarmos que os resultados da mesma empresa nos anos anteriores foram os seguintes:

X5	20%
X6	16%
X7	13%

concluiremos que o resultado de X8 não foi tão bom como a princípio parecia ser. Em tais circunstâncias, outras observações devem ser feitas para se verificar a causa do decréscimo contínuo do lucro líquido da empresa.

A comparação com índices-padrão estabelecidos pela média dos índices das empresas do mesmo ramo ou do mesmo porte também é conveniente e esclarecedora a respeito da situação de determinada empresa. Neste aspecto, o grande problema é o da obtenção de tais índices-padrão. No Brasil, dispomos de excelente trabalho da *Serasa*, sobre índices-padrão, bem como de trabalhos excelentes, como o das *Maiores e Melhores* da Revista *Exame*.

II.2 Exemplo de uma Série de Demonstrações

Para facilitar a explicação, utilizaremos uma série de demonstrações de uma empresa fictícia, Empresa Comercial Appolo Ltda., a saber:

Empresa Comercial Appolo Ltda.
Balanços Comparados em 31-12-X5, X6 e X7
Em $ milhões

Ativo

	31-12-X5	31-12-X6	31-12-X7
Ativo Circulante			
Caixa	100	110	105
Bancos – C/Movimento	408	510	2.800
Estoques de Mercadorias	2.000	2.510	1.280
Clientes	4.020	4.400	1.640
	6.528	7.530	5.825
Ativo Não Circulante			
Imóveis	1.000	1.200	2.200
Veículos	1.800	1.900	2.500
Intangível	200	250	260
Total do Ativo	9.528	10.880	10.785

Passivo e Patrimônio Líquido

Passivo Circulante			
Fornecedores	1.800	1.950	2.105
Títulos a Pagar	–	–	1.000
– C/Correntes – Diversos	308	250	400
	2.108	2.200	3.505
Patrimônio Líquido			
Capital	3.000	6.000	6.000
Lucros Acumulados	4.420	2.680	1.280
	7.420	8.680	7.280
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	9.528	10.880	10.785

Empresa Comercial Appolo Ltda. Demonstrações de Resultados Comparadas dos Exercícios	X5	X6	X7
Vendas	13.530	14.640	16.150
Estoque Inicial	1.550	2.000	2.510
Compras	8.020	8.040	7.440
	9.570	10.040	9.950
(–) Estoque Final	2.000	2.510	1.280
Custo das Mercadorias Vendidas	7.570	7.530	8.670
Lucro Bruto	5.960	7.110	7.480
Despesas:			
Ordenados e Honorários	2.260	2.590	2.720
Impostos	1.010	1.240	1.370
Publicidade	500	450	690
Financeiras	250	350	1.220
Diversos	180	380	490
	4.200	5.010	6.490
Lucro Líquido	1.760	2.100	990

II.3 Observações sobre as Demonstrações

Nas demonstrações, pode-se observar que:

a) as importâncias estão arredondadas, em milhões de reais, para facilitar a leitura e os cálculos;

b) os saldos das contas *Clientes* e *Veículos* já se apresentam deduzidos das provisões para devedores duvidosos e para depreciação, respectivamente;

c) estamos admitindo os valores em moeda constante ou uma inflação desprezível.

II.4 Análise Patrimonial-Financeira

Os principais índices, para efeito da análise patrimonial-financeira, são os que se acham relacionados a seguir.

Quocientes de Liquidez

	31-12-X5	31-12-X6	31-12-X7
Liquidez Corrente			
$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	$\frac{6.528}{2.108} = 3{,}1$	$\frac{7.530}{2.200} = 3{,}4$	$\frac{5.825}{3.505} = 1{,}7$
Liquidez Seca			
$\frac{\text{Ativo Circulante (–) Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$	$\frac{4.528}{2.108} = 2{,}1$	$\frac{5.020}{2.200} = 2{,}3$	$\frac{4.545}{3.505} = 1{,}3$
Liquidez Imediata			
$\frac{\text{Disponível}}{\text{Passivo Circulante}}$	$\frac{508}{2.108} = 0{,}2$	$\frac{620}{2.200} = 0{,}3$	$\frac{2.905}{3.505} = 0{,}8$

Os quocientes de liquidez referem-se às possibilidades da empresa de pagar seus compromissos de prazo curto, ou seja, os compromissos até 360 dias mais ou menos.

A "liquidez corrente" é a que resulta da comparação entre o ativo corrente[1] (representado pelos valores disponíveis, mais os realizáveis em dinheiro a curto prazo) e o passivo corrente (representado pelo exigível a curto prazo). Dizer que em 31-12-X5 o quociente de liquidez corrente era de 3,1 significa que para cada real de dívida a curto prazo a empresa possuía 3,1 reais de elementos disponíveis ou realizáveis também a curto prazo. Trata-se, portanto, de uma situação que pode ser considerada boa ou privilegiada, porque não prevê dificuldades para a empresa em pagar suas dívidas em prazo curto. Deve-se observar, entretanto, que a empresa apresenta em 31-12-X7 um quociente bem menor, ou seja, de 1,7, o que demonstra uma situação menos privilegiada, embora não alarmante. Em geral, considera-se bom o quociente de 1,5 para cima. Mas isso depende fortemente dos prazos médios de recebimento das

[1] Corrente = circulante.

vendas, de pagamento das compras e de retenção de estoques, o que varia de empresa para empresa.

A diferença entre a liquidez corrente e a liquidez seca reside apenas em não se considerarem nesta última os estoques de mercadorias e despesas antecipadas no ativo corrente. Em nosso exemplo, os quocientes são de 2,1, 2,3 e 1,3, respectivamente, para os anos de X5, X6 e X7. Podem-se considerar tais índices bons, de vez que em certas circunstâncias mesmo a liquidez seca menor do que 1 pode ser considerada normal.

Com referência à liquidez imediata da empresa, que é medida pela relação entre o disponível e o passivo corrente, pode-se também dizer que é regular, pois se trata de um quociente que idealmente deve estar em torno de 0,1 ou 0,2, dependendo do prazo médio de vencimento das obrigações.[2]

Todavia, não se pode esquecer que ao efetuar lançamentos contábeis somam-se ou subtraem-se valores nas contas afetadas; não se fazem operações de multiplicar e ou dividir. Como os quocientes de liquidez que acabamos de ver são obtidos pela divisão de valores extraídos dos saldos das contas do Ativo e do Passivo Circulantes, esses quocientes podem ser afetados de forma não proporcional, provocando sérias distorções para efeito de análise.

A título de exemplo, imaginemos que a Empresa Comercial Appolo tenha pago, no último dia do exercício, 2.605 milhões de reais aproveitando recursos em Caixa e em Bancos.

Com as mudanças verificadas, tendo em vista o hipotético pagamento em 31-12-X7, estamos reapresentando os três balanços, sendo que o de 31-12-X7 já devidamente modificado.

---

[2] A respeito de prazos médios, poderíamos, também, calcular mais duas relações importantes: o "prazo médio de cobranças" e o "prazo médio de pagamentos". O prazo médio de cobranças, por exemplo, poderia ser calculado da seguinte forma:

$$\frac{\frac{\text{Valores a receber Médio}}{\text{Vendas a Prazo}}}{360}$$

e expressa o número de dias necessários, em média, para receber o valor de uma venda a prazo; cálculo semelhante seria feito para pagamentos.

Empresa Comercial Appolo Ltda.
Balanços Comparados em 31-12-X5, X6 e X7 (modificado)
Em $ milhões

Ativo

	31-12-X5	31-12-X6	31-12-X7
Ativo Circulante			
Caixa	100	110	80
Bancos – C/Movimento	408	510	220
Estoques de Mercadorias	2.000	2.510	1.280
Clientes	4.020	4.400	1.640
	6.528	7.530	3.220
Ativo Não Circulante			
Imóveis	1.000	1.200	2.200
Veículos	1.800	1.900	2.500
Intangível	200	250	260
Total do Ativo	9.528	10.880	8.180

Passivo e Patrimônio Líquido

Passivo Circulante			
Fornecedores	1.800	1.950	300
Títulos a Pagar	–	–	500
– C/Correntes – Diversos	308	250	100
	2.108	2.220	900
Patrimônio Líquido			
Capital	3.000	6.000	6.000
Lucros Acumulados	4.420	2.680	1.280
	7.420	8.680	7.280
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	9.528	10.880	8.180

Os quocientes de liquidez conseqüente foram afetados, passando a ser os seguintes:

Quocientes de Liquidez Alterados

	31-12-X5	31-12-X6	31-12-X7
Liquidez Corrente			
Ativo Circulante / Passivo Circulante	8.528 / 2.108 = 3,1	7.530 / 2.200 = 3,4	3.220 / 900 = 3,6
Liquidez Seca			
Ativo Circulante (–) Estoques / Passivo Circulante	4.528 / 2.108 = 2,1	5.020 / 2.200 ≐ 2,3	1.940 / 900 = 2,2
Liquidez Imediata			
Disponível / Passivo Circulante	508 / 2.108 = 0,2	620 / 2.200 = 0,3	300 / 900 = 0,3

Devemos observar que, aparentemente, a situação da empresa melhorou muito com o pagamento da dívida, elevando seu índice de 1,7 para 3,6, o que não é verdade. A situação da empresa continua a mesma, ou pode até piorar. Veja como a análise do Capital Circulante Líquido complementa esta análise: o CCL era de $ 4.420 em X5, subiu para $ 5.330 em X6, mas caiu para $ 2.320 em X7!

II.4.1 Quociente de Imobilização de Capital

	31-12-X5	31-12-X6	31-12-X7
Ativo Permanente / Patrimônio Líquido	3.000 / 7.420 = 0,4	3.350 / 8.680 = 0,4	4.960 / 7.280 = 0,7

O quociente mencionado indica a proporção do capital imobilizado em ativo fixo e intangível. Para se analisar este quociente, deve-se ter em conta o tipo de empresa. No caso de uma empresa de transportes, deve ser um índice bastante alto (de 0,7 ou 0,8). Se, porém, tratar-se de uma empresa puramente comercial, o quociente deverá ser menor (0,3 ou 0,4), pois o capital próprio em giro é de grande necessidade para essa atividade. Em nosso caso, o quociente passou de 0,4 em X5 para 0,7 em X7. Este último é muito alto para a empresa, pois significa que a mesma está retirando dinheiro do giro dos negócios para imobilizar.

II.4.2 Quociente de Cobertura Total

	31-12-X5	31-12-X6	31-12-X7
Ativo Permanente + Ativo Circulante / Passivo Total	9.318 / 2.108 = 4,4	10.630 / 2.200 = 4,8	10.525 / 3.505 = 3,0

Por meio desse quociente, analisamos as possibilidades de a empresa poder solver seus compromissos, ou seja, suas dívidas.

No exemplo anterior, temos que, para cada real de dívida, existem 4,4, 4,8 e 3,0 reais de ativo respectivamente, nos anos de X5, X6 e X7. Muito embora tenha ocorrido perda no último ano, a situação de solvência ainda permaneceu muito boa. A análise deste índice é de grande importância para a concessão de empréstimos pelos bancos comerciais ou de investimento e também no caso de se analisar a situação da empresa na iminência de liquidação.

II.4.3 Quocientes de Rentabilidade (alguns quocientes)[3]

	X5	31-12-X6	X7
$\frac{\text{Lucro Bruto}}{\text{Vendas}}$	$\frac{5.960}{13.530} = 0{,}44 = 44\%$	$\frac{7.110}{14.640} = 0{,}49 = 49\%$	$\frac{7.480}{16.150} = 0{,}46 = 46\%$
$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas}}$	$\frac{2.760}{15.530} = 13\%$	$\frac{2.100}{14.640} = 14\%$	$\frac{990}{16.150} = 6\%$
$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido (médio)}}$	$\frac{1.760}{7.420^3} = 24\%$	$\frac{2.100}{8.050} = 26\%$	$\frac{990}{7.980} = 12\%$

Conforme se observa, os quocientes de rentabilidade são o resultado do relacionamento entre o lucro periódico com outros elementos das demonstrações contábeis. Difereciam-se fundamentalmente dos demais quocientes já vistos pelo fato de referirem-se a períodos, quando os outros se referem a dados relativos a determinada data. Por esse motivo, são quocientes que oferecem maior segurança para o analista.

O quociente de lucro bruto sobre as vendas traduz a margem de lucro bruto da empresa. No exemplo exposto, esta margem elevou-se de 44%, em X5, para 49%, em X6, e depois caiu para 46%, em X7. Embora tenha caído de X6 para X7, não foi essa a causa principal da substancial diminuição do lucro líquido em X7.

O quociente de lucro líquido sobre as vendas é considerado significativo na análise contábil. No exemplo citado, nota-se que em X5 e X6 o lucro da empresa foi razoável, ou seja, de 13% e 14%, havendo queda brusca para 6% em X7. A causa dessa queda, conforme se pode observar facilmente na demonstração de resultado, foi em virtude do aumento das despesas, em X7, principalmente das despesas financeiras.

O quociente do lucro líquido sobre o patrimônio líquido é o mais significativo, pois exprime a rentabilidade em relação à participação dos proprietários dos negócios da empresa. Evidencia o retorno sobre o investimento dos sócios.

---

[3] Na falta de valor inicial, usamos o final como médio.

No caso da empresa que está sendo analisada, verifica-se que houve acentuada queda deste quociente em X7. Porém, essa queda poderia ter sido maior, caso a empresa não tivesse distribuído lucros acumulados em X7 (note-se que o patrimônio líquido médio passou de $ 8.050 para $ 7.980, entre X6 e X7).

Este índice deveria ser sempre calculado sobre o patrimônio líquido inicial, caso ele só variasse no período pelo próprio lucro. Como é comum existirem modificações por conta de distribuições de lucro e aumentos de capital, usa-se, na prática, esse conceito menos correto de patrimônio líquido médio.

II.4.4 Índice de Rotação de Estoques

	X5	X6	X7
Custo das Mercadorias Vendidas / ***Estoque Médio***[4]	$\frac{7.570}{2.000} = 3,8$	$\frac{7.530}{2.255} = 3,3$	$\frac{8.670}{1.895} = 4,6$

O ***Índice de Rotação de Estoques*** demonstra quantas vezes o estoque foi renovado durante o exercício. Pode ser aplicado para todo o estoque de uma empresa ou separadamente para classes ou tipos de mercadorias. Neste último caso, seu emprego é de grande interesse para descobrir itens de pequeno movimento, bem como para comparar *performances* passadas e presentes e, ainda, para detectar eventuais imperfeições na fixação de preços de venda.

Ao se analisar o índice de rotação de estoques, deve-se ter em mente o tipo de atividade da empresa. Por exemplo: o índice deve ser normalmente mais alto para uma empresa varejista de gêneros alimentícios do que para uma loja de joias de alta qualidade.

[4] Também neste caso, para se calcular o estoque médio real para o exercício de X5, seria necessário o Balanço em 31-12-X4.